



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza

**JUVENTUDES TRABALHADORAS, UBERIZAÇÃO E
PRECARIZAÇÃO DA VIDA: contribuições para o campo do trabalho e da
Terapia Ocupacional**

São Carlos - SP
2020

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza

**JUVENTUDES TRABALHADORAS, UBERIZAÇÃO E
PRECARIZAÇÃO DA VIDA: contribuições para o campo do trabalho e da
Terapia Ocupacional**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, para exame de defesa, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Terapia Ocupacional.

Área de concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional.

Linha de pesquisa: Cuidado, Emancipação Social e Saúde Mental.

Orientação: Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi.

São Carlos - SP
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Marina Batista Chaves Azevedo de Souza, realizada em 09/12/2020.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi (UFSCar)

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Prof. Dr. Massimiliano Minelli (UNIPG)

Profa. Dra. Thelma Simões Matsukura (UFSCar)

Prof. Dr. Diogo Henrique Helal (FUNDAJ)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional.

Parte da pesquisa foi realizada com apoio financeiro brasileiro, proveniente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

This research was in part financed by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Brazilian institution.

Dedico ao meu pai, Marcos Luiz Azevedo de Souza e à amiga Maria da Guia do Nascimento (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Marcos Luiz Azevedo de Souza, por acreditar no meu sonho, sonhá-lo junto comigo e proporcionar todos os meios necessários para realizá-lo;

À minha companheira Laissa Dantas, pela paciência, por acreditar no meu potencial e por todo o amor verdadeiro oferecido diariamente a mim e a nós;

À Charles Lucena e à Maria de Lourdes Viscardi por todas as vezes em que me convenceram que seria possível finalizar essa etapa, e que me fizeram entender que não é possível e nem necessário passar por todos os desafios e dificuldades da vida sozinha;

À Clarice, Carol, Marconi, Ana Cristina e Dani, por dividirem tanto os azedumes quanto as doçuras desse processo, e pelas tantas vezes que vibraram por meus avanços e me foram colo no desespero;

À minha orientadora, Isabela Aparecida de Oliveira Lussi por confiar no meu processo, acreditar no meu potencial e ter a humanidade necessária nos tempos atuais;

Àqueles e àquelas que São Carlos me apresentou, em especial aos que fazem o Laboratório de Terapia Ocupacional e Saúde Mental (LaFollia) e aos outros tantos envolvidos no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) e no Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (DTO - UFSCar);

Aos membros da banca examinadora, que se dedicaram na leitura do meu trabalho e contribuíram tanto para o aprimoramento da tese quanto para o meu processo de doutoramento;

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos e todas os trabalhadores e trabalhadoras que atravessaram meu percurso e que contaram suas histórias.

*Todos esses que aí estão,
Atravancando meu caminho,
Eles passarão... eu passarinho!*
(Mário Quintana)

JUVENTUDES TRABALHADORAS, UBERIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA VIDA: contribuições para o campo do trabalho e da Terapia Ocupacional

RESUMO

Estudos científicos e relatórios estatísticos apontam que os jovens percorrem caminhos precários no mundo do trabalho. À essa população vem restando o trabalho desregulamentado, incluindo o trabalho uberizado. O processo de uberização é um dos resultados do modelo flexível de produção, da racionalidade neoliberal e da era tecnológica. Esse processo implica no que aqui se denomina de precarização dos diversos âmbitos da vida dos trabalhadores envolvidos. O objetivo deste estudo foi compreender a realidade de trabalho de jovens que realizam atividades informais ou desregulamentadas, bem como os aspectos relacionados à inserção e a permanência em trabalhos desse tipo. O estudo seguiu os preceitos da etnografia urbana, utilizou a observação participante como postura para inserção no campo assim como instrumentos para registro de informações como cadernos de anotações, questionários e dados audiovisuais. Foram realizados encontros em profundidade com um grupo de participantes. Especificamente sobre os encontros, participaram jovens trabalhadores de 18 a 29 anos, que trabalhavam como entregadores em plataformas digitais. Entretanto, outros trabalhos informais tipicamente executados por jovens também foram analisados durante o percurso etnográfico. A análise dos dados seguiu as etapas: a) Elaboração dos índices; b) Elaboração dos títulos e subtítulos; c) Elaboração do texto. Os resultados demonstram que as condições de vida precoces, precárias e desestruturantes dos jovens, são determinantes na inserção deles nos mais diversos tipos de trabalho desregulamentados. Ainda, as instituições de suporte ao trabalho e a juventude demonstram nutrir muitos estereótipos acerca do trabalhador jovem e pouco conhecimento sobre a situação real de vida desses, executando ações aqui consideradas paliativas, focadas no ensino profissional e no empreendedorismo. Foi possível identificar que os jovens uberizados, devido às suas condições de vida e de trabalho, vivenciam realidades problemáticas no âmbito da saúde, educação e relações sociais. Assim, aponta-se que as profissões que atuam no campo do trabalho devem fornecer um cuidado/atenção integral interdisciplinar e intersetorial voltado a estes trabalhadores. Este cuidado deve acontecer por meio da rede de saúde do trabalhador, mas também dos dispositivos de educação e assistência social, em articulação com os órgãos legais de apoio ao trabalho e com representantes do controle social, sempre considerando as peculiaridades dos trabalhadores, incluindo suas idiossincrasias etárias. Os resultados auxiliaram a refletir sobre a necessidade de ampliação das práticas de Terapia Ocupacional no campo do trabalho. Diante da atual conjuntura é importante que essas práticas, para além de considerarem as demandas reais dos trabalhadores nos diversos setores e redes, tenham um caráter político e crítico, no sentido de possibilitar/facilitar o acesso à informação, a conscientização, a participação social e o papel de protagonista desses trabalhadores no processo de viabilização de seus direitos, assim como suas articulações coletivas em prol de melhores condições de trabalho e de vida.

Palavras-chave: Juventude; Saúde do trabalhador; Terapia Ocupacional; Trabalho informal; Uberização do trabalho.

WORKING YOUTHS, UBERIZATION AND PRECARIOUS LIFE: contributions to Occupational Therapy in the work field

ABSTRACT

Scientific studies and statistical reports show that young people are living the most precarious paths in the world of work. To this population remains the deregulated work, including uberized work. The uberization process is one of the results of the flexible model of production, neoliberal rationality and the technological era. This process implies in the precariousness of the various life areas of the workers involved. The aim of this study was to understand the work reality of young people who perform informal or deregulated activities, as well as aspects related to their insertion and permanence in works of this type. The study followed the precepts of urban ethnography, used participant observation as a posture for insertion in the field as well as instruments for recording information such as field notebooks, questionnaires and audiovisual data. In-depth meetings are also held in this process. The participants were young food delivery working on digital platforms with 18-29 years old,. However, other informal jobs typically performed by young people were also analyzed during the ethnographic process. Data analysis followed the steps: a) Development of indexes; b) Preparation of titles and subtitles; c) Elaboration of the text. The results showed that the precocious, precarious, and destructive living conditions of young people are decisive in their insertion in the most diverse types of unregulated work. The institutions that support work and youth demonstrate many stereotypes about young workers and insufficient knowledge about their real-life situation, executing actions considered to be palliative, focused on professional education and entrepreneurship. It was possible to identify that due to their living and working conditions, uberized young workers experience problematic realities in the health, education and social relations. Thus, it is pointed out that the professions who acts in the field of work should provide an integral interdisciplinary and intersectoral care to these workers. This care should take place through the workers' health network, but also through the devices of education and social assistance, in conjunction with the legal agencies to support work and with representatives of social control, always considering the peculiarities of workers, including their age idiosyncrasies. The results helped to reflect on the need to expand Occupational Therapy practices in the field of work. Given the current situation, it is important that these practices, in addition to considering the real demands of workers in the various sectors and networks, have a political and critical character, in order to enable/facilitate access to information, awareness, social participation and the role of protagonist of these workers in the process of enabling their rights, as well as their collective articulations in favor of better working and living conditions.

Keywords: Youth; Occupational Health; Occupational Therapy; Informal work; Uberization of work.

JÓVENES TRABAJADORES, UBERIZACIÓN Y PRECARIZACIÓN DE LA DE VIDA: aportes al ámbito del trabajo e de la Terapia Ocupacional

RESUMÉN

Los estudios científicos y los informes estadísticos muestran que los jóvenes recorren caminos precarios en el mundo laboral. Esta población se ha quedado con el trabajo desregulado, incluido el trabajo uberizado. El proceso de uberización es uno de los resultados del modelo flexible de producción, la racionalidad neoliberal y la era tecnológica. Este proceso implica lo que aquí se llama la precariedad de los distintos ámbitos de la vida de los trabajadores implicados. El objetivo de este estudio fue conocer la realidad laboral de los jóvenes que realizan actividades informales o desreguladas, así como aspectos relacionados con la inserción y permanencia en trabajos de este tipo. El estudio siguió los preceptos de la etnografía urbana, utilizó la observación participante como postura para la inserción en el campo, así como instrumentos para el registro de información como cuadernos, cuestionarios y datos audiovisuales. Se realizaron reuniones en profundidad con un grupo de participantes. Concretamente sobre los encuentros, participaron jóvenes trabajadores de entre 18 y 29 años, que trabajaban como trabajadores de entrega en plataformas digitales. Sin embargo, durante la ruta etnográfica también se analizaron otros trabajos informales típicamente realizados por jóvenes. El análisis de los datos siguió los pasos: a) Desarrollo de índices; b) Elaboración de títulos y subtítulos; c) Elaboración del texto. Los resultados muestran que las condiciones de vida precoces, precarias y destructivas de los jóvenes son determinantes en su inserción en los más diversos tipos de trabajo no regulado. Aún así, las instituciones que apoyan el trabajo y la juventud demuestran nutrir muchos estereotipos sobre los trabajadores jóvenes y poco conocimiento sobre su situación real, ejecutando acciones consideradas paliativas, enfocadas en la formación profesional y el emprendimiento. Se pudo identificar que los jóvenes uberizados, por sus condiciones de vida y de trabajo, experimentan realidades problemáticas en el ámbito de la salud, la educación y las relaciones sociales. Así, se señala que las profesiones que actúan en el ámbito laboral deben proveer una atención / atención integral, interdisciplinaria e intersectorial dirigida a estos trabajadores. Esta atención debe realizarse a través de la red de salud del trabajador, pero también a través de dispositivos educativos y de asistencia social, en conjunto con los órganos legales que apoyan el trabajo y con representantes del control social, siempre considerando las peculiaridades de los trabajadores, incluyendo sus idiosincrasias de edad. Los resultados ayudaron a reflexionar sobre la necesidad de ampliar las prácticas de Terapia Ocupacional en el ámbito laboral. Ante la situación actual, es importante que estas prácticas, además de considerar las demandas reales de los trabajadores en los diferentes sectores y redes, tengan un carácter político y crítico, a fin de posibilitar/facilitar el acceso a la información, la sensibilización, la participación social y el papel protagonista de estos trabajadores en el proceso de viabilización de sus derechos, así como sus articulaciones colectivas a favor de mejores condiciones de vida y de trabajo.

Palabras clave: Juventud; Salud de los trabajadores; Terapia Ocupacional; Trabajo informal; Uberización del trabajo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMT - Associação Nacional de Medicina do Trabalho
APS - Atenção Primária em Saúde
App - Aplicativo de *smartphone*
BVS - Biblioteca Virtual em Saúde
CAAE - Certificado de apresentação para Apreciação Ética
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
CEREST - Centros de Referências Especializados em Saúde do Trabalhador
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNS - Conselho Nacional de Saúde
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
ID Jovem - Identidade Jovem
ILO - International Labour Organization
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
LER - Lesões por esforço repetitivo
MOPP - Movimentação Operacional de Produtos
MP – Medida Provisória
MTE - Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
PB - Paraíba
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Projeto de Lei
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSST - Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
RENAST - Rede Nacional de Saúde do Trabalhador
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SE – Sergipe
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sesc – Serviço Social do Comércio
SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude
SUS - Sistema Único de Saúde
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
TMC - Transtornos Mentais Comuns
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Resumo do percurso metodológico.....	18
Figura 2: Praça dos mercados, centro da cidade de Aracaju/SE	26
Figura 3: Síntese do processo etnográfico em Aracaju	27
Figura 4: Logomarcas de algumas das principais plataformas digitais que disponibilizam o trabalho.	29
Figura 5: Orla de Manaíra e seus estabelecimentos comerciais à esquerda	30
Figura 6: Síntese do processo etnográfico em João Pessoa	31
Figura 7: Quadra de Manaíra (local das interações).....	32
Figura 8: Imagem do Clipe Oficial de "Vendedor Ambulante"	78
Figura 9: Exemplo de local oferecido por estabelecimentos comerciais	79
Figura 10: Exemplo de local público utilizado por entregadores no momento da espera.....	79
Figura 11: Grupo de limpadores de para-brisa.	99
Figura 12: Natanael, exemplo de trabalhador do grupo 1 (utilização de isopor e bola), captura de tela do vídeo "Arte no Sinal"	102
Figura 13: Danilo, exemplo de trabalhador do grupo 2 (instrumentos profissionais para malabares), captura de tela do vídeo "Arte no Sinal"	102
Figura 14: Jovem pedindo "qualquer ajuda" nas ruas	107
Figura 15: Trabalhador por aplicativo em uso de bicicleta em dia chuvoso.	109
Figura 16: Foto do primeiro e do segundo banco da lateral esquerda da praça:	112
Figura 17: Preenchimento de termos e questionários de identificação	113
Figura 18: Estratégia de proteção aos smartphones utilizada em dias chuvosos	124
Figura 19: Exemplo de local onde são paradas as motos para evitar as abordagens	125
Figura 20: Pautas do "breque dos apps" divulgados por participantes do movimento em redes sociais	143
Figura 21: Foto realizada no dia do "Breque dos apps" e divulgada por participantes do movimento em redes sociais.....	144
Figura 22: Locais de atuação e as articulações necessárias nas práticas com foco no trabalhador desregulamentado	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Padrões de transição para a vida adulta (padrões de juventude).....	62
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados pessoais e socioeconômicos de participantes	113
Tabela 2: Dados sobre o trabalho	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Trabalho informal no Brasil (em milhões, por categoria).....	46
Gráfico 2: Criação de postos de trabalho - em milhares de trabalhadores (Diferença de postos existentes na comparação entre trimestres até agosto - 2018 x 2019).....	47

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO ESTUDO.....	1
INTRODUÇÃO	8
QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS	17
CAPÍTULO 1 - PERCURSO METODOLÓGICO	18
1.1 ASPECTOS ÉTICOS	19
1.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	20
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: NOTAS SOBRE ETNOGRAFIA ...	20
1.4 POSTURA DE CAMPO, TÉCNICAS E MATERIAIS DE REGISTRO.....	22
1.4.1 <i>A observação participante e o participante observador</i>	<i>22</i>
1.4.2 <i>Cadernos de anotações: “uma nota sobre tomar nota”</i>	<i>23</i>
1.4.3 <i>Entrevistas, questionário de identificação e dados audiovisuais</i>	<i>24</i>
1.5 LOCAIS DA PESQUISA	24
1.5.1 <i>Primeira etapa: Aracaju - praça dos mercados.....</i>	<i>25</i>
1.5.2 <i>Segunda etapa: João Pessoa - praça e calçadão de Manaíra</i>	<i>28</i>
1.6 ENCONTROS EM PROFUNDIDADE	32
1.6.1 <i>“Viajar para buscar algo e regressar a casa para se encontrar lá”</i>	<i>32</i>
1.7 ANÁLISE DE DADOS	34
CAPÍTULO 2 - TRABALHO INFORMAL E TRABALHO PRECÁRIO.....	35
2.1 TRABALHO INFORMAL: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO CONCEITO E IMPLICAÇÕES DA DESREGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO	35
2.2 TRABALHO PRECÁRIO: CONDIÇÕES PARA A PRECARIZAÇÃO	42
2.4 DADOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE TRABALHO INFORMAL NO BRASIL.....	45
CAPÍTULO 3 - UBERIZAÇÃO DO TRABALHO.....	50
CAPÍTULO 4 - JUVENTUDES E MUNDO DO TRABALHO	57
4.1 A(S) JUVENTUDE(S): TENUIDADES ENTRE FAIXA ETÁRIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL.	57
4.2 DADOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE JUVENTUDE E TRABALHO NO BRASIL	63

CAPÍTULO 5 - TERAPIA OCUPACIONAL E TRABALHO	66
5.1 TERAPIA OCUPACIONAL NO CAMPO DO TRABALHO	66
CAPÍTULO 6 - RESULTADOS E DISCUSSÕES	73
SEÇÃO I: “QUANDO O CAMPO É A CIDADE”	73
SEÇÃO II: “SÓ TRABALHAM QUANDO QUEREM”	83
II. c) <i>Órgãos de apoio ao trabalho e à juventude</i>	84
SEÇÃO III: “NO SINAL FECHADO ELE VENDE CHICLETE, CAPRICHA NA FLANELA, E SE CHAMA PELÉ.”	94
III. a) <i>Atividades informais produtivas e improdutivas: para quem?</i>	96
III. b) <i>Reflexões e novos caminhos</i>	109
SEÇÃO IV: “E TU ACREDITA QUE NEM A GENTE ENTENDE?”	110
IV. a) <i>Os entregadores de comida por aplicativos</i>	112
IV. b) <i>O trabalho do entregador através de aplicativos</i>	120
IV. c) <i>Relações de trabalho</i>	126
IV. d) <i>Educação</i>	129
IV. e) <i>Lazer</i>	133
SEÇÃO V: “NÃO QUISERAM OLHAR PRA MINHA CARA!”	136
V. a) <i>O trabalho do entregador de aplicativo durante a pandemia</i>	138
V. b) <i>Construção de confrontos: “breque dos apps”</i>	141
CAPÍTULO 7 - O CUIDADO AO TRABALHADOR INFORMAL: SOBRE DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E CAMINHOS POSSÍVEIS	145
7.1 PRIMEIROS PASSOS: ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO NECESSÁRIAS PARA PENSAR O CUIDADO DE TRABALHADORES INFORMALIZADOS	146
7.2 REFLEXÕES SOBRE AS PECULIARIDADES DOS TRABALHADORES INFORMAIS: O CUIDADO DE JOVENS TRABALHADORES INFORMAIS	147
7.3 TERAPIA OCUPACIONAL NO CAMPO DO TRABALHO: POR UMA ATUAÇÃO CRÍTICA	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	158
ANEXOS	174
APÊNDICES	180

APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

A elaboração de uma tese de doutorado e a obtenção de um título de doutora, que pode levar até quatro anos da vida de alguém, não perpassa somente por aspirações profissionais do pesquisador. Minhas experiências acadêmicas e contatos com outras pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, me fizeram perceber que todo esse processo é, em maior parte, movido por um desejo de realização de sonhos que são muito íntimos para cada pessoa.

O envolvimento particular de cada estudioso com o seu tema de estudo; o tempo de vida dedicado à pesquisa; e as relações entre as vivências pessoais dos pesquisadores com os fenômenos estudados, tornam o doutoramento uma experiência cheia de significados, que são singulares. Além disso, a concepção de uma pesquisa, o delineamento de um tema e o desenvolvimento de uma tese, atravessam as muitas dificuldades práticas envolvidas em realizar estudos científicos, a exemplo da falta de valorização e investimento em pesquisas no Brasil – sobretudo em pesquisas acerca de pessoas em situação de desvantagem social.

Comigo não foi diferente. Desde criança tenho o entendimento de que as boas oportunidades de emprego são sempre oferecidas à uma parcela específica da população. A vida inteira vivi perto de um homem que enfrentou e enfrenta o trabalho informal e suas implicações devido à falta de opção e necessidade de sobrevivência dele e de seus dependentes. Na prática, para mim, os impactos desse tipo de trabalho sempre foram muito claros, embora isso não tenha sido sempre um processo consciente.

Através da minha inserção na Universidade Pública e da aproximação com a ciência, comecei a tecer reflexões teóricas acerca das minhas vivências pessoais e proximidades com o trabalho informal e precário. Esclareço ainda, que a minha oportunidade de estar na Universidade Pública e de construir ciência, é fruto do trabalho informal em suas formas mais precárias. Foi esse tipo de trabalho que me proporcionou suporte financeiro para que eu vivenciasse um mundo acadêmico cheio de privilégios, que exige dedicação exclusiva, grandes currículos, equipamentos tecnológicos de alto custo, inscrições e processos seletivos onerosos, provas e cursos de língua estrangeira privados e deslocamentos terrestres e aéreos pelo Brasil.

Assim, consigo exemplificar, através da minha própria história, que o trabalho informal e precário é essencial para a perpetuação do modo de produção capitalista, embora seja oportunamente criminalizado e descartado por esse modo de produção, quando convém. Dificilmente este tipo de trabalho deixará de existir em uma sociedade que funciona através do

capitalismo e da estrutura de classes, porque a mão de obra barata obtida por meio da exploração da classe trabalhadora, é a maneira mais fácil de garantir mais valor.

É devido ao que expus, que considero a finalização desta tese muito mais do que o recebimento de um título. Para mim, a concretização dela representa os resultados dos esforços de um trabalhador informal presente na minha vida íntima, que subsidiou meus sonhos através de um trabalho injusto e sem proteção social. Ainda, a tese é fruto dos esforços e saberes de outros trabalhadores informais, não tão íntimos assim, mas que cederam preciosos momentos de suas vidas para participarem voluntariamente das pesquisas que desenvolvi ao longo da minha carreira.

É através dos encontros e trocas de experiências que perpassam a vida privada e pública que sigo pesquisando e lecionando sobre o tema desta tese. Acrescento ainda, que as dificuldades que enfrento em ser professora e pesquisadora no Brasil são amenizadas pela crença que tenho no desenvolvimento de produtos práticos a partir das pesquisas que realizo e das aulas que facilito.

Nesta perspectiva, acredito que posso auxiliar em algo que considero importantíssimo: o processo de conscientização da classe trabalhadora sobre o seu lugar no modo de produção capitalista e sobre os problemas que são provenientes do fato de ocupar esse lugar nesse sistema. Todavia, gostaria de esclarecer que apesar de acreditar que é necessário que as lideranças dos movimentos políticos tenham conhecimentos teóricos, acredito ainda mais no potencial e no conhecimento próprio da classe trabalhadora, que provém da experiência de vida.

Sobre a articulação desse tema com a Terapia Ocupacional, foi ainda na graduação, através da leitura do trabalho do Professor Ricardo Antunes, especificamente de sua obra “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”, que me interessei em entender os processos de precarização do trabalho, refletindo que essas discussões poderiam benéficamente se vincular aos estudos e atuações em Terapia Ocupacional.

Foi no ano de 2012, durante a graduação em Terapia Ocupacional, que concretamente me aproximei dos estudos sobre Terapia Ocupacional e trabalho, logo após ser selecionada para integrar o Laboratório de Saúde, Trabalho e Ergonomia (LASTE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Como me graduei na primeira turma de Terapia Ocupacional da Paraíba, participei da primeira seleção do laboratório, auxiliando a fundá-lo junto com professores e alunos de Terapia Ocupacional.

Junto à equipe do LASTE, entrei em contato com laboratórios científicos de outros departamentos, dentro e fora da UFPB, e com trabalhadores de diversas categorias, tanto em grupos e projetos de pesquisa como em extensões universitárias. Porém, foi na Iniciação Científica que me foi dada a oportunidade de desenvolver um projeto sobre o assunto que originou grande parte do interesse sobre o que hoje estudo.

Orientada pela Profa. Dra. Barbara Iansã de Lima Barroso, desenvolvi o Projeto de Iniciação Científica intitulado “A nova moradia de trabalhadores urbanos da construção civil”, que tinha o objetivo de entender como acontece a tríade trabalho-moradia-qualidade de vida, identificando por quê e de que forma o trabalhador da construção civil de João Pessoa residia nos próprios alojamentos das construções em que trabalhavam. O desenvolvimento do projeto se deu a partir do momento que observei, na rua da minha casa, o movimento de trabalhadores que estavam não só trabalhando, mas morando nas próprias construções.

Observei os trabalhadores dormindo, se alimentando e tendo momentos de lazer, tudo em meio às construções inacabadas dos grandes residenciais que seriam construídos por eles. Refleti sobre como seria o cotidiano daqueles trabalhadores e qual o significado de construir espaços tão distante de suas realidades sociais. Desejei, sobretudo, conversar com estas pessoas. Com os dados obtidos na Iniciação Científica, desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Com a conclusão da graduação, ingressei no mestrado em Administração na UFPB, compus a linha “Organizações e Sociedade” com ênfase em “Estado e Trabalho” e, orientada pelo Prof. Dr. Diogo Henrique Helal, adentrei em um projeto CNPq Universal denominado “Comportamento organizacional: um estudo multitemático com jovens trabalhadores”, de coordenação principal da Profa. Dra. Kely César Martins de Paiva, vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Por meio do projeto, desenvolvi minha dissertação intitulada “*Burnout* e Jovens Trabalhadores: Um estudo em Recife/PE”, finalizando-a no ano de 2017.

Comecei, no mestrado, a estudar especificamente a juventude trabalhadora e os processos de saúde-doença implicados na realização do trabalho no modo de produção capitalista, sobretudo o adoecimento mental. Neste processo de construção, percebi, através de relatórios estatísticos brasileiros, que grande parte dos jovens nordestinos estavam em situação de pobreza ou extrema pobreza, assim como inseridos em trabalhos desregulamentados.

Após o mestrado, fui durante um ano Professora Substituta da área de Saúde do Trabalhador no Departamento de Terapia Ocupacional da UFPB. Durante este período, com o desejo de voltar-me aos conhecimentos da minha área inicial, resolvi prestar o doutorado em

Terapia Ocupacional na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). No doutorado, optei por me aventurar na possibilidade de desenvolver um projeto que articulava temas que ao longo dos anos me foram caros, a saber: a juventude trabalhadora, a precarização do trabalho e o trabalho informal.

Orientada pela Prof.a. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi, adentrei como pesquisadora do Laboratório de Terapia Ocupacional e Saúde Mental da UFSCar (LaFollia), e elaborei o pré-projeto referente a esta tese. Durante o tempo que me dediquei ao levantamento bibliográfico e estudo teórico do tema, me refiz diversas vezes, até descobrir por onde gostaria de andar.

No contato com disciplinas, cursos, reuniões e palestras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, descobri possibilidades teóricas que iam ao encontro das ideias que estavam sendo construídas por mim por meio do suporte da minha orientadora. Fui desenhando e redesenhando o enquadramento teórico da pesquisa, até chegar ao que expus aqui.

Além disso, a partir do contato com antropólogos e etnógrafos em palestras oferecidas por diversos Departamentos da UFSCar e dentro do grupo de pesquisa que integro, comecei a compreender qual o caminho metodológico eu poderia seguir. Os questionários padronizados e as entrevistas estruturadas cada vez mais não pareciam coerentes ao que eu gostaria de investigar. Sendo assim, longos períodos do meu primeiro ano de doutorado foram investidos para compreender o referencial teórico-metodológico da etnografia, suas possibilidades, e se ou como eu e meu projeto nos encaixaríamos nele.

As discussões no LaFollia e em disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional me auxiliavam sempre a retornar as diversas reflexões que eu fazia - em grande parte interdisciplinares - para uma construção crítica acerca das teorias e práticas que perpassam a Terapia Ocupacional e o trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que eu amadurecia em minha trajetória acadêmica, eu começava também a fazer questionamentos à própria Terapia Ocupacional no contexto da Saúde do Trabalhador, um contexto ligado às raízes da própria profissão e ao qual dediquei meus estudos e práticas durante vários anos. Foi por meio do contato teórico e prático com o contexto da Saúde do Trabalhador, que encontrei os primeiros espaços para estudar Terapia Ocupacional e trabalho.

Estes questionamentos surgiam à medida em que eu identificava que os espaços para fazer as discussões que eu gostaria, pareciam ultrapassar o âmbito da saúde do trabalhador. As dúvidas e incômodos vinham quando eu percebia a escassez de espaços para realizar, junto aos trabalhadores, as práticas e debates que eu verdadeiramente acreditava. Ao mesmo tempo,

muitas das discussões teóricas e práticas que eu pensava e desejava elaborar e executar, pareciam muito próximas dos próprios propósitos da profissão Terapia Ocupacional.

Era perceptível que uma parcela de trabalhadores estava sempre ausente nas reflexões em Terapia Ocupacional e Saúde do Trabalhador. Notei que as discussões em Terapia Ocupacional e Saúde do Trabalhador (aqui incluo os relatos de experiência, projetos acadêmicos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão) se debruçavam tradicionalmente sobre um trabalho específico: o formalizado.

Dessa forma, eu notava o grande distanciamento entre a profissão e os trabalhadores desregulamentados. Me questionava sempre sobre que tipo de assistência e suporte a profissão vinha pensando - em espaços de atuação tradicionais ou novos - para aqueles que vinham compondo a força de trabalho brasileira de forma cada vez mais insidiosa, chegando a 41,1% da força total de trabalho no país, em 2019. Que tipo de trabalho estava sendo validado como trabalho, pela Terapia Ocupacional no contexto da Saúde do Trabalhador? Qual tipo de trabalho suscitava interesse para realizar estudos e práticas? Me parecia que intervir sobre o trabalho formal era realmente mais fácil, mas eu pensava que era cada vez mais insuficiente.

Ainda nessa perspectiva, eu percebia a inexistência de estudos brasileiros e específicos de Terapia Ocupacional que compreendessem a realidade do trabalhador informal, as possibilidades de ofertar cuidado para esses trabalhadores na rede atual ou em novos modelos, e a necessidade de compreender esses sujeitos como trabalhadores nos diversos setores, não apenas no setor saúde. Ao considerar o trabalho e o trabalhador como centrais nas atuações em Terapia Ocupacional, por quê supor que as demandas e intervenções serão no âmbito da saúde?

Ainda, eu notava a excessiva presença da intervenção técnica em estudos e práticas em Terapia Ocupacional e Saúde do Trabalhador, em detrimento da intervenção que é política e essencial em uma sociedade neoliberalista que fomenta a medicalização, e a precarização da vida. Eu via como necessário não apenas dizer que a intervenção deve ser técnica e política, mas indicar caminhos para fazê-la.

Foi através de conversas e trabalhos acadêmicos realizados em parceria com uma amiga, a Profa. Daniela da Silva Rodrigues, e das profundas reflexões que fui fazendo durante o doutorado com a minha orientadora, Profa. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi, que compreendi a urgência em falar sobre o que denomino nesta tese de “campo do trabalho” ou atuações em Terapia Ocupacional e trabalho.

Compreender o trabalho como campo de atuação, vem sendo percebido por nós como uma estratégia para abarcar, nas práticas da Terapia Ocupacional, as diversas populações em

situação de trabalho e os diversos tipos de trabalho, compreendendo suas particularidades e demandas para a Terapia Ocupacional, sem pressupô-las ou restringi-las à um setor. Considerar que a Terapia Ocupacional atua no campo do trabalho é demarcar que as intervenções nesse campo não devem se restringir ao setor saúde ou à previdência social, apesar de que devem perpassa-los de forma importante.

Embora não seja simples, a atual conjuntura enseja reflexão por parte de todas as profissões que se voltam aos cuidados de trabalhadores no sentido de: (re)pensar o funcionamento dessa rede de cuidado e do modelo de atenção atual; discutir novamente os desafios da intersectorialidade, interprofissionalidade e interinstitucionalidade nas intervenções no campo do trabalho; fomentar espaços de discussão sobre o trabalho (nas diversas redes de cuidado) que favoreçam a disseminação de informação aos trabalhadores e facilitem suas mobilizações; e para expor com urgência que os diversos setores e profissões que se preocupam com o bem-estar e a vida dos sujeitos devem considerar as atividades de trabalho um importante ponto de discussão devido aos impactos dessas atividades nas condições e trajetórias de vida desses sujeitos.

Somado a isso, é emergencial (re)criar formas de esclarecer para os trabalhadores a verdadeira intenção do discurso sobre direito e trabalho que coloca o governo brasileiro atual. Tal discurso, pretende estimular cada vez mais trabalhos informais e precários, especificamente para classes desfavorecidas, de forma que a existência dessas classes seja para sempre perpetuada e as instituições de suporte/cuidado sejam subfinanciadas e desarticuladas até desaparecerem.

O discurso dos governantes brasileiros atuais formaliza e legaliza modalidades de trabalho que tempos antes, após uma série de lutas sociais, já foram consideradas ilegais. É o que denomino de “formalização do trabalho precário”, apoiada, muitas vezes, pelo próprio trabalhador, que pode chegar a acreditar que será agora: Livre de patrões! Livre de ordens! Livre de jornada de trabalho definida! Só o conhecimento científico atrelado à experiência do próprio trabalhador, serão capazes de derrubar esse discurso forjado, e propor, juntos, caminhos para a transformação social.

Um trabalhador consciente do lugar que ocupa, nunca irá, voluntariamente, acreditar em um futuro melhor sem direitos trabalhistas. É buscando disseminar estas ideias, que continuo estudando. Acredito que dados científicos que desmascarem a lógica que mencionei anteriormente podem auxiliar em práticas profissionais mais críticas e transformadoras, fugindo à norma da atuação paliativa que não coloca as questões estruturais e históricas em discussão.

Especificamente sobre a forma como este estudo está estruturado, esclareço que após os tópicos de introdução, problema de pesquisa e questão de pesquisa, o trabalho está organizado por meio de capítulos. No primeiro deles abordo os percursos metodológicos. Neste, foi incluído: a explicação dos aspectos éticos, o referencial teórico metodológico adotado, a postura de campo/técnicas/materiais utilizados na produção de dados, os locais da pesquisa, participantes, os encontros em profundidade e a forma como foi feita a análise dos dados.

No segundo capítulo expus as perspectivas teóricas que embasam a pesquisa. Foram explicitados os conceitos de trabalho informal e trabalho precário, aproximando-os e distanciando-os teoricamente e trazendo dados brasileiros atuais sobre informalidade e trabalho. O terceiro capítulo trata de conceituar, contextualizar e refletir sobre o surgimento e os desdobramentos do fenômeno da uberização do trabalho.

Durante o quarto capítulo descrevo a compreensão de juventude dessa pesquisa, e dados contemporâneos brasileiros sobre juventude e trabalho. No quinto capítulo desse estudo explico com detalhes sobre a relação histórica entre Terapia Ocupacional e trabalho e descrevo no que consiste a Terapia Ocupacional no campo do trabalho, de forma a demonstrar que o estudo tanto auxilia a fortalecer esse campo, como contribui para a elaboração de pesquisas e práticas nele.

No capítulo seis, apresento os resultados da pesquisa, que foram divididos em seis seções. Ainda, as seções contêm subseções, as quais tratam de abordar de forma mais específica e minuciosa algumas questões. No capítulo sete faço reflexões acerca das possibilidades de cuidado com trabalhadores informais e os desafios envolvidos. Por fim, apresento as considerações finais da pesquisa.

INTRODUÇÃO

Diversos pesquisadores indicam, por meio de estudos empíricos sobre trabalho e juventude, que os trabalhadores mais jovens têm grandes possibilidades de percorrerem caminhos precários no mundo do trabalho. Devido a isso, as peculiaridades dessa população, assim como seu processo de inserção e permanência no trabalho, devem ser ambos estudados de forma aprofundada e contextualizada (NEVES, 2015a; PAIVA et al., 2013; LECCARDI, 2005).

Esta necessidade de contextualização se dá porque a realidade da inserção e permanência de jovens em atividades laborais, se apresenta como uma realidade difusa, que dependerá das distintas juventudes existentes. Assumir a existência de diversas juventudes – construídas socialmente – é inferir que as trajetórias de vida dos jovens são singulares e podem alterar os motivos pelos quais eles adentram ou permanecem em atividades de trabalho durante esse período da vida (PAIS, 1990; TARTUCE, 2007).

Devido a isso, em estudos sobre as juventudes e o mundo do trabalho, é importante investigar e analisar dados econômicos, sociais, educacionais e de trabalho dos jovens, assim como entender as histórias desses sujeitos e realizar recortes regionais/culturais para compreender similaridades e diferenças entre as diversas juventudes brasileiras, por exemplo. Esses dados irão dizer de uma experiência de juventude e de uma relação com o trabalho que é muito específica.

Entretanto, ainda que seja mais interessante compreender as diversas juventudes de acordo com as diferentes características sociais, econômicas e culturais “intragrupos”, a identificação de faixas etárias é também algo importante. Essa caracterização é primordial para produzir e apresentar dados estatísticos sobre uma população, e para elaborar leis e políticas públicas a favor de um determinado grupo. No Brasil são considerados formalmente jovens aqueles indivíduos que estão na faixa etária de 15 a 29 anos, como estabelecido formalmente pela Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens no Brasil, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) (BRASIL, 2013).

Sobre a situação econômica de jovens brasileiros, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, divulgou dados apontando que 30,1% dos brasileiros de 15 a 29 anos se encontram em situação de pobreza, ou seja, têm o rendimento familiar entre 145 e 420 reais per capita mensais (SILVEIRA; GERBELLI, 2018). Em 2016, o IBGE já havia indicado que mais da metade (59,7%) dessa população se encontrava em situação de “pobreza

multidimensional”, o que significa viver com privações relacionadas à educação, saúde ou saneamento básico, por exemplo (AGÊNCIA IBGE, 2017).

O último Censo Demográfico do IBGE, demonstrou que o perfil dos brasileiros que vivem em situação de “extrema pobreza” é caracterizado por: jovens, negros ou pardos, mulheres, e que residem nas regiões Norte ou Nordeste do país. Aponta que a experiência de uma vida em “situação de pobreza”, “extrema pobreza” ou “pobreza multidimensional” pode ser determinante para vivências específicas no mundo do trabalho (IBGE, 2011).

Estudos que trataram de comparar as realidades de trabalho dos jovens que vivem no Nordeste e que vivem no Sudeste – regiões economicamente muito diversas – demonstraram que os dados econômicos e os sobre desocupação, são similares entre as regiões em termos de números e proporções. Porém, características como raça, gênero, escolaridade e precocidade (inserção precoce no mercado de trabalho), mostram que a realidade de vida e de trabalho dos jovens Nordestinos, é específica (NEVES et al., 2015a; NEVES et al,2015b).

Os jovens nordestinos possuem menor escolaridade e são em grande parte mulheres não brancas (pretas, pardas, amarelas, indígenas), fatores que quando não impedem ou dificultam a inserção no mercado de trabalho, dificultam a permanência ou tornam mais violentas as experiências. Os jovens do Nordeste também são, com mais frequência, chefes de família. Jovens chefes de família têm maiores responsabilidades financeiras, tendem a ingressar mais precocemente no mercado de trabalho e a aceitar mais facilmente as propostas de trabalho precárias e desregulamentadas (NEVES et al., 2015a; NEVES et al,2015b).

É importante apontar que o Nordeste possui as maiores taxas de analfabetismo, de trabalho infantil e de trabalho informal do país, aspectos que acarretam em maiores dificuldades e fragilidades na busca por um trabalho. O estado de Sergipe, um dos locais de realização dessa pesquisa, possui a maior taxa de analfabetismo e de trabalho precoce (ou trabalho infantil) do país. Já o estado da Paraíba, onde também ocorreram as observações e produção de dados, ocupa a 21ª posição com relação ao ranking nacional de analfabetismo e a 11ª posição no ranking nacional do trabalho precoce/infantil (OIT, 2016; INEP, 2000; DIAS; ARAUJO, 2018; IBGE, 2017a; 2017b).. Acerca do trabalho informal, Paraíba e Sergipe são, respectivamente, o sexto e o sétimo estado com maior número de trabalhadores informalizados do país (IBGE, 2019).

A alta escolaridade se apresenta, em vários relatórios estatísticos, como uma das grandes facilitadoras da inserção de jovens em atividades de trabalho formais e dignas. Assim, populações com alto índice de analfabetismo estão conseqüentemente mais suscetíveis à

trabalhos precários e desregulamentados (OIT, 2016; INEP, 2000; DIAS; ARAUJO, 2017; IBGE, 2017a; 2017b).

Desta forma, embora os números em termos de inserção no mercado de trabalho, assim como as características econômicas dos jovens, possam ser parecidos entre as regiões brasileiras, deve-se considerar que características do próprio mercado de trabalho local, educacionais, familiares, étnico-raciais, de gênero e etárias, dizem de uma realidade própria de inserção e permanência no mercado de trabalho do Nordeste. É possível apontar, por meio dos estudos e documento citados, que as trajetórias de vida dos jovens nordestinos tendem a ser tanto mais precoces (inserção no trabalho) quanto mais precárias (permanência no trabalho). Além disso, as chances de que esses jovens estejam inseridos em trabalhos informais são nitidamente mais altas devido à grande incidência desse tipo de trabalho na região.

De acordo com Guerreiro e Abrantes (2005), existem padrões de transição para a vida adulta ou trajetórias de vida, que são do tipo: profissionais; lúdicas; experimentais; progressivas; precoces; precárias e até desestruturantes. As trajetórias são diferentes para os que pertencem à classe média alta (e que possuem altos níveis de escolaridade), e para os inseridos em classes mais desfavorecidas (consequentemente com baixa escolaridade), por exemplo. As três últimas trajetórias citadas são mais comuns entre as classes mais desfavorecidas, em situação de vulnerabilidade.

Enquanto uma transição profissional ou experimental pode estar centrada nos desejos individuais e nas próprias escolhas do jovem que a vivencia, as transições precárias e desestruturantes estarão centradas no sustento de sua família ou até mesmo na necessidade de sobrevivência (GUERREIRO; ABRANTES, 2005). Com isso, entende-se que as transições precoces, precárias e desestruturantes são as que requerem a permanência mais insidiosa dos jovens no mercado de trabalho, e cada vez mais cedo. Boa parte dos jovens inclusos nessas trajetórias, inclusive, podem ter vivenciado trabalho infantil e estar experienciado o trabalho informal.

É importante salientar que as trajetórias são determinadas por uma conjuntura social, política e econômica específica (NILSEN et al., 2002). Conhecer não apenas as trajetórias e transições dos jovens, mas também as conjunturas mencionadas se configura como algo importante para entender trabalho e juventude em uma dada realidade.

De forma geral, no Brasil, as taxas de informalidade atingiram números inéditos na história do país no ano de 2019, chegando a corresponder à 41,4% da força total de trabalho (SILVEIRA; ALVARENGA, 2019). Na região da América Latina e do Caribe, por exemplo,

de cada dez empregos de jovens, seis são informais (OIT, 2015a). Brasileiros de 15 a 17 anos são os mais inseridos em trabalhos informais. Logo após, se encontram os jovens de 18 a 24 anos, seguidos dos jovens de 25 a 29 anos.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) expõe alguns aspectos que são normalmente relacionados ao trabalho informal: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprios dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado. Somado a esses fatores, a informalidade apresenta relações de capital-trabalho mal estabelecidas no que se refere à organização do trabalho ou ao cumprimento da legislação (TOKMAN, 1978; CACCIAMALI, 2000). Grande parte dos trabalhos informais são extremamente precários, instáveis, fornecem baixos salários e são escassos de direitos e de proteção social (OIT, 2015b).

A precarização foi por muito tempo associada apenas ao trabalho sem vínculos empregatícios formalizados. Porém, a precaridade do trabalho não existe apenas quando não há vínculo de trabalho. Esta também não está presente somente no trabalho de populações em camadas sociais colocadas à margem do desenvolvimento econômico, como se acreditava em tempos históricos anteriores, que originaram o termo. Considerando a atualidade, a precarização do trabalho existe em trabalhos com diversos tipos de contratos, exercidos por sujeitos de diferentes perfis socioeconômicos (CASTEL, 2009).

O conceito de precariedade subjetiva, por exemplo, explica que o trabalho precário também pode atingir, ainda que de maneira menos prejudicial à vida, os trabalhadores estáveis, inseridos em trabalho formais e em situação de vantagem social em relação a população periférica, pois esses trabalhadores são obrigados a realizarem uma série de tarefas e objetivos no trabalho que podem ser contra sua personalidade e feitos estritamente em prol de um salário ou benefício social (VARGAS, 2016; LINHART, 2014). Atualmente o conceito de precarização pode ser aplicado a qualquer trabalho que coloque em risco os trabalhadores que o executam, e que evidenciem a questão da exploração do homem pelo trabalho (CASTEL, 2009; LINHART, 2014; VARGAS, 2016).

Contudo, algo que acredito ser importante expor aqui de forma clara, é que embora os diversos tipos de trabalho possam ser considerados precários, todas aquelas atividades sem nenhum tipo de vínculo empregatício formal, direitos e de proteção social, são, obrigatoriamente, uma atividade de trabalho precária. As formas mais precárias de trabalho que

existem, que conseqüentemente oferecem mais riscos e danos para os trabalhadores, estão inclusas na economia informal exatamente porque essas não dispõem de nenhum tipo de proteção legal podendo serem, inclusive, criminalizadas e reprimidas violentamente (OIT, 2015b). No Brasil, o trabalho informal vem sendo utilizado pelos atuais governantes como estratégia de resposta ao desemprego estrutural. Esses mesmos governantes elaboram e implementam medidas que retrocedem direitos trabalhistas conquistados historicamente.

A literatura sobre o assunto considera que a forma mais visível ou tradicional de trabalho informal, é o trabalho de rua. No Brasil, pode-se considerar dois grupos principais de trabalhadores de rua: os trabalhadores tradicionais, aqueles que vivem literalmente no limite da sobrevivência, buscando-a dia a dia (como os ambulantes), e os trabalhadores modernizados, que podem estar subordinados à uma empresa de mercadorias e vendas, e até mesmo ter investido no aluguel de um local para executar o trabalho (a exemplo dos camelôs mais lucrativos). Essas duas categorias de trabalhadores devem ser estudadas separadamente devido à diversidade das características dos sujeitos envolvidos e do trabalho realizado (DURÃES, 2014).

De forma geral, a atividade de rua no país é realizada por uma população pobre, e é caracterizada por vulnerabilidade, incerteza de renda e de planos para o futuro. Os trabalhadores sofrem pressão da própria atividade (longas jornadas, ausência de quem os substitua em situações de doença), da fiscalização coercitiva, da insegurança de continuar trabalhando e dos seus próprios pensamentos sobre um futuro incerto (DURÃES, 2014).

A reestruturação produtiva, o incentivo ao trabalho flexível e a difusão das tecnologias de informação (TIC) que ocorreu principalmente a partir da década de 1990, se mostram como elementos potentes na própria construção do ideário neoliberal, e influenciaram fortemente na elaboração e disseminação de novos tipos de organização e controle do trabalho. Grandes multinacionais vêm oferecendo, desde o início do século XX, um trabalho de rua e informal, mas com características distintas dos dois grupos de atividades informais de rua tradicionais que citei nos parágrafos anteriores. A oferta desses trabalhos se dá através de plataformas digitais. A alta incidência desse tipo de trabalho a partir de 2014, no Brasil, vem sendo denominado pela literatura como processo de “uberização do trabalho”.

De acordo com Abílio (2019), o termo uberização do trabalho surge da constatação acerca da existência de um novo estágio da exploração do trabalho, que modifica o estatuto do trabalhador, as configurações das empresas e as formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. As atividades de trabalho inclusas no fenômeno da uberização foram

alavancadas exatamente através da disseminação da tecnologia e do discurso neoliberal que valoriza o trabalho sem vínculo. A atividade é oferecida através de plataformas digitais ou aplicativos dirigidos por multinacionais, e que podem ser adquiridos gratuitamente por qualquer usuário de *smartphone* através das lojas de *download* desses dispositivos.

O lucro dessas multinacionais é substancialmente alto exatamente devido à informalidade da atividade. Ao oferecerem essas “oportunidades de trabalho”, as empresas não precisam se preocupar com gastos legais referentes aos direitos trabalhistas e proteção social. Ainda, essas empresas intitulam a atividade de trabalho que oferecem como “trabalho autônomo” (ABÍLIO, 2019). O emprego desse termo se dá a partir da necessidade de utilizar uma nomenclatura mais confortável e aceitável socialmente, do que o termo que realmente corresponde ao trabalho oferecido por essas empresas: trabalho informal. Embora a exploração do homem pelo trabalho não seja nova, são os meios de fazê-la e de fomentá-la que vem incrementando essa exploração.

Muitos tipos de atividades de trabalho vêm sendo oferecidas através de plataformas digitais ou aplicativos. Uma das mais populares é a de entregador de comida. Os trabalhadores envolvidos se disponibilizam, através dessas plataformas, para os estabelecimentos que precisam de serviço de *delivery*. Para isso utilizam motocicletas ou bicicletas que podem ser próprias, emprestadas ou até alugadas diariamente. Os estabelecimentos comerciais que necessitam do serviço dos entregadores e os clientes que desejam que os produtos desses estabelecimentos cheguem até as suas casas, também utilizam das mesmas plataformas digitais que os entregadores.

As multinacionais responsáveis por essas plataformas gerenciam tanto o serviço dos entregadores, quanto os pedidos dos clientes e as solicitações dos restaurantes que necessitam de serviço de entrega. Entretanto, o entregador não tem vínculo contratual com nenhuma das partes envolvidas: nem com as empresas por trás das plataformas digitais, nem com os consumidores do serviço e nem mesmo com empresas que solicitam as entregas. Os trabalhos, assim como seus riscos e gastos envolvidos, são em sua totalidade responsabilidade do próprio trabalhador. Quando esse necessita se comunicar com as empresas, enfrentam processos digitais burocráticos que oferecem respostas automáticas como solução (ABÍLIO, 2017).

O trabalho oferecido por plataformas digitais acaba atraindo e obtendo alta adesão por parte dos jovens, principalmente porque essa população costuma se engajar por meio da tecnologia, enfrenta a pobreza, o desemprego, as dificuldades de inserção em dispositivos educacionais da educação superior, as dificuldades em investir em um “negócio próprio” devido

à falta de capital, e de inserir-se em trabalhos formais - que são escassos e exigem muitas qualificações e experiências prévias. A quantidade de jovens inseridos nessas atividades vem crescendo expressivamente desde o ano de 2014 (ABILIO, 2019a). A “uberização” do trabalho vem sendo caracterizada na literatura como:

“[...] um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Trata-se de um novo passo nas terceirizações, que, entretanto, ao mesmo tempo que se complementa também pode concorrer com o modelo anterior das redes de subcontratações compostas pelos mais diversos tipos de empresas. A uberização consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecidas e reguladas do trabalho.” (ABILIO, 2017).

Ao mesmo tempo que dispersam a atividade de trabalho, as empresas não perdem o controle sobre essa atividade nem sobre o trabalhador que a executa. Quem adere aos trabalhos oferecidos por essas plataformas, não possui contrato de trabalho nem garantia de nenhum direito, arcando com os riscos e custos adicionais sobre a atividade (ABILIO, 2019a). É a partir dessa compreensão que os trabalhos oferecidos por essas plataformas são considerados aqui, trabalho informal, estando inclusos no que a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2002) vem chamando de nova informalidade¹.

Adaptar-se à realidade de trabalho informal por necessidade de construir transições/trajetórias de vida mais prósperas, ou para escapar da situação de pobreza/extrema pobreza, é algo que deve ser analisado com cuidado. De acordo com Vasconcelos e Faria (2008), o processo de precarização das relações de trabalho, trouxe sérias consequências para a saúde dos trabalhadores, sobretudo para a saúde mental, as quais ainda não são bem delimitadas. Os riscos gerados por meio da execução de trabalhos informais, quando somados às questões geracionais típicas da juventude em situação de pobreza, demandam por atenção à saúde, à vida e ao cotidiano de trabalho dos trabalhadores jovens informais.

Todavia, quando se tem a intenção de resolver a questão do adoecimento vinculado à precarização, é necessário compreender questões sociais, políticas e econômicas implicadas no

¹ “A nova informalidade, ou o novo informal, refere-se à redefinição da OIT (2002), que incorpora ao conceito de informalidade a dinâmica do capitalismo globalizado e as transformações da produção e dos mercados de trabalho, tanto nos países capitalistas avançados como naqueles considerados em desenvolvimento, seja em termos de empresas-atividade, seja em termos de emprego. O conceito incorpora as mudanças relativas à desregulação econômica, à flexibilização das relações de trabalho e à desterritorialização da produção e internacionalização dos mercados, nas quais as relações entre a economia formal e a economia informal formam um continuum com fronteiras imprecisas.” (LIMA, 2013, p. 1).

trabalho, principalmente em um momento em que a causalidade primária de processos de precarização, tem sido a expropriação do trabalho (RIBEIRO, 2014). Assim, embora considerar a existência de patologias do trabalho possam ser interessantes em termos legais (principalmente para o estabelecimento do nexo-causal), é insuficiente, na contemporaneidade, reduzir a análise científica de fenômenos complexos, a categorizações que não se aprofundam nos contextos históricos, políticos, econômicos e sociais da atividade de trabalho executada e da população que a exerce. É necessária a tomada de consciência “das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial.” (CASTEL, 2009, p. 30).

Sobre a relevância social dessa pesquisa, existe a necessidade de que a sociedade e os pesquisadores compreendam a realidade de trabalho de jovens assim como: suas reais possibilidades de inserção em trabalhos formais e dignos, suas necessidades, interesses e demandas para os diversos setores responsáveis pelo seu cuidado² ou pela atenção integral às suas demandas. Além disso, a atual conjuntura enseja a reflexão acerca da necessidade de novas formas de cuidado para novas formas de organização e controle de trabalho.

Atualmente existem muitos impasses relacionados aos processos de busca dos jovens pelo direito de trabalhar, de estudar e de realizar desejos pessoais e projetos de vida. Os debates sobre juventude e trabalho são importantes para “propor alternativas que possam vir a oferecer possibilidades para a minimização dos graves problemas que os jovens enfrentam para inserção, permanência e valorização no trabalho” RAITZ; PETERS, 2008, p. 408).

Com relação a compreensão desses elementos na área da Terapia Ocupacional, o estudo de Silva et al. (2016) indica que grande parte das pesquisas científicas de terapeutas ocupacionais sobre a questão do trabalho, se refere à saúde do trabalhador e mais especificamente às lesões por esforço repetitivo (LER) (27%), e à ergonomia (23%). Os autores concluíram também que a maioria dos trabalhos realizados preconiza a identificação de evidências a partir de dados estatísticos, o que demonstra a necessidade de “pesquisas futuras com base em outras abordagens metodológicas [...]” (SILVA et al., 2016, p. 358). Entretanto, um dossiê do periódico “Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional” priorizou como eixo temático a “Sociedade e o Trabalho”, tendo como propósito “discutir as novas formas de

² De acordo com Malta e Merhy (2014), o processo de cuidado se refere à atenção integral dada a um sujeito inserido na rede de atenção à saúde e se faz por meio de “pontes” entre as lógicas das diversas profissões considerando as responsabilidades dos setores envolvidos nesse cuidado. Embora os autores quando explicitam o conceito de cuidado se refiram ao cuidado em saúde, a discussão sobre o cuidado, na lógica da saúde coletiva, pode e deve ser uma discussão ampliada. O cuidado ao trabalhador, por exemplo, tem enfoque no trabalho e é realizado em diferentes setores, por profissões de múltiplas áreas do conhecimento e não necessariamente estará direcionado às problemáticas de saúde.

organização e relações no trabalho” e “o trabalho como espaço de reprodução da desigualdade” (RODRIGUES et al., 2017, p. 1), um avanço para os debates em Terapia Ocupacional e trabalho.

Ao realizar uma busca em periódicos científicos nacionais específicos de Terapia Ocupacional, é possível notar que os trabalhadores informais vêm sendo esquecidos em reflexões científicas da profissão. Utilizando o descritor trabalho informal nesses periódicos específicos, nenhum artigo é encontrado sobre o assunto. Conseqüentemente, considerando que em Terapia Ocupacional há a predominância de teoria que surge da prática com a finalidade de descrevê-la ou aprimorá-la, é possível apontar, a partir da escassez mencionada, que se corre grandes riscos de que as peculiaridades desses trabalhadores sejam esquecidas em práticas profissionais realizadas na rede de atenção/cuidado ao trabalhador.

Ressalto que em pesquisas e atuações em Terapia Ocupacional junto à trabalhadores informais, é interessante levar em consideração dois aspectos importantes: 1) a necessidade de articular-se socialmente e politicamente como profissionais a favor dos direitos no e ao trabalho; da proteção social; da formalização; e de melhores condições de trabalho; 2) a necessidade de problematizar e (re)pensar caminhos para que trabalhadores que já estão em situação de informalidade sejam contemplados em suas necessidades de atenção/cuidado, compreendendo que este tipo de trabalho já é uma realidade e que ocasiona impactos nas condições e trajetórias de vida das pessoas.

Acredito, sobretudo, que as demandas de cuidado de trabalhadores informais acarretarão em práticas profissionais que são necessariamente interdisciplinares, multiprofissionais, intersetoriais, interinstitucionais, políticas e técnicas. Pretendo, a partir dessa pesquisa, fornecer dados científicos que possibilitem esboçar caminhos e formas de atenção/cuidado que estejam para além do setor saúde, que sejam amplas, fortalecidas e articuladas o suficiente para abarcar a informalidade e as diversas necessidades de cuidado que não estão necessariamente vinculadas ao adoecimento e ao tratamento das doenças relacionadas ao trabalho.

Diante disso me propus a pensar, primeiramente, sobre as realidades, necessidades e possíveis demandas de cuidado de trabalhadores brasileiros jovens e uberizados. O número desses trabalhadores, de acordo com o referencial teórico aqui adotado, cresce a cada dia e vem sendo exemplo significativo e atualizado de trabalhadores informais. As experiências dessas pessoas se mostram aqui como ferramentas interessantes para construir novas formas de cuidado e entender diferentes demandas dos trabalhadores contemporâneos.

Gostaria ainda de mencionar que em pesquisas com populações em situação de pobreza, as metodologias centradas no cliente não resgatam necessariamente o seu poder de decisão e autonomia. Quando os sujeitos estão em situação de desvantagem social, seu poder de decisão pode estar fortemente pautado nos interesses de uma sociedade capitalista (GALHEIGO, 2012).

Pesquisas focadas em entrevistas estruturadas, questionários padronizados e no estabelecimento donexo-causal, por exemplo, podem não ser adequadas ou suficientes para perceber as situações reais de trabalho e as conjunturas sociais, econômicas e políticas. As respostas dos trabalhadores podem ter relação com o medo de retaliações ou estarem relacionadas a falta de consciência do trabalhador sobre o processo de exploração ao qual está submetido. Foi principalmente por esse motivo que adotei o referencial teórico-metodológico que será apresentado no Capítulo 1 a seguir.

QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS

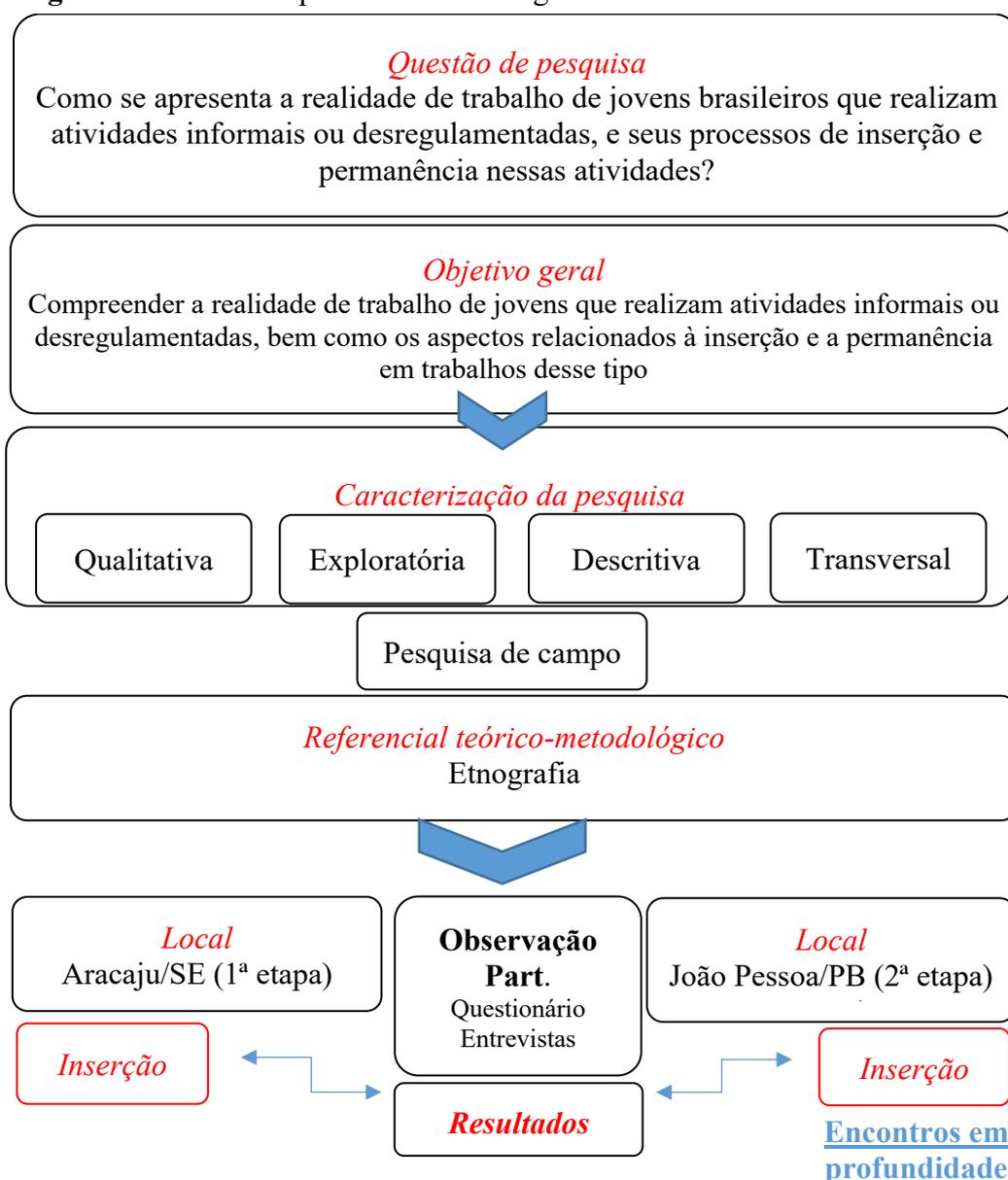
Diante da problemática apresentada anteriormente, a questão de pesquisa que fundamentou o estudo, foi: Como se apresenta a realidade de trabalho de jovens brasileiros que realizam atividades informais ou desregulamentadas, e seus processos de inserção e permanência nessas atividades?

Com relação ao objetivo geral da pesquisa, tem-se: compreender a realidade de trabalho de jovens que realizam atividades informais ou desregulamentadas, bem como os aspectos relacionados à inserção e a permanência em trabalhos desse tipo. São objetivos específicos: **a)** Identificar tipos de trabalho informal exercidos pela população jovem; **b)** Identificar histórias, trajetórias e desejos que se relacionam com a inserção e a permanência dos jovens em trabalhos informais; **c)** Compreender possíveis relações entre esse trabalho e outros âmbitos da vida dos jovens; **d)** Identificar órgãos e políticas públicas de apoio à inserção dos jovens em atividades de trabalho; **e)** Identificar caminhos/estratégias para o cuidado/atenção integral do trabalhador informal, de forma geral, e para aqueles que estão vivenciando a juventude; **f)** Tecer reflexões sobre Terapia Ocupacional e trabalho.

CAPÍTULO 1 - PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo estão descritas questões éticas da pesquisa (1.1), a caracterização do estudo (1.2), o referencial teórico-metodológico adotado (1.3), a postura de inserção no campo, técnicas e materiais utilizados (1.4), os locais de realização da pesquisa (1.5), os encontros em profundidade, seus participantes e procedimentos metodológicos (1.6) bem como a organização/análise dos dados (1.7). A figura a seguir sintetiza o percurso metodológico, que será descrito nos tópicos seguintes.

Figura 1: Resumo do percurso metodológico



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Esclareço que as etapas não foram realizadas na ordem em que estão dispostas na figura anterior, pois o processo etnográfico é multisituado, regido por meio do contato com o problema de pesquisa “dentro e fora” do que se determina como campo de pesquisa, e transformado de acordo com o contato do pesquisador com atores e acontecimentos diversos. Com exceção dos procedimentos éticos do estudo, os quais devem necessariamente ocorrer antes de se registrar informações pessoais dos participantes, as demais etapas foram ordenadas na figura acima de maneira mais didática e cronológica possível.

Com a divisão ou ordenação dos tópicos nesse capítulo, não desejei empregar formalismos excessivos. O objetivo da separação foi facilitar a compreensão de quem lê o estudo, de maneira que esse leitor conheça cada detalhe da pesquisa. Além disso, a divisão que realizei favorece que sejam minimamente seguidos alguns parâmetros normativos necessários no desenvolvimento de pesquisas científicas em Programas de Pós-Graduação no Brasil.

1.1 ASPECTOS ÉTICOS

A Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, descreve que qualquer pesquisa realizada com a participação de seres humanos, deve ser submetida a apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP). O CEP tem por finalidade cumprir e fazer cumprir as determinações da Resolução 466/12, do CNS.

O projeto foi submetido ao CEP da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que deu parecer favorável a realização da pesquisa de campo e a aprovação do projeto pode ser comprovada através do Certificado de apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 08620819.3.0000.5504. O CAAE da pesquisa pode ser consultado em Anexo I e o TCLE utilizado está disponível no Anexo II.

Contudo, entendo que algumas considerações sobre os aspectos éticos são importantes de serem feitas aqui. Essas considerações surgiram a partir de incômodos que iam emergindo a partir do momento em que eu me deparava com as restritas e limitadas possibilidades de submissão do projeto ao CEP.

A submissão de um projeto para o CEP e a sua aprovação, é um desafio para as pesquisas etnográficas. O modelo estabelecido pela Plataforma Brasil - site e ferramenta criada pelo Governo Federal do Brasil e que serve para que os pesquisadores submetam projetos de pesquisa que envolvam seres humanos - não apresenta a flexibilidade necessária para que os pesquisadores descrevam a metodologia e os procedimentos de sua pesquisa.

O modelo disponível para preenchimento no site, dispõe de uma etapa obrigatória, na qual se deve colocar um número de participantes ou o “número da amostra” da pesquisa. Sabe-se que em estudos qualitativos, sobretudo os embasados em preceitos da etnografia, não existe pretensão de generalizar os resultados da pesquisa, e as possibilidades de que se consiga pré-estabelecer um número de participantes ou prever quem serão eles antes de entrar em campo, são muito reduzidas.

As pesquisas etnográficas também não se utilizam da linguagem disposta nas etapas de submissão colocadas pela plataforma, e o seu campo é mutável, podendo sofrer adaptações e transformações durante o período da inserção. Esse modelo pode contribuir para que alguns pesquisadores preencham campos na plataforma que não se aplicam às metodologias de suas pesquisas, suprimindo outros aspectos importantes por falta de espaço para preenchimento.

O objetivo desse pequeno esclarecimento foi, além de expor que essa etnografia foi submetida ao comitê de ética – já que muitas pesquisas desse tipo são embasadas no Código de Ética do antropólogo e da antropóloga – fazer também com que os pesquisadores observem o modelo estabelecido pela Plataforma Brasil e realizem suas reflexões e críticas, de maneira que se torne mais comum expor as limitações desse processo em seus estudos.

É importante destacar também que a preocupação com a submissão especificamente seguindo a normativa do CNS, e não outras, se dá a partir do momento em que muitos periódicos científicos - incluindo alguns específicos em Terapia Ocupacional - em suas diretrizes para autores, exigem o número do CAAE como requisito obrigatório para submissão das pesquisas com seres humanos.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à caracterização da pesquisa, foi utilizada para o estudo a abordagem qualitativa. Ainda, a pesquisa é do tipo exploratória, descritiva e transversal. De acordo com seus procedimentos técnicos, o estudo configura-se como um estudo de campo (GIL, 2008).

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: NOTAS SOBRE ETNOGRAFIA

Sendo uma pesquisa de campo, esse estudo foi desenvolvido a partir do referencial metodológico da etnografia. Entre outros elementos, os etnógrafos se preocupam sobretudo com: a vida cotidiana, as experiências humanas, as rotinas das pessoas e os contextos políticos, econômicos e sociais nos quais essas pessoas estão inseridas (ANGROSINO, 2009).

Foi utilizada a observação participante, que não se trata de um método de pesquisa ou de uma técnica, e sim de um “contexto comportamental a partir do qual um etnógrafo usa técnicas específicas para coletar dados” (ANGROSINO, 2009, p. 34). A observação participante é uma das possibilidades de interação do investigador que está alinhado a métodos etnográficos, com o campo de pesquisa e seus participantes (denominados “atores” ou “protagonistas”, em etnografias).

Utilizar a observação participante, é assumir que no campo o pesquisador deve se aproximar de um posicionamento/postura específico. Aspectos sobre o posicionamento do pesquisador que usufrui da observação participante serão melhores explicados posteriormente (6.5.1). Os ambientes da pesquisa foram as ruas, local onde o tipo de trabalhador estudado, geralmente executa suas atividades produtivas. As observações em espaços públicos, são um campo característico nas pesquisas etnográficas.

Rocha e Eckert (2003) apontam uma linha específica na etnografia realizada em espaços públicos, nomeada etnografia de rua, derivada da antropologia urbana, e que se dedica a pesquisar os espaços nas cidades levando em consideração fenômenos vinculados à urbanização e à contemporaneidade. A etnografia de rua utiliza não apenas registros escritos, mas vincula-os à dados audiovisuais, respeitando, porém, um limite ético, que é tanto o limite da recusa do fotografado, quanto o dos direitos civis envolvidos na divulgação de fotos e na exposição de dados pessoais sem autorização.

Magnani (2002) aponta a existência de uma etnografia urbana, também derivada dos estudos da antropologia urbana e inclusa no campo das observações em espaços públicos. O autor observa os espaços urbanos a partir de uma perspectiva que nomeia como “de perto e de dentro”. Essa perspectiva tem o objetivo de compreender atividades e comportamentos de atores sociais diversos e heterogêneos, mas entendendo que esses sujeitos e atividades estão fortemente vinculados à paisagem da cidade e são dependentes de seus espaços ou equipamentos.

“A simples estratégia de acompanhar um desses “indivíduos” em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc.” (MAGNANI, 2002, p. 17).

Nessa perspectiva, Magnani (2002) realiza uma crítica sobre o que se vem entendendo como etnografia das cidades, apontando que em muitos estudos nesses espaços a cidade é pensada como um elemento à parte, que não se relaciona necessariamente com seus moradores.

A crítica vem no sentido de explicar que é necessário observar não apenas as grandes estruturas da cidade e as forças econômicas envolvidas, mas seus elementos menores, a exemplo dos cotidianos e trajetórias dos atores sociais que as compõem, o uso do espaço público por parte dos envolvidos, assim como as implicações e influências desses espaços sobre a realidade desses.

Na etnografia urbana ou de rua, são comumente estabelecidos “pontos de vista”, local encontrado no campo pelo pesquisador em etnografia, para iniciar as observações e pensar as possibilidades de aproximação com os sujeitos e coletivos no sentido de alcançar os objetivos da pesquisa. Esse ou esses pontos, devem possibilitar uma visão ampla dos acontecimentos do espaço, e podem sofrer alterações conforme as necessidades da pesquisa (MATIAS; FRANCISCHINI, 2010). A etnografia urbana é um constante “ir e vir” do pesquisador entre “pontos de vista” e aproximações mais profundas com atores envolvidos na resposta à pergunta de pesquisa.

1.4 POSTURA DE CAMPO, TÉCNICAS E MATERIAIS DE REGISTRO

Neste tópico será apresentada a postura de inserção no campo, assim como a perspectiva teórica que a embasa. Em seguida serão descritas técnicas/materiais de registro que compuseram a produção de dados como: cadernos de anotações; entrevistas; questionário de identificação e dados audiovisuais.

1.4.1 A observação participante e o participante observador

Para inserção no campo, foi utilizada a prática da observação participante, que pode ser definida como um comportamento específico que é adotado pelo pesquisador que realiza uma etnografia. Na observação participante, o investigador, por um período relativamente longo, vai ao campo buscando a compreensão da situação natural dos indivíduos, sob a ótica de algum conhecimento científico prévio que pode ser abandonado ou transformado, mas que o auxilia a começar a compreender cientificamente uma determinada realidade (MAY, 2004). Assim, “inserida no conjunto das metodologias denominadas de qualitativas, a Observação Participante é utilizada em estudos ditos exploratórios, descritivos, etnográficos ou, ainda, estudos que visam a generalização de teorias interpretativas” (MÓNICO et al., 2017, p. 725).

Sobre os diferentes papéis ou comportamentos que o investigador pode assumir em uma observação participante, o estudo clássico de Gold (1958) explica que existem quatro

possibilidades: a) ser um participante completo: quando o investigador pretende se engajar completamente na atividade analisada; b) ser participante observador: quando o participante deixa claro suas intenções no campo e torna público o motivo de sua inserção naquela rotina ou campo; c) ser um observador que é também participante: maior observação formal do que informal, o que não é considerado observação participante) e d) ser um observador completo: um papel não participante, considerado inadequado em pesquisas etnográficas, já que exige apenas um registro mecânico e muitas vezes pessoal, dos comportamentos.

Nessa pesquisa, meu papel como investigadora se aproximou do que é definido como “participante observador”. O contato com a rotina de trabalho dos participantes foi dado por meio das minhas observações e interações com os trabalhadores. Por meio dela, foi possível registrar informações sobre suas histórias de vida, cotidianos e atividades de trabalho.

Me coloquei no campo como de fato uma cientista, e esclareci isso para todos os atores envolvidos. Busquei o alargamento dos vínculos com os atores ao longo do tempo, mas deixando claro minhas intenções e inexperiências com relação à realidade desses trabalhadores. A observação participante foi realizada sem a pretensão de conseguir ser alguém que faz parte do coletivo de trabalhadores ou que desempenharia as mesmas funções que esse coletivo.

1.4.2 Cadernos de anotações: “uma nota sobre tomar nota”

Com relação as anotações de campo, May (2004) afirma que na observação participante elas são necessárias para que o pesquisador compreenda que existe um objetivo e um problema de pesquisa, de maneira a não se distanciar completamente deste. Porém, o autor salienta que existem diversos métodos e que eles geralmente são estabelecidos pelo próprio investigador, de maneira a facilitar as análises já que “as anotações feitas dependerão do foco de suas interrogações” (MAY, 2004, p. 188).

Como o investigador é geralmente norteado por interesses teóricos (que podem gerar também novos interesses teóricos), as anotações podem variar, passando muitas vezes de notas mais gerais, para informações mais específicas sobre papéis, regras, relacionamentos, tempo, lugar, circunstâncias sociais, linguagem (...) (MAY, 2004).

Os cadernos de anotações de um pesquisador que se apropria da pesquisa etnográfica, podem identificar temas antes da imersão no campo, a partir da literatura utilizada e de suas questões ou pressupostos de pesquisa, e também durante e após o campo, a partir da experiência com a realidade que se apresenta. No presente estudo alguns elementos fizeram parte do caderno de anotações antes da entrada no campo, como: as histórias dos trabalhadores

(destacando os aspectos sociais, econômicos e de trabalho contidos nessas histórias); a rotina de trabalho e a organização do trabalho real.

Os temas-chave podem ser colocados logo na fase inicial da observação, facilitando na organização dos dados. Entretanto, esses temas não devem ser um limitante para o surgimento ou o desaparecimento de outros temas durante e após o processo de imersão. Nessa pesquisa, os temas foram feitos e refeitos, transformados e acrescidos de novos temas e subtemas mais minuciosos, que surgiram durante fase de análise dos dados.

1.4.3 Entrevistas, questionário de identificação e dados audiovisuais

A pesquisa etnográfica geralmente pressupõe mais de um tipo de técnica de produção de dados. A importância de técnicas múltiplas é dada em função de técnicas utilizadas separadamente não serem suficientes para compreender uma comunidade, que é viva, difícil de delimitar ou controlar, inconstante e real (FLICK, 2009).

A observação participante não exige a obrigatoriedade ou a formalidade da realização de entrevistas estruturadas ou gravadas, por exemplo. Embora possa existir algum roteiro de entrevista predeterminado, os temas e perguntas são elaborados de acordo com a necessidade do processo etnográfico e são utilizadas para enriquecer os resultados e auxiliar no processo de organização e transcrição dos dados.

Nesta pesquisa, além dos cadernos de anotações, também foi utilizado questionário de identificação, entrevistas e dados audiovisuais. A triangulação dos dados provenientes desses diferentes tipos de técnicas teve como objetivo o enriquecimento dos resultados da pesquisa e preservação da realidade que se apresenta no campo.

Especificamente sobre o questionário de identificação para produzir dados socioeconômicos e de trabalho dos participantes, as perguntas foram de natureza mista. O instrumento apresenta duas sessões: 1) dados sociodemográficos/socioeconômicos e 2) dados profissionais. O questionário de identificação do entrevistado foi preenchido pelos participantes. Já com relação aos dados audiovisuais e entrevistas, esses foram registrados a todo momento de acordo com a realidade que se apresentava, inclusive simultaneamente.

1.5 LOCAIS DA PESQUISA

A etnografia sempre leva em consideração a realidade concreta do espaço analisado. Dessa forma, necessariamente está incluída a participação de diversos campos e atores na

pesquisa. Não é possível restringir os atores unicamente àqueles que são objeto da pesquisa, e nem os campos àqueles que foram realizados os contatos com esses atores (MAGNANI, 2002).

As cidades de realização da pesquisa foram aqui delineadas por meio da descrição de características demográficas e econômicas específicas. Embora nem os locais nem a etnografia se restrinjam a essas características, o objetivo de as expor foi indicar a relevância de realizar esse estudo nesses locais, uma vez que seus baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Produto Interno Bruto (PIB), sugerem também altos níveis de trabalho informal e desemprego (IBGE, 2019).

Para facilitar a compreensão, o primeiro e segundo campo foram denominados como “primeira etapa” e “segunda etapa” da inserção etnográfica, embora, devido a fluidez do processo, essas etapas não tenham sido realizadas de maneira fixa ou estática. É importante esclarecer que cada local de pesquisa teve um diferente papel no processo etnográfico e não foi a intenção realizar nenhum tipo de comparação entre os locais. As interações nos espaços foram um *continuum*, uma vez que iam acontecendo, enriquecendo a produção de dados e possibilitando novos caminhos.

No primeiro local que será descrito (Aracaju/SE) aconteceram **observações e interações** com trabalhadores e com líderes de órgãos de apoio e suporte ao trabalho e à juventude. No segundo local (João Pessoa/PB) também foram realizadas as observações e interações com os atores citados, porém, **nesse segundo momento ocorreram também os encontros em profundidade com um grupo de trabalhadores específicos**, grupo esse que foi delimitado durante o processo de imersão no campo. Os encontros estão descritos no tópico 1.6 a seguir.

Nem sempre, durante a descrição dos resultados e suas análises, foi identificado em qual das cidades ou locais especificamente se deram os acontecimentos descritos. As identidades dos atores e os seus locais de trabalho foram melhor preservados(as) quando não eram identificados muitos detalhes sobre a localização desses. A necessidade de preservação de das identidades e locais se dá uma vez que algumas pessoas descreveram processos problemáticos que poderiam comprometer sua atividade de trabalho.

1.5.1 Primeira etapa: Aracaju - praça dos mercados

Sobre a cidade de Aracaju, de acordo com dados fornecidos pelo IBGE, a população estimada do local, em 2018, foi determinada em 648.939 mil pessoas. No último censo demográfico, em 2010, foram identificados 571.149 habitantes. De acordo com o IBGE

Cidades, a média do salário mensal da população que trabalha formalmente é de 3,1 salários mínimos, e cerca de 35,8% da população total de Aracaju, tem renda mensal per capita de no máximo meio salário mínimo (IBGE, 2017a).

Das 27 capitais brasileiras, Aracaju possui o 14º Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do país. Se analisarmos por capital brasileira, Aracaju é a capital com o 11º Produto Interno Bruto (PIB) mais baixo do país e a 14ª menor renda per capita de acordo com o último censo (IBGE, 2010). Já com relação ao estado de Sergipe, em 2017, este apresentou o 5º menor PIB do Brasil (IBGE, 2017a).

Sobre a atividade de trabalho e o trabalho informal no município de Aracaju, de acordo com o IBGE (2017a) a população economicamente ativa é igual a 211.380 pessoas. Desses habitantes, 44.527 não exercem nenhum tipo de atividade de trabalho. A mesma pesquisa revelou que 58.014 das pessoas ocupadas em Aracaju, são trabalhadores informais. Sendo assim, de todas as pessoas economicamente ativas de Aracaju (211.380 pessoas), cerca de metade estão desempregados ou fazem parte da economia informal (102.541 pessoas).

A região central da cidade de Aracaju, principalmente as ruas das imediações da Praça dos Mercados e do Mercado Municipal, foram indicadas por moradores e informantes locais como potenciais lugares para a compreensão e análise do trabalho informal no município. No centro da cidade de Aracaju está localizada grande parte dos vendedores ambulantes e outros trabalhadores de rua da cidade. *A priori*, os jovens vendedores ambulantes seriam os participantes do que chamarei mais adiante de “encontros em profundidade” (tópico 1.6), já que a literatura o aponta como exemplo mais tradicional de trabalhador informal e de rua (DURÃES, 2014).

Figura 2: Praça dos mercados, centro da cidade de Aracaju/SE



Fonte: Reproduzido de Google Imagens, 2020.

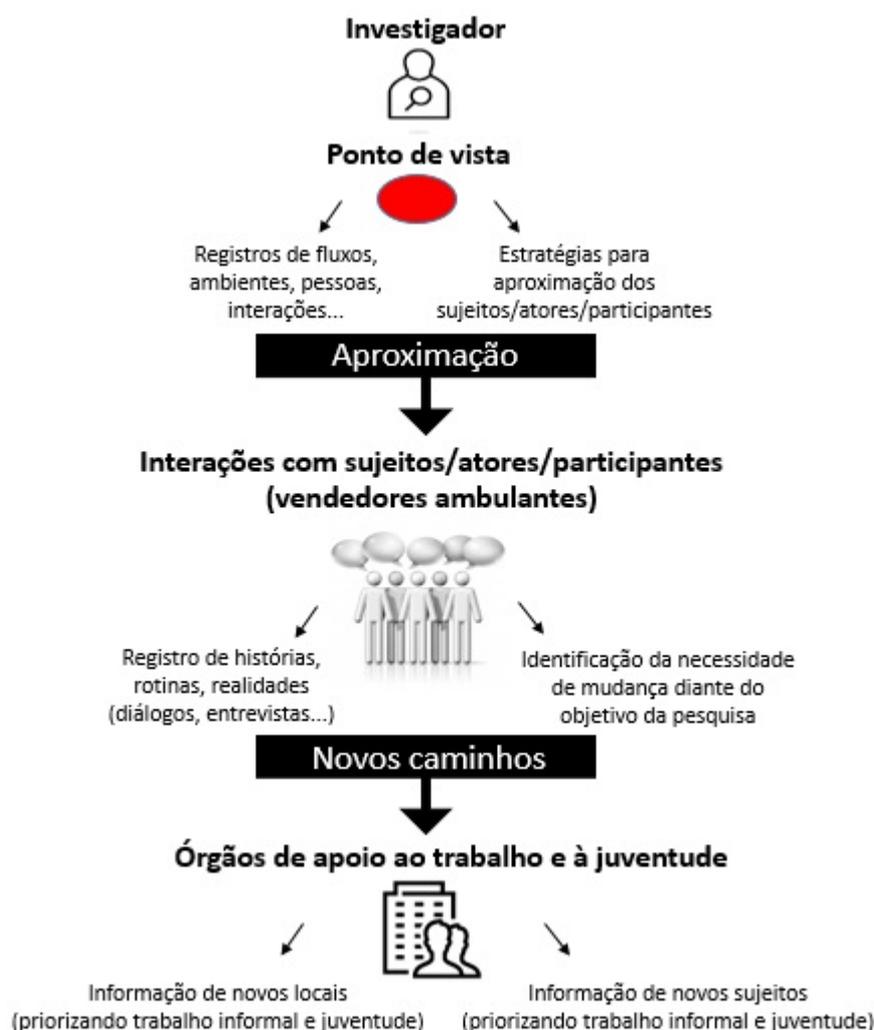
Nesse local, ocorreram principalmente **observações e interações** com vendedores ambulantes e representantes de órgãos de apoio ao trabalho e à juventude. Primeiramente as observações, interações e registros, aconteceram nos arredores de centros comerciais populares em que normalmente se aglomeram os ambulantes. Na Praça dos Mercados estabeleci o primeiro “ponto de vista”. O ponto de vista mudou algumas vezes devido à fluidez do trabalho de rua. No primeiro ponto de vista foram iniciados os primeiros registros sobre os fluxos locais, atividades de trabalho, ambientes e sujeitos/atores sociais. Em Aracaju, a lateral da porta de entrada do Mercado Público foi o primeiro ponto.

Ainda nesse ponto de vista foi possível traçar estratégias para viabilizar contatos “de perto e de dentro” com os atores sociais que eu pretendia envolver na pesquisa. A observação da realidade e das dinâmicas locais, fez com que fosse possível compreender a frequência dos trabalhadores no local e um pouco da sua rotina de trabalho, proporcionando que eu fizesse uma aproximação mais contextualizada, que priorizava: trabalhadores mais frequentes (potenciais informantes) e momentos de pausa/intervalo/menor movimento (favorecedores dos diálogos e pactuações iniciais).

Foi entrando em contato com alguns vendedores ambulantes, após essa aproximação, que foi possível notar a escassez de sujeitos considerados jovens executando essas atividades. Foi compreendendo isso e na tentativa de encontrar um grupo de trabalhadores informais jovens que pudessem participar dos encontros em profundidade, que me desloquei para órgãos de apoio ao trabalho e à juventude.

A ida até esses órgãos tinha o objetivo de encontrar representantes que pudessem indicar novos caminhos para a pesquisa. Poderiam ser indicados novos lugares possíveis para encontrar jovens em atividades de trabalho informal e de rua, ou até mesmo jovens trabalhadores informais de rua que já tivessem sido mapeados ou cadastrados de alguma forma por esses órgãos.

Figura 3: Síntese do processo etnográfico em Aracaju



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

1.5.2 Segunda etapa: João Pessoa - praça e calçada de Manaíra

Sobre João Pessoa, de acordo com o IBGE Cidades, a população estimada do município, em 2019, foi de 809.015 mil pessoas. No último censo demográfico, em 2010, foram identificados 723.515 habitantes na cidade. De acordo com o IBGE Cidades, a média do salário mensal da população que trabalha formalmente é de 2,7 salários mínimos, e cerca de 36,4% da população total de João Pessoa, tem renda mensal per capita de, no máximo, meio salário mínimo (IBGE, 2017b).

A cidade de João Pessoa se apresenta como a capital com o 12º menor IDH do Brasil. A renda per capita de João Pessoa é a 15ª menor dentre todas as capitais do Brasil (IBGE, 2010) e o estado da Paraíba detém o 9º menor PIB do país (IBGE, 2017b). De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada em

novembro de 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 59,2% da população ocupada na Paraíba (882 mil pessoas), realizam trabalhos informais (IBGE, 2020).

“Entre os empregos informais, a maior parte (407 mil) é composta por pessoas que trabalham por conta própria sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); seguida por aqueles que são empregados sem carteira, 327 mil; e pelos trabalhadores domésticos sem carteira, 82 mil. Há também 48 mil pessoas ocupadas como ‘trabalhador familiar auxiliar’ e 18 mil como ‘empregador sem CNPJ’, segundo a PNAD.” (REDAÇÃO PORTAL CORREIO, 2019).

No município de João Pessoa as interações com os ambulantes e com os órgãos de apoio também foram realizadas. Nesse caso, os principais locais observados foram a praça do centro da cidade, e as ruas das regiões comerciais centrais.

A partir dos dados coletados, ainda percebendo a ausência de um grupo de vendedores ambulantes jovens que pudessem compor encontros em profundidade, os novos caminhos da pesquisa consistiram em definir múltiplos pontos de vistas pelas ruas da cidade, de forma a buscar outras atividades de trabalho informais e de rua que fossem compostas significativamente por trabalhadores mais jovens. Nesse momento da pesquisa várias atividades de trabalho informais e de rua tipicamente executadas por jovens, foram identificadas, mapeadas e descritas.

Durante o mapeamento das diversas atividades realizadas por jovens nos espaços das ruas, um tipo específico de trabalho vinha atraindo a minha atenção exatamente pelo volume de jovens que o realizavam: os entregadores de comidas através de plataformas como *Uber eats*, *Ifood*, *Rappi*, *James* e outras. Em João Pessoa, uma boa parte desses trabalhadores estavam localizados no bairro de Manaíra.

Figura 4: Logomarcas de algumas das principais plataformas digitais que disponibilizam o trabalho.



Fonte: Reproduzido de Google Imagens, 2020.

Assim, nesse local, ocorreu a continuidade das **observações e interações** com vendedores ambulantes e representantes de órgãos de apoio ao trabalho e à juventude, mas

também os **encontros em profundidades com os jovens entregadores**, grupo delimitado devido às características já explicitadas.

Foi na orla do bairro de Manaíra, que foi definida a atividade de trabalho e o grupo que seriam futuramente os participantes dos encontros em profundidade. Nesse bairro, atualmente se encontra grande parte dos estabelecimentos comerciais e da atividade turística do município. O bairro de Manaíra se localiza na zona leste de João Pessoa, é caracterizado por intensa atividade comercial, pela presença de diversas praças, e por ser o bairro residencial que aloja o maior *shopping center* do município. Manaíra é considerado um bairro de classe média em João Pessoa, e é considerado pela população local como um dos melhores bairros para habitar na capital Paraibana.

Contornado pela praia de Manaíra, na área da orla, ou “calçadão”, o bairro é caracterizado por forte movimentação de estabelecimentos como restaurantes, lanchonetes, conveniências, grandes galerias comerciais, *shopping* e outros.

Figura 5: Orla de Manaíra e seus estabelecimentos comerciais à esquerda



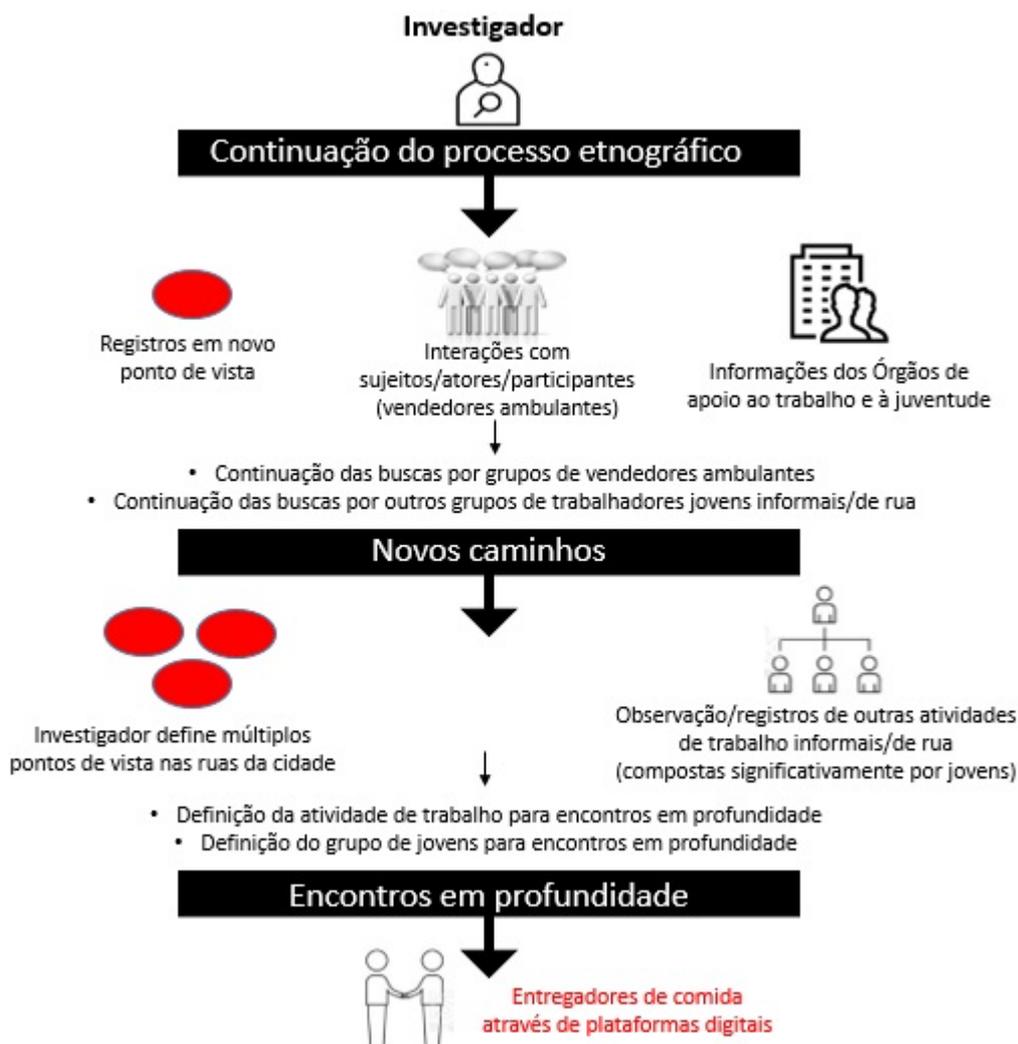
Fonte: Reproduzido por Google Imagens, 2020.

Sobre os entregadores de comida através de plataformas digitais, o aumento dessa atividade de trabalho, inclusive em meio à população jovem, se deve ao fato de que os jovens costumam se engajar por meio da tecnologia, e que as motocicletas são de financiamento fácil. Além disso, existe um alto nível de desemprego entre a população jovem, principalmente no

Brasil. Também há a demanda de velocidade nos negócios das sociedades capitalistas, que aumenta a necessidade das rápidas entregas de produtos (ANDRADE, 2009).

Para esses trabalhadores, trabalhar é permanecer na rua, disponível para a empresa, durante várias horas por dia e sem espaço fixo durante muitas horas por dia, correndo o risco de que o preço da entrega não venha a compensar a sua espera (ABILIO, 2020b). Assim, reafirmo que a decisão de realizar encontros em profundidade com jovens entregadores de comida por aplicativo de *smartphone*, foi principalmente pautada na percepção de que essa atividade de trabalho é desregulamentada, ocorria a todo momento nos espaços das ruas e era tipicamente composta por trabalhadores jovens.

Figura 6: Síntese do processo etnográfico em João Pessoa



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Uma das várias aglomerações de entregadores no bairro de Manaíra, é localizada ao lado de uma praça, paralela à praia, e denominada “Quadra” ou “Praça de Manaíra”. Próximo a ela se encontram muitos restaurantes e lanchonetes, o que faz com que os entregadores a utilizem como ponto de apoio. Foi na Quadra de Manaíra onde aconteceram os encontros em profundidade com trabalhadores selecionados, denominados aqui de participantes. Aqueles indivíduos que participaram da pesquisa, mas não necessariamente dos encontros, foram sempre denominados como sujeitos ou atores da pesquisa.

Figura 7: Quadra de Manaíra (local das interações)



Fonte: Dados da pesquisa (arquivo pessoal), 2020.

1.6 ENCONTROS EM PROFUNDIDADE

No contexto dessa pesquisa, os encontros em profundidade compuseram uma etapa particular da pesquisa e aconteceram após um longo processo de observação participante livre, composta por idas e vindas em diversos pontos de vistas que estabeleci nas ruas da cidade em busca de jovens trabalhadores informais. Os encontros em profundidade foram especificamente as interações realizadas em um mesmo espaço físico, com os mesmos participantes (denominados **participantes da pesquisa** e determinados por critérios de inclusão e exclusão), e com uma frequência organizada no que se refere aos turnos e horários estabelecidos (denominados **procedimentos metodológicos** e determinados junto com os participantes).

1.6.1 “Viajar para buscar algo e regressar a casa para se encontrar lá”

Os encontros em profundidade significaram também encontros entre histórias. Entre as histórias da pesquisadora e dos trabalhadores participantes. De autoria da escritora

Chimamanda Ngozi Adichie, o título desse tópico se refere à uma frase que retrata encontros de uma das personagens de seus livros com diferentes realidades culturais e modos de vida. Nesse trecho a personagem ressalta que esses encontros auxiliaram em sua própria construção identitária e na elaboração de novos mundos. A experiência da personagem elaborada por Chimamanda resume o significado que os encontros em profundidade tiveram para mim.

Com os participantes, primeiramente foi feito o esclarecimento sobre a pesquisa (objetivos, implicações teóricas e sociais do estudo, sigilo em relação aos participantes etc.); e explicitado sobre a participação voluntária e sobre o meu papel nesse processo. Em seguida foi solicitada a assinatura do TCLE, para aqueles que concordaram em participar do estudo. Após esse processo, foi realizado o preenchimento do questionário de identificação com dados pessoais, econômicos e de trabalho.

Os encontros ocorreram durante o turno da noite, por, no mínimo, uma vez em cada dia da semana incluindo o sábado e o domingo, e durante três meses. A jornada da noite foi identificada pelos próprios entregadores como a mais intensa e como uma possibilidade maior de encontrar mais trabalhadores na praça. Além disso, o local que eles se encontram no turno da noite (que é diferente do turno da tarde), a praça, possibilitava uma maior e mais “confortável” aglomeração de trabalhadores nos encontros, por conter maior espaço e bancos.

Os dias da semana que os trabalhadores indicaram como mais propício aos diálogos foram as segundas, terças e quartas, com a justificativa de que com o movimento do trabalho menor, as possibilidades de conversar comigo seriam maiores. Todavia, decidimos juntos que todos os dias seriam importantes, uma vez que os encontros não se restringiriam aos diálogos, mas também tinham o objetivo de me fazer conhecer e compreender a agitação de dias movimentados de trabalho.

Sobre o tempo desses encontros, ao identificar o funcionamento da rotina dos entregadores, eu chegava no local por volta das 18:00, e me retirava por volta das 21:00, horário em que os trabalhadores se movimentavam em direção aos seus bairros, o que significava o “fim do expediente”. Esse período podia se alargar ou diminuir de acordo com alguns aspectos como: conversas mais curtas ou mais longas com os trabalhadores, maior ou menor movimentação do trabalho, chuvas fortes.

Foi combinado que os próprios trabalhadores poderiam sugerir o local da praça para realizar conversas que poderiam exigir certo distanciamento dos colegas. A praça favorecia essa movimentação devido sua estrutura. Também eram os participantes que davam a tônica das temáticas que seriam conversadas e dos registros que iam sendo feitos. Não eram os roteiros de

entrevistas, mas a própria rotina de trabalho e os acontecimentos da vida, que provocavam o diálogo.

A todo momento também era realizado o registro dos contatos que aconteceram entre os trabalhadores e a pesquisadora de maneira “extracampo”, ou seja, via celular através do uso de aplicativos de comunicação e mensagem. Também “extracampo”, a pesquisadora realizava anotações sobre a conjuntura política, social e econômica vinculada aos assuntos dos encontros e ao tema da pesquisa. Todas as interações foram realizadas de maneira a não atrapalhar a execução prática do trabalho, algo que deve ser considerado por pesquisadores que realizam pesquisas sobre atividades de trabalho.

1.7 ANÁLISE DE DADOS

As análises dos dados provenientes de estudos etnográficos podem ser descritivas (identificação de quais temas emergem da observação participante) ou teóricas (quais as possíveis inferências dos temas, com o quadro teórico adotado) (FLICK, 2009). Nesse estudo, foram utilizadas tanto análises descritivas quanto teóricas, simultaneamente.

O processo de organização dos dados foi realizado da seguinte maneira: **a) Elaboração dos índices:** Todos os dados foram primeiramente lidos e analisados integralmente, diversas vezes, sendo assim possível separá-los por “índices”. Chama-se aqui de “índices”, as grandes divisões dos dados provenientes de todos os instrumentos e técnicas utilizados (inclusive as fotografias). Os índices são literalmente a separação dos dados por grandes “assuntos”. Esses assuntos são determinados de acordo com a frequência e a importância dos dados para a resposta à questão e objetivos da pesquisa. **b) Elaboração dos títulos e subtítulos:** Os dados de cada índice foram transferidos para um arquivo digital, e separados por temas e subtemas inclusos em cada assunto. **c) Elaboração do texto:** Os dados de cada tema e subtema compõem o capítulo de resultados, e foram articulados ao enquadramento teórico da pesquisa.

CAPÍTULO 2 - TRABALHO INFORMAL E TRABALHO PRECÁRIO

O objetivo deste capítulo é descrever questões primordiais sobre trabalho informal e trabalho precário, de forma a explicitar as diferenças e as similaridades teóricas entre os conceitos. Assim, primeiramente serão apresentadas perspectivas conceituais de trabalho informal (2.1) e em seguida de trabalho precário (2.2). Por fim, serão expostos alguns dados contemporâneos sobre trabalho informal no Brasil, com o objetivo de expor a atual conjuntura e sua relação com as informalidades e precarizações (2.3).

2.1 TRABALHO INFORMAL: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO CONCEITO E IMPLICAÇÕES DA DESREGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

Ao analisar o trabalho informal e as suas repercussões para a vida dos trabalhadores, deve-se sempre levar em consideração a realidade do local que se está analisando o fenômeno. Ou seja, para discutir informalidade e trabalho, é necessário compreender o que um dado país, com uma legislação e um mercado de trabalho específico, considera de fato como sendo trabalho “formal”. É apenas com a compreensão sobre o que é a “formalidade” do trabalho que se pode falar sobre as influências da informalidade do trabalho para sujeitos e populações (NORONHA, 2003).

Além disso, é necessário apontar que o conceito de trabalho informal e o significado de trabalhar sem vínculos empregatícios sofreram modificações relevantes ao longo dos anos (LIMA; SOARES, 2002; NORONHA, 2003; LIMA, 2013). Nos anos 1960 e 1970, o trabalho informal era entendido como fenômeno típico de países ditos periféricos ou em desenvolvimento, estando diretamente ligado ao grupo de atividades caracterizadas como “subterrâneas”, ilegais e criminosas. Existia, desta forma, uma relação direta e obrigatória entre informalidade, grupos em situação de vulnerabilidade social e marginalidade (LIMA; SOARES, 2002).

Com a reestruturação econômica e o crescimento do desemprego na década de 1970, as lideranças capitalistas necessitaram justificar para a população, a existência de um grande número de trabalhadores informalizados, denominados “exército industrial de reserva”. Para explicar que o capitalismo não havia fracassado, dizia-se que este tipo de trabalho era próprio de países subdesenvolvidos, fruto de um “desemprego residual” que havia acontecido de forma acidental durante o processo de industrialização capitalista. Dizia-se que o exército residual seria absorvido pelo trabalho formal conforme os processos de industrialização fossem

completados nesses locais. Assim, o trabalho informal foi sendo explicado “em termos de industrialização incompleta, subdesenvolvimento, resultado de uma urbanização ainda sem industrialização finalizada” (LIMA, 2013b, p. 3).

Contudo, o “exército industrial reserva” não foi transformado em um grupo de trabalhadores formalizados, como era afirmado por aqueles favoráveis à perpetuação desse sistema. Ao mesmo tempo, o trabalho informal ia sendo incorporado ao capitalismo oportunamente. Assim, “o informal passou a ser analisado também dentro do paradigma da flexibilidade e por conseguinte como algo que poderia ser positivo” (LIMA; SOARES, 2002, p. 165).

O estabelecimento de relações entre empresas e trabalhadores informais, na era da flexibilidade contratual, passava a ser visualizado como uma potente ferramenta do capitalismo, uma vez que nessas relações as empresas são desresponsabilizadas de arcarem com custos relacionados aos direitos e proteção social. A partir desta compreensão, as atividades informais são extremamente necessárias ao processo de acumulação (LIMA; SOARES, 2002).

Pautados neste raciocínio e pensando também em resolver o problema do desemprego estrutural, defensores do sistema capitalista apresentaram, na década de 1990, argumentos que não apenas justificavam a permanência e a incidência do trabalho informal no capitalismo, como fomentavam a necessidade e a importância dele. Entendendo que o trabalho sem vínculo era mais barato e oferecia mais lucro, o conceito de trabalho informal e o seu significado foram sendo modificados e incorporados à realidade capitalista. O objetivo da transformação era suavizar estereótipos antes colocados sobre esse tipo de atividade. Transformar esse conceito em algo mais positivo, descolado da pobreza, foi uma das estratégias utilizadas para convencer trabalhadores de que neste tipo de trabalho existem vantagens (LIMA, 2013, p. 3).

Neste sentido, o trabalhador informal ganha novas denominações: trabalhador liberal, autônomo ou empreendedor. Esses novos termos não carregam mais o peso da vulnerabilidade. Estratégias capitalistas pautadas na dissolução e transformação do conceito de trabalho informal e na criação destas novas terminologias, foram efetivas à medida que contribuíram para que muitos trabalhadores venham percebendo a informalidade como uma vantagem. O objetivo é exatamente fazer o trabalhador informal acreditar nas benéficas da “liberdade” contida em seu não-vínculo. Além disso, a ideia de ser seu próprio patrão pode legitimar maior status social e satisfazer necessidades identitárias (SOUZA; LUSSI, 2019).

Todavia, junto ao fomento do trabalho informal como algo positivo, está a desresponsabilização do Estado em termos de proteção ao trabalhador, e à retração dos direitos

trabalhistas (GOLDBERG, 2014; O'BRIEN, 2006). Ademais, ao colocar o trabalhador como o seu próprio patrão e como responsável por gerar seu próprio emprego, aspectos como o desemprego, as desigualdades e a precarização do trabalho, passam a significar os resultados de seu fracasso individual (LIMA; JUNIOR, 2018, p. 34).

Assim, com a adesão da classe trabalhadora a esse discurso, corre-se o risco de que o próprio trabalhador passe a negligenciar a importância da proteção social e dos direitos trabalhistas. O desemprego e os baixos salários passam a ser responsabilidade do próprio sujeito, pois este agora é “livre” para construir sua própria trajetória no mercado de trabalho. Sendo ao mesmo tempo “empregado e empregador” a classe trabalhadora passa a ser a única responsável não somente por gerar suas oportunidades de trabalho, mas por arcar completamente com os custos de gera-las e com os referentes à um possível impedimento de trabalhar.

É importante apontar ainda, que embora se venha criando maneiras de valorizar o trabalho informal e apontar suas benéficas, não significa que as relações entre informalidade e capitalismo não apresentem tensões. Ao mesmo tempo em que esse sistema se aproveita da mão de obra barata do trabalho informal e a utiliza como ferramenta, esse modo de produção pode, oportunamente, desprezar esse tipo de trabalho. Muitas atividades informais são incriminadas e desvalorizadas quando não estão voltadas aos interesses capitalistas, desfavorecem a acumulação/manutenção desse sistema ou causam problemas à algum âmbito da vida de seus protagonistas (MISSE; 2006; SOUZA; LUSI, 2019).

Ao explicar que os conceitos de trabalho “formal” e “informal” devem estar sempre contextualizados às localidades em que são analisados (país e regiões) e ao contexto sociohistórico a que se refere o estudo, detenho-me agora a apresentar possíveis implicações teóricas em escolher utilizar termos como setor informal, economia informal ou trabalho informal, nos estudos sobre informalidade no trabalho. O esclarecimento tem objetivo de explicitar que embora utilizados comumente como sinônimos em alguns estudos científicos, os termos citados apresentam diferenças importantes e podem expor um posicionamento.

De maneira a simplificar a discussão para não estendê-la em torno de definições que são na verdade escolhas teóricas, o adjetivo informal pode ser utilizado de três grandes formas: a) como setor informal (atividades informais dentro de um setor, que fazem parte de uma cadeia produtiva); b) economia informal (entendimento do trabalho informal como uma atividade econômica que não é tributada) e c) trabalho informal (atividade que caminha entre o lícito e o ilícito, a regulação e a não regulação do poder público, entretanto é legítima). O importante é

que a escolha do termo e do conceito esteja em consonância com os objetivos e escolhas teóricas do estudo (PAMPLONA, 2013).

Foi possível perceber que são várias as opções para compreender o informal, seja ligando-o à vulnerabilidade social, ao desemprego, ilegalidade, criminalidade, flexibilidade, empreendedorismo, ausência de regulação ou de direitos sociais. Porém, independente do conceito e do termo utilizado, o informal remete etimologicamente a algo que não tem forma. Esta falta de precisão ao descrever as situações informais de trabalho, por si só expressa a condição das pessoas que trabalham informalmente (CERQUEIRA, 2017).

“Esse discurso do tal empreendedorismo é mais uma forma da precarização do trabalho. Isso se dá para os trabalhadores das periferias, que estão longe dos centros comerciais e precisam lidar com o mercado de trabalho sem nenhum direito. Esse discurso do empreendedor é para que o Estado não tenha responsabilidade sobre políticas públicas de emprego e renda” (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

Diante do exposto, fomentar a liberalização de vínculos de trabalho - seja entendendo-a como solução ao desemprego ou como oportunidade de “liberdade contratual” - é um risco à todas as dimensões da vida humana. Grande parte da classe trabalhadora de países em desenvolvimento, atualmente enfrentam grandes desafios no que se refere aos direitos no e ao trabalho. As desigualdades sociais e vulnerabilidades dos países em desenvolvimento estão diretamente ligadas a grande quantidade de trabalhadores informais nesses lugares (BONNET et al., 2019).

Há de considerar, contudo, que embora a informalidade tenha sido sempre vinculada aos países periféricos, ela é central no modo de produção capitalista como um todo. Igualmente, a transformação do trabalhador informal em trabalhador autônomo, também é uma tendência mundial (ABILIO, 2020a). Os mais diversos países do globo estão vivenciando “a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo” (ANTUNES, 2012).

Sobre contexto brasileiro, nesse país os contratos formais buscam garantir que o trabalhador tenha direito a acessar benefícios financeiros e programas da Previdência Social. É através de contratos formais que o trabalhador brasileiro pode usufruir, por exemplo, de afastamentos remunerados e auxílios financeiros diante de algumas situações como: demissões,

desemprego e adoecimentos causados ou não por meio do trabalho. No país, grande parte dos contratos formalizados são legislados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)³.

No Brasil, trabalho informal é toda aquela atividade remunerada em que o trabalhador não possui nenhum vínculo trabalhista formalizado com um contratante. Grande parte dos contratos formais no país, estão submetidos à Consolidação das Leis Trabalhistas (denominado regime CLT) (OIT, 2015).

Em 2017, dos 91,3 milhões de indivíduos que exercem alguma ocupação remunerada no Brasil, 37,3 milhões estavam fora do regime CLT. Em 2016 35,6 milhões de trabalhadores estavam nesta situação, o que significa 1,7 milhões a menos do que no ano de 2017. No ano de 2019 o país apresentou números nunca antes vistos em sua história: 41,4% da força total de trabalho do país, é informal. Esse dado demonstra o frequente e significativo crescimento dos números de trabalhadores informais no Brasil (IBGE, 2016; SILVEIRA; ALVARENGA, 2019).

A Consolidação das Leis Trabalhistas (ou regime CLT) foi implantada em 1943 e desde então vem sendo um importante instrumento para garantir direitos trabalhistas no Brasil. Trata-se de um conjunto de normas e leis que devem ser aplicadas e cumpridas por empregados e empregadores que estiverem inclusos nesse regime. O objetivo - desde o seu projeto e da sua implantação - vem sendo o de garantir, juridicamente, a regulação das relações de trabalho e os direitos dos trabalhadores (KREIN, 2018). Durante décadas o regime CLT foi considerado a forma mais digna de inserção no trabalho, uma maneira de que o trabalhador se mantenha estável, e usufrua de direitos e auxílios em caso de possíveis demissões ou afastamentos.

Entretanto, foi aprovada no Brasil, no ano de 2017, a lei nº 13.467/2017 denominada Reforma Trabalhista (que altera mais de 200 pontos da CLT) e a lei nº 13.429/2017 (que liberaliza a terceirização e amplia o contrato temporário) (BRASIL, 2017). A implantação de tais mudanças teve como finalidade “legalizar práticas já existentes no mercado de trabalho e possibilitar um novo ‘cardápio’ de opções aos empregadores para manejar a força de trabalho de acordo com as suas necessidades.” (KREIN, 2018, p. 78, aspas do autor).

Diante disso têm-se, atualmente, “um novo leque de possibilidades abertas que significam formas de contratação mais baratas aos empregadores e mais vulneráveis aos

3 Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas. A lei unificou a legislação trabalhista no Brasil e descreveu normas que regulam relações individuais e coletivas de trabalho (BRASIL, 1943). A implantação da Reforma Trabalhista foi resultado de grandes lutas sociais da classe trabalhadora e extremamente comemorada por essa.

trabalhadores” (KREIN, 2018, p. 88). A reforma trabalhista foi também denominada por movimentos sociais de oposição, sindicalistas e especialistas em direito do trabalho como “contrarreforma”⁴ ou até mesmo “reforma antitrabalhista”.

Ademais, no dia 02 de janeiro de 2019, a partir da Medida Provisória (MP) 870, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi dissolvido, um fato histórico desde a sua fundação (BRASIL, 2019). Esse Ministério sempre havia sido preservado pelo Governo Federal, e era considerado pela população como o principal órgão fiscalizador do trabalho, regulador de relações empregados-empregadores. As pastas do MTE foram incorporadas a outros Ministérios, como o da Economia. Essa incorporação apresenta-se como uma contradição pois vincula um órgão que era dedicado aos interesses dos trabalhadores, a outro que é tradicionalmente vinculado ao interesse das grandes empresas e da produtividade econômica.

É possível perceber, ao analisar tais medidas, que as atuais lideranças do país vêm legislando em prol de fragilizar as relações de trabalho e retrain direitos trabalhistas. Medidas como a implementação da Reforma Trabalhista, a desvalorização/desarticulação da CLT e a dissolução do MTE, representam a banalização da precarização do trabalho e a formalização do trabalho precário no Brasil. Por meio de tais medidas foi criada, atualmente, a ocasião perfeita para expandir e ampliar o trabalho informal, assim como para incentiva-lo à classe trabalhadora por meio de argumentos historicamente construídos e mencionados anteriormente.

Gostaria de acrescentar ainda, que a flexibilização do trabalho associada à utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) vêm auxiliando a disseminar os trabalhos realizados através de plataformas digitais, processo denominado por alguns autores como “uberização do trabalho” ou “capitalismo de plataforma”. Esclarecerei melhor este processo no Capítulo 3, porém, é necessário realizar alguns comentários sobre a questão da informalidade do trabalho realizado em plataformas digitais.

Quando analisadas as relações entre as empresas que administram os aplicativos e os trabalhadores, nota-se a existência de uma relação salarial. Porém, sob a alegação de que os trabalhadores têm a “liberdade” de trabalharem quando quiserem, essas empresas acabam conseguindo negar legalmente os vínculos de trabalho, colocar o trabalhador na posição de autônomo e, por conseguinte informal, livrando-se assim das responsabilidades protetivas

⁴ “Utiliza-se o termo contrarreforma para expressar o retrocesso na regulação social do trabalho provocado pelas mudanças institucionais aprovadas pelo governo” (KREIN, 2018, p. 78).

referentes aos direitos desses trabalhadores. Isto é o que historicamente já vem acontecendo com os mais diversos tipos de trabalho intermitente e terceirizado. Nesse caso,

“as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviço” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho” (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020, p. 11, aspas dos autores).

Deste modo, há de se dizer que existe uma diferença entre outros tipos de trabalho informal citados aqui em alguns momentos, e o trabalho nas plataformas digitais ou aplicativos. Embora sob a ótica da legislação o trabalho nas plataformas seja atualmente considerado informal, é nítido que a ausência de uma legislação sobre ele é proposital, fruto de uma lógica perversa que nega a existência de um vínculo apenas oportunamente (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

Nessa perspectiva, esclareço que é fundamental que se entenda que o termo trabalho informal, no caso dos trabalhadores uberizados, não está colocado aqui como um conceito que acredita na “autonomia” e “liberdade” desses trabalhadores. Não tenho a intenção de reforçar o argumento das empresas utilizado para negar direitos aos trabalhadores e mantê-los na informalidade travestida de autonomia. Ao contrário, pretendo denunciar os problemas da informalidade e ressaltar a necessidade de formalização das atividades de trabalho no sentido de destacar a importância da legislação trabalhista. Assim, durante toda a pesquisa utilizei o termo “trabalho informal” de forma crítica, enfatizando os problemas referentes à essa informalidade.

Quero dizer, desta forma, que é um equívoco vincular a informalidade àquele trabalho realizado por meio dos aplicativos sem, contudo, salientar que a relação salarial existe e que a formalização não acontece apenas porque não interessa aos donos do capital. Dessa maneira, o termo “desregulamentação” foi utilizado como sinônimo de trabalho informal em alguns momentos da pesquisa. É necessário compreender as transformações do conceito de informal e de suas concepções, entendendo como foram gestados termos como trabalho autônomo, liberal e empreendedor. Entretanto, é primordial destacar a necessidade de regulamentação e de reconhecimento de vínculos que só estão legalmente borrados devido ao sucesso das estratégias de burla à legislação trabalhista.

Sobre a questão da precarização e de suas relações com a informalidade, o próximo tópico do presente capítulo foi dedicado a esclarecer o que são atividades precárias, e proporcionar a resposta a duas importantes questões que devido à utilização indiscriminada dos termos na literatura científica, podem se mostrar confusas: o trabalho informal é,

obrigatoriamente, uma atividade de trabalho precária? Toda atividade de trabalho precária, é um trabalho informal? Ao fim da leitura do tópico 2.2, espera-se que as respostas à essas questões sejam esclarecidas.

2.2 TRABALHO PRECÁRIO: CONDIÇÕES PARA A PRECARIZAÇÃO

O termo “precário” em português é utilizado para muitos fins. Com isso, pretendo primeiramente esclarecer que esta palavra não é apenas utilizada nos estudos sobre trabalho. Contudo, seu significado, de acordo com o dicionário, por si só auxilia a pensar sobre o que significa dizer que uma atividade de trabalho é precária.

Segundo o dicionário Michaelis⁵, a palavra “precário” é um adjetivo que quer dizer:

“1 Que não é estável ou seguro; sujeito a eventualidades; 2 De pouca monta; escasso.; 3 Que pode ser facilmente afetado por algo; débil, frágil: “Caminhou, portanto, para o lado do mar, porém em meio caminho lembrou-se da caçula, do estado precário de dona Ana e das outras suas irmãs, e arrependeu-se. Quis viver para elas e para a sua vingança”.; 4 Que não é suficiente ou adequado; deficiente: “A casa da estância de gado do Sr. Vacariano é apenas um rancho maior que os outros da povoação. Comunico-me com esse senhor no meu precário espanhol, e ele me responde na mesma língua, mas usando, uma vez que outra, palavras portuguesas”; 5 Que não se mantém ou se sustenta: A liderança do movimento é precária” (MICHAELIS, 2016).

Percebe-se que o termo precário é empregado quando se deseja utilizar um adjetivo para algo, alguém ou alguma situação ruim, frágil, débil ou insuficiente. Essa definição auxilia a esclarecer o que significa, em língua portuguesa, quando o adjetivo precário vem após o substantivo trabalho.

Na língua inglesa, o adjetivo precário (*precarious*), de acordo com o dicionário de Cambridge⁶, tem também um significado negativo, similar ao termo em português:

1 Em um estado perigoso porque não se está seguro, ou não ser mantido em algum lugar firmemente. Por exemplo: O caminhão estava alojado de maneira muito precária, com as rodas dianteiras penduras no penhasco.; 2 Uma situação ruim que ficará ainda pior. Por exemplo: Muitos mutuários agora se veem presos em uma situação financeira precária (tradução nossa). (CAMBRIDGE, 2020).

⁵ “O primeiro dicionário Michaelis foi criado no final do século XIX pela lexicógrafa alemã Henriette Michaelis, em colaboração com sua irmã Carolina Michaelis de Vasconcelos, figura de destaque nos estudos filológicos em Portugal. Em 1950 a Editora Melhoramentos deu continuidade ao trabalho das dicionaristas e criou diversas obras em vários idiomas, tornando a marca Michaelis a mais completa linha de dicionários do Brasil.” (MELHORAMENTOS, 2020).

⁶ O dicionário de Cambridge foi publicado pela primeira vez em 1995 (Cambridge International Dictionary of English), pela editora da Universidade de Cambridge. O material tem mais de 140.000 palavras, frases e significados. É adequado para alunos do nível intermediário a avançado de inglês (CAMBRIDGE, 2020).

A palavra “precário” está sempre vinculada à adjetivos considerados negativos, tanto na língua portuguesa, quanto na língua inglesa. A vinculação entre a precarização e os adjetivos negativos, por si só demonstra do que se trata uma atividade de trabalho que é considerada precária. Existem diferentes perspectivas que, mais detalhadamente, expõem as características de um trabalho precário, todavia, não existem grandes saltos semânticos entre elas, e todas as definições, ao final, dizem de um tipo de trabalho considerado negativo, ruim ou de risco para o trabalhador que o executa.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) identificou sete dimensões do trabalho precário. As dimensões se relacionam e algumas delas podem causar a existência de outras: I) insegurança do mercado de trabalho e falta de oportunidades; II) insegurança do trabalho, proteção inadequada contra a perda de emprego ou despedida arbitrária; III) insegurança de emprego (inabilidade de continuar em uma ocupação particular devido à falta de delimitações de ofício e qualificações de trabalho); IV) Insegurança de segurança e saúde (condições precárias de segurança ocupacional e saúde); V) Insegurança de reprodução de experiência (falta de acesso à educação básica e treinamento vocacional). As outras duas dimensões se referem a renda do trabalhador e sua representação coletiva: VI) insegurança de renda (nível inadequado de renda; nenhuma garantia de recebimento ou expectativa de um nível adequado de renda atual e futura). Insegurança de renda indica se as rendas são adequadas e se existem auxílios de renda quando necessários; VII) insegurança de representação (falta de direitos individuais em leis e de direitos coletivos para negociar). Esse tipo de insegurança pode ser visto como uma causa dos outros tipos, no sentido em que, se trabalhadores são capazes de exercer representação individual e coletiva, eles são menos propensos a ficarem inseguros em outras dimensões (OIT, 2004; KALLEBERG, 2009).

De forma similar ao que define a OIT, a literatura internacional científica sobre trabalho vem vinculando o conceito de “trabalho precário” (“*precarious work*”, “*precarious labor*” ou “*precarious employment*”) à ideia de: trabalho incerto, instável, inseguro, intermitente, com baixos salários ou irregulares (HEWISON; KALLEBERG, 2012; STEFANICK et al., 2018; DHAL, 2020). Outros estudos, acrescentam ao conceito: a perda de direitos trabalhistas e benefícios sociais conquistados (que irão depender do local do mundo em que se analisa); atividades inseridas em organizações do trabalho que proporcionam metas inalcançadas, pressão, medo e ritmos intensos; fragilização física, mental e subjetiva dos trabalhadores e fragilização do reconhecimento social (FRANCO et al., 2010; GIONGO; SOBROSA, 2017).

Diante da falta de consenso entre a literatura científica e importantes órgãos que descrevem as situações de trabalho, porém, a partir da similaridade entre os autores das pesquisas mencionadas, se utilizo aqui a perspectiva de Vargas (2016) sobre trabalho precário. Dentre as alternativas consultadas, considero que essa explica e descreve o conceito de forma didática e completa, e que o autor leva em consideração características apontadas por grande parte dos estudos sobre trabalho informal.

Vargas (2016) identifica que a precariedade no trabalho pode ser dada de várias formas e que o conceito está sempre relacionado a algo. Sendo assim, determinar uma atividade de trabalho como precária, dependerá sempre de algum referencial. “A precariedade do trabalho só pode ser adequadamente analisada e interpretada se o próprio trabalho, como objeto de investigação, for definido e delimitado” (VARGAS, 2016, p. 314).

Desta forma, o autor explicita que, ao falar de trabalho precário, é importante que seja realizado o seguinte questionamento: o trabalho é precário com relação à que? Ou seja, a atividade de trabalho é precária com relação à qual aspecto ou à quais condições? Ao mencionar que a precariedade está sempre relacionada a algum aspecto, considera-se que esta pode ser dada a partir da condição social do trabalho, de condições objetivas do trabalho ou de condições subjetivas implicadas na atividade de trabalho. (VARGAS, 2016). Nos próximos parágrafos estão descritas cada uma das condições mencionadas.

A **condição social do trabalho** (ou estatuto social do emprego ou ocupação) a qual se refere Vargas (2016), desrespeito à legislação do trabalho – sua regulamentação ou não – e à noção de reconhecimento de uma atividade de trabalho na sociedade, ou seja, está vinculada à questão legal e ao *status* social do trabalho em questão. Com relação às **condições objetivas**, deve-se ser levado em consideração para a análise sobre a precariedade: o local e ambiente de trabalho, meios e instrumentos de trabalho, organização do trabalho. Assim sendo, quanto mais inadequados estes aspectos (com relação à normas, contratos formais/informais/atípicos, leis, e opinião do próprio trabalhador), maior a precariedade do trabalho em questão. Por último, existem as **condições subjetivas** do trabalho, às quais se referem a consciência e experiência daqueles que a realizam, ou seja, dependerá dos níveis de satisfação com o trabalho e o que este trabalho provoca na consciência do trabalhador. Assim sendo,

“[...] para compreender o complexo conjunto de condições que afetam a experiência da precariedade, é preciso levar em consideração não apenas o contexto político (os valores em construção) e a conjuntura econômica (as coerções materiais), mas o tecido social a partir do qual as práticas e relações de trabalho se configuram, sobretudo aquelas referentes aos arranjos e aos modos de vida da classe trabalhadora.” (VARGAS, 2016, p. 326).

Nesse sentido, é importante estabelecer as relações entre os conceitos de precarização do trabalho, e trabalho informal, ambos mencionados. É necessário saber se é possível que, em estudos sobre trabalho informal, utilize-se o conceito de trabalho precário simultaneamente à trabalho informal, ou como sinônimo.

Discute-se aqui, que o trabalho informal é um conceito situado, mas que mesmo assim está sempre vinculado à desregulamentação do trabalho e à ilegalidade dos vínculos de trabalho – que acarretam em escassez de direitos e proteção social. Sendo assim, identifica-se que, necessariamente, todo aquele trabalho que é informalizado, é também um trabalho precário devido à falta de regulamentação (VARGAS, 2016).

No presente estudo utilizo os conceitos de trabalho informal e trabalho precário oportunamente, a depender do enfoque que dei para a informação. A atividade de trabalho aqui investigada e analisada se trata de um trabalho desregulamentado no Brasil e devido a isso, os termos “informal” e “precário” podem ser colocados como sinônimos. Contudo, em determinados momentos, quando foi necessário separar os conceitos por uma questão de análise específica sobre a questão do informal ou sobre alguma condição de precarização do trabalho, realizei as devidas e necessárias diferenciações.

2.4 DADOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE TRABALHO INFORMAL NO BRASIL

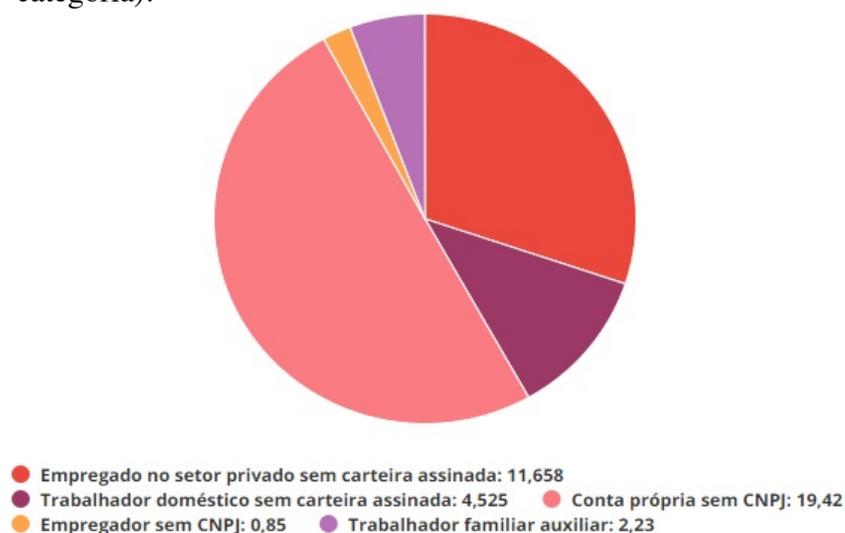
A elaboração deste estudo, foi iniciada por mim no início do ano de 2018, e a ideia do pré-projeto foi concebida no ano de 2017. Foram realizadas modificações importantes na estrutura política do Brasil, principalmente a partir da eleição do atual presidente do país, que iniciou seu mandato no mês de janeiro de 2019. Além disso, o trabalho informal vem a cada ano sendo mais incidente no país, e atingiram números históricos durante o desenvolvimento da pesquisa. As mudanças continuam a ocorrer.

As questões como o desemprego e o trabalho informal vêm sendo muito discutidas em veículos de informação e de amplo acesso, a exemplo dos institutos de pesquisa, dos jornais eletrônicos e das redes sociais. De acordo com dados resultantes da PNAD Contínua do IBGE, divulgados no dia 30 de agosto de 2019, 38,683 brasileiros estavam realizando trabalho informal, patamar recorde da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012 (IBGE, 2019).

A referida pesquisa explicita que o perfil dos trabalhadores informais é composto por pessoas empregadas no setor privado fora do regime CLT, trabalhadores domésticos fora do

regime CLT, trabalhadores por “conta própria” e sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica⁷ (CNPJ) e empregadores sem CNPJ, além de pessoas que ajudam parentes (SILVEIRA; ALVARENGA, 2019). O **Gráfico 1** indica tipos de trabalhador informal no Brasil e as proporções de cada categoria (apresentado em milhões, por categoria).

Gráfico 1: Trabalho informal no Brasil (em milhões, por categoria).



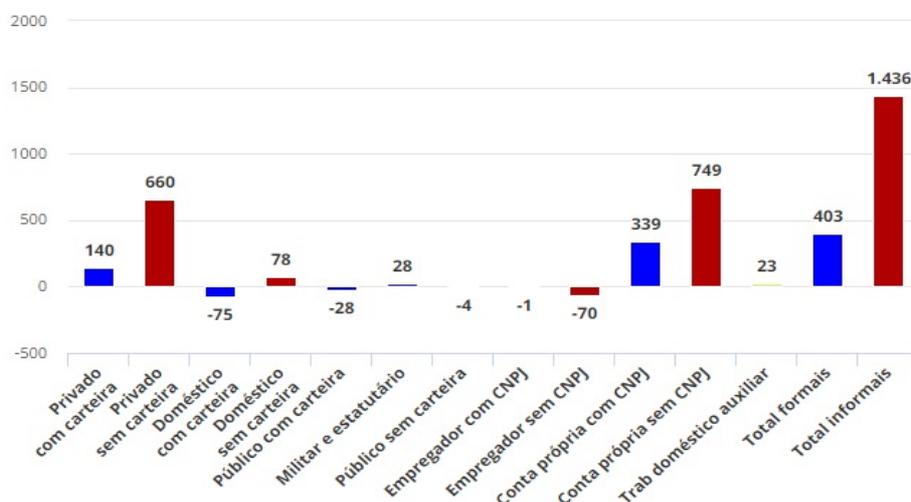
Fonte: SILVEIRA; ALVARENGA, 2019 adaptado de IBGE, 2019.

Ao mesmo tempo, o IBGE aponta que o desemprego no Brasil, diminuiu no trimestre que encerrou em agosto de 2019. Entretanto o aumento das vagas de emprego não foi acompanhado pela presença de contratos formais. A cada vaga no mercado formal, outras três são oferecidas sem as garantias trabalhistas. Em um ano, apesar de terem sido geradas cerca de 403 mil vagas formais, 1,4 milhões de atividades de trabalho aconteciam fora do regime CLT e sem CNPJ (SALES, 2019).

O **Gráfico 02** apresentado a seguir aponta que o número de postos de trabalho informais cresceu de forma significativa no último trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo trimestre do ano de 2018.

⁷ O CNPJ compreende as informações cadastrais das entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A administração do CNPJ compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) (BRASIL, 2019).

Gráfico 2: Criação de postos de trabalho - em milhares de trabalhadores (Diferença de postos existentes na comparação entre trimestres até agosto - 2018 x 2019).



Fonte: SALES, 2019 adaptado de IBGE, 2019.

No terceiro trimestre de 2018 a taxa de desocupação ficou em 11,9% e vem diminuindo durante todo o ano de 2019, indicando que muitos brasileiros estão se inserindo no mercado na condição de trabalhadores por conta própria e de empregados no setor privado sem carteira assinada. De acordo com o IBGE, o trabalho informal vem apresentando crescimento significativo e expressivo no Brasil desde o trimestre que terminou em fevereiro de 2019 (NITAHARA, 2019). Assim, fica nítido que no atual cenário a diminuição da desocupação dos brasileiros passa obrigatoriamente pelo crescimento da informalidade.

Quanto às remunerações, a pesquisa também informou que os postos de trabalho gerados nos últimos trimestres, são caracterizados por baixos salários. Os rendimentos médios do trabalho estão diminuindo e em 2020 o salário mínimo aumentou de 998 reais para 1.045 reais, um aumento não significativo. Os dados indicam que os trabalhadores que estavam desempregados em 2018 passaram a aceitar trabalhos informais em 2019, e a receberem menores remunerações do que aqueles trabalhadores que já estavam inseridos nesse tipo de atividade. Os “novos informais” de 2019 estão ganhando, em média, metade (823,49 reais por mês, por pessoa) do que os trabalhadores informais que já estavam em atividade em períodos posteriores (1.588,06 reais por mês, por pessoa) (NEDER, 2019).

Todavia, embora o trabalho informal inclua as desvantagens já explicitadas, em países com situação econômica similares à do Brasil, este trabalho pode se apresentar para a população como solução ao desemprego e à fome. O agravante, nesse caso, é que, como mencionado, o

trabalho vem sendo indicado pelo Estado desses locais como vantajoso. Por ser um trabalho mais barato para o Governo, os governantes buscam valorizar e incentivar esta forma de inserção no mercado.

No Brasil, o cadastro Microempreendedor Individual (MEI) garantido através da Lei nº128 que visa formalizar o pequeno empresário individual (BRASIL, 2008), vem sendo uma tentativa de formalizar trabalhadores “por conta própria”, aumentando a arrecadação de impostos e diminuir as taxas de desemprego. Com a promessa de que esses trabalhadores terão um negócio legalizado, conta bancária empresarial, empréstimo facilitado e benefícios do INSS, o governo transforma trabalhadores informais em trabalhadores autônomos ou empreendedores, diminuindo sua responsabilidade sobre esses ao mesmo tempo que justifica a necessidade e os benefícios da “formalização do trabalho”.

A professora Esther Solano, Doutora em Ciências Sociais, em um artigo de opinião escrito ao Jornal Eletrônico Carta Capital, em outubro 2019, expressa que os trabalhadores informais muitas vezes intitulam-se como empreendedores, e aponta o quanto a racionalidade neoliberal pode sustentar a miséria, a pobreza, e justifica-la como resultado do fracasso do próprio sujeito, despolitizando o trabalhador e diminuindo a responsabilidade do Estado e das grandes empresas sobre a empregabilidade da população. A autora, cita algumas histórias, e aqui explicitamos uma delas:

“No primeiro semáforo depois de sair de casa, um homem vendia cinco panos por 10 reais, caminhando entre os carros. O vendedor devia ter uns 50 anos, visivelmente empobrecido, visivelmente cansado e visivelmente triste. Ainda mais triste que o olhar do homem que vendia panos eram as palavras escritas num cartaz que ele levantava com uma mão: “Sou empreendedor, só preciso de tempo”. Senti um nó na garganta e no estômago quando li essas palavras, por causa da violência tão monstruosa que elas escondiam. Ele, cujo negócio se resumia a cinco panos por 10 reais, não era pobre, era empreendedor. (...) A racionalidade neoliberal constrói-se em uma lógica perversa do sujeito do desempenho, o empreendedor de si mesmo, o homem batalhador. Como consequência, a vida despolitiza-se.” (SOLANO, 2019).

O Jornal da Unicamp publicou no dia 11 de novembro de 2019, uma matéria intitulada “Aumento da miséria extrema, informalidade e desigualdade marcam os dois anos da reforma trabalhista”. No referido texto, elaborado por Liana Coll, os professores Ricardo Antunes e Andréia Galvão realizam uma análise sobre medidas do governo Temer e do governo Bolsonaro que influenciaram sobremaneira a atual situação dos trabalhadores do Brasil, que se resume em precariedade e informalidade (COLL et al., 2019).

As análises dos professores Ricardo Antunes e Andréia Galvão enfatizam basicamente o que já foi mencionado. Antunes argumenta que a reforma trabalhista aprovada no governo

Temer, legítima, “impulsiona, favorece e cria condições para o aumento explosivo da informalidade, em particular da intermitência, na medida em que apresenta uma formalização de algo que é pautado e caracterizado pela informalidade”. Galvão, da mesma forma, aponta que “a legislação é aprovada para autorizar aquilo que antes era ilegal” (COLL et al., 2019).

O texto do mencionado também corrobora o que fora antes explicitado, acerca dos sucessivos investimentos por parte dos governantes em tentar convencer aos trabalhadores de que é melhor ser empreendedor de si mesmo, do que assinar um contrato e responder ordens de um patrão. “E os resultados são esses que a gente vê: 12,5 milhões de desempregados, 28 milhões de trabalhadores subutilizados, 41% na informalidade”, diz uma parte do texto (COLL et al., 2019).

Sobre o futuro, Antunes e Galvão apontam que, a partir da implementação de Reformas como a Trabalhista e a da Previdência, o Brasil caminha para situações similares a países como Bangladesh e Índia, locais onde há uma superexploração das forças de trabalho, altos índices de desemprego, desigualdade e miserabilidade (COLL et al., 2019). Este tipo de trabalho inevitavelmente também colabora para a incidência de adoecimentos, com destaque para os adoecimentos mentais, já que a redação da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANMT), em abril de 2019, divulgou uma matéria que aponta os transtornos mentais como sendo hoje a causa mais frequente de afastamento do trabalho (REDAÇÃO ANMT, 2019).

CAPÍTULO 3 - UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

A reestruturação produtiva, que repercutiu no mundo e no Brasil principalmente em meados da década de 1970, e a revolução tecnológica, ocorrida mais significativamente a partir de 1990, são importantes marcos a serem considerados para refletir como surgem, se consolidam e se disseminam as relações e vínculos de trabalho flexíveis no que se vem denominando de paradigma da flexibilidade. O paradigma da flexibilidade é marcado por uma racionalidade neoliberal que prega a liberdade do homem no trabalho, estima uma cultura empresarial-empresendedora, valoriza o autogerenciamento e, por conseguinte, a ausência de vínculos empregatícios e as relações de trabalho instáveis, que são favorecedoras das empresas e arriscadas para os trabalhadores (LIMA; BRIDI, 2019).

De acordo com David Harvey (1992), a acumulação flexível rompe diretamente com a rigidez do modelo fordista e está focada na mudança dos processos, mercados, produtos e padrões de consumo, no sentido de torná-los menos endurecidos. Assim, a acumulação flexível “caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992, p. 140).

É interessante destacar que a ideia de informal como vinculado à pobreza, a ideia de desregulamentação transformada em autonomia no trabalho e empreendedorismo – como explicado anteriormente – e a inserção da tecnologia como potente arma de implementação do modelo flexível, representam um contínuo no que se refere aos processos sócio históricos do processo de precarização no modo de produção capitalista. A informalidade ou desregulamentação vista nos tempos de hoje, foi sempre elemento presente no capitalismo.

Dessa forma, é necessário que se diga que a partir do momento que o modelo capitalista insere a informalidade como elemento indispensável do processo de exploração do trabalho e de acumulação de capital, trabalhando em estratégias de convencimento da população sobre as “vantagens da desregulamentação”, o que era colocado como um problema da classe pobre (informalidade vinculada à pobreza e ao exército industrial reserva), vira um problema dos trabalhadores do mundo de forma geral (desregulamentação do trabalho, ausência de proteção social e implementação de reformas que institucionalizam a informalidade). A informalidade, antes justificada como transitória, passa a ser cada vez mais incentivada e colocada como solução ao desemprego. A tecnologia, nesse contexto, foi um instrumento que facilitou a acumulação de capital no modelo flexível, o controle do trabalho e que, conseqüentemente,

potencializou a precarização do trabalho de forma geral e auxiliou no processo criativo das diferentes formas de informalidade e desregulamentação.

Um dos grandes exemplos de trabalho na era da intensificação tecnológica e no modelo flexível, vem sendo aquele oferecido por grandes multinacionais através de suas plataformas digitais ou aplicativos. O capitalismo de plataforma ou o fenômeno da “uberização do trabalho”, como vem sendo chamada a rápida disseminação e a alta incidência deste tipo de atividade no mundo, é um dos resultados da efetiva implementação do modelo flexível e das políticas de trabalho neoliberais.

O conceito de “uberização” emerge e é difundido a partir da criação da empresa Uber, (no mundo em 2010 e no Brasil em 2014), uma plataforma digital que propõe o estabelecimento de uma relação colaborativa entre motoristas e passageiros, onde ambos se beneficiam por meio da realização de trajetos curtos e longos com um bom “custo benefício”. A empresa se define como de tecnologia, e não de transportes, e se auto denomina como facilitadora das atividades de trabalho que acontecem nos aplicativos, estrategicamente burlando as relações de emprego e as responsabilidades legais. A implantação da Uber e de outras empresas “mediadoras” causou a revolta de taxistas e gerou mobilizações da categoria contra esse serviço (LIMA; BRIDI, 2019).

É importante dizer que a uberização do trabalho é um processo mais amplo do que a implantação da Uber e do que o próprio trabalho através de plataformas digitais. Atualmente o número de empresas que trabalham na mesma lógica é alto, e, além disso, a terceirização do trabalho e o trabalho intermitente - insidiosos no modelo flexível - seguem lógicas similares ao capitalismo de plataforma. Assim, o termo, apesar de ser derivado do nome da empresa que surge em 2010, é resultado da “materialização de décadas de transformações políticas do mundo do trabalho, apresentando-se como tendência que permeia generalizadamente o mundo do trabalho [...]”. Trata-se, sobretudo, de uma tendência que está em expansão e que vai variando suas estratégias de captação, controle e de burla à legislação trabalhista (ABÍLIO, 2020b, p. 111).

“[...] a uberização do trabalho resulta de processos globais em curso há décadas e que envolvem transformações no controle, gerenciamento e organização do trabalho. Desse modo as plataformas são reconhecidas como um resultado, ao mesmo tempo que materializam um novo estágio desse processo.” (ABÍLIO, 2019b, p. 2).

Acerca do trabalho nas plataformas digitais, as novas formas de controle realizadas através de aparatos tecnológicos como as lojas virtuais de *smartphones* e do funcionamento por

meio de programações algorítmicas⁸, fazem com que os vínculos entre os trabalhadores cadastrados e as empresas que administram os aplicativos, sejam extremamente borrados, incertos, difíceis de prever. As empresas se autodenominam como gerenciadoras das atividades de trabalho dos sujeitos cadastrados, denominação que favorece apenas a própria empresa, porque nega a existência de qualquer vínculo de trabalho, de qualquer responsabilidade legal da empresa pelo trabalhador e coloca o trabalhador na posição de independente, autônomo ou até mesmo empreendedor. De maneira desonesta, as empresas justificam que é o próprio trabalhador que contrata seus serviços de mediação, e não o contrário.

Considerando que as atividades de trabalho no capitalismo de plataforma não detêm vínculos de trabalho que poderiam favorecer o trabalhador no sentido de fornecimento de direitos na legislação vigente e de proteção social, essas atividades são entendidas aqui como trabalho informal. Porém, é importante dizer que no momento em que se define o trabalho uberizado como trabalho informal, a intenção é denunciar os problemas existentes na disseminação dessa lógica, e não de descaracterizar o nítido vínculo existente entre trabalhadores e empresas. Acredita-se que esses vínculos não venham sendo reconhecidos oportunamente. Alguns elementos vêm sendo apontados como justificativa para a comprovação da existência de vínculo:

“i) é a empresa que define para o consumidor o valor do serviço que o trabalhador oferece, assim como quanto o trabalhador recebe e, não menos importante, ii) a empresa detém total controle sobre a distribuição do trabalho, assim como sobre a determinação e utilização das regras que definem essa distribuição.” (ABÍLIO, 2019b, p. 3).

O grande problema é que a subordinação dos trabalhadores e o controle que as empresas exercem sobre o trabalho, ainda que existentes e passíveis de indagações, são ambos subjetivos e difíceis de mapear claramente (ABÍLIO, 2019b). Além disso, as empresas vinculam-se fortemente às ações dos governos neoliberais, apoiam lideranças favoráveis à permanência de suas atividades, e obviamente, devido a sua grande influência econômica e capacidade

⁸ “Os algoritmos consistem em procedimentos computacionais ou programações codificadas, ou seja, espécies de passo a passo, destinados à transformação de dados e à resolução de problemas, com base em determinada lógica matemática. [...] No caso dos aplicativos de transporte, a direção do trabalho por algoritmos se expressa principalmente por meio da distribuição automatizada de solicitações de corridas; das taxas de aceitação e de cancelamento de corridas; das tarifas dinâmicas; dos prêmios e incentivos; das avaliações de desempenho; das penalidades aplicadas em caso de inobservância dos objetivos fixados. [...] Para garantir que os motoristas aceitarão as solicitações de corridas a eles endereçadas, são estabelecidas taxas de aceitação e de cancelamento de corridas, cuja inobservância acarreta penalidades de suspensão ou de desligamento da plataforma. Restringe-se, portanto, a liberdade de escolha dos motoristas quanto aos passageiros que irão atender, aos trajetos que percorrerão e às regiões para as quais terão que se deslocar” (PIRES, 2020, p. 153-154).

financeira de defender-se judicialmente, têm uma vantagem importante sobre os trabalhadores nos processos que ocorrem contra elas.

O Doutor Sávio Cavalcante, professor da Unicamp, através de um vídeo publicado no Portal Esquerda Diário, em 2020, reflete sobre vínculo empregatício nos aplicativos, ressaltando que os entregadores são, de fato, trabalhadores assalariados disfarçados, embora não tenham direito às benéficas dos assalariados. O sociólogo aponta alguns fatores que subsidiam o argumento de que os trabalhadores não são autônomos e que as empresas exercem rígido controle sobre suas atividades o que, portanto, deveria gerar responsabilidade legal dessas empresas com esses trabalhadores, algo que não acontece (SÁVIO CAVALCANTE..., 2020).

Os muitos fatores mencionados por Sávio Cavalcante são: as empresas determinam quem irá trabalhar para elas; as empresas delimitam o que será feito (entregas); as empresas que definem qual trabalhador irá realizar cada serviço; as empresas não permitem que os trabalhadores façam a captação de clientes por eles próprios; o sistema de notas que os clientes dão, é um instrumento para decisão de quem irá trabalhar, algo que fica sempre a cargo das empresas; as empresas que delimitam como as atividades serão efetuadas (trajeto, estado do veículo, comportamento dos trabalhadores); as empresas dispõem de rígidos protocolos de como as entregas e o trabalho dos entregadores devem funcionar; são as empresas que determinam o prazo para a execução do serviço; são as empresas que estabelecem, de modo unilateral, os valores dos serviços; as empresas propositalmente criam um banco de trabalhadores disponíveis e aumentam a competitividade dentro das plataformas que têm o nítido interesse de enfraquecer o poder de barganha dos trabalhadores; os trabalhadores arcam com um conjunto de custos, como os das motos ou bicicletas, e contraem dívidas; as empresas determinam como os trabalhadores podem se comunicar com elas; as empresas pressionam os trabalhadores a serem assíduos e não negarem o serviço demandado, o que acarreta em bloqueio da plataforma; as empresas fazem uso de incentivo para que os trabalhadores exerçam o trabalho de forma mais prolongada; as empresas podem dispensar o trabalhador a qualquer momento sem justificativa e sem aviso prévio, algo que é utilizado como um mecanismo de coerção e disciplinamento que está disposto nos “termos de uso” assinados por trabalhadores (SÁVIO CAVALCANTE..., 2020).

No dia 29 de setembro de 2020, o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT da 13ª Região) reconheceu legalmente a existência de vínculo empregatício entre um motorista de João Pessoa, e a empresa Uber, fato noticiado por portais de jornais eletrônicos de diversas

regiões brasileiras, e reconhecido nacionalmente como uma vitória importante para todos os trabalhadores uberizados.

“Segundo o desembargador-relator, “a tão falada modernidade das relações através das plataformas digitais, defendida por muitos como um sistema colaborativo formado por ‘empreendedores de si mesmo’, tem ocasionado, em verdade, um retrocesso social e precarização das relações de trabalho. Apesar de todos esses conceitos inovadores e modernos inerentes à chamada Gig Economy⁹, não se deve esquecer do que permanece, e do que é o objeto de estudo do Direito do Trabalho desde o seu nascimento: os conceitos de empregado e empregador” (REDAÇÃO PORTAL CORREIO, 2020).

O voto que fez com que o trabalhador vencesse o processo alegou que apesar das diferentes formas de controle, realizadas por meio da subordinação algorítmica, não restam dúvidas de que o motorista possui vínculos, pois este se encontra vinculado à dinâmica da empresa em questão, e seu trabalho é possível de bloqueio ou desligamento em caso de não execução da atividade em termos ditados pela empresa (REDAÇÃO PORTAL CORREIO, 2020).

O trabalho através da mediação de plataformas digitais sob comando de empresas como a Uber e muitas outras, vem sendo apresentado, no mundo e no Brasil, como oportunidade de emprego fácil, como solução ao desemprego, como trabalho “livre de compromissos”, e como chance de empreender. As empresas denominam os trabalhadores cadastrados de “colaboradores” da plataforma, e sempre frisam o caráter independente e empreendedor dessa atividade sem, todavia, mencionar as fragilidades jurídicas diante dos vários riscos envolvidos em realizar trabalhos desregulamentados e desprovidos de proteção social.

Diante do que foi dito, é importante salientar que grande parte das atividades mediadas por plataformas digitais oferecem muitos riscos à saúde e danos às diversas dimensões da vida dos trabalhadores. No caso dos motoristas que trabalham transportando passageiros, e dos entregadores de comida que se utilizam de motos ou de bicicletas para fazerem chegar comidas ou produtos de estabelecimentos cadastrados, a vivência com o trânsito é grande parte de seus trabalhos. Os acidentes de trânsito constituem um dos mais importantes problemas de saúde

9 A economia GIG (do inglês *GIG economy*) vem sendo entendida pela literatura como uma forma de organização do trabalho que caracteriza a relação de trabalho pela autonomia e/ou realização sob demanda. Este termo demonstra a existência de uma “nova alternativa” de fonte de renda para indivíduos desempregados ou em situação, de trabalho informal, ou ainda para aqueles que desejam complementar sua renda (BITTENCOURT et al, 2019). Todavia, no sentido de que através deste termo se nega que os trabalhos uberizados são informais, por conseguinte entende-se que a GIG economy é mais uma nomenclatura que auxilia no processo de legitimação do trabalho sob demanda, sem necessariamente responsabilizar as empresas pelo vínculo empregatício ou pela designação de direitos e de proteção aos trabalhadores.

pública mundial e o Brasil compõe o conjunto dos dez países que concentram quase metade das mortes provocadas por acidentes de trânsito. Em 2018, o Observatório Nacional de Segurança Viária e a Organização Mundial da Saúde divulgaram que a moto é o veículo que mais mata no trânsito no Brasil. Ainda, cerca de 80% dos acidentes envolvendo motociclistas causam alguma lesão (WHO; 2009; OLIVEIRA; SOUSA, 2012; VASCONCELLOS, 2013; PEREIRA, 2018).

Porém, os danos provenientes da execução de atividades de trabalho inseridas no modelo de produção flexível extrapolam aqueles referentes à integridade ou saúde física. Os mecanismos presentes no referido modelo, aumentam a sensação de insegurança com o futuro e de angústia. A necessidade de trabalhar durante muitas horas para garantir o recebimento de uma remuneração que permita a sobrevivência, leva o trabalhador a um cotidiano de cansaço, desânimo e impacta em suas relações sociais, incluindo aquelas presentes no tempo do não-trabalho (quando ele existe). Sendo assim, os impactos da flexibilidade do trabalho invadem os diversos espaços de reprodução do trabalhador. Diante disso, é necessário que os sindicatos e coletivos de trabalhadores no geral, se atentem não apenas as questões físicas ou econômicas dos trabalhadores, mas às dimensões subjetivas do trabalho, e as demais repercussões que venham ocorrer na vida cotidiana desses trabalhadores.

Especificamente no Brasil, a flexibilização das leis trabalhistas vem sendo pensada e executada há muitos anos, a partir da propagação de ideias neoliberais que colocam os direitos trabalhistas como vilões, ultrapassados, encarecedores da mão de obra e responsáveis por gerar desemprego (SOUSA; MEINBERG, 2020). No país, por meio da implementação da Reforma Trabalhista ou da contrarreforma, citada anteriormente, foram definitivamente ampliadas as possibilidades para que ocorram relações de trabalho flexíveis, como as estabelecidas entre as plataformas e os seus cadastrados. Assim, o atual cenário que se apresenta no Brasil é favorável à implantação e ao crescimento do que se denomina capitalismo de plataforma, e conseqüentemente à precarização da vida¹⁰.

A uberização do trabalho provoca e evidencia ainda mais a existência da estrutura de classes e das desigualdades sociais e aprofunda a própria precarização do trabalho. A precarização e a informalização presentes no processo de uberização do trabalho fazem parte de um movimento global que tem a intenção de eliminar direitos trabalhistas e proteção social, ao passo que a própria jornada de trabalho é intensificada (UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020).

¹⁰ O termo precarização da vida é aqui empregado para nomear uma gama de riscos e problemáticas que incidem nos mais diversos âmbitos da vida dos trabalhadores (saúde, segurança, lazer, relações sociais, educação...) e que surgem exatamente a partir do processo de aprofundamento das desigualdades sociais, e da ampliação da desregulamentação e da precarização do trabalho.

Privados de direitos e de proteção social, o trabalhador fica prejudicado nos mais diversos âmbitos da vida. Ao mesmo tempo em que são reduzidas as possibilidades de cuidado aos trabalhadores em termos legais, questões como saúde, lazer, educação, relações sociais e planos para o futuro são negligenciados devido à necessidade de continuar trabalhando para atender à exigência das empresas que se colocam como mediadoras, mas que controlam o processo de trabalho do início ao fim. Ao indicar que aos trabalhadores uberizados resta a precarização de suas vidas, quero dizer que a lógica da uberização e a racionalidade neoliberal demonstram serem incompatíveis com a vida humana.

CAPÍTULO 4 - JUVENTUDES E MUNDO DO TRABALHO

No presente capítulo foram explicadas as possibilidades conceituais sobre juventude, a escolha da pesquisa e identificados autores e teorias importantes sobre o assunto (3.1). Foram descritos alguns dados econômicos e sociais sobre juventude no Brasil, focalizando características da região Nordeste do país (3.2).

4.1 A(S) JUVENTUDE(S): TENUIDADES ENTRE FAIXA ETÁRIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL.

A juventude vem sendo estabelecida como uma categoria complexa e diversa de análise. A grande quantidade de estudiosos que desenvolvem pesquisas sobre jovens e que conceituam a juventude a partir de seu próprio ponto de vista e interesse científico, faz com que seja esclarecedor dispor aqui sobre o que é de fato se está considerando como juventude.

Pais (1990), em um estudo clássico sobre os paradoxos da juventude, se dedicou a demonstrar que, em termos conceituais e de significado, os estudos sobre juventude vêm compreendendo-a de duas grandes formas: a primeira entende a **juventude como um comportamento ou conjunto social** que está ligado a uma determinada fase da vida, ou faixa etária, e que assim sendo, apresenta um padrão ou uma “cultura juvenil” presente em um grupo geracional determinado por uma idade. A segunda entende a **juventude a partir de categorias da vida social**, indicando que existem diferenças na juventude a depender de: “pertencas de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais” (PAIS, 1990, p. 140).

Entender a juventude como relacionada a categorias da vida social é entender que ela perpassa diferentes culturas e jovens. Independente de um grupo de pessoas ter a mesma faixa de idade, as características de cada subgrupo, ou ainda, de cada integrante, são diversas. Souza (2004) esclarece que a faixa etária não é a melhor forma de definir a juventude, uma vez que essa categoria assumiu características diferentes nas diversas sociedades, culturas, e tempos históricos. “É preciso distinguir a fase da vida e os sujeitos, ou seja, não se pode misturar juventude e os jovens; o primeiro é a fase, e o segundo são os sujeitos que vivem uma diversidade” (SOUZA, 2004, p. 49).

“Autores que trabalham com a temática da juventude, entre eles, José Machado Pais, Melucci, Peralva, Abramo, Dayrell, Carrano, Sposito, entre outros, trazem um novo significado para os estudos sobre a juventude, colocando o jovem como protagonista de um tempo de possibilidades. De promessa de futuro ao modelo cultural do presente.

Rompendo com a ideia de grupo homogêneo com características comuns a uma idade, é que esses autores falam em juventudes, buscando construir uma noção de juventude pela ótica da diversidade [...]” (SOUZA, 2004, p. 51).

Com relação ao que atualmente a literatura considera um conceito contemporâneo de juventude, essa fase “corresponde a uma etapa da vida marcada pela transição entre a infância e a vida adulta, sendo esta última caracterizada pela independência e responsabilidade dos indivíduos.” (RIBEIRO; NEDER, 2009). A partir dessas considerações a juventude é mais do que apenas um grupo com determinada faixa etária (embora também o seja), mas é um grupo que tem, além disso, características construídas socialmente. A juventude é, então, uma fase que marca a transição entre infância e adultez, e que está atrelada ao contexto econômico, social e cultural em que será analisada.

Entretanto, essa transição para a vida adulta não foi sempre entendida ou vivida de um só modo. A difusão da concepção cristã de tempo, a ideia do pensamento linear, de um início de vida (o éden) e de um fim (o apocalipse), teve rebatimentos na ideia de transição geracional e também nas normativas e exigências sociais sobre a juventude. O pensamento linear influenciava os modos e tempos de vida: “primeiramente a preparação para o trabalho, por meio da formação escolar; depois o exercício de um trabalho remunerado, fonte central de identidade e signo indiscutível da idade adulta; por fim, a aposentadoria” (LECCARDI, 2005, p. 48).

A revolução industrial, a globalização, e a percepção que o futuro é um risco (permeado por desastres ambientais e pandemias, por exemplo) contribuíram para a desvalorização do tempo linear cristão. Nesse momento, as juventudes passam de lineares para serem diversas pois “um horizonte futuro, ocupado pela dimensão do risco, impede, por exemplo, a construção de narrativas biográficas nas quais um evento qualquer apareça relacionado a um outro e seja capaz, de modo inteligível, de condicioná-lo” (LECCARDI, 2005, p. 45).

Embora a juventude linear ainda seja uma realidade valorizada em alguns contextos, e até mesmo exigida por indivíduos adultos e idosos que a vivenciaram, no geral a juventude não consiste mais em um conjunto de etapas valorizadas socialmente que conduziriam em direção à um “mundo adulto”. Atualmente as transições partem de pontos diversos para chegarem em locais ainda indefinidos no presente. Além disso, ao chegarem a um local, é possível retroceder, mudar de ideia e “refazer” planos que sequer haviam sido pensados:

“O ponto de chegada dessa trajetória, por sua vez, é incerto, bem como os itinerários para alcançá-lo. A continuidade biográfica torna-se, assim, fruto da capacidade individual de construir e reconstruir, sempre de novo, molduras de sentido, narrativas sempre novas, a despeito da moldura temporal presentificada. [...] Assim, por exemplo, é possível entrar no mercado de trabalho, sair dele pouco depois e reingressar novamente, sem que se possa identificar nesses ingressos uma progressão

em direção à incorporação de papéis adultos; ou, no que se refere aos estudos universitários, interrompê-los, retomá-los e depois concluí-los, sem que a aquisição de credenciais educacionais superiores represente uma verdadeira “reviravolta” no plano biográfico.” (LECCARDI, 2005, p 49-51).

Há de se considerar, todavia, que embora as concepções de juventude e os modos de transição para a vida adulta tenham se alterado, os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais são elementos que foram e continuam sendo a tônica para muitas das trajetórias juvenis. A diferença, porém, é que a juventude linear não é mais fortemente valorizada e nem imposta como era antes. As juventudes e as transições para a vida adulta são cada vez mais diversificadas na sociedade contemporânea.

Para auxiliar na compreensão da diversidade da juventude, ou das “juventudes”, será utilizada uma tipologia elaborada por Guerreiro e Abrantes (2005), que tem a finalidade de indicar alguns tipos de transição para a vida adulta. Estes autores, assim como Pais (1990), se utilizam de categorias da vida social para explicar as diversas possibilidades de juventude, ou como chamaremos aqui, de “juventudes”. A tipologia identifica alguns tipos de trajetórias que representam bem o rompimento da concepção de juventude linear citada por mim anteriormente, e descrevem sete padrões diferenciados de transição para a vida adulta, que também podemos considerar como sendo sete diferentes “juventudes” ou trajetórias de vida.

Apesar da elaboração da tipologia de Guerreiro e Abrantes (2005) ter sido feita a partir da realidade Portuguesa, sobretudo da cidade de Lisboa, é possível generalizar os dados para a realidade brasileira, uma vez que, no Brasil, a origem social, escolaridade, necessidade de ingresso no mundo do trabalho, a família, o gênero e o lazer (categorias consideradas como mais importantes na tipologia dos autores) também são aspectos muito diversos para cada indivíduo e que quando caracterizados são capazes de diferenciar as trajetórias das pessoas. A partir da descrição dos padrões, os autores pretendem:

“[...] analisar as formas complexas por meio das quais, nas trajetórias e identidades (singulares e integradas) dos jovens, se articulam as suas vivências nos vários campos sociais. Esta análise é multi-dimensional, de modo a conceber a relação entre vários campos (educação, família, trabalho, lazeres) [...]” (GUERREIRO; ABRANTES, 2005, p. 57).

De acordo com a tipologia mencionada, a origem social tem um papel crucial na definição do padrão de transição que é vivenciado pelo jovem. Dependendo da classe social (mais ou menos desfavorecidas, segundo nomenclatura dos autores) os jovens terão ou não a

escolha de se inserirem no mercado de trabalho e essa inserção se dará com maior ou menos facilidade, de forma mais ou menos estável.

Primeiramente, têm-se o padrão de **transição profissional**, orientado principalmente para o trabalho. No referido padrão, o jovem dedica-se a inserção no mundo do trabalho, com um investimento quase exclusivo nesse aspecto. O lazer ou a constituição de uma família, são adiados para o futuro, após a inserção profissional estável. Com as dificuldades de estabilidade impostas pelo mercado de trabalho, os jovens, que geralmente têm escolaridade alta, acabam adiando muitos desejos, permanecendo “em geral na casa dos pais até uma idade tardia, sob um estatuto de semi-dependência” (GUERREIRO; ABRANTES, 2005, p. 169).

O segundo padrão descrito é o de **transição lúdica**. Nesse, o jovem, de classes média e alta, tem como prioridade o lazer, optando por se divertir com amigos e vivenciar novas sensações, situações emocionantes, descontraídas, e sem grandes responsabilidades profissionais. Os jovens permanecem por longos períodos na casa dos pais, em um estado de semi-dependência, inserindo-se em atividades de trabalho precárias e/ou temporárias para sanar desejos pessoais eventuais e passageiros, sem a necessidade de grandes compromissos. Normalmente é um padrão de transição minoritário entre a população (sobretudo em países em desenvolvimento), e privilegiado socialmente.

A **transição experimental** representa aquela trajetória em que o jovem consegue optar por vivenciar diversas experiências, antes de “assentar” no que realmente acha apropriado para a sua vida profissional. Como exemplo, têm-se os jovens que vão morar com outros jovens em outros lugares do país ou do mundo, antes de decidir como e onde desejam se inserir profissionalmente. Essa ideia é culturalmente valorizada em locais considerados desenvolvidos economicamente e por setores mais ricos e escolarizados.

Com relação às **transições progressivas**, essas são aquelas que estão relacionadas às trajetórias lineares de juventude, ou seja, àquelas em que os jovens se programam para realizar todo seu aprendizado por meio da educação formal, para gradualmente se inserirem no mercado de trabalho. As transições lineares são também transições privilegiadas, pois muitas vezes exigem longos períodos na casa dos pais, é onerosa, e sustentada pela oportunidade de pensar em desejos futuros. Nessa transição o jovem tem suas necessidades básicas garantidas por meio da dependência da renda de familiares.

Sobre as classes sociais mais desfavorecidas, a tipologia coloca três tipos de transições para esse grupo. A primeira transição citada é a **transição precoce**. Este tipo de transição para a vida adulta é uma transição rápida, onde o jovem geralmente sai do estado de dependência e

da moradia na casa dos familiares, para a vida conjugal com filhos que nasceram de forma desejada ou indesejada, o que implica em responsabilidades familiares. Estes jovens normalmente não têm tempo para vivenciar longos percursos escolares nem experiências pessoais até decidirem seus rumos profissionais. Os jovens tiveram uma juventude periférica, com poucas oportunidades de lazer e necessidade de entrar no mercado de trabalho precocemente (tanto para ajudar a própria família quanto para sustentar uma nova família que na maioria das vezes foi construída de forma acidental).

A **transição precária** é aquela que oferece possibilidades de escolha muito reduzidas aos jovens. Nestas transições, estes se expõem constantemente a situações difíceis durante a vida. A inserção em atividades de trabalho inseguras e precárias de forma geral, expõem os jovens a ainda mais riscos. Os jovens inclusos nas transições precárias são aqueles que fazem parte da grande massa de trabalhadores, pertencentes a classes sociais desfavorecidas, que têm baixa escolaridade e grandes dificuldades de inserção em trabalhos dignos, normalmente sem nenhum apoio de capital da família durante toda a sua vida, precisando adaptar-se constantemente a adversidades que surgem.

O último padrão, que se refere às **transições desestruturantes**, inclui os jovens que devido ao pertencimento a classes desfavorecidas, os longos períodos de desemprego e as necessidades de consumo, acabam vivenciando experiências de “marginalidade” social por meio da realização de atividades consideradas ilegais ou inserindo-se em trabalhos informais que lhes oferecem diversos riscos. O jovem vivencia uma forte exclusão social neste padrão, que é justificada principalmente pela ausência de auxílio, recursos, oportunidades e projetos.

O **Quadro 1** a seguir, reproduzido de forma idêntica ao quadro apresentado no estudo português, sintetiza os padrões de transição. O quadro torna a compreensão das transições, passível de uma análise pautada nas categorias sociais levadas em consideração pelos teóricos na construção dos padrões, a saber: origem social, escolaridade, integração profissional, residência e orientação.

Quadro 1: Padrões de transição para a vida adulta (padrões de juventude)

Padrões de transição	Origem social	Escolaridade	Integração profissional	Modo de residência	Orientação
Profissional	Diversificada	Elevada	Forte	Em casa dos pais	Trabalho
Lúdica	Classes médias/altas	Elevada/intermediária	Instável	Em casa dos pais	Lazer
Experimental	Classes médias/altas	Elevada	Regular/instável	Espaços transitórios	<i>Self</i>
Progressiva	Diversificada	Diversificada	Progressiva	Em casa dos pais	Futuro
Precoce	Classes desfavorecidas	Baixa	Instável	Em casa própria	Responsabilidade familiar
Precária	Classes desfavorecidas	Baixa	Instável	Em casa dos pais	Adaptativa
Desestruturante	Classes desfavorecidas	Baixa/intermediária	Periférica	Espaços transitórios	Sobrevivência

Fonte: Guerreiro e Abrantes, 2005.

Ao falar de juventudes e oportunidades de trabalho, é importante considerar que as oportunidades educacionais desses jovens, diretamente dependentes de sua origem social, são cruciais nesse processo. Nesse sentido, a educação escolar é uma das formas de “capital” que pode ser adquirido durante a vida dos sujeitos, e exerce influência em seu futuro.

Bourdieu (1998, 2007) explica que o capital cultural (saberes, conhecimentos), é tão importante quanto o capital econômico (renda, bens materiais), o capital social (relações) e o capital simbólico (prestígio/*status* na sociedade). Assim, compreendendo que o conhecimento formal, ou o acesso à educação formal, é profundamente vinculado à origem social, os jovens de origens desfavorecidas economicamente estão em desvantagem no processo de inserção em atividades educacionais e de trabalho.

O capital cultural vem sendo fundamental para a “determinação e reprodução das posições sociais” (BONAMINO et al., 2010, p. 488). Isso é explicado pois:

“ [...] acumulação de capital cultural desde a mais tenra infância [...] só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por conseqüência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital.” (BOURDIEU, 1998, p. 86)

Com relação ao estabelecimento de faixas etárias, embora eu tenha citado este aspecto como insuficiente para caracterizar as diversas juventudes existentes (uma vez que engloba todos os indivíduos e não considera suas particularidades), entendo que ele é um importante instrumento legal para elaborar e fazer valer direitos para esse grupo de forma geral.

As diferenças nas faixas etárias estabelecidas para caracterizar a juventude, são dadas principalmente devido a existência de diferenças culturais em diversos locais do globo. Arnett (2012), um autor estadunidense que estuda e desenvolve teorias sobre juventude e adolescência, explica que a faixa etária referente a juventude deve ser estabelecida a partir dos 18 anos, e até um ano antes da idade média em que estes realizam casamentos. Como a média de idade para casamento nos Estados Unidos é 25 anos, o autor considera como jovens, aqueles com idade cronológica entre 18 e 24 anos. No Japão, na Coreia do Sul e em toda a Europa, a idade de se casar se aproxima dos 30 anos, sendo assim, nesses locais seria melhor considerar a juventude como sendo dos 18 aos 29 anos.

No Brasil, existem duas possibilidades legais de delimitar a idade dos jovens. A principal delas é a lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. O Estatuto determina a idade dos jovens como sendo de 15 a 29 anos (BRASIL, 2013).

Outra maneira de apontar a faixa etária dos jovens no Brasil, pode ser por meio da lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), consolidada através do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 (BRASIL, 2018). A lei estabelece que são jovens os indivíduos a partir dos 14 anos de idade, até os 24 anos, e sendo assim, estes podem participar de um programa denominado Programa Jovem Aprendiz que é destinado a fornecer ao jovem um contrato de aprendizagem, que se trata de:

“[...] contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.” (BRASIL, 2018).

Assim, percebe-se que a legislação brasileira compreende que a juventude se inicia aos 15 ou 14 anos (BRASIL, 2013). A literatura internacional aponta que na América do Norte, na Europa e em países Asiáticos, a juventude se inicia mais tardiamente, a partir dos 18 anos (ARNETT, 2012). Considerando estas e outras diferenças entre os jovens ao redor do mundo é importante contextualizar as juventudes brasileiras para melhor entendê-las. O próximo tópico será destinado a analisar dados brasileiros econômicos, sociais e de trabalho desse grupo.

4.2 DADOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE JUVENTUDE E TRABALHO NO BRASIL

De acordo com a “Síntese de indicadores sociais” do IBGE, que foi publicada em 2019 e realiza uma análise das condições de vida da população brasileira, as maiores vulnerabilidades vinculadas à inserção e permanência da população no mercado de trabalho foram observadas na Região Nordeste. Somado a isso, entre os grupos populacionais específicos que apresentam os indicadores considerados mais desfavoráveis estão: as mulheres, pessoas pretas ou pardas, os jovens e a população com menor nível de escolaridade (IBGE, 2019).

A síntese do IBGE identificou que entre 2012 a 2018, a faixa etária mais afetada pela desocupação foi a das pessoas entre 14 e 29 anos. A falta de oportunidades no mercado de trabalho destinadas aos jovens, se coloca como um desafio internacional. Além disso, o relatório aponta que 29,6% dos jovens brasileiros têm o rendimento domiciliar per capita inferior a 5,50 dólares diários, ou seja, se encontram em situação de pobreza. Percebe-se que, além dos jovens serem identificados como um dos grupos em maior estado de vulnerabilidades acerca do mercado de trabalho, estão menos inseridos nesse, e, sobretudo, é um dos grupos mais prejudicados financeiramente (IBGE, 2019).

Sobre o trabalho informal no Brasil, as regiões Norte e Nordeste registraram as maiores taxas do país. Em 2018, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 59,2% na Região Norte e 56,3% na Região Nordeste. Somado a isso, os indivíduos de cor preta/parda e do sexo feminino, são os que mais se inserem em atividades econômicas com menores rendimentos. Os dados indicam que em 2018, pessoas de cor branca ganhavam cerca de 73,9% mais do que as pretas ou pardas (IBGE, 2019).

O relatório também identifica que a escolaridade é uma das características que contribuem para diferenças na inserção no trabalho, sendo que quanto mais elevado o nível de instrução maior a inclusão em trabalhos formais. Regiões Norte e Nordeste têm o menor índice de escolaridade do país. No Norte, 44,1% daqueles com mais de 14 anos não tinham terminado o ensino fundamental. No Nordeste, o índice é de 38,7%. Em relação ao nível de instrução, verifica-se progressiva participação da população em ocupações informais à medida que se reduz o grau de escolaridade. Em 2018 cerca de 60,8% das pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, estavam em trabalhos informais, enquanto àquelas pessoas ocupadas, mas que tinham ensino superior completo, 22,1% estavam na informalidade (OLIVEIRA, 2019).

Os dados descritos anteriormente demonstram que além de grande parte dos jovens brasileiros estarem em situação de pobreza, muitos deles têm baixa escolaridade, o que influencia negativamente na sua inserção no mercado de trabalho formal. Possivelmente, muitas

das dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal enfrentadas por jovens, estão ligadas à baixa escolaridade desses. A situação se agrava quando o jovem é preto ou pardo, do sexo feminino e das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Sendo assim, indica-se que existe um perfil de pessoas em situação de extrema desvantagem no mercado de trabalho, que possivelmente podem estar vinculados à informalidade por falta de opção e necessidade de sobrevivência no modo de produção capitalista, e não por desejo ou porque necessariamente concebem vantagens nessa atividade em detrimento de outras. De acordo com os dados do IBGE (2019) este perfil é composto em grande parte por jovens, um dado importante que sugere que sejam estudadas atentamente as condições de trabalho dessa população, de forma a gerar dados que busquem amenizar os possíveis danos causados por essas, e provoquem alguma transformação social.

CAPÍTULO 5 - TERAPIA OCUPACIONAL E TRABALHO

No que se refere à Terapia Ocupacional e suas intervenções junto aos trabalhadores, identifiquei que existem as atuações mais tradicionais, ligadas ao tempo da própria fundação da profissão, no mundo e no Brasil, e de sua transformação histórica a partir da implantação do SUS e do Programa de Reabilitação Profissional (INSS), porém, exponho que acredito no desenvolvimento de atuações outras, principalmente diante das problemáticas contemporâneas expostas ao longo deste manuscrito. Identifico a necessidade de (re)discutir as práticas em Terapia Ocupacional junto aos trabalhadores e com enfoque no trabalho, de maneira que seja possível pensar em estratégias de cuidado que estejam contextualizadas à atual conjuntura, à realidade do mundo do trabalho contemporâneo e que sejam suficientemente críticas ao modelo de produção vigente.

Em algumas publicações recentes, terapeutas ocupacionais vêm citando a existência de um “campo do trabalho”¹¹ para representar a gama de intervenções da profissão que podem ocorrer nos diversos setores e instituições, e que podem ter diversos objetivos, apesar do foco no trabalho e da presença do trabalhador como protagonista das atuações (RODRIGUES et al., 2020; ALONSO et al., 2020; SOUZA et al., 2020).

No tópico a seguir foram colocadas algumas reflexões que informam por que acredito que ao pensar nas atuações voltadas aos trabalhadores informais, as contribuições desta pesquisa para a Terapia Ocupacional estão, de forma teórica e prática, inseridas no que vem se denominando de Terapia Ocupacional no campo do trabalho e não somente na Saúde do Trabalhador. Além disso, apontarei a importância e a necessidade de práticas terapêuticas ocupacionais que sejam críticas, diante da atual conjuntura econômica, política e social.

5.1 TERAPIA OCUPACIONAL NO CAMPO DO TRABALHO

A história da Terapia Ocupacional a partir da perspectiva considerada tradicional ou clássica, identifica que a Terapia Ocupacional surge nos Estados Unidos, a partir do trabalho e para resolver problemas de saúde relacionados trabalho. As atuações que culminaram na fundação da primeira escola para lecionar Terapia Ocupacional (criada nos Estados Unidos)

¹¹ “Ao constatararmos aqui a existência de um “campo” de atuação sobre Trabalho, indicamos que estamos em consonância com o que expõe o clássico estudo de Campos, sobre o assunto. O autor descreve que o campo de atuação representa a interligação entre saberes e práticas interdisciplinares e intersetoriais, e que o campo é um espaço de limites imprecisos, onde cada disciplina ou profissão buscaria, em outras, apoio para cumprir suas tarefas teóricas e práticas.” (RODRIGUES et al, 2020, p. 571).

eram pautadas nas consequências físicas da Primeira Guerra Mundial. As intervenções eram voltadas aos soldados de guerra, e valorizavam técnicas que restauravam movimentos corporais perdidos nos combates (PINTO, 1999).

Na década de 1950, a Terapia Ocupacional continuava atuando primordialmente no contexto da reabilitação física, diante das necessidades de reabilitação e reinserção laboral que surgiram devido ao grande número de pessoas que apresentavam mutilações e traumas provenientes da participação na Segunda Guerra Mundial. As intervenções tinham o objetivo de restaurar funções motoras de acidentados do trabalho e de trânsito (RODRIGUES et al., 2020; GALHEIGO et al., 2018; WATANABE; NICOLAU, 2001; DE CARLO; BARTALOTTI; 2001).

Neste momento histórico, as atuações em Terapia Ocupacional se aproximavam de práticas que se assemelhavam às da medicina, sendo prioritariamente voltadas à recuperação dos fatores biomecânicos dos indivíduos e estando articuladas aos interesses capitalistas da época, já que se pretendia reestabelecer alguma função produtiva aos acidentados. Naquele momento histórico o objetivo era alcançar maior legitimidade profissional, porém, os terapeutas ocupacionais corriam grandes riscos de se aproximarem do paradigma mecanicista e do positivismo (RODRIGUES et al., 2020).

No Brasil, o primeiro serviço de Terapia Ocupacional fundado, funcionava no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), e atendia sumariamente trabalhadores acidentados que necessitavam recuperar-se fisicamente para retornar às suas atividades produtivas. Nesse contexto, eram utilizadas técnicas de reabilitação física específicas (LANCMAN, 2004).

A partir da Reforma Sanitária, um movimento a favor da democratização da saúde que aconteceu no Brasil principalmente na década de 1970, a Terapia Ocupacional faz parte do rol de profissões que atuavam na saúde e modificaram suas práticas de cuidado, incluindo aquelas voltadas aos trabalhadores. As práticas profissionais foram recharacterizadas e centradas em um contexto ou área denominada até hoje de saúde do trabalhador (GOMEZ et al., 2018).

As transformações nas atuações foram oficializadas através da implementação de um Sistema Único de Saúde no país. A oficialização ocorreu por meio da lei nº 8.080 de 1990 (BRASIL, 1990) que pressupõe valores, referenciais teóricos, e metodologias de intervenções específicas, já que seus fundadores apresentavam fortes argumentações e ideais marxistas (GOMEZ et al., 2018). No âmbito das transformações das atuações com o advento do SUS, a Terapia Ocupacional se aproximou de disciplinas como a Saúde Coletiva, Ergonomia,

Psicologia Social e do Trabalho e Psicodinâmica do Trabalho (LANCMAN; GHIRARDI, 2002).

A partir daí muitos avanços aconteceram nas intervenções terapêuticas ocupacionais focadas nas atividades de trabalho e nos trabalhadores. O artigo 200, incisos II e VIII (que falam sobre a Saúde do Trabalhador); a implementação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast) (BRASIL, 2009), da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) (BRASIL, 2012); e a regulamentação da prática da Terapia Ocupacional em interface com o trabalho, dada através da Resolução nº 459 de 2015 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) (COFFITO, 2015) representam alguns dos principais avanços normativos e legais.

No caso do cuidado em saúde, desde a implementação do SUS a atenção primária em saúde vem se mostrando como uma importante ferramenta para acolher as necessidades de trabalhadores, incluindo os informais. A noção de território, a compreensão da epidemiologia, e o que preconiza a Renast, são estratégias interessantes para o cuidado de trabalhadores desregulamentados.

Apesar disso, a literatura aponta que não vem sendo simples para as equipes da atenção básica lidarem com problemas provenientes das relações trabalho-doença e atuarem no sentido de resolvê-los a partir de intervenções voltadas às raízes desses problemas. É difícil fazer com que as equipes de atenção básica tenham fôlego para mais uma importante função: entender o trabalho como determinante de saúde-doença. Isso acontece principalmente devido à escassez de formação desta equipe e à uma rede de saúde mal integrada e não financiada (SILVA et al, 2014).

“[...] o crescimento do trabalho informal, familiar e em domicílio, reforça o papel da atenção básica de fazer chegar ações de saúde o mais próximo possível de onde as pessoas vivem e trabalham. O acolhimento dos trabalhadores na porta de entrada do sistema, a investigação do trabalho como fator determinante dos processos saúde - doença e avaliação e manejo das situações de risco no trabalho, incorporando o saber do trabalhador, sob o controle social, são possibilidades concretas na atenção básica. Entretanto para que isto se efetive, não basta acrescentar mais uma atribuição às já sobrecarregadas equipes de trabalho. É importante que as tarefas sejam redefinidas e redimensionadas, as equipes capacitadas e garantidos os procedimentos de referência e contra – referência.” (DIAS, HOEFEL, 2005, p. 824).

As atuações da Terapia Ocupacional em interface com o trabalho também aconteciam, antes mesmo da fundação do SUS, no âmbito da Previdência. Neste âmbito as práticas até hoje acontecem vinculadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Programa Reabilita (PRP) (BRASIL, 1999).

O PRP tem como objetivo acompanhar o retorno ao trabalho e a retomada da vida profissional daqueles trabalhadores ou “segurados”¹² que são contribuintes da Previdência. Neste programa, o terapeuta ocupacional tem o papel de orientador profissional (ROP), sendo responsável por avaliar o potencial laborativo do trabalhador, seu desempenho, e proporcionar o aumento da sua especialização ou educação, com a finalidade de desenvolver um plano para o programa profissional de retorno ao trabalho (INSS, 2018). As intervenções dos terapeutas ocupacionais do PRP não são consideradas práticas em saúde, embora seja recomendado que ocorram intersetorialmente.

O estudo de Rodrigues e colaboradoras (2020) menciona que além dos saberes e práticas identificados como tradicionais em atuações da Terapia Ocupacional no campo do Trabalho (Saúde do Trabalhador, Reabilitação Profissional e Ergonomia), também é possível identificar outros, que, ao longo dos anos, foram importantes para a ampliação da prática da profissão, e que não se restringe ao setor da saúde. Conhecimentos de áreas e disciplinas diversas contribuíram para a construção das práticas de Terapia Ocupacional em interface com um campo de atuação aqui denominado de campo do trabalho.

“[...] os saberes em saúde mental e trabalho provenientes da psicopatologia do trabalho (principalmente os da escola Dejouriana, através do entendimento da Psicodinâmica do Trabalho - PDT); saberes sobre deficiência, no que se refere à inclusão deste público no trabalho (a exemplo do Modelo Social de Incapacidade e de reflexões ontológicas sobre deficiência colocadas pela Filosofia da Diferença); e sobre inclusão social pelo trabalho e geração de renda (referenciais da Economia Solidária e do Modelo de Atenção Psicossocial, por exemplo).” (RODRIGUES et al., 2020, p. 7).

Neste sentido, a partir da década de 2000, ganharam visibilidade as práticas de Terapia Ocupacional voltadas à grupos de geração de trabalho e renda, bem como a cooperativas. O objetivo dessas práticas vem sendo principalmente proporcionar a inclusão no trabalho de pessoas com sofrimento psíquico, que não dispõem de legislação para tal (LUSSI et al., 2010). Neste caso, a atuação do terapeuta ocupacional não tem necessariamente o foco na saúde, embora exista a vinculação entre os grupos de geração de trabalho e os dispositivos de saúde.

Menciono ainda as atuações da Terapia Ocupacional com a população em situação de rua, nas quais são discutidas a inserção dessa população no trabalho e a necessidade que essa protagonize trajetórias de vida mais dignas. As atuações que focam na complementação de renda e nas possibilidades de trabalho colaborativas para a juventude pobre brasileira, são realizadas principalmente através de dispositivos do Sistema Único de Assistência Social

¹² O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) denomina de “segurados” todos os trabalhadores atendidos por meio deste. A terminologia se refere ao “seguro” que os trabalhadores recebem do sistema, sobretudo o financeiro.

(SUAS) e das instituições de educação (LOPES et al., 2014). Esses dispositivos ofertam programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, situação que não se aplica a todos os trabalhadores informais. Também não são necessariamente discutidas a organização, ambientes, vínculos e condições de trabalho.

As práticas anteriormente citadas claramente demonstram que a atuação da profissão junto aos trabalhadores há muito tempo não se restringe àquela realizada na época da fundação da profissão no mundo e no Brasil, a qual se debruçava especificamente na recuperação dos movimentos corporais. As atuações também não estão estritamente inseridas na rede de saúde pública. Porém, há de se considerar que, no campo do trabalho, as atuações parecem não vir se direcionando ou sendo suficientemente abrangentes à complexidade do trabalho informal.

É importante que os terapeutas ocupacionais que intervêm no campo do trabalho compreendam que existe uma relação indissociável entre trabalho, direito, educação, saúde, e que as intervenções da profissão podem priorizar o olhar para o trabalho e para o trabalhador em diferentes setores e dispositivos que recebem esses sujeitos, porque as repercussões do trabalho acontecem nos diversos âmbitos da vida humana (SOUZA et al, 2020). A Terapia Ocupacional, como profissão que se dedica à compreensão da vida, do cotidiano das pessoas e sobre as problemáticas em torno destes elementos, articula fortemente as diversas áreas do conhecimento em sua construção teórica e, conseqüentemente, os diversos setores em suas práticas profissionais¹³.

Sobre a atuação da Terapia Ocupacional com trabalhadores informais, diante da atual conjuntura brasileira, entendo que é necessário que os terapeutas ocupacionais que desenvolvem pesquisas e aqueles diretamente relacionados com a prática, que atuam no campo do trabalho, questionem sobre como se aproximar de trabalhadores que estão desvinculados da rede que foi instituída para seus cuidados ao longo dos anos, no sentido de ampliar e não de restringir as intervenções. Como ou onde, por meio de ações interdisciplinares ou específicas, seria possível proporcionar intervenções que considerem as demandas desses trabalhadores? De que forma fomentar novas atuações que fujam das intervenções paliativas, restritas à um único setor ou à um número reduzido de trabalhadores? Antigos e novos desafios, evidenciados através do panorama político, econômico e social atual, ensejam novas reflexões.

Ainda, corroborando com Rodrigues et al. (2020), novas possibilidades de construções teóricas e práticas não descredibilizam as outras. Novas possibilidades também não pretendem

¹³ Apesar da ampla discussão acerca do objeto da Terapia Ocupacional, é importante dizer que, para além do cotidiano, a ocupação, a atividade, e o fazer humano são conceitos centrais para a profissão e que embasam suas práticas.

apontar “linhas demarcatórias entre certos e errados, sob o risco de se produzir atitudes dicotômicas e discriminatórias.” (GALHEIGO, 2020, p. 11).

Contudo, as transformações que vêm ocorrendo na sociedade ao longo dos anos, devido ao fortalecimento do modelo de produção flexível e às conjunturas política, econômica e social explicitadas ao longo dos capítulos 2, 3 e 4 deste manuscrito, repercutem diretamente no cotidiano e nos diversos âmbitos da vida dos trabalhadores, contribuindo para o que venho chamando ao longo deste texto, de precarização da vida. Independente do setor, no campo do trabalho o foco da atuação da Terapia Ocupacional será sempre a dimensão trabalho, e terá como principal protagonista o próprio trabalhador ou o coletivo de trabalhadores envolvidos. Desta forma, é importante que os terapeutas ocupacionais que atuam neste campo estejam apropriados dos referenciais teóricos sobre trabalho, mas, além disso, precisam também compreender os desdobramentos do modo de produção atual na vida dos trabalhadores.

Aponto aqui, que ao falar das intervenções no campo do trabalho, pretendo indicar, diante do atual contexto, a importância das práticas que vão ao encontro das mais variadas demandas dos trabalhadores, mas que extrapolam a perspectiva humanista (de intervenção sobre o desejo individual) e a centrada no cliente (em que o indivíduo tem plena capacidade de controlar a sua vida), aproximando-se do sujeito histórico nas práticas de Terapia Ocupacional (mostrando que o capitalismo se apropria do processo “auto criativo” do sujeito) de modo a não responsabilizar o trabalhador pelo processo de precarização da sua própria vida. Acredito, assim, nas intervenções terapêuticas ocupacionais que acontecem de forma crítica, contestando - onde quer que este profissional esteja inserido - a realidade social que se apresenta. Desde essa perspectiva, o profissional “compreende, aborda e engaja o sujeito na compreensão e transformação dos processos sociais, que naturalizaram a opressão e a falta de acesso aos direitos de cidadania” (GALHEIGO, 2020).

É importante dizer que o debate sobre as perspectivas críticas em Terapia Ocupacional vem acontecendo desde o final da década de 1980 e início da década de 1990 e que muito foi construído de teoria e de prática nesse período histórico. Ainda, muito foi refletido sobre a necessidade de transformação nas compreensões de sujeito e sociedade que foram construídas historicamente desde o surgimento da profissão. Nesse sentido, foram criticadas as perspectivas humanistas e centradas no cliente (FRANCISCO, 1988; PINTO, 1990). Na atual conjuntura econômica, social e política, os debates sobre a necessidade de compreensão de um sujeito histórico e a utilização de um referencial materialista histórico para a reflexão sobre os problemas sociais vêm sendo cada vez mais necessários e realizados por terapeutas

ocupacionais em seus estudos nos mais diversos campos. Todavia, falar em práticas críticas hoje, não é o mesmo que falar em tempos antes, e nem poderia ser, em um mundo onde os contextos históricos ditam as realidades existentes. Assim, especificamente nessa pesquisa, aponto como necessário que tais questões sejam retomadas nos processos de reflexões teóricas e práticas do campo do trabalho, de forma que seja possível discutir e atuar diante das novas realidades, as quais certamente demandam novas estratégias e soluções.

CAPÍTULO 6 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação da análise dos resultados está dividida em seções, numeradas em algarismos romanos. Cada parte contém “subseções” ou, como também irei chamar, “subtemas”. Entendendo que a etnografia é multi situada e polifônica, estes resultados são provenientes de muitos enlaces. Entendo que estão entrelaçados os diversos locais que passei; as histórias de vida que ouvi e presenciei; a literatura não acadêmica que consultei sobre o assunto; a disseminação de notícias sobre os temas; o referencial teórico, autores, teorias e conceitos que me nortearam.

Considero importante ressaltar que os diversos atores envolvidos na pesquisa, assim como os participantes dos encontros em profundidade que atravessaram meu processo, me auxiliaram a escrever esses resultados. As palavras e experiências desses participantes compõem meus resultados, e afirmo que elas são muitas vezes autoexplicativas e mais completas do que seriam os meus escritos caso eu optasse por descrever qualquer coisa sem tentar trazer para o papel os discursos dos participantes.

SEÇÃO I: “QUANDO O CAMPO É A CIDADE”

“Estudar trabalho informal na cidade, é nunca descansar. É basicamente nunca estar desligado do objeto de estudo porque ele te cerca no trânsito, na orla, ao redor dos restaurantes, dentro dos restaurantes, na areia da praia, na caminhada, no estacionamento da farmácia. Retira o pesquisador para sempre de alguns paraísos.” (Impressões pessoais, Cadernos de anotações 3, 2020).

A primeira parte da análise dos resultados foi nomeada com o título de um dos clássicos textos de Magnani (1996) que reflete sobre a etnografia de rua e sobre as riquezas e dificuldades de lidar com a cidade como campo de pesquisa. Estar diante de um problema de pesquisa e ter a intenção de explorá-lo por meio do “andar” em locais que eu mesma já andava há muitos anos, me levou a perceber que morar e caminhar nesses espaços não me tornou uma conhecedora do meu campo de pesquisa. Foi quando comecei a olhar para a cidade focalizando meu problema de pesquisa, dúvidas e hipóteses que o permeavam, que finalmente comecei a conhecer esses espaços. A partir disso se tornou quase impossível, para mim, sair desse “novo campo” que descobri.

Como residente e trabalhadora de áreas urbanas, durante a escrita desse estudo a questão de pesquisa que aqui delinee me cerceava incessantemente todos os dias. Ela entrava pelos vidros do meu carro, enchia as calçadas pelas quais outrora andei sem me importar, permeava

meu trabalho e pedia permissão para interromper as aulas que leciono na Universidade Pública. Também interrompia meu almoço ou jantar abruptamente, derrubava as portas da minha própria casa, dormia no mesmo quarto que eu, e até mesmo me assustava quando tocava meus ombros inesperadamente em momentos de lazer e de passagem de um lugar a outro da cidade.

Percebi então que a etnografia urbana realizada por um pesquisador que é, sobretudo urbano, assim que é iniciada não permite que esse último descanse muito. O problema de pesquisa em etnografia urbana, facilmente penetra a própria existência de qualquer pesquisador que seja ou que inevitavelmente esteja urbano.

Como descreve Magnani (1996, p. 3), todo esse processo apesar de ser trabalhoso retorna resultados enriquecedores uma vez que possibilita “conhecer e participar de uma experiência nova, compartilhando-a com aqueles que a vivem como se fosse ‘natural’, posto que se trata de sua cultura”. Desvelar esse espaço e compartilhar experiências de atores que não eram corriqueiramente observados por mim antes desse estudo, foi algo completamente novo e transformador dos meus conceitos.

Primeiramente foi necessário me distanciar dos papéis que conquistei por meio de privilégios de classe, como os de pedestre, cliente, motorista, turista ou servidora pública. Dessa forma, “não foi nada fácil entender uma nova realidade, por parte de (...) *quem vem de outro sonho feliz de cidade*, como era o caso dos *Novos Baianos*” (MAGNANI, 1996, p. 3).

O espaço público não é apenas um espaço físico com características meramente vinculadas a uma compreensão jurídica, urbanística ou técnica voltada ao entendimento de sua estrutura, mas é, acima de tudo, um espaço social, que pode ser menos ou mais democrático. “A rua como um dos principais espaços públicos, não é simplesmente um lugar de passagem e circulação, é também o lugar do encontro, do movimento, da mistura como teatro espontâneo.” (CUNHA, 2009, p. 78).

Foi compreendendo as ruas da cidade como espaços utilizados para trocas econômicas – algumas vezes democráticas e outras vezes regidas por autoritarismos e contradições provenientes de uma estrutura de classes – que percebi como necessário “desautomatizar” o meu andar. “Desautomatizando as andanças” foi que consegui rever o meu próprio caminhar, transformar o meu olhar e desenvolver uma nova forma de pertencer àquelas ruas.

Assim, o caminhar na cidade passou a não ser mais aleatório e eu me transformei em uma observadora, que sem dúvidas ganhou novos olhos. Antes de qualquer coisa, esses novos olhos necessariamente me fizeram questionar minha experiência anterior com as ruas das cidades em que estive durante a pesquisa.

Foi necessário movimentar muitos esforços em prol de me afastar, o máximo possível, do que chamo de pré-fabricação de conceitos acerca do espaço das ruas, e daqueles que o utilizam como seus “escritórios particulares”. Essa pré-fabricação de conceitos acerca do local e do público alvo da minha pesquisa foi denominada aqui de imaginário social.

O que pretendo apontar aqui, são as contradições presentes nesse imaginário. Percebi, enquanto desenhava o pré-projeto, conversando com pessoas que também vêm “*de outro sonho feliz de cidade*”, que a partir da percepção dessas pessoas, as ruas da cidade são espaços sem proteção e que devido a isso podem ser perigosos. Quando conversava sobre o projeto com essas pessoas, todas elas questionavam sobre os perigos oferecidos a mim durante a inserção no campo de pesquisa. Perguntavam-se como eu, uma mulher e sozinha, teria “coragem” de me colocar passivamente em espaços onde trabalhadores informais normalmente se concentram, ou seja, nas ruas.

Essas pessoas me recomendavam realizar as observações nos turnos da manhã e tarde, e me perguntavam inclusive como eu iria estabelecer os contatos, já que não havia nenhuma carta de anuência capaz de preestabelecê-los. Também não foram incomuns questionamentos como “você já foi assaltada?”. Entendi que elas tinham o objetivo de tentar resgatar minhas experiências anteriores com o espaço público, tentando conhecer minhas experiências positivas com os espaços, como se elas talvez justificassem a minha “coragem”.

Alguns me aconselhavam a procurar locais considerados “seguros” para realizar minhas observações. Eu inicialmente sempre pensava: o lugar que preciso estar é qualquer lugar em que há esse trabalho. E sobre a postura passiva, eu nunca havia pensado em questões de segurança durante a elaboração do meu projeto, até vivenciar diálogos sobre esse assunto. Devido a frequência de contato com esses questionamentos que me eram lançados, passei a nutrir um sentimento de muito medo acerca do meu campo. Posteriormente, eu tanto entenderia quanto assumiria as raízes desse medo.

Diante disso, comecei a perguntar para as pessoas como achariam que eu poderia estar mais segura durante o processo. As respostas foram basicamente: próximo à postos policiais, próximo à estabelecimentos formais, e em locais com “passagem de gente”. Concluí então que o imaginário social pressupõe uma ideia de segurança nos ambientes públicos. As instituições formais (polícia e estabelecimentos) eram sempre consideradas fundamentais para possibilitar minha segurança. Também percebi que a sociedade civil organizada (locais com “passagem de gente”) era considerada potente arma para a segurança.

Foi no contato com meus medos que, no início dos encontros em profundidade, recorri à um ajudante de pesquisa. Ressalto que embora o ajudante tenha sido alguém fundamental para auxiliar com os dados audiovisuais e diálogos com os trabalhadores, por exemplo, a presença desse ajudante definitivamente diminuiu meus sentimentos iniciais de insegurança e medo do desconhecido.

As ruas das cidades e as experiências humanas nesses espaços só aparecem como “exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido” (MAGNANI, 1996, p. 3). O medo do desconhecido pode ser acentuado pelo que venho chamando de imaginário social, pois a ideia de insegurança nos espaços públicos é “construída com a plausibilidade da imagem difundida na cidade, de perigo [...] especialmente ao contato com alguns grupos presentes nesses espaços [...]” (MATIAS; FRANCISCHINI, 2010, p. 247).

Entendo que quando se vincula a segurança nos espaços públicos à Polícia, por exemplo, se está nutrindo o imaginário social acerca dos espaços públicos que mencionei anteriormente. Para justificar esse argumento, cito dados do “Monitor da Violência”, projeto realizado pelo Portal G1 em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O projeto divulgou que, em 2019, cerca de 5.804 pessoas foram mortas por policiais no Brasil, aproximadamente 1,5% a mais do que no ano de 2018. Somado a isso, o atual Governo do Brasil determinou que os casos de violência policial fossem excluídos de qualquer relatório. O Ministério Público Federal considera que esses indicadores são elementos de transparência e deveriam ser utilizados para manter a população informada sobre o assunto (REDAÇÃO G1, 2018, 2020).

*O cano do fuzil
Refletiu o lado ruim do Brasil
Nos olhos de quem quer
E quem me viu, único civil
Rodeado de soldados
Como se eu fosse o culpado
No fundo querendo estar
A margem do seu pesadelo
Estar acima do biotipo suspeito
Nem que seja dentro de um carro importado
Com um salário suspeito
Endossando a impunidade
A procura de respeito! ”
(O Rappa - Tribunal de Rua, 1999).*

Diante dos dados, percebe-se que a polícia não vem obrigatoriamente exercendo um papel protetivo, então por qual motivo ela era sempre mencionada como suporte? A letra da música anteriormente mencionada (Tribunal de Rua) demonstra como a arte vem representar a presença policial nas ruas. Ainda, os estabelecimentos que contratam sistemas de segurança próprio, têm o objetivo de proteger a propriedade privada, e não necessariamente a população que transita na rua. Assim, muitas vezes a própria sociedade civil desenvolve seus mecanismos de proteção, na maioria das vezes por meio de ações empáticas e solidárias, daí a ideia de que estar onde tem “passagem de gente” é mais seguro.

Foi devido a isso que durante a realização da pesquisa percebi que o imaginário social que identifiquei e que inicialmente também nutri, está chafurdado, conscientemente ou não, em preconceitos estruturais sobre a população desse estudo. Explicito essa questão por meio de perguntas retóricas: Nos diálogos sobre o assunto, por quê logo inicialmente não se constatou que os próprios trabalhadores informais poderiam ser favorecedores da minha proteção nesses espaços? Por quê, ao se identificar que eu estaria segura com a “passagem de gente”, não foi considerado que essa “gente” poderia ser os próprios trabalhadores?

Nesse sentido, esclareço aqui que, nem eu, nem as pessoas donas dos discursos que me confrontaram na época, constataram isso inicialmente. Assim, percebo que os trabalhadores informais são protagonistas do cenário de risco criado pelo imaginário social que citei.

Entretanto, Lancman et al. (2007), ao compreender o trabalho nas ruas, apontam que a solidão nesses espaços, a falta de amparo de colegas de trabalho ou até mesmo de alguma chefia, somado à falta de proteção que se tem em ambientes profissionais fechados, tornam esses profissionais mais suscetíveis aos perigos oferecidos nos ambientes das ruas. Essas questões “tornam esses trabalhadores mais vulneráveis a conflitos e agressões diretas, sejam elas voltadas para o seu corpo ou para a sua integridade moral. Essa situação de exposição excessiva leva-os a vivenciar, frequentemente, situações de risco e trabalhar com medo.” (LANCMAN et al., 2007, p. 81).

Os vendedores ambulantes, além dos riscos mencionados, enfrentam também a repressão violenta à suas atividades e, conseqüentemente, o desrespeito dos seus direitos fundamentais de cidadão. O Fundo Brasil de Direitos Humanos indicou que a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, em uma de suas ações de repressão aos ambulantes, chegou, inclusive, a agredir quem apenas passava em locais onde esses trabalhadores normalmente se concentravam (BRASIL, 2009).

*Não dá pra parar de vender
Minha família precisa de mim
Minha filha Yasmin
Se eu pudesse dava o mundo pra você
Mas o que que tá acontecendo
Porque esse guarda tá me batendo
Não 'tô' roubando
Eu só 'tô' vendendo
'Iaê' guardinha
Devolve minha mercadoria
O que eu 'tô' fazendo de errado
É minha única forma de trabalho
Só quero ajudar minha família
Honestamente porque o crime não é vida
Vários bandidos engravatados
Dentro do Senado
E com o vendedor de bala que 'cês' 'tão' preocupados
(Mc Rods - Vendedor Ambulante, 2020).*

Figura 8: Imagem do Clipe Oficial de "Vendedor Ambulante"



Fonte: Reproduzido de Youtube e Mc Rods, 2020.

No caso dos trabalhadores que são *motoboy*s, esses não sofrem com a “ilegalidade” de seus serviços, mas devido à ausência de chefia e de formalidade das suas atividades, estão também vulneráveis às agressões e violências mencionadas por Lancman et al. (2007), incluindo o risco de acidentes de trânsito. Somado a isso, essa categoria não dispõe de ambientes fixos para realizar suas atividades, dependendo assim de bancos de praças públicas, calçadas, ou das cadeiras/bancos que as vezes são disponibilizados em espaços externos de estabelecimentos comerciais que precisam do serviço.

Figura 9: Exemplo de local oferecido por estabelecimentos



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2020

Figura 10: Exemplo de local público utilizado por entregadores no momento da espera



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2020

Silva (2011) aponta para o estigma construído em torno desses trabalhadores e cita que alguns veículos de informação, em suas próprias reportagens, contribuem para a estigmatização dos *motoboys* uma vez que para mencioná-los utilizam expressões como: “Loucos pelo Perigo”; “nova praga do asfalto”; “uma categoria de impuníveis bestas-feras” (SILVA, 2011, p. 12).

Diante dos dados mencionados anteriormente apresento outro questionamento: será que eu, com o meu papel de observadora, sou essa pessoa que corre grandes perigos nos espaços públicos? Contarei, a partir de agora, o início das minhas interações com o campo e com os atores que os permeavam, pois é nesse processo que será possível compreender como fui, dia

após dia me desconstruindo, me desvencilhando do imaginário social sobre o meu problema de pesquisa, apontando armadilhas e indicando preconceitos presentes nesse imaginário.

Me tornei oficialmente moradora da cidade de Aracaju em 18 de julho de 2019, fato que facilitou o meu distanciamento do campo, pois quando iniciei a pesquisa no local eu de fato não conhecia os espaços da cidade, apesar de estar apropriada de espaços urbanos em outros locais do Nordeste do Brasil. Minhas primeiras inserções no campo, me entendendo como pesquisadora que estuda o problema dessa pesquisa, foram dotadas de uma postura exclusivamente observadora, ainda não participante.

Foram colegas de trabalho, motoristas da *Uber* e vendedores de lojas que me indicaram a Praça dos Mercados em Aracaju como um potencial local para realizar minhas observações e interagir com os trabalhadores informais. Na praça escolhi o que se chama de “ponto de vista” em etnografia.

O primeiro ponto de vista foi a lateral da porta de entrada do Mercado Público de Aracaju, local onde eu conseguia enxergar uma grande quantidade de trabalhadores. Permaneci, diariamente, realizando observações e anotando-as em meu caderno. Inicialmente, registrei principalmente a minha rotina de observação (caminho de casa até a Praça), as informações do ambiente, o fluxo de pessoas, as interações sociais e as atividades de trabalho formais e informais que ali aconteciam.

Em João Pessoa, cidade que morei cerca de 20 anos, o processo de apropriação do campo foi diferente. Como já mencionei, os novos olhos de pesquisadora me fizeram enxergar o campo de outra forma, mas nessa cidade consegui me organizar de forma mais estratégica devido à maior compreensão sobre a geografia do lugar. Optei então por caminhar no centro da cidade, próximo a regiões comerciais onde eu já sabia que os ambulantes estavam localizados. Nenhum ponto de vista específico foi escolhido durante o processo. A cada dia me deslocava um pouco pelas ruas para que pudesse identificar maior aglomeração de trabalhadores, buscar os trabalhadores jovens e também as respostas para as dúvidas surgidas no campo em Aracaju.

O momento crucial, que iniciou meu processo de desconstrução acerca da ideia de periculosidade dos ambientes das ruas e daqueles que o compõem, se deu quando eu percebi que, com o passar dos dias, os trabalhadores do local iam me notando com curiosidade, mas não destinavam muito tempo ou atenção para compreender o motivo pelo qual eu estava sempre por ali. Por outro lado, os fiscais que ficam nos locais onde estive (e normalmente regulam/reprimem atividades de trabalho informal) me observavam com muito mais frequência do que qualquer trabalhador informal.

Estar nesses espaços como observadora e diante do problema dessa pesquisa me fez perceber que ao me dispor nos ambientes públicos e ao interagir com esses trabalhadores, eu nitidamente era muito mais vista por eles como um incômodo, do que como uma pessoa vulnerável da qual eles poderiam tirar qualquer proveito. Os trabalhadores executavam suas atividades e eram indiferentes à minha presença. Eu, apesar de notada, era de fato irrelevante e até mesmo atrapalhava suas atividades. Ao contrário do imaginário social que permeia o assunto, eu existia, mas não fui uma “presa” para possíveis perigos existentes na rua.

Além disso, com o passar dos dias no campo, comecei a perceber um perfil muito específico de trabalhador informal. Notei que grande parcela dos trabalhadores informais daquele contexto, eram homens negros. Não apenas os ambulantes que observei e interagi durante o tempo da pesquisa, mas também outras categorias de trabalho informal que permearam esse estudo (e que serão descritas posteriormente) eram quase que totalmente compostas por pretos, pardos e homens. Nos encontros em profundidade com os jovens entregadores de *Ifood* foi constatado que além de homens e negros, todos os jovens eram residentes de regiões periféricas de João Pessoa.

De acordo com Alexandre et al (2015) o trabalhador negro é constantemente criminalizado, mesmo que não cometa nenhum crime, o que corrobora com argumento que venho desenvolvendo: existe um imaginário social não apenas sobre o espaço das ruas, mas sobre os trabalhadores informais. Ainda, gostaria de lembrar que o perfil dos brasileiros que vivem em situação de “extrema pobreza” é caracterizado por: jovens, negros ou pardos, mulheres, e que residem nas regiões Norte ou Nordeste do país (BRASIL, 2010) e que, para essa população, geralmente restam os trabalhos informais e mais precarizados. Acrescento então que características como classe, gênero e cor da pele desses trabalhadores são cruciais na determinação de um imaginário social sobre esses. Alexandre et al. (2015, p. 32) explicam que existe a:

“[...] disseminação acerca da ideia de que todos os que são pobres e negros já nascem com a característica de criminosos, como se fossem em determinada fase da sua vida se envolver com o crime. Provocando, assim, a naturalização da criminalização e o ocultamento da sua verdadeira origem, que não parte do próprio indivíduo, mas das bases da sociedade capitalista.” (ALEXANDRE et al., 2015, p. 32).

Historicamente, a população negra foi submetida à escravidão, depois ao desemprego, e, em seguida, às condições de trabalho mais precarizadas que existem. “Nota-se que quando os(as) racialmente discriminados não estão compondo as taxas de desocupação/desemprego, a

sua ocupação e/ou emprego, nos distintos ramos de atividades, está relacionada a uma maior concentração nas funções de menor prestígio social e econômico.” (MARTINS, 2012).

A exposição no espaço das ruas foi se dando cada vez de forma mais natural para mim. Os trabalhadores passaram de completos desconhecidos para uma rede de apoio e cuidado. Durante o tempo da pesquisa considero que foram os trabalhadores informais que me “protegeram” e me indicaram estratégias que poderiam ser adotadas diante das adversidades das ruas como, por exemplo, apontaram locais para me proteger de chuvas; identificaram que se eu ficasse sozinha no espaço desatenta e escrevendo eu poderia ser abordada por algum assaltante conhecido da região (sendo assim nunca me deixavam completamente sozinha) e me contaram também sobre quais jovens poderiam me ajudar melhor a responder meu problema de pesquisa.

Entretanto, mesmo diante de sucessivas tentativas de desmistificação, há de se considerar que a superação do imaginário social que percebe o ambiente das ruas e os trabalhadores informais negros como perigosos, é um desafio que dificilmente será suplantado no modo de produção capitalista. Isso se dá porque essa superação implica na supressão da sociedade de classes e de seus antagonismos, e na elaboração de novas formas de organização social (ALEXANDRE et al., p. 41, 2010).

Os imaginários sobre os espaços das ruas facilmente se misturam com os preconceitos acerca dos trabalhadores. Esses preconceitos podem se materializar em posturas extremamente violentas, pois aqueles que trabalham nitidamente percebem quando alguém se aproxima com medo. “Tira esse capuz aí boy! O povo já tem medo da gente e tu ainda fica usando isso?” (Diálogo entre *motoboys*, Cadernos de anotações 3, 2020).

Por fim, ressalto ainda que o maior perigo que o pesquisador enfrenta em etnografia urbana não provém das ruas, mas sim desses imaginários, que o cegam para a realidade e geram uma paralisia na hora de escrever sobre o real, o que, conseqüentemente, o arrasta para discussões e conclusões repletas de vieses. Aponto que em etnografia, qualquer que seja ela, aquelas observações ou interações distantes e limitadas pelo medo fruto do imaginário social sobre o assunto, facilmente podem se tornar violentas e, ainda, podem gerar resultados que correm grandes riscos de serem tanto superficiais quanto discriminatórios.

O trabalho em torno da desconstrução desses imaginários rodeados de preconceitos estruturais foi árduo, realizado por mim dia após dia, no e com os campos e seus trabalhadores. Assim, aponto que os resultados expostos aqui, ainda que escritos por mim, foram constantemente confrontados por mim mesma. Foram submetidos a uma análise crítica, sempre

com o objetivo de desnudar preconceitos, descrever a raiz dos medos e as suas contradições. Afirmo, então, o potencial transformador da etnografia, mas ressalto que a transformação acontece quando o pesquisador está disposto a ela. Foi honestamente assumindo e encarando meus próprios imaginários, que me coloquei a disposição dessa transformação. Só ao assumir meus imaginários foi possível torna-los existentes. Por conseguinte, apenas imaginários existentes podem ser desconstruídos.

SEÇÃO II: “SÓ TRABALHAM QUANDO QUEREM”

“Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida. [...] Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso.” (ADICHIE, 2009).

Primeiramente, esclareço que o título dessa segunda parte é a transcrição literal do discurso de um dos informantes que trabalham em órgãos de apoio aos jovens. Esse discurso representa muito dos estereótipos inferidos aos jovens, sobretudo aos jovens periféricos, aspecto que será abordado ao longo dessa parte.

Após esse esclarecimento também é importante expor que a problemática dessa pesquisa inicialmente estava voltada a compreensão do trabalho de jovens vendedores ambulantes, já que esse tipo de trabalho é considerado pela literatura como a forma mais “tradicional” ou “conhecida” de trabalho informal e de rua. Foi sobretudo no contato com os ambulantes que compreendi a realidade do trabalho na rua e fui caminhando até chegar na população delimitada para os encontros em profundidade.

Assim, primeiramente, sem me preocupar com o recorte de idade, fui entrando em contato com aqueles vendedores ambulantes que me notavam com mais frequência e esboçavam alguma simpatia. Descrevo aqui a manifestação da simpatia como: uma troca de olhares entre mim e um trabalhador específico, seguida de um sorriso meu naturalmente correspondido por ele, que aconteceu simultaneamente a um balançar de cabeça orquestrado meu e dele, para cima e para baixo, e que fez com que eu me aproximasse e retornasse nos próximos dias. “Bom dia! ”. Assim, “o que antes era observação deveria se constituir agora em observação participante.” (MATIAS; FRANCISCHINI, 2009, p. 248).

Foram os próprios vendedores ambulantes, de distintas faixas etárias, que me auxiliaram a compreender que essa não vinha sendo uma atividade de trabalho comumente realizada por

sujeitos considerados jovens. Neste processo, porém, entendi que apesar de serem muito poucos, os jovens, quando realizam a tentativa de venderem produtos em locais que tipicamente são áreas de concentração dos vendedores ambulantes, acabam sendo o grupo mais perseguido por fiscais urbanos, de maneira que se torna quase impossível permanecer realizando essas atividades.

Ainda, o trabalho de vendedor ambulante realizado por jovens, quando ocorria, era sempre mediado por vendedores ambulantes mais experientes, que geralmente faziam acordo com esses jovens oferecendo uma quantidade de produtos para que eles pudessem vender em ruas paralelas. Esse movimento demonstra a dificuldade que os jovens ambulantes têm em ser agentes de seu próprio trabalho ou de exercer papéis de liderança que sejam mais direcionados aos seus próprios desejos e proporcionem autossuficiência no trabalho.

Verificando a falta de representatividade dos jovens nesses locais, o processo etnográfico foi redimensionado uma vez que dei continuidade a ele através de novos caminhos. Assim, a minha busca por uma outra atividade de trabalho informal, de rua, e mais representativa no que se refere aos jovens trabalhadores, tinha o objetivo de realizar observações e interações mais de perto com um grupo de jovens trabalhadores, e (re)começou no contato com os órgãos de apoio ao trabalho e à juventude.

II. c) Órgãos de apoio ao trabalho e à juventude

Diante dos encontros e interações com os vendedores ambulantes, foi possível perceber o perfil dos trabalhadores da realidade analisada, que é composto por pessoas acima de 30 anos, negros ou negras, moradores de regiões periféricas, que, em sua maioria, detêm familiares ou outras pessoas dependentes de sua renda, e que possuem uma estrutura mínima de investimento em produtos e estrutura física para realizarem suas vendas.

Apesar da breve interação com um jovem ambulante, em um dia aleatório e sem frequência de continuidade das conversas - porque o jovem não tinha dias ou períodos fixos para comparecer ao local - foi nítido que os jovens não são uma população substancialmente presente nas realidades estudadas. O trabalho desse jovem estava atrelado ao de um familiar muito mais velho, que era o provedor das mercadorias e da estrutura de venda, e a atividade acontecia esporadicamente. De acordo com ele, os jovens ambulantes foram pouco identificados por mim no local devido às constantes necessidade de movimentação e inconstante frequência de trabalho.

Dessa forma, saí então dos espaços comerciais e de rua onde os vendedores normalmente se concentram, e fui em busca de acessar, como cidadã e pesquisadora, alguns órgãos de apoio ao trabalho, de maneira a obter informações públicas que pudessem me nortear. O objetivo era ter acesso à algum tipo de mapeamento ou de contato de jovens trabalhadores informais. Assim, ressalto que os caminhos que tomei e as instituições que visitei, foram frutos de encaminhamentos do próprio campo.

Os primeiros contatos foram realizados a partir da indicação da própria população com quem conversei sobre o assunto, e também a partir de buscas minhas em sites e contatos telefônicos desses órgãos. Os órgãos foram estaduais, e as identidades dos dirigentes que conversaram comigo sobre o assunto foram preservadas, entendendo que algumas de suas colocações foram problemáticas e poderiam acarretar também em problemas nas relações de trabalho entre esses e as instâncias superiores das instituições.

No total, entre as duas cidades em que se deu essa pesquisa, foram 05 instituições visitadas, algumas pessoalmente, outras por meio de contato telefônico, e-mail ou entrevista virtual, sendo que com algumas delas foi estabelecido mais de um tipo de contato. Por meio desses contatos, duas reuniões foram agendadas.

No primeiro órgão visitado, de apoio ao trabalho e ao emprego, percebi logo do lado de fora uma grande fila, repleta de adultos e idosos. Posteriormente, eu ficaria sabendo que essa fila é composta por pessoas que esperam por vagas de trabalho. Na ocasião, uma funcionária me recebeu e mandou outra funcionária avisar para a fila que não teriam vagas disponíveis aquele dia, e em seguida me encaminhou para a coordenadora do local.

A coordenadora me recebeu, ouviu sobre o que se tratava meu projeto e indicou alguns caminhos para seguir e encontrar os jovens ambulantes.

“Os jovens não são o público que procura emprego aqui. Acho que você tem que acessar por outros lugares... acho que Sistema S¹⁴, escola, centro de convivência da assistência social, casas de acolhimento... Eu vou te levar aqui na sala da assistência social e lá a gente pergunta pra eles como você pode ficar sabendo melhor desse público...” (Órgãos de suporte ao trabalho e emprego, Cadernos de anotações 02, 2019).

¹⁴ “Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest)” (AGÊNCIA SENADO, 2020).

Na administração da assistência social, foi indicado que eu acesse um órgão específico de suporte à juventude. Me deslocando até esse local, recebi a informação de que poderia ligar para o coordenador e marcar uma reunião diretamente com ele. O coordenador respondeu ao meu contato telefônico, e ao explicar a pesquisa, facilmente foi possível marcar uma reunião. A partir daí, entrei em contato com dois órgãos de suporte à juventude, e seus gestores apresentaram similaridades e diferenças com relação aos discursos e ações.

Esse primeiro gestor me recebeu, e compreendendo o projeto, colocou uma das técnicas do serviço justificando que esta estaria a cargo de retirar as minhas dúvidas e dar os encaminhamentos necessários. A técnica falou que uma das possibilidades de acessar esses jovens, seria por meio dos projetos sobre empregabilidade que o órgão vem estruturando.

Os programas de empregabilidade que foram informados nesse órgão eram, sobretudo, pautados em linhas de crédito de incentivo ao empreendedorismo. Por meio da realização de caravanas, que consiste na ida da equipe de suporte até escolas e comunidades para realização do cadastro do ID Jovem¹⁵, essa equipe também ficava responsável por identificar jovens que buscam formalizar seus “negócios”.

“O programa é para aqueles jovens que já têm ideia... já tem um projeto, e já fazem o trabalho. Existe uma parceria com o Sistema S e com um banco, que é quem oferece a linha de crédito, com melhor condição de pagamento pra esse jovem que quiser financiar pra crescer a sua ideia. A gente também tem outro projeto que tá em andamento, que é pra auxiliar aquele jovem que tem um trabalho, a se capacitar melhor. Os projetos estão ainda assim no início, se desenvolvendo. A gente faz essas caravanas pelo estado todo, em vários municípios, que a gente vai mapeando com relação a vulnerabilidade deles mesmo.” (Órgãos de suporte à juventude, Cadernos de anotações 02, 2019).

Nesse órgão de suporte foi realizada a troca de e-mails com a técnica, que me mandou as tabelas de horários e locais das caravanas, convidando-me para participar e conhecer os projetos, caso me fosse oportuno. Também foi combinado que essa me mandaria um e-mail com o contato de alguns jovens que fossem vendedores ambulantes e que já estivessem mapeados através do projeto, para que eu pudesse entrar em contato com eles e pessoalmente encontra-los. Todavia, nenhum dos jovens eram ambulantes, pois realizavam vendas de produto pela internet ou até mesmo dentro de suas próprias casas, em contato com compradores mais próximos. Com relação às caravanas, posteriormente eu entenderia que as informações e

¹⁵ “A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, é o documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, conforme disposto no Decreto 8.537/2015.” (BRASIL, 2013).

diálogos sobre trabalho, realizados com os jovens presentes nessas, estavam sempre atrelados a questão do empreendedorismo, algo que desvirtuaria o sentido da pesquisa.

“Em anexo, calendário e abaixo contato de alguns jovens que possuem seu próprio negócio: Nome, endereço e telefone dos três jovens¹⁶” (E-mail de órgão de suporte à juventude, Cadernos de anotações 02, 2019).

Nas três instituições anteriormente mencionadas e na conversa com os responsáveis por suas ações, o assunto “juventude e trabalho” era permeado por muitos estigmas, algo também comum de se perceber nas atitudes e conversas com os fiscais urbanos das áreas comerciais em que estive. Algumas vezes os jovens eram vinculados à adjetivos como “preguiçosos”, e relacionados a ideia de que:

“Eles têm falta de vontade de trabalhar, pois só trabalham quando querem” (Cadernos de anotações 01 e 02, 2019).

A compreensão de que o jovem não trabalha por “falta de vontade”, somada ao estereótipo que permeia as classes pobres e, conseqüentemente, as pessoas pretas e periféricas, constrói imaginários e preconceitos que não auxiliam a elaborar e implementar ações que seriam benéficas a essa população, uma vez que os órgãos destinados ao seu próprio suporte, os desacredita. É nessa perspectiva que Takeiti (2014) menciona a importância de desenvolver pesquisas “com” jovens, e não “sobre” jovens.

É importante se afastar desses imaginários e analisar a realidade dessas pessoas a partir de suas próprias vivências:

“[...] rompendo com a referência dominante dos discursos em torno da imagem de jovem pobre, popular urbano, vitimizado e perigoso. [...] Trata-se, assim, de privilegiar uma perspectiva ético-estético-política que considere também as dimensões de classe social, geração, etnia, gênero, religião etc., assim como sua cotidianidade, apropriação e invenção.” (Takeiti 2019, p. 259).

É difícil encontrar discursos institucionais que compreendam a realidade do jovem no Brasil e as experiências dos jovens periféricos. Assim, os discursos sobre juventude nesses locais, facilmente se direcionam às análises mais superficiais e simplistas: o jovem não quer trabalhar. Todavia, levando em consideração que a maioria dos empregos de jovens são informais e fornecem baixos salários, é necessário questionar quais as condições de trabalho

¹⁶ Dados da transcrição omitidos para preservação da identidade dos jovens.

oferecidas a esse público, e entender os reais motivos pelos quais alguns podem optar a não aderirem a esse mercado precário e exclusivo.

Em um estudo com jovens periféricos nordestinos, Laranjeira et al. (2007) apontaram os estigmas que os jovens vivenciam por parte de instâncias superiores, que deveriam, devido à sua própria função, ser favoráveis a quebra desses estigmas, mas que ao contrário, reforçam e disseminam estereótipos juvenis. Além disso, os autores colocam a ineficácia de programas de empregabilidade e juventude.

“[...] resistir e superar os estigmas são tarefas das mais diversas ordens, numa lógica em que as desigualdades sociais e econômicas se aprofundam. [...] Os programas governamentais mais recentes, que objetivam inserir profissionalmente jovens oriundos dos setores populares, até o momento não registram impactos qualitativos positivos frente à grave situação de desemprego que afeta a população juvenil, particularmente, quando se trata da região Nordeste e subúrbios das grandes cidades, onde se encontram os mais altos índices de exclusão de pessoas nesta faixa etária.” (LARANJEIRAS, et al., 2007, p. 103).

Todavia, apesar de terem sido identificados muitos discursos repletos de estereótipos sobre os jovens e sua situação de trabalho, ressalta-se que esses discursos não foram unânimes das gestões dos órgãos de suporte à juventude que foram visitados. Em um desses órgãos, eu fui recebida pela gestora executiva, que se disponibilizou para uma conversa sobre os programas, que durou cerca de 1 hora e 30 minutos, diferente do órgão anterior, onde o gestor me encaminhou imediatamente para uma conversa com a técnica que apenas podia me esclarecer sobre a operacionalização das ações.

A gestora que dialoguei com mais tempo, identificou que a precariedade e desarticulação da política de juventude eram os grandes problemas enfrentados no que se refere a elaboração de programas e ações de empregabilidade para jovem ou até mesmo para pensar trabalho e juventude.

“ [...] a política de juventude ela não é uma política que tenha fundo, que tenha financiamento, não tem o sistema, não tem o plano nacional... então fica muito a cargo das gestões estaduais e municipais cuidar da população juvenil, e aí é onde está a preocupação né, porque é uma população economicamente ativa, quem é mais penalizada em todas as ausências de direitos, então o público alvo vai ser juventude.” (Diálogos com órgão de suporte à juventude, Cadernos de anotações 04, 2020).

Essa gestora também esclareceu e reafirmou a situação do jovem brasileiro atual, sem se utilizar de discursos estereotipados ou negligentes, mas, de outra forma, colocando um pouco da realidade do jovem e dos problemas enfrentados pela juventude, deixando claro que esses

não são do âmbito individual, e sim coletivo, e que têm raízes em questões socioeconômicas muito específicas, e falta de proteção estatal:

“ [...] extrema pobreza, desemprego, acidentes, assassinatos, enfim, violência, drogas, muitas coisas, é justamente o alvo né, pra toda a negatividade, negação de direitos vai estar ali justamente nessa faixa etária, então se não tiver um olhar pra isso né, central, a gente vai continuar nesse genocídio né, nessa negação de direitos.” (Diálogos com órgão de suporte à juventude, Cadernos de anotações 04, 2020).

Sobre as ações voltadas a empregabilidade de jovens ou as possíveis articulações realizadas nesse sentido, a dirigente desse órgão informou que falta um mapeamento para encontrar esses jovens, e apontou que os órgãos de suporte não têm acesso à informação de onde estão os jovens trabalhadores, incluindo os ambulantes. Porém, a gestora se dispôs a esclarecer suas tentativas de articulação com a questão da juventude e trabalho, mencionando ações realizadas, mas, confessando:

“ [...] a manutenção dessas ações, como a gente sabe, no Governo Bolsonaro... são horríveis.” (Diálogos com órgão de suporte à juventude, Cadernos de anotações 04, 2020).

Sobre as ações realizadas em prol da empregabilidade de jovens, a gestora mencionou dois grandes eixos. O primeiro eixo foi o da capacitação, realizada principalmente a partir da rede estadual de educação e também do programa Projovem. Para chegar até os jovens e inseri-los nessas capacitações, essa gestora descreveu a ida das caravanas (ou equipes) até alguns locais, processo similar ao de outros órgãos de suporte.

“O Projovem¹⁷ contribuiu muito nesse sentido né. Pegar o jovem de periferia e em vulnerabilidade, trazer ele para o espaço de capacitação profissional, dar o recurso né, que estimulasse justamente ele a se manter nesse curso, enfim... fora isso, a gente tem por exemplo dentro do governo do Estado aqui, em articulação com a secretaria de educação tem as escolas técnicas cidadãs integrais né, que trabalha com capacitação também, profissionalização. Trabalham na perspectiva de projeto de vida, ele tem uma pessoa, tem um professor que vai tá acompanhando a execução desse projeto de vida. Dentro da carga horária das aulas também tem orientação para empreendedorismo,

¹⁷ “O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano é um programa educacional destinado a jovens com 18 a 29 anos residentes em áreas urbanas que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional, por meio de curso com duração de dezoito meses. O Projovem Urbano destina-se a jovens de 18 a 29 anos residentes em regiões urbanas que saibam ler e escrever, mas não tenham concluído o ensino fundamental. O programa atende prioritariamente jovens residentes nos municípios ou regiões com maiores índices de violência contra a juventude negra, integrantes do Plano Juventude Viva e em regiões impactadas pelas grandes obras do Governo Federal; catadores de resíduos sólidos; egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA); e mulheres em sistemas prisionais.” (BRASIL, 2008).

então se o jovem tá ali ‘ah, eu tô fazendo um curso de design, ou então de auxiliar de cozinha, eu posso também tá pensando em montar também um negócio a partir dessa vivência.’ (Diálogos com órgão de suporte à juventude, Cadernos de anotações 04, 2020).

O segundo eixo das ações, era mais voltado a questão do empreendedorismo e das linhas de crédito específicas para juventude, programas com perspectivas bem similares aos dos outros órgãos de suporte consultados.

“E a gente tinha também a linha de crédito específica pra juventude né... é uma secretaria executiva do empreendedorismo... tudo que o governo empenhar para executar o pagamento, seja qual despesa for, vai uma porcentagem para o fundo do empreendedorismo, e esse fundo é o que concede o crédito para as pessoas empreenderem seus negócios. Taxa de juros baixíssima, tempo de carência grande também, enfim, condições de pagamento bem bacanas. Tem ainda a linha de crédito específica para juventude para jovens de 18 a 29 anos, se os jovens tivessem menos de 18 anos, para eles terem acesso eles teriam que ser emancipados pelos pais... aí ter algum vínculo estudantil, até mesmo que tenha saído, mas que comprovadamente tenha passado pela educação, e fora isso só precisa ter 18 anos...” (Diálogos com órgão de suporte à juventude, Cadernos de anotações 04, 2020).

Todavia, ela conta que para ir até os locais apresentar os programas de capacitação estadual e também as linhas de crédito, eram utilizados dados da segurança pública (dados policiais) de maneira a identificar as regiões com maiores índices de violência contra jovens e de vulnerabilidade social, uma estratégia que não foi mencionada nos discursos de outros gestores.

“[...] muitas vezes eles mandavam os projetos, mas também a gente ia atrás de alguns jovens, mas sem um mapeamento... o que guiava muito a gente nas ações era os territórios de vulnerabilidades... quais são as cidades que mais tem assassinatos de jovens negros? Aí a gente ia na polícia, fazia essa análise e pegava os bairros, e dentro dos bairros a gente fazia né as conversas com as lideranças, com pessoas que a gente conseguisse se aproximar daqueles jovens. [...]” (Diálogos com órgão de suporte à juventude, Cadernos de anotações 04, 2020).

Sobre as linhas de crédito de impulsionamento ao empreendedorismo, a gestora menciona algumas problemáticas e dificuldades:

“Uma grande dificuldade era de fazer o acompanhamento dos empreendimentos. Encaminhava-se para os programas, mas muitas vezes o feedback dos jovens a gente não tinha, porque eles não repassavam. Porque inclusive a gente quer ter muito cuidado para que o jovem quando tivesse acesso ao crédito ou empréstimo, e ele pudesse ficar na inadimplência, criar outro problema, e ao invés de uma ação que pudesse ser de valia pra ele e de construção social e enfim financeira né, poderia estar se tornando um problema diante da falta de acompanhamento. [...] A gente via que muitas pessoas não tinham instrução suficiente pra receber o recurso, pra manter né, pensar no planejamento e no mercado, enfim, faltava muito esse acompanhamento.

Aí nessa preocupação a gente ainda fez o contato com o Sebrae¹⁸, mas aí o Sebrae queria cobrar e a gente não tinha como fazer o pagamento para o Sebrae desempenhar esse acompanhamento, aí ficou dessa forma.” (Diálogos com órgão de suporte à juventude, Cadernos de anotações 04, 2020).

Assim, percebe-se o esforço dos dois gestores de órgãos de suporte à juventude os quais estive em contato, de promover ações que oportunizassem tanto a capacitação técnica dos jovens, quanto o “alavancar” – por meio da disseminação de linhas de créditos em parceria com grandes bancos nacionais – de negócios próprios daqueles jovens que já têm um projeto de trabalho e que necessitam de capital de investimento para impulsionar vendas ou serviços. Esses dois grandes grupos de ações (inclusão no ensino profissional e incentivo ao empreendedorismo) são apontados aqui como problemáticos, denominados “*Ações focadas na educação profissional ou técnica*” e “*Ações focadas no incentivo ao empreendedorismo*”.

Ações focadas na educação profissional ou técnica:

Fagiani e Previtali (2019), em seu estudo denominado “O jovem trabalhador no Brasil e a formação para o trabalho precário” apontam que uma parcela muito pequena da juventude tem acesso à educação privada, e que é essa mesma pequena parcela que geralmente tem condições socioeconômicas e é incentivada a estender seus estudos até o ensino superior. Aos jovens da escola pública, resta a evasão do ensino fundamental ou a adesão a um ensino médio profissionalizante/técnico, que quando possibilita a inserção no mercado de trabalho, a faz por meio de trabalhos precários, informais e mal remunerados. Os autores ressaltam que o ensino profissional ou técnico, desde sua proposta inicial implementada principalmente a partir de programas elaborados em 1990, está vinculado às necessidades econômicas nacionais e internacionais, conseqüentemente alinhadas à lógica da acumulação e aos interesses do capital.

Os referidos autores identificam que os jovens de classes sociais mais desfavorecidas e que frequentam as escolas básicas públicas, são impulsionados a aderirem ao ensino técnico em detrimento do ensino médio tradicional, pois a propaganda das políticas educacionais voltadas ao ensino profissional, afirma que esse último garante maior empregabilidade e qualificação aos jovens. O que tais propagandas não explicam, é sobre a importância de uma educação crítica, e dos benefícios em investir na formação de um sujeito social que é conhecedor das relações socioculturais que estão à sua volta, que impactam diretamente em sua vida e que muitas vezes são as raízes de muitos de seus problemas (FAGIANI; PREVITALI, 2019).

¹⁸ “Sebrae significa ‘Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas’, ou seja, tem o objetivo fomentar o empreendedorismo no Brasil auxiliando as pequenas empresas e Micro empreendedores individuais.” (SEBRAE, 2020).

Para França (2011) a educação profissional é ferramenta para perpetuar a exclusão social, uma vez que desde a sua implantação, sempre foi destinada aos subalternos (classe trabalhadora). Além disso, o tipo de trabalho que essa educação vem gerando, é sempre um trabalho que promove a manutenção das desigualdades sociais e da precarização do trabalho.

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), publicado em 1995 com o objetivo de alargar as possibilidades de qualificação profissional da classe trabalhadora, sempre esteve articulado às “proposições econômicas e políticas dos organismos internacionais pelos quais o problema da educação é tratado de forma minimalista.” (FAGIANI; PREVITALI, 2018, p. 354). De acordo com Frigotto (2010), os cursos que são iniciativas do Planfor nitidamente se propõem a inserir os jovens em trabalhos que além de serem extremamente precários, têm baixíssimo status social, uma vez que os cursos incluem treinar desempregados para catar piolhos, realizar a fabricação de velas, passear com cachorros, entre outros.

Assim, embora possa existir uma boa intenção por parte das instituições de suporte à juventude, as ações pautadas na inserção de jovens na educação profissional em detrimento da educação tradicional, acabam por proporcionar uma formação tecnicista e acrítica, que, conseqüentemente, acarreta na manutenção das desigualdades sociais, no incentivo ao trabalho precário e com mão de obra barata, e perpetua a sociedade de classes. Além disso, tais ações, mesmo que voltadas à juventude periférica, privilegiam àquele jovem que, de alguma forma, teve ou tem a possibilidade de acessar algum tipo de educação. Assim, percebe-se que a educação para a classe trabalhadora, seja ela tradicional ou profissionalizante, vem sendo:

“[...] uma significativa ferramenta estratégica de manutenção e reprodução da ordem burguesa, que estrutura e mantém a distinção entre as classes sociais como meio de controle e imposição de uma hegemonia dominante em uma sociedade profundamente desigual, sem nenhuma intencionalidade de alteração.” (FAGIANI; PREVITALI, 2019, p. 361).

Ações focadas no incentivo ao empreendedorismo

Sobre as linhas de crédito oferecidas nos dois órgãos de suporte que visitei, como solução à empregabilidade e renda dos jovens, há de se considerar duas questões. A primeira delas diz respeito à situação socioeconômica da juventude brasileira, mencionada inúmeras vezes nesse trabalho.

“No Brasil temos 37 milhões de jovens na faixa etária de 16 a 24 anos. A metade desses jovens não estuda. A outra metade que estuda está fora de série, não acompanha a relação idade e série. Os jovens filhos de pobres no Brasil só estudam quando trabalham. Nós não temos estudantes que trabalham, mas jovens trabalhadores que estudam. Quando falta trabalho ou a renda é pouca ele abandona o estudo. Este ano 500 mil jovens do ensino médio abandonarão a escola por não ter complementação de

renda. Um jovem que trabalha e estuda está comprometendo 16 horas diárias, ou seja, não tem tempo pra estudar.” (POCHMANN, 2009).

A segunda questão diz respeito ao ideário neoliberal que incentiva o “empreendedorismo”, incentivo que acontece ainda que esse seja realizado de forma precária e sem segurança. Mesmo alguns autores que estudam os benefícios do empreendedorismo e da ideia de empreender, colocam o termo “empreendedorismo de sobrevivência” para problematizar àquelas atividades que ao invés de serem empreendedoras, são na verdade uma maneira de oferecer solução ao desemprego enfrentado por uma sociedade. Assim:

“Até que ponto a denominada atividade empreendedora do jovem estaria associada à precarização das condições de trabalho, ao aumento do caráter precário das relações de trabalho [...] e do trabalho independente, e aquele por conta própria? Até que ponto essa precariedade da atividade empreendedora jovem está mais significando uma alternativa precária à exclusão do que propriamente um meio de realização profissional inovadora e competente?” (BULGACOV et al., 2011, p. 700).

Sobre isso, aponta-se que em um país que sofre com a desigualdade social, desemprego estrutural e desinvestimentos nos pilares da seguridade social, o incentivo ao empreendedorismo por meio do discurso econômico neoliberal, pode ser um grande problema. O problema está exatamente na utilização desse discurso como solução ao desemprego, uma perspectiva que transfere ao trabalhador a responsabilidade por sua própria empregabilidade e sustento (RODRIGUES et al., 2020), e que no caso dos jovens e as ações pautadas em linhas de crédito, pode gerar, ao invés da empregabilidade e do sucesso prometido, dívidas com os bancos, que diante da situação do jovem, podem se tornar impossíveis de serem sanadas.

Diante do discurso da gestora de um dos órgãos, que menciona a dificuldade de acompanhamento dos projetos vinculados às linhas de crédito fornecidas em parcerias entre governo estadual e bancos privados, percebe-se que essa estratégia pode, ao invés de minimizar o desemprego e auxiliar o jovem, colocá-lo em uma situação de risco financeiro diante da possibilidade de seu projeto dar errado e da falta de capital para pagar o empréstimo. Além disso, diante do panorama sobre juventude descrito anteriormente, é possível que a maioria dos jovens não tenham as habilidades requeridas para escrever um projeto que possibilite a adesão à uma linha de crédito.

Sendo assim, é possível que esse grupo de ações, baseada no incentivo ao empreendedorismo, além de ser contraditório à realidade dos jovens brasileiros, é também perigoso e excludente, se constituindo, no mínimo, em uma ação paliativa e que alcança uma realidade restrita. Somado a isso, os órgãos não apresentam dados que demonstrem o sucesso

dos jovens diante da adesão à essa linha de crédito, os avanços no que se refere à empregabilidade ou redução da pobreza e nem a opinião e experiência dos jovens com esse tipo de ação.

A ida até os órgãos de suporte fez com que fosse possível notar os inúmeros estereótipos acerca da juventude, colocados pelos profissionais das próprias instituições. Além disso, mesmo quando não eram tratados como “preguiçosos”, normalmente a gestão dos órgãos colocam que a questão do trabalho e da juventude é tratada por meio do incentivo à educação profissional e ao alinhamento com linhas de crédito de bancos privados, por meio do incentivo ao empreendedorismo, lógica que mencionei como excludente, articulada aos interesses neoliberalistas, que fomentam a precarização do trabalho e a manutenção da pobreza.

As informações obtidas com os vendedores e com as instituições foram primordiais para começar a olhar para outros tipos de trabalho informal e juventude, aos quais tratarei na próxima parte. Por meio dessas reflexões e inclusive das dificuldades de encontrar um grupo de vendedores ambulantes jovens que pudessem contribuir com os encontros em profundidade, passei a observar com mais atenção onde outros trabalhadores jovens e de rua se encontravam, e se realmente alguma categoria de trabalho de jovens estaria nos espaços públicos com a constância que os encontros em profundidade demandariam.

SEÇÃO III: “NO SINAL FECHADO ELE VENDE CHICLETE, CAPRICHA NA FLANELA, E SE CHAMA PELÉ.”

“Ficar sozinha na corda bamba do desconhecimento da juventude é vivenciar a beleza excruciante da liberdade total e a ameaça de eterna indecisão. Poucos – se é que alguém – sobrevivem a adolescência. A maioria se rende à pressão vaga e assassina da conformidade adulta. Fica mais fácil morrer e evitar conflitos do que travar uma batalha constante com as forças superiores da maturidade. [...] A ordem para crescer imediatamente era mais suportável do que o horror sem face do propósito oscilante que era a juventude.” (ANGELOU, 1997, tradução de WINARSKI, 2018).

A canção de Chico Buarque, datada de 1978, foi utilizada oportunamente para nomear essa parte dos resultados, que se dedica a contar sobre os percursos na cidade e os diversos tipos de trabalho informal executados tipicamente por jovens. A tentativa de encontrar outros tipos de trabalho de rua que os jovens realizam, foi operacionalizada por meio do andar por novos espaços da cidade, e também por uma observação mais focalizada especificamente nesses jovens trabalhadores. Foi possível identificar tipos de trabalho informal que esses comumente executam nos espaços públicos, e suas localizações.

Assim, fui me inserindo em outras ruas da cidade e também em outros espaços públicos relativamente mais protegidos, a exemplo dos ambientes de convivência da Universidade Pública e do ambiente virtual. Neste processo, cheguei finalmente até um aglomerado de trabalhadores jovens informalizados que se dispuseram a realizar os encontros e colaborar mais de perto com a pesquisa. Citarei alguns grupos que fui identificando nas andanças, e que embora não tão frequentemente considerados por transeuntes, órgãos de suporte ou até mesmo pela literatura científica, representam atividades informalizadas realizadas de maneira significativa por sujeitos considerados jovens, e em espaços públicos.

As atividades mencionadas a seguir foram aquelas em que foram observados maior frequência e protagonismo de jovens em sua realização. Ainda, embora alguma das atividades citadas possam não ser consideradas “trabalho” pela sociedade ou trabalho produtivo, como explicarei a seguir, é importante salientar que me ative às diversas formas que os jovens veem, atualmente, como uma maneira de obter algum dinheiro. A observação foi realizada sem apego à visão tradicional do que é considerado trabalho ou ao conceito de trabalho produtivo, porque foi feita em prol da compreensão da exclusão que esse modo de produção fomenta e ao que as pessoas precisam se submeter para sobreviver nesse sistema.

Foram realizadas conversas informais e observações diárias, que são consequência da íntima relação que fui construindo com o meu problema de pesquisa e as ruas da cidade. Definir esses grupos, descrever o trabalho, traçar o perfil dos trabalhadores e refletir sobre as atividades se constituiu como algo que foi primordial para estabelecer um panorama sobre a realidade de trabalho de muitos dos jovens brasileiros que buscam tanto a sobrevivência como a realização de desejos voltados ao consumo no modo de produção capitalista.

Consequentemente, as observações que acarretaram nas definições dos grupos a seguir, foram os “meios dos caminhos”, necessários para determinar o grupo dos encontros em profundidade. Esses caminhos esclareceram qual grupo de trabalhadores aceitaria participar dos encontros assim como qual deles seria tanto representativo quanto viável.

Os grupos definidos a seguir estão dispostos exatamente na ordem que me dediquei a observar, uma vez que a partir da constatação, observação e análise de um grupo, outros “meios dos caminhos” surgiam, levando em consideração que no espaço público é possível perceber uma simultaneidade de práticas. A seguir, serão realizados esclarecimentos sobre trabalho produtivo, trabalho improdutivo, e feitas as reflexões que permitiram analisar esses grupos como sendo executores de atividades de trabalho informal de rua.

III. a) Atividades informais produtivas e improdutivas: para quem?

O conceito de trabalho produtivo e improdutivo, de acordo com Marx, está vinculado diretamente à produção de mais valor (ANTUNES, 2018). Assim, o trabalho que é produtivo, o é para o capitalismo, a partir do momento que é esse trabalho que gera mais valor dentro desse modo de produção. É exatamente por isso, que o trabalho improdutivo é condenado pelo capitalismo, colocado como inútil, transformado em trabalho produtivo sempre que possível, ou criminalizado quando não é possível essa transformação, uma vez que tudo que não é necessário para a valorização do capital, deve ser descartado, abolido e até mesmo ser reprimido por meio de ações violentas.

Antunes (2018) ao citar o conceito de trabalho produtivo e improdutivo em Marx, auxilia no esclarecimento de uma questão importante: Marx não infere juízo moral ou de valor às palavras “produtivo” e “improdutivo”, mas ao contrário, estabelece que o trabalho produtivo é na realidade o mais cruel, já que tem a função de servir ao capital (ANTUNES, 2018). Também é importante considerar que “[...] no mesmo trabalho podem ser executadas atividades que geram valor e, posteriormente, outras ações voltadas para conferir a qualidade dos produtos criados, mesclando assim ações tanto “produtivas” quanto “improdutivas” (sempre no sentido que lhes é dado pelo capital).” (ANTUNES, 2018, p. 13).

Embora algumas das atividades colocadas a seguir, fujam do modelo tradicional do que é considerado trabalho e é valorado por uma sociedade que funciona nos moldes capitalistas, são atividades realizadas com a finalidade de satisfazer necessidades e desejos dos jovens, e devido a isso, são interessantes de serem observadas nesse estudo. Algumas das atividades a seguir, ainda que possam ser improdutivas para o capitalismo, são exatamente a exemplificação de que esse modo de produção é excludente.

Além disso, essas atividades são frequentemente vistas a olhos nus nas cidades, encaradas como trabalho por parte dos jovens e como parte da normalidade dos grandes centros. É devido a isso que as atividades serão citadas e desenvolvidas. Ao compreender a baixa permanência de jovens no grupo dos vendedores ambulantes, a pesquisa caminhou para compreender outras atividades nos espaços públicos das cidades, que também vêm sendo encaradas como atividade de trabalho por parte dos jovens, e que são consideradas informais no sentido de serem desregulamentadas.

Jovens limpadores de vidros de para-brisas: Esses jovens compõem um grupo que pode ser tipicamente encontrado em calçadas próximas aos semáforos de trânsito das duas cidades que foram campo da pesquisa. Geralmente utilizam um pequeno rodo (chamado de “rodo limpa vidro”) e uma garrafa de plástico que contém água e uma solução para limpar o vidro dos carros (sabão diluído, detergente ou outro produto limpante) daqueles motoristas que estão aguardando a liberação do semáforo para seguir.

O tipo de abordagem dos trabalhadores faz com que muitos conflitos sejam gerados com os motoristas, já que alguns desses jovens realizam o serviço sem que os motoristas solicitem, e depois, pedem algum tipo de contribuição em dinheiro pelo serviço, ainda que não solicitado. Na opinião de alguns motoristas o serviço é invasivo, pois é realizado de forma autoritária, já que os jovens de longe, lançam jatos de sabão nos carros antes mesmo que os motoristas se deem conta. Já na visão dos jovens, perguntar se o serviço pode ser realizado diminui as chances de que ganhem um “trocado” e por isso eles “já chegam assim” (Cadernos de anotações 03, 2019).

De acordo com Façanha (2007, p. 8), que estudou as diversas possibilidades de trabalho nos semáforos, os jovens “mostram-se para os motoristas, pacientes ou nervosos, tranquilos ou assustados, que colaboram ou não colaboram financeiramente”. Sobre a questão das tensões entre motoristas e limpadores, é possível encontrar dois típicos discursos disseminados pela mídia quando se trata desse trabalho.

O primeiro discurso, coloca em foco a questão das agressões realizadas por esses jovens nos semáforos, vinculando-os obrigatoriamente à violência e marginalidade. Esse tipo de discurso criminaliza os jovens, os coloca como pessoas necessariamente agressivas “dispostas a qualquer coisa”, que devem ser retiradas do local. Normalmente esse discurso vem atrelado à pedidos formais por criminalização da atividade e disponibilização de maior controle urbano que impeça o trabalho, sem nenhuma preocupação com o trabalhador (Cadernos de anotações 03, 2019).

Um site veiculou uma agressão realizada por um limpador de para-brisa, que aconteceu em Manaus, destacando o discurso de um vereador que é a favor de uma lei que proíbe essas atividades nas ruas da cidade, e que relatou o seguinte para um veículo de informação: “[...] acredito que 10% não são marginais e os outros 90% são. É impressionante a falta de punição, de vistoria à essa classe e isso sempre me incomodou [...]” (NUNES, 2016).

Já o segundo tipo de discurso, trata a questão da pobreza e do racismo como problemáticas que “subsidiem” a visão dos motoristas acerca dos trabalhadores. Esse discurso,

embora mais acadêmico e veiculado muito mais pela mídia independente do que pela ampla mídia, coloca que a criminalização dessas atividades é uma prática ao mesmo tempo paliativa, excludente, preconceituosa, e que não acarreta em efeitos positivos para os transeuntes que querem mais segurança e nem para os jovens que executam o trabalho, pois a desigualdade social e a falta de políticas públicas que possibilitem melhores condições de vida para a população, é o que gera tais atividades de trabalho.

“Walter Silva, de 20 anos, sai do Jardim Imperador, na zona leste de São Paulo, e caminha mais de duas horas para limpar parabrisas de carros que param em um dos faróis embaixo do elevador Presidente João Goulart, o Minhocão, no centro. [...] Com jeito tímido, sem se aproximar muito dos carros, ele mostra o pano e a garrafa com água e oferece o serviço, antes de pedir dinheiro. Poucas pessoas dão atenção. Alguns motoristas, quando veem a aproximação do jovem, fecham o vidro. No entanto, segundo ele, “no geral, as pessoas tratam bem. Só algumas que não tratam”. Walter não tem nenhum ponto fixo para ficar, mas chega cedo todos os dias para o trabalho. Segundo o sociólogo Nivaldo Correia da Silva, professor da Fundec (Fundação Dracenense de Educação e Cultura), há dificuldades para os motoristas reconhecerem as pessoas que trabalham no fechar do farol principalmente por terem realidades diferentes e serem “socialmente invisibilizadas”. Walter conta que não dá para precisar quantas pessoas aceitam a limpeza ou o ajudam ao longo do dia, mas é “em torno de uns 20”. Sempre com moedas e raramente surgem algumas notas de dois ou cinco reais. Não passa disso.” (DALAPOLA, 2019).

Em todas as vezes que me pus a observar os jovens limpadores ou até mesmo quando estava no papel de motorista, apenas uma delas pude observar um incidente, dado no momento em que um motorista recusou o serviço e teve a água ensaboada esguichada em seu para-brisa, sem direito a um trabalhador para retirar. A atitude gerou agressões verbais tanto por parte do motorista quanto do trabalhador (Cadernos de anotações 03, 2019).

No geral, os motoristas fecham os vidros no momento em que os limpadores se aproximam ou antes disso, ato que causa revolta nos jovens, que as vezes continuam o trabalho mesmo que os motoristas recusem, ou se afastam rapidamente. Assim, ressalto que foram inexistentes durante o período da etnografia, os acontecimentos violentos citados pela ampla mídia como constantes. Sobre os conflitos verbais entre limpadores e motoristas, ao mesmo tempo em que eram frequentes, eram também constantes as desculpas e agradecimentos dos limpadores. “[...] mas valeu aí tia pela atenção, pela educação de abrir o vidro aí, valeu, vá em paz.” (Diálogos com limpadores, Cadernos de anotações 03, 2019).

Foi perceptível também que os limpadores circulam entre os semáforos da cidade, sendo relativamente difícil encontrar um jovem o dia todo no mesmo sinal, ou trabalhando nele repetidas vezes. O perfil das pessoas que executam esse tipo de trabalho é composto por negros, homens, periféricos, e que podem ser tanto jovens quanto crianças. Na maioria das vezes os

limpadores utilizam escadas de portarias de grandes prédios para se encostarem durante o intervalo entre as limpezas, assim como as calçadas e árvores presentes no local.

Na tentativa falha de agradar o motorista com o serviço de limpar o para-brisa o jovem, em geral, se aproxima da janela do carro e pede “qualquer coisa que a senhora tiver aí, que puder ajudar.” (Diálogos com limpadores, Cadernos de anotações 03, 2019). Ainda, no momento em que se aproximam e esguicham a água no vidro, respondidos com o dedo dos motoristas que sinaliza uma resposta negativa, os limpadores já se aproximam falando em tom alto “tem problema não tio na próxima você dá viu... na próxima, na próxima!” e continuam realizando o trabalho, saindo rapidamente do local quando finalizam (Cadernos de anotações 03, 2019).

Figura 11: Grupo de limpadores de para-brisa.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2019.

Jovens realizando atividades artísticas nas ruas: Esse trabalho é comumente visto em faixas de pedestres próximas a semáforos, praças de regiões comerciais e até mesmo em calçadas de ruas movimentadas. São diversas as atividades artísticas desempenhadas, como: malabares (com uso de frutas como limão ou laranja); equilíbrio de objetos pontiagudos (com o uso de facas elaboradas pelos próprios jovens de maneira que sua ponta não é suficiente para machucá-los) ou até mesmo o manuseio de tochas com fogo (também um tipo de malabarismo, mas mais sofisticado porque utiliza de materiais como as tochas pirofágicas e a substância inflamável para acendê-las).

O perfil desses trabalhadores é composto predominantemente por homens, negros quando são brasileiros e brancos ou pardos quando são estrangeiros (na maioria das vezes de outros países latino-americanos). O estudo de Buscarolli et al. (2016) identificou que as principais dificuldades do trabalho dos artistas de rua são o enfrentamento do calor excessivo ou do frio, os longos períodos sem ingestão de água ou mesmo a ausência de banheiros públicos próximos, foram notadas em quase todas as observações. Percebe-se que as dificuldades citadas são bem similares àquelas enfrentadas por outros trabalhadores de rua.

“A realidade é dura. Artistas de rua procuram demonstrar seu valor como trabalhadores, mas boa parte da população ainda os enxerga como pedintes. Duas faces da mesma moeda? Difícil dizer. Trata-se de um fenômeno dinâmico e complexo, que poderia encontrar respostas em aspectos históricos, culturais, políticos e econômicos do Brasil. Talvez, além do contexto amplo, um bom ponto de partida para investigar essa questão seja em um olhar minucioso, orientado para as particularidades e para o cotidiano dos artistas de rua. Quem são eles? Como se apresentam? Em que lugares? Para quem? Como se relacionam com o público? Como o público se relaciona e avalia as atuações deles?” (BUSCARIOLLI et al, 2016).

É importante ressaltar que os jovens que realizam atividades artísticas nas ruas das cidades estudadas, importantes capitais do Nordeste do Brasil, nitidamente não possuem preparo e instrumento suficiente para que sejam considerados “artistas” pela população e devido a isso não são tratados com mais esmero por transeuntes e motoristas das cidades. No geral, o jovem brasileiro que executa essas atividades as faz utilizando materiais improvisados ou que estão disponíveis nas próprias ruas, mostrando inclusive certo amadorismo na técnica dos malabares. As atividades são feitas de forma mecânica, sem a animação ou a interpretação naturalmente vista por artistas considerados de grande porte, e a preocupação dos jovens está muito mais voltada ao tempo que terá para recolher algum dinheiro, do que o tempo que terá para finalizar a “apresentação” (Cadernos de anotações 03, 2019).

Dito isso, é interessante que se compreenda as especificidades desses trabalhadores quando estudados mais a fundo, pois foi possível perceber que existem dois diferentes grupos que se articulam para executar atividades desse tipo: um deles composto por jovens brasileiros negros que, ao invés de pedir esmolas ou oferecer serviços, se dispõem a realizar algum tipo de performance que chame a atenção dos motoristas. O outro grupo é composto por jovens estrangeiros, adultos e até mesmo idosos, que com uma performance mais profissional preocupam-se seriamente com o desempenho da arte, possuem instrumentos apropriados (como roupas e materiais profissionais de malabares) para desenvolver a apresentação, e solicitam o dinheiro aos motoristas também de forma performática, explicando sua atuação. Sobre esse

segundo grupo e a forte permanência de estrangeiros neles, muitos jornais, impressos e digitais, tratam de descrever esse fenômeno e esse grupo:

“Viajantes estrangeiros de passagem por Brasília ganham até R\$ 50 em uma hora de trabalho com **malabarismo nos semáforos** da área central do Plano Piloto. Eles escolhem a capital federal em sua passagem pelo Brasil por causa do alto poder aquisitivo dos moradores da cidade e da localização geográfica. [...] O argentino Pablo Solanou, que viaja por estradas da América do Sul há dez anos, chegou ao Distrito Federal depois de cruzar a fronteira com o Paraguai em Mato Grosso do Sul e entrar em Goiás. ‘Sem planos, saí para viajar e de repente me vi em Brasília’, disse Solanou.” (NERI, 2012, grifos e aspas do autor).

Embora os dois grupos provavelmente vivenciem situações de exclusão e de pobreza, a vulnerabilidade dos primeiros é maior principalmente devido à falta de preparação e incremento da atividade, que é muito mais uma estratégia de “se virar” para conseguir algum dinheiro, do que propriamente compreender o que é a arte e viver dela. Essa falta de preparação também influencia na quantidade de vezes que irão receber as contribuições dos passantes do local, ou até mesmo na quantidade de dinheiro conseguida em cada apresentação.

O segundo grupo por apresentar uma diversidade de realidades, nacionalidades e faixas etárias, as vezes escapa da realidade que é realizar a atividade apenas para fugir da miséria, já que alguns são viajantes ou “mochileiros”, que estão no Brasil por diversos motivos, usufruindo da passagem naquele local e ganhando algum dinheiro nesse período. Ambos os grupos devem ser estudados de forma mais aprofundada.

O documentário “No vermelho” e os famosos vídeos da plataforma *Youtube* intitulados “Arte no Sinal” e “Arte na Rua (Episódios 1, 2, 3 e 4)” embora não abordem especificamente as questões geracionais, são fontes interessantes para compreender a vida dos artistas de sinal e as especificidades de trabalhadores que executam outras atividades nesses espaços.

No vídeo “Arte no Sinal” é possível perceber nitidamente a existência dos dois grupos mencionados anteriormente. Enquanto Natanael Lima, de 20 anos, o qual considero pertencer ao grupo 1 e que se apresenta como trabalhador do sinal há 07 anos”, Danilo Araujo, 26 anos, se apresenta como “palhaço caramujo, trabalhador das ruas e praças de Fortaleza”. Natanael diz “gosto de trabalhar no sinal porque já me acostumei, fico só até meio dia [...] muita gente já me conhece e me ajudam, e é assim que eu vou continuando a vida né, até eu sair e arrumar um emprego melhor.”. Já Danilo diz “trabalho com arte circense por gostar muito e ter muito amor à arte, e trabalhar com o público assim na rua, nas praças, é um prazer, é uma emoção a cada dia que passa”.

Figura 12: Natanael, exemplo de trabalhador do grupo 1 (utilização de isopor e bola), captura de tela do vídeo "Arte no Sinal"



Fonte: Reproduzido de *Youtube*, 2020.

Figura 13: Danilo, exemplo de trabalhador do grupo 2 (instrumentos profissionais para malabares), captura de tela do vídeo "Arte no Sinal"



Fonte: Reproduzido de *Youtube*, 2020.

Jovens vendedores nas dependências das Universidades: Um outro tipo de trabalho informal que vem sendo realizado por jovens, é a venda de produtos dentro dos ambientes educacionais, especialmente as Universidades. Esse grupo de jovens universitários geralmente se dedicava a venda de doces, salgados, frutas e até artesanatos. A venda era realizada nos espaços de convivência da Universidade, principalmente durante e após o horário de almoço, na região onde se localiza o Restaurante Universitário ou lanchonetes.

São existentes conflitos entre os universitários vendedores e os proprietários das lanchonetes, que reprimem as atividades de trabalho com a justificativa de que essas prejudicam

os “negócios de quem paga o aluguel pra vender aqui” (Diálogos entre proprietário de lanchonete e estudante, Cadernos de anotações 02, 2019).

“Agora o homem tá proibindo a gente até de sentar pra abrir a caixa. Antes deixava, mas agora a gente faz pra ele não ver, as vezes aqui mesmo, mas as vezes em outros lugares. Ele proíbe porque ele diz que qualquer coisa que tem na lanchonete a gente não pode vender, então não pode vender o docinho, sobremesas, essas coisas...” (Estudante universitário vendedor de doces, Cadernos de anotações 02, 2019).

A propaganda das mercadorias é feita por meio do método “boca a boca” entre os próprios alunos, que na maioria das vezes ficam conhecendo as vendas porque os vendedores são seus próprios colegas de classe. Assim, o início das vendas é realizado durante a aula, com os colegas que estão na mesma sala, e, caso aprovado, os próprios alunos disseminam discursos positivos sobre o produto vendido, que passa a ser requisitado por outras pessoas, que não se restringem a sala de aula do vendedor.

Além desse método, as redes sociais são muito utilizadas por jovens universitários, para fomentar as vendas dos produtos. Algumas dessas redes possuem grupos específicos da Universidade, incluindo os que são voltados a compra e venda. Frequentemente são encontradas postagens que oferecem os produtos, indicam o preço, a forma de pagamento, o local da Universidade que os clientes podem encontrar o vendedor, e se existem possibilidades de *delivery*. Ainda, é importante considerar que nesses grupos universitários se pode encontrar outros jovens vendedores, que não necessariamente estão matriculados nos cursos, mas que percebem o grupo como um bom meio de divulgação

“Ooi migos, tudo bom?? [...] estamos fazendo bolinhos de pote pra levantar aquela graninha enquanto estamos paradas com a faculdade! Vou deixar o cardápio e se vc quiser encomendar o seu podemos combinar de entregar ook? Tenho certeza que vão gostar 🍷🍷 E além de tudo o precinho é show, só 6 reaiszinhos! *Consultar taxa de entrega *ACEITAMOS CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO” (Postagem em rede social, Cadernos de anotações 04, 2020).

“ficando mais em casa ultimamente, dá logo aquela vontade de sair decorando tudo, não dá? e aposto que muuita gente começou a colecionar plantinhas nos últimos tempos também! (sou suspeita pra falar hahaha) por isso, estou aqui de novo divulgando esses vasinhas fofos de cimento que eu faço! 🌵🍷 eles vêm com uma plantinha pra você cuidar e você pode escolher o vasinho que mais combina com você!” (Postagem em rede social, Cadernos de anotações 04, 2020).

Como se trata de um trabalho realizado por universitários, é compreensível que os produtos sejam um pouco mais refinados, assim como a habilidades para elaborá-los e realizar a propaganda da venda. Isso se dá, pois, embora as políticas de ações afirmativas no ensino

superior tenham proporcionado certa mudança no perfil do estudante universitário, O Mapa Do Ensino Superior divulgado, em 2020, e produzido por meio da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) aponta que:

“[...] Do total de alunos matriculados nos cursos presenciais ofertados por instituições de ensino superior em 2018, 55% e 48,8% são brancos, nas entidades privadas e públicas, respectivamente – enquanto o de pessoas que se declaravam de cor preta estavam em 11% nas públicas, e em 7,9% nas privadas. [...] quanto maior a classe social, maior a condição de cursar o ensino superior: 61,9% dos jovens de 18 a 24 anos da classe A (que possuem renda domiciliar de mais de oito salários-mínimos) frequentam o ensino superior, enquanto que apenas 10,5% dos jovens da classe E (com renda domiciliar de até meio salário-mínimo) acessam uma graduação. Três a cada quatro alunos de 18 a 24 anos da classe C que frequentam o ensino superior estão matriculados em uma instituição de ensino superior privada.” (PEDUZZI, 2020).

Dessa forma, embora o trabalho do jovem universitário possa ser visto com bons olhos pela sociedade, já que seus produtos são comprados por amigos, estudantes desconhecidos e funcionários da própria instituição, esses jovens correspondem a uma pequena e específica parcela da juventude brasileira. A maioria dos jovens brasileiros sequer têm acesso ao ensino superior, e também não dispõem de quantias em dinheiro ou de meios que podem ser utilizadas para investir na elaboração/fabricação dos produtos, e em sua propaganda.

Todavia, é importante pontuar que o ensino superior brasileiro, embora tenha avançado nas ações afirmativas para inserção nas Universidade Públicas, não necessariamente proporciona condições adequadas de permanência estudantil. Essa falta de condições é um impeditivo para que o estudante universitário se dedique integralmente ao curso que está inserido, o que pode justificar o tipo de trabalho descrito, que de acordo com os próprios alunos serve para complementar a renda, proporcionar a subsistência durante a graduação, e financiar gastos envolvidos na realização de formações superiores (Cadernos de anotações 02, 2019).

Jovens vendedores de balas nas ruas: Esse tipo de trabalho normalmente é executado por jovens principalmente por precisarem de pouco investimento na compra dos produtos. Os chicletes e as pastilhas são normalmente oferecidos nos semáforos e também em frente à estabelecimentos formais, e as próprias caixas do produto são utilizadas como suporte para segurá-los e oferece-los.

Os trabalhadores jovens que executam esse trabalho também podem ser divididos em dois grandes grupos: os que oferecem os chicletes aos motoristas e transeuntes e justificam a venda por meio de frases “uma balinha aí pra me dá uma ajuda aí doutora? ”, ou aqueles jovens que vendem esses produtos justificando que estão angariando fundos para alguns fim

específico. Entre os fins mais conhecidos estão: ajuda para a igreja, ajuda para financiar cursos de graduação, ajuda para financiar viagens ou formaturas e até mesmo ajuda para financiar a viagem de um jovem que é atleta, mas que não dispõe dos meios para acompanhar a equipe. Esse segundo grupo muito se assemelha às características do trabalho do jovem universitário.

Sobre o primeiro grupo, embora se possa considerar que esses jovens realizam venda de produtos, eles em nada se assemelham aos jovens universitários, pois não têm: meios para investir em produtos que suscitariam maior interesse aos compradores; espaço físico seguro e controlado (como é o caso dos espaços de convivência das Universidades); ou as habilidades e meios para desenvolver a “propaganda”. Esses jovens, bem menos prestigiados, quando não são bem-sucedidos nas vendas, pedem ao “cliente” que os dê qualquer ajuda, independentemente de ser ou não o preço da bala. Alguns transeuntes informam que “eles compram essas pastilhas só pra não pedir esmola mesmo, que é um jeito melhor de pedir o dinheiro” (Cadernos de anotações 03, 2019).

Jovens que solicitam pequenas contribuições em dinheiro ou “esmolas”: Esse de fato é o grupo que o senso comum menos considera que seus integrantes sejam trabalhadores, uma vez que o método de conseguir dinheiro não está vinculado a nenhuma mercadoria ou serviço, e se baseia em um simples pedido de contribuição (as vezes justificado ou não) que conta com a solidariedade dos transeuntes. É cada vez mais frequente a presença de jovens em meios as ruas, pedindo aos que passam, alguma quantia em dinheiro para ajudar na alimentação ou no sustento de seus irmãos, filhos e outros familiares.

Atualmente, os jovens se localizam não apenas nos sinais de trânsito, mas em qualquer local em que o fluxo de pessoas seja considerável, e utilizam placas feitas com pedaços de papelão ou isopor, para escrever o motivo pelo qual está naquele momento, pedindo alguma ajuda em dinheiro. Para escrever nos papelões normalmente são utilizadas tintas, canetas porosas, canetas hidrográficas e até mesmo batom. Além de utilizar as placas para pedir o dinheiro, esses jovens também executam o trabalho de “flanelinha” ajudando um motorista ou outro a estacionar o carro quando estão próximos das vagas.

Os pedintes também são de várias faixas etárias, todavia, quando adultos, essa atividade pode se dar devido a “[...] trajetórias mais ou menos comuns de diversas pessoas que perderam o emprego formal há alguns anos e não mais conseguiram recuperar nem o trabalho registrado, nem o salário. Passaram a viver de ‘bicos’, em trabalhos totalmente precarizados.” (GRAZIA, 2007, p. 76, aspas da autora). Já no caso dos jovens, pedir algum dinheiro nas ruas não

necessariamente se vincula a perda de um trabalho formal, uma vez que esse pode nunca ter sequer existido, e que essa seja sua primeira tentativa de angariar recursos financeiros que possibilitem tanto sua sobrevivência quanto o alcance de algum desejo pessoal. Assim como os limpadores de vidro, os jovens pedintes também são frequentemente relacionados à marginalidade pela população, por governantes e por donos de estabelecimentos, que inclusive impedem a entrada dos pedintes nos espaços, justificando que são espaços privados e que a atividade incomoda a clientela (Cadernos de anotações 03, 2019).

É comum que esses jovens sejam associados a “preguiçosos”, “vagabundos”, e “contadores de histórias” (Cadernos de anotações 03, 2019). Identifiquei, inclusive, que a mídia tem um grande papel reforçador desses estereótipos, e generaliza os pedintes por meio de uma ou duas histórias, sem levar em consideração e sem problematizar que existe todo um contingente populacional, em sua maioria jovem, que vivencia o desemprego estrutural e a extrema pobreza. A revista *Veja São Paulo*, por exemplo, em 2009, publicou a matéria intitulada “Conheça sete pedintes que fazem da mendicância um emprego” onde constava o trecho

“Atrás de dinheiro fácil, vale fazer de tudo nas esquinas de São Paulo. Vale se fantasiar com uma roupa surrada ou vestir terno e gravata para impressionar. Vale fazer cara de pelo amor de Deus com criança no colo, cantarolar no farol ou até usar cadeira de rodas mesmo sendo capaz de andar.” (SOARES, 2009).

De fato, sem compreender a história do jovem que está por trás da figura de pedinte, fica difícil analisar os verdadeiros motivos e vivências que os levam até esse tipo de atividade. Porém, não considero reforçar estereótipos e aumentar os conflitos entre essas pessoas como um método válido para diminuição dessa realidade. É importante, antes de escrever sobre as “histórias mentirosas”, analisar, por meio de dados estatísticos consistentes, a situação socioeconômica da maioria dos jovens brasileiros, incluindo àqueles que são pedintes. Independente de justificativas verdadeiras ou falsas elaboradas para conseguir o dinheiro, é inegável que essas histórias se constituem em estratégias que para os trabalhadores funcionam na realidade de trabalho, e que são criadas para suprir necessidades que deveriam ser acolhidas pelo Estado.

Figura 14: Jovem pedindo "qualquer ajuda" nas ruas



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2020.

Jovens entregadores de aplicativos: Foi perceptível a grande quantidade de trabalhadores que se envolvem com os aplicativos de trabalho fornecidos pelas multinacionais atuantes no ramo de entrega de comida pela internet. Os jovens entregadores de comida, ocupam os espaços das ruas e demonstram que esse tipo de trabalho, vem atraindo grande parte da população desta faixa etária.

Os trabalhadores se encontram em todas as partes da cidade, das áreas comerciais às residenciais, não sendo possível determinar uma só típica área onde esses se encontram. Ao observá-los é possível brevemente descrever que o perfil dos trabalhadores é composto por homens jovens e negros, que utilizam motos, bicicletas e celulares para se disponibilizar ao trabalho para as plataformas.

Os trabalhadores de aplicativos, *motoboy*s, ou apenas *boys* (forma que os próprios entregadores do contexto estudado se denominam), costumam voltar diariamente para o mesmo ponto da rua em que ficam aguardando as entregas. É fácil encontrar os diversos aglomerados de entregadores, que utilizam das praças, calçadas, bancos da praia e do calçadão, para aguardar o chamado das empresas que necessitam das entregas. Os aglomerados são situados perto de *shoppings*, galerias, ou de ruas que contém muitos restaurantes participantes do serviço de

entrega, uma vez que os aplicativos solicitam os entregadores que estão mais próximos da localidade do restaurante que solicitou o serviço.

Embora o trabalho não seja voltado à venda de produtos na rua, agora é a venda de serviços que é oferecida. Essas “oportunidades de trabalho” são dadas por multinacionais que se mostram para os jovens através de plataformas/aplicativos que são acessados *online* e identificados por esses jovens como uma boa opção para garantir uma “renda extra”.

A tecnologia, em especial os *smartphones*, a internet, e os aplicativos de trabalho que existem hoje, vêm exercendo uma influência massiva sobre a vida dos jovens e em sua inserção no trabalho. Esses aplicativos captam a mão de obra de trabalho de muitos jovens, oferecendo atividades de trabalho as quais se considera aqui informal devido à ausência de proteção legal por parte das empresas, com os trabalhadores. Todavia, mesmo que essas empresas não formalizem as relações com os trabalhadores, ao compreender mais profundamente as relações entre essas multinacionais e os trabalhadores, nitidamente percebe-se que essas se configuram como vínculo empregatício, e que os trabalhadores não são autônomos ou livres, embora judicialmente eles venham sendo prejudicados nessas relações.

Assim, os trabalhadores de aplicativos ou “uberizados” como cita a literatura científica que aborda o tema, sofrem tanto com as consequências do próprio trabalho informal, quanto com as dificuldades de comprovação de um vínculo que nitidamente existe, mas que não é comprovado porque não interessa às empresas considera-lo. Citando Marcelino e Cavalcante (2012 , p. 342), “há um hibridismo nas relações entre empresas e trabalhadores, o que torna as fronteiras dos contratos de trabalho, por vezes, pouco claras”.

Figura 15: Trabalhador por aplicativo em uso de bicicleta em dia chuvoso.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2020.

III. b) Reflexões e novos caminhos

Os grupos mencionados elucidam a nítida relação entre uma juventude pobre e o trabalho desregulamentado ou informal. Essa juventude, que necessita trabalhar para sobreviver, também nutre a esperança de um futuro mais próspero. Sobretudo quando estão em maior situação de vulnerabilidade, os jovens submetem-se à trabalhos perigosos, em meio à trânsitos intensos e estando envolvidos em conflitos que podem gerar situações extremamente violentas, que exemplificam o que vem se chamando de precarização dos vários âmbitos da vida.

Assim, a realidade de trabalho da juventude brasileira se apresenta como difusa e cheia de particularidades que devem ser estudadas separadamente, para que os resultados não sejam generalizados para esse grupo etário, o que corrobora com a literatura que explicita a necessidade de compreender a juventude como um conceito social (PAIS, 1990). Se afirma que as reflexões sobre juventude e trabalho não são passíveis de generalização quando se leva em consideração apenas que, por fazerem parte de uma mesma faixa etária, a realidade da juventude trabalhadora é uma realidade única.

É interessante considerar ainda, que o acesso aos níveis superiores de educação, proporcionam trabalhos mais dignos e seguros aos jovens, embora ainda assim sejam trabalhos

informais e com baixa remuneração. Foi identificado, principalmente a partir das conversas informais com trabalhadores, órgãos de suporte e população, que, com exceção dos jovens universitários, todos os outros grupos necessariamente sofrem com o preconceito vinculado à pobreza e ao racismo estrutural. Os trabalhadores informais jovens e periféricos, sofrem não apenas com as consequências e riscos do próprio trabalho informal, mas com o medo e com as represálias da sociedade civil e dos governantes, que têm raízes em questões de classe e raça.

Considerando que os “meios dos caminhos”, proporcionaram a definição dos grupos acima, esses também foram determinantes na escolha de qual grupo de jovens trabalhadores informais, desses já mencionados, fariam parte dos encontros em profundidade e me proporcionariam então, o entendimento aprofundado de suas realidades de vida e de trabalho. Os critérios que influenciaram na escolha por jovens entregadores de aplicativos foram: esse era o grupo que estava aglomerado em maiores quantidades; os trabalhadores estão diariamente nos locais e têm horários pré-estabelecidos para o trabalho, o que facilitou a operacionalização dos encontros; os trabalhadores ao serem apresentados aos propósitos da pesquisa prontamente se dispuseram a colaborar, aceitando os termos e normas éticas; do grupo de trabalhadores que frequentavam o local onde ocorreram os encontros, apenas um não estava contemplado na faixa etária da juventude, demonstrando a alta adesão de sujeitos jovens nessa atividade de trabalho em detrimento da maior diversidade etária em outras atividades de trabalho citadas anteriormente. As partes IV e V dos resultados, a seguir, irão se referir aos encontros em profundidade.

SEÇÃO IV: “E TU ACREDITA QUE NEM A GENTE ENTENDE?”

O título referente a essa parte da pesquisa se trata da transcrição literal da fala de um dos entregadores que participou dos encontros. Por meio dessa fala, o jovem expressou a complexidade do trabalho e a dificuldade que os próprios trabalhadores têm, de entender como funcionam os mecanismos de gerenciamento e controle dos aplicativos. Em muitos momentos os jovens mencionavam a dificuldade de entender o trabalho e expunham que essa dificuldade era ainda maior quando eles precisavam explicar para alguém que não o vivencia.

Como já dito, os encontros com os entregadores ocorreram em uma praça denominada “Quadra de Manaíra”. Os jovens pareciam conviver em harmonia no local de espera das entregas, demonstrando intimidade uns com os outros. “Tu quer saber da vida dos *boy*, é? ” Me perguntou um deles. “Vixe! É doideira! A gente diz aí... ”, ressaltou um outro entregador, em

meio aos risos. Os sete jovens que estavam na praça naquele momento, aceitaram participar da pesquisa e se disseram dispostos a contar sobre o trabalho.

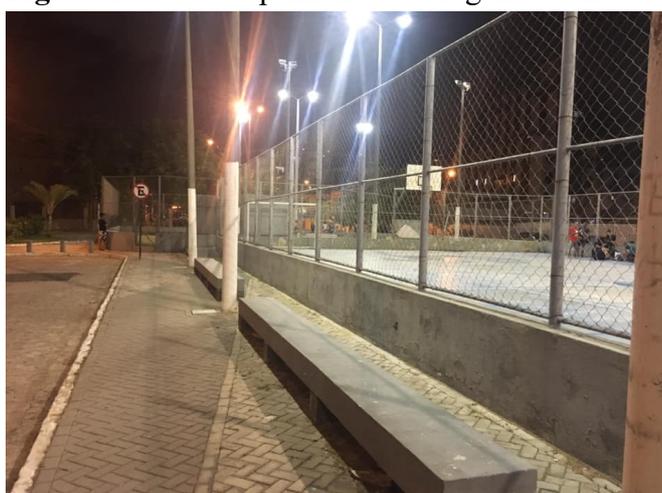
Alguns trabalhadores se dispuseram a gravar entrevistas, outros, justificando timidez, preferiam que eu anotasse as informações sem gravar. Com relação às fotos, desde o início os entregadores se mostraram tímidos. Embora permitissem que eu fizesse foto dos instrumentos de trabalho, das motos ou até mesmo das caixas de entrega. Já as fotografias que exibiam o rosto, essas eram encaradas com certo constrangimento: “vai tirando espontânea”, sugeriu um deles.

A praça não é frequentada por muitos moradores locais, se constituindo em um local ermo, principalmente no período da noite. Porém, como no centro da praça existe uma pequena quadra, alguns jogadores de futebol, vôlei e basquete, frequentavam o local. Ao redor da praça existem seis grandes bancos de cimento, utilizados principalmente pelos entregadores para esperar os pedidos dos estabelecimentos, e por jovens usuários de maconha, que chegavam ao local para consumir a substância e logo após iam embora.

Nos fundos da praça (do lado oposto ao lado da praia), existe uma pequena arquibancada de cimento, com vista para a quadra. Posteriormente, os entregadores me contariam que a arquibancada serve como descanso para moradores de rua, para o uso e o tráfico de drogas, e também para alguns entregadores que, de acordo com os participantes da pesquisa, também eram adeptos ao uso de maconha e preferiam o fazer de forma mais afastada. Esses entregadores não integravam o grupo que se aglomerava nos bancos ao redor da praça para esperar as entregas, e geralmente ficavam isolados, mantendo certa distância.

Foi no segundo banco da lateral esquerda da praça que aconteceu a maior parte das interações com os jovens. Por vezes, o banco da frente da praça também era utilizado para as conversas, ou o próprio calçadão, em dias mais ensolarados e mais movimentados, onde não era necessária tanta espera entre uma e outra entrega. As subpartes ou subtemas identificados nesse momento da pesquisa foram extraídos das temáticas mais recorrentes nos encontros. O problema de pesquisa foi o pano de fundo para pensar os subtemas.

Figura 16: Foto do primeiro e do segundo banco da



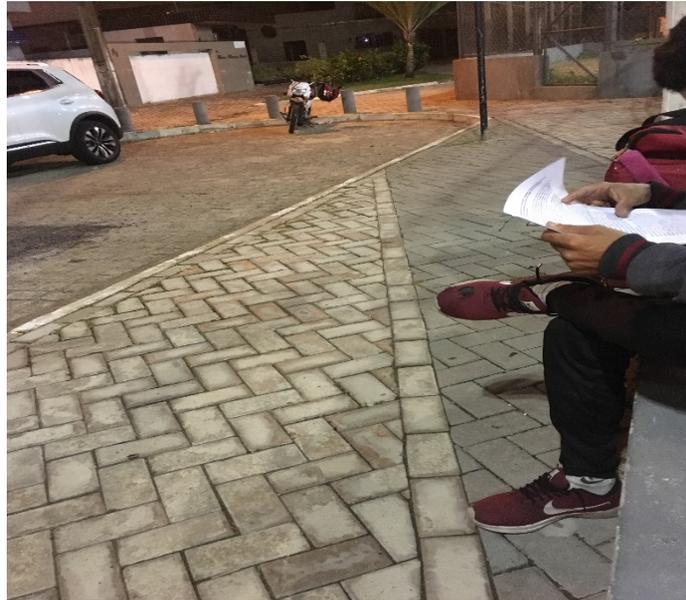
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2020.

IV. a) Os entregadores de comida por aplicativos

O que formalizou os contatos com os jovens, depois da assinatura das vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram os questionários com dados socioeconômicos e de trabalho. O instrumento de pesquisa que foi previamente pensado por mim, teve então que ser adaptado a realidade da pesquisa: encontros rápidos, interrompidos por toques de celulares que avisavam que havia chegado o momento de se dirigir ao restaurante que solicitou o serviço de entrega. Depois do primeiro encontro, voltei para casa e transformei o que era um grande questionário, em um pequeno.

O instrumento dispunha apenas das informações necessárias para estabelecer um perfil, e tinha um formato mais fácil de preenchimento, já que havia poucos recursos de apoio no local. Geralmente os preenchimentos eram feitos em cima das *bags*, como eram chamadas pelos jovens as bolsas térmicas em formato de cubo e revestidas de isopor, oferecidas pelas empresas para carregar os alimentos nas entregas.

Figura 17: Preenchimento de termos e questionários de identificação



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2020.

No momento do preenchimento dos questionários, também foi possível entender algo que perdurou em todos os encontros e perpassa todos os temas da Parte IV da pesquisa: os jovens realizam piadas depreciativas uns com os outros, que geralmente expõem uma realidade que, por ser constrangedora, é feita de forma descontraída, ainda que algumas vezes agressiva: “Tu sabe escrever, boy? ”, perguntavam uns aos outros, sem querer saber a resposta e com ar de riso. Mencionei, entrando na conversa, que a escrita não era importante naquele momento, e que se eles estivessem muito cansados para fazê-la, eu poderia anotar. “Valeu! ”, agradeceu um deles.

Tabela 1: Dados pessoais e socioeconômicos de participantes

Nomes (fictícios)	Idade	Gênero	Cor	Estado civil	Filhos	Renda mensal	Bairro	Escolaridade
Carlos	22	Masculino	Negro	Solteiro	Não	2.000	Bayeux (centro)	Ensino médio completo
Daniel	22	Masculino	Pardo	Solteiro	01	2.000	-	Ensino fundamental completo
Marcos	25	Masculino	Branco	Solteiro	Não	1.500	Mangabeira	Ensino médio completo
Felipe	29	Masculino	Negro	Casado	Não	1.800	-	Ensino médio completo

Valter	20	Masculino	Branco	Solteiro	Não	2.000	Varadouro	Ensino médio completo
Antônio	19	Masculino	Branco	Solteiro	Não	1.200	Cuiá	Ensino médio completo

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Com os dados pessoais, constata-se um intervalo de idade de 19-29 anos, uma faixa etária que se aproxima muito da estabelecida por órgãos especializados como sendo à correspondente ao período da juventude, demonstrando o quanto o trabalho dos entregadores vem sendo um trabalho executado por jovens. Com renda média mensal de 1.750 reais, a maioria dos jovens participantes era solteiro, sem filhos, com residência em bairros periféricos de João Pessoa e com ensino médio concluído.

Todavia, um interessante dado é sobre a cor autodeclarada dos trabalhadores. De todos os trabalhadores, três se autodeclararam brancos. Contraditoriamente às respostas, não foi possível que eu identificasse o tom de pele de nenhum dos trabalhadores como sendo branco. Em um estudo em que aborda a questão dos mitos raciais no Brasil, Schwarcz (2012) descreve a entrevista que realizou com um dentista negro que tinha ascendido socialmente, e que lhe disse “Minha filha, quando eu era negro, minha situação era bem difícil!” (SCHWARCZ, 2012, p. 49). A autora, intrigada com a fala do dentista, coloca o seguinte:

“O que significa ser negro no passado e não ser mais no presente? Longe de condenar o nosso dentista, ou rir de sua fala, penso que ela merece reflexão. Ela exprime uma concepção da cor, tal qual experiência social, e das mais sofridas. Ou seja, ter certeza da cor negra é compactuar da evidência da exclusão social. É ter certeza da discriminação e sofrer, cotidianamente, com ela. Significa ser barrado em certos locais, ter o carro inspecionado, ser obrigado a mostrar documentos com frequência maior que os demais e assim vamos.” (SCHWARCZ, 2012 p. 49-50).

O que a referida autora coloca é importante para refletir sobre o caso dos preenchimentos do questionário dessa pesquisa, nos quais os jovens parecem tentar escapar ou se afastar, por algum motivo, consciente ou não, da cor de pele preta. É necessário, desta forma, compreender que a morfologia do trabalho é complexa, fragmentada, heterogênea, tem clivagens de gênero, raça e etnia, elementos que reforçam a divisão sociosexual, racial e étnica do trabalho no capitalismo, e que acarretam em desafios no momento de propor e construir ações concretas, representações e até mesmo organizações sindicais (ANTUNES, 2020).

Tabela 2: Dados sobre o trabalho

Nomes (fictícios)	Aplicativos	Tempo	Horas de trabalho/dia	Outro trabalho	Trabalho anterior
Carlos	<i>Ifood, Rappi</i>	1 ano	12 horas	Não	Serviços de refrigeração
Daniel	<i>Ifood</i>	1 ano	12 horas	Não	Agente de limpeza
Marcos	<i>Ifood, Uber, Rappi</i>	1 ano	8 horas	Eletricista	Instalador de segurança eletrônica
Felipe	<i>Ifood, Uber, Rappi</i>	9 meses	12 horas e 30 minutos	Conferente em empresa	Não
Valter	<i>Ifood</i>	6 meses	11 horas	Não	Jovem Aprendiz
Antônio	<i>Ifood</i>	1 ano	9 horas	Garçom	Estagiário de banco

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Com relação aos dados sobre trabalho, a maioria dos jovens trabalha para a empresa pela plataforma *Ifood*, está nessa atividade há 1 ano, e trabalha cerca de 12 horas por dia. Já com relação aos trabalhos executados simultaneamente ao trabalho de entregador, as repostas foram diversas. Enquanto três deles não trabalhavam em outras atividades, os outros exerciam trabalhos de eletricista, garçom, e conferente de estoque em uma indústria. Com relação às atividades anteriores, apenas um deles não havia trabalhado antes. As atividades citadas foram: serviços de refrigeração, agente de limpeza, instalador de segurança eletrônica, jovem aprendiz e estagiário de um banco privado.

Sobre os trabalhos anteriores, muitas vezes os jovens mencionavam sua insatisfação com as atividades e principalmente com as lideranças dos locais de trabalho. Essas experiências, segundo os próprios entregadores, foram as responsáveis por fazê-los optar pelos serviços de entregador de aplicativo. A literatura sobre subjetividade no trabalho aponta que quanto mais desprivilegiada a função do trabalhador na empresa, menos as suas opiniões, desejos e subjetividades são consideradas pela organização, o que geralmente acarreta em baixa realização no trabalho e problemas com essa atividade, principalmente quando as lideranças são coercitivas (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

Um dos jovens, que no período da pesquisa trabalhava em uma fábrica durante os turnos da manhã e da tarde, esclareceu que os benefícios do aplicativo estão ligados a ter menos contato com superiores e, assim, ser menos controlado:

“Eu gosto de ser autônomo, prefiro não ser mandado, é muito ruim. Mas também tem a questão de que lá é carteira assinada né, aí é diferente. Você tem seu salariozinho no fim do mês lá garantido, e aqui não... a gente vai ver ainda né, quanto vai conseguir

aqui, mas nem sempre é igual não, sabe? Tem isso também. ” (Felipe, Cadernos de anotações 4, 2020).

Ainda que os trabalhadores identifiquem que os aplicativos podem intervir injustamente no seu trabalho, eles percebem a “ausência de um chefe” como vantagem. Nota-se, assim, que o trabalho dos aplicativos em prol de disseminar uma ideia de “liberdade no trabalho” àqueles sujeitos cadastrados, vem sendo efetivo. Ainda que essa chefia não tenha “rosto” ou “nome”, os algoritmos (concebidos e implementados pelos gestores das plataformas) são utilizados para supervisionar, controlar, motivar e disciplinar os trabalhadores silenciosamente (WOODCOCK, 2020). No momento das retaliações, a exemplo dos bloqueios ou desligamentos, não existe possibilidade de diálogo ou necessidade de justificativa, algo que não necessariamente ocorre com as chefias presenciais.

A inexperiência do jovem no trabalho e o fato de terem que lidar com lideranças que não compreendem suas realidades, não os valorizam como trabalhadores e os impedem de serem agentes do próprio trabalho, é apontada pela literatura como razão da exaustão emocional, angústias e adoecimento dos jovens (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011).

Outras desvantagens das atividades anteriores também foram citadas. Valter, que participou do programa Jovem Aprendiz, mencionou:

“E o jovem aprendiz, *boy*? Oxe... tu tá por fora de como é que era! Aquilo ali era uma escravidão. Eu trabalhava mais do que os outros, não era valorizado, e ainda ganhava menos, é foda!” (Valter, Cadernos de anotações 4, 2020).

O programa Jovem Aprendiz, uma forma de estimular a primeira contratação de jovens entre 14 e 25 anos, foi criado pelo Governo Federal do Brasil no ano de 2000. A remuneração do jovem aprendiz deve ser de, no mínimo um salário mínimo e a carga horária de, no máximo 8 horas por dia. O aprendiz é um contrato especial de trabalho, mas que inclui direitos trabalhistas e previdenciários. Ainda, o contrato de Jovem Aprendiz é também uma exigência legal para médias e grandes empresas, que obrigatoriamente devem ter de 5% a 15% de seus funcionários inseridos através desse programa (BRASIL, 2018). Sobre esse controle, em uma das instituições de suporte à juventude, o gestor respondente declarou

“Quando funciona né? Muitas (empresas) nem cumprem o que deve ser, não contratam pelo sistema, falta fiscalização, não tem.” (Diálogos com órgão de suporte à juventude, Cadernos de anotações 04, 2020).

Os resultados de um estudo com jovens aprendizes de Recife/PE, demonstram que é comum que esses jovens não se sintam realizados profissionalmente, verbalizando que sua

função não é reconhecida ou valorizada por cargos hierarquicamente superiores ou por funcionários contratados pela empresa. Os jovens afirmaram que os funcionários das empresas estão sempre ocupados para orientar o aprendiz, e que recebem pouco *feedback* da empresa. A maioria dos jovens do referido estudo não têm seus objetivos pessoais atendidos por meio desse trabalho, mas preferem trabalhar do que estarem “sem fazer nada”.

Algo também muito demarcado pelos jovens aprendizes na pesquisa, foi que eles não têm garantia de continuar na empresa como contratado; que o tempo para realização de um plano de carreira na empresa é longo; e que o trabalho como aprendiz, ainda que não desejado, é uma forma de financeiramente sustentar cursos em outras áreas que os jovens almejam trabalhar, áreas totalmente diferentes das funções que o trabalho de aprendiz requer. (SOUZA et al., 2017).

Percebe-se que os entregadores podem chegar a trabalhar o dobro do permitido nos contratos de jovens aprendiz. Por outro lado, a remuneração um pouco menor e o contato com funcionários hierarquicamente superiores, provoca desconforto nos jovens e necessidade de mudança. A inserção nos aplicativos ao mesmo tempo que parece mais sedutora em termos salariais, proporciona o contato diário dos jovens com outros trabalhadores da mesma categoria, que vivenciam dificuldades parecidas. As relações entre esses jovens durante o tempo da espera e o compartilhar da vida e do trabalho, parecem fortalecer aquilo que eles vêm identificando como vantagem nesse trabalho.

Acerca da remuneração da atividade de entregador, muitas vezes citada como vantagem sobre as atividades de trabalho que realizavam anteriormente, o discurso dos jovens demonstra que a remuneração continua sendo insuficiente para cumprir com as obrigações financeiras. É muito comum que os jovens tenham dívidas relacionadas à manutenção do próprio trabalho.

O parcelamento do pagamento de motocicletas, pneus, celulares e até mesmo de gasolina, de acordo com os jovens são alguns dos materiais responsáveis por suas dívidas, e que são instrumentos de trabalho aos quais as empresas não têm nenhuma responsabilidade.

“Eu moro com a minha mãe, mas pago as minhas contas e as dela.” (Valter, Cadernos de anotações 4, 2020).

“Eu tô com uma multa porque esqueci de pagar uma conta na loja. Fui saber só esses dias que meu nome já tá sujo numa loja, com 19 anos! Tem condições um negócio desse? Eu dei vacilo. [...] Tenho que pagar minhas contas, eu moro só, meus pais se separaram e eu comprei um carro pra fazer *Uber*, uma moto pra fazer entrega... é complicado, cheio de problema...” (Antônio, Cadernos de anotações 4, 2020).

Daniel, que era agente de limpeza e lavava os banheiros de uma instituição que atende pessoas com deficiência, menciona outras dificuldades acerca das atividades de trabalho anteriores:

“Muito ruim mesmo... tá melhor aqui. Pelo menos é o que eu acho” (Daniel, Cadernos de anotações 4, 2020).

Um dos participantes perguntou para Daniel se as pessoas atendidas pela instituição eram agressivas, como se sua insatisfação viesse do contato com esse grupo. Porém, Daniel deixa claro que o público atendido pelo serviço não era um problema do trabalho.

“Não boy, pelo contrário... eles são bem amorosos, carinhosos com quem trabalha lá. O trabalho que era meio complicado” (Daniel, Cadernos de anotações 4, 2020).

Um estudo que, por meio do discurso do próprio trabalhador, analisou o trabalho de agentes de limpeza, descreveu que os agentes relataram sobrecarga física, e que executam tarefas que não foram prescritas, muitas vezes constrangedoras e sem equipamentos adequados, como, por exemplo, o desentupimento de vasos sanitários. Além da falta de reconhecimento profissional, os agentes do estudo relataram a falta de produtos adequados para realizar as limpezas, a falta de ambiente específico para descansar e se alimentar, e a frequente execução de movimentos repetitivos que geram dores musculares principalmente na região da coluna.

“Para as agentes de limpeza, o ressentimento talvez seja amplificado por não se sentirem recompensadas nem na perspectiva material, na medida em que seus salários são mencionados como baixos e muitas vezes insuficientes para as necessidades básicas, nem na perspectiva simbólica.” (GEMMA et al., 2017, p. 7).

Dessa forma, constata-se que, em regime CLT ou não, e até mesmo quando estão inseridos em programas que buscam iniciar os jovens no mercado de trabalho - a exemplo do Programa Jovem Aprendiz - os jovens com as características explicitadas estão inseridos em atividades com baixa remuneração, desvalorizadas socialmente e precarizadas. A precarização das atividades citadas pode estar vinculada às condições objetivas, a exemplo das dificuldades e desafios relacionados à execução material da tarefa (meios, instrumentos); ou às questões subjetivas (falta de reconhecimento e valorização, excessivo controle e falta de consideração às suas opiniões, por exemplo) (VARGAS, 2016).

Diante da comum precarização das atividades de trabalho oferecidas aos jovens, a banalização do ruim acontece. Tal precarização abre espaço para a existência de trabalhos que, ainda que sejam precarizados e ofereçam riscos, podem ter uma ou duas características mais atrativas. Independente do trabalho, a juventude, sobretudo a juventude pobre, é o grupo

populacional que mais sofre com a violação de direitos e suas consequências nos diversos âmbitos da vida (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002; GONÇALVES; GARCIA, 2007; BARBIANI, 2016).

É diante dessa realidade que as empresas responsáveis pelos aplicativos, cada dia mais, investem na propaganda referente às suas “oportunidades” de trabalho. O discurso que coloca o entregador como autônomo e livre, à primeira vista parece atrativo àqueles jovens desempregados; aos que vivenciam outras situações de trabalho problemáticas; e aos que estão em busca do primeiro emprego ou de melhores perspectivas salariais e de futuro.

Ao jovem inserido no modo de produção capitalista, sobretudo o periférico e sem ensino superior, resta, no máximo, a escolha entre qual tipo de precarização se submeterá: seja por condições objetivas/subjetivas do trabalho, seja à precarização pelo estatuto social do trabalho, que diz respeito à ausência de direitos trabalhistas. É a escolha entre o ruim e o menos pior, por uma necessidade de sobrevivência e devido à esperança de dias melhores.

Os jovens desejam que a permanência no trabalho como entregador seja transitória, servindo apenas suprir necessidades e desejos mais imediatos. Alguns dos desejos materiais mencionados foram: a compra de uma moto nova, um aparelho de som que acople na motocicleta, um bom pacote de internet para o celular, o investimento em um curso, e adquirir a carteira de motorista da modalidade D (referente ao transporte de passageiros e à condução de caminhões). Nota-se que até mesmo os desejos, são voltados à manutenção do trabalho como entregador ou no investimento acerca de um futuro melhor no mundo do trabalho.

“A minha família toda é de caminhoneiros né. Eu vou fazer, nunca se sabe o dia de amanhã... Pra tirar ainda precisa pagar também o curso MOPP (Movimentação de Operação de Produtos Perigosos) que faz pelo Sesc (Serviço Social do Comércio) e o exame toxicológico.” (Carlos, Cadernos de anotações 4, 2020).

Carlos foi o único trabalhador que, além de desejos materiais, também mencionou um desejo que não era necessariamente vinculado à compra de objetos:

“Acho que para o futuro queria construir uma família. Meu pai era muito família, faleceu há 11 anos. Eu moro com a minha mãe que é costureira e com minha irmã. Eu fiz vestibular pra hotelaria e pra curso técnico de mecânico, mas escolhi o curso técnico pra poder estudar, mas trabalhar. Eu não me vejo com 30 anos fazendo isso, como vejo outros *boys*. No futuro, assim, de trabalho mesmo, eu não sei muito bem o que eu quero não. Eu sei o que eu não quero, mas não sei o que eu quero ainda não.” (Carlos, Cadernos de anotações 4, 2020).

Os dados dos questionários e as observações realizadas posteriormente permitem inferir que a inserção de jovens com as características explicitadas no mundo do trabalho, se dá devido à necessidade de arcar com as contas fixas dos próprios jovens (incluindo as dívidas provenientes do próprio trabalho de entregador); de arcar com as contas da família que eles mesmos já construíram; e de complementar as contas dos genitores ou outros familiares, no caso daqueles jovens que vivem com os pais e irmãos.

De acordo com a tipologia de Guerreiro e Abrantes (2005), a inserção no trabalho de entregador de aplicativo se dá por necessidade, oportunidade e desejo por dias melhores. As trajetórias de vida dos jovens entregadores podem ser caracterizadas como precoces; precárias e desestruturantes, com uma integração profissional do tipo instável ou periférica, que sugerem uma orientação para a sobrevivência.

Com perfis de transição e trajetória como os citados, é possível usufruir de alguma benefício relacionada a liberdade contratual desse trabalho? O quanto vale a liberdade contratual que submete o indivíduo ao despendimento de cerca de metade das horas do dia para enfrentar desafios e violências típicas do trabalho executado na rua e ter como recompensa uma remuneração que não supre a manutenção do próprio trabalho? A quem, de fato, a propaganda do “contrato liberal” vem sendo atrativa e nutre esperanças? Essas são algumas das indagações possíveis de serem realizadas.

As empresas administradoras dos aplicativos vêm investindo na esperança dos trabalhadores jovens por um futuro melhor, sobretudo os jovens pobres e periféricos. Essas multinacionais apostam na necessidade de sobrevivência desse grupo populacional, e têm o discernimento de que o desemprego e a falta de oportunidades vêm sendo crucial para a inserção desses sujeitos em atividades de trabalho via aplicativo. As empresas, que estrategicamente se dizem colaborativas e facilitadoras de atividades de trabalho, falsamente disseminam a ideia de liberdade e autonomia apenas para justificar a desregulamentação desses trabalhadores, que fazem planos e sobrevivem diariamente por meio de uma atividade de trabalho que eles mesmos desejam que seja transitória.

IV. b) O trabalho do entregador através de aplicativos

Sobre o complexo e misterioso funcionamento do trabalho de entregador de aplicativos, foi possível reunir alguns dados. Muitas dessas informações e explicações foram fornecidas em diálogos com os trabalhadores participantes. Outras, foram obtidas por meio de consulta direta às plataformas que oferecem o serviço.

Sendo assim, os dados sobre o trabalho representam a polifonia própria da etnografia, e são articulações entre o que ouvi, vi e li, ou seja, o modo como o trabalho de fato vem sendo realizado, para além daquilo que é prescrito ou descrito pelas empresas em seus termos e acordos. Assim, os dados aqui dispostos versam sobre o que Dejours (1997), denomina de real do trabalho, considerando que há um hiato crescente entre: as tarefas que são propostas pelas empresas de forma prescritiva e aquilo que de fato os trabalhadores fazem - considerando os meios e as capacidades que estes terão para fazer.

Além das três empresas citadas nas entrevistas com os participantes, muitas outras empresas estão captando mão de obra para lucrar com serviços de entrega. Em uma delas, muito frequentemente utilizada pelos trabalhadores - e mencionada por eles como sendo a melhor plataforma - basta baixar um aplicativo na loja do smartphone, e clicar em “cadastrar”. Antes de se cadastrar, quem baixa o aplicativo se depara com a seguinte mensagem:

“Controle seu tempo e aumente sua renda. Fique disponível para entregar quando você decidir. Você é seu próprio chefe” (Propaganda disponível em aplicativo de entrega, Cadernos de anotações 04, 2020).

Para se cadastrar na entrega com motocicleta, os motoristas devem ter carteira de motorista válida e os documentos referentes à motocicleta. Entregadores com menos de 18 anos ou sem carteira de motorista para moto, podem se cadastrar para realizar entregas por meio de bicicletas. O cadastro para bicicleta dá direito apenas a entregas com curtas distâncias e por consequência, menor remuneradas.

Nessa plataforma existem trabalhadores fixos, ou Operadores Logísticos (OL) como são denominados, e trabalhadores livres, chamados de entregadores nuvem. Os OL são uma modalidade de entregadores que têm um horário mais rigoroso, e respondem diretamente a um outro OL (chamado operador de área) que é determinado como o intermediador de uma praça de trabalhadores. Inicialmente a empresa fornecia um valor fixo mínimo de remuneração para os trabalhadores que cumprissem os turnos da manhã (10:00h às 14:00h), tarde (14:00h às 18:00h) e noite (18:00h às 23:00h) não podendo o entregador desligar o aplicativo durante esses períodos. Todavia, os trabalhadores participantes informaram que a plataforma encerrou o recebimento dessa taxa mínima que era chamada por eles de “garantido”, e acabou com o que consideravam ser um privilégio do OL. O entregador OL pode escolher tirar um dia de folga na semana entre segunda, terça ou quarta-feira, e pode escolher uma folga mensal, aos fins de semana.

Na modalidade nuvem, o entregador não é intermediado por um OL e não precisa cumprir carga horária de trabalho, podendo desligar o aplicativo entre as entregas, caso necessite. O próprio trabalhador pode determinar seus dias de folga e de trabalho, mas caso não trabalhe não ganhará nenhuma taxa. Os participantes dos encontros contaram que a partir de suas experiências, os trabalhadores da modalidade nuvem recebem menos solicitações dos aplicativos do que os OL, que na opinião dos trabalhadores são sempre priorizados pela empresa.

A empresa não deixa claro os critérios que fazem com que o aplicativo aceite uns cadastros OL em detrimento de outros, e também não esclarece quais características são determinantes para que um entregador seja também um operador de área. Em um site de motoristas “uberizados”, onde constam algumas diferenças entre as modalidades, é possível encontrar alguns comentários de trabalhadores sobre o assunto:

“Boa noite achei seu post muito bem explicativo porém gostaria de acrescentar aqui que na modalidade o.l está como nuvem a diferença é só que ainda tem que cumprir horário e não recebe garantido, e toda vez que tem mais motoboy cadastrado os mais antigos ficam sem entregas ou seja tiram de quem é mais velho na plataforma pra mandar pros novatos para passarem uma boa impressão... nada contra entrarem novatos acho que a oportunidade tem que ser para todos mas não da maneira que estão fazendo já questionei um o.l várias vezes sobre esta situação e como sempre ele nunca conseguiu me convencer ao contrário ele sempre dizia que era o sistema do App que fazia isso... não sei se é verdade pois nunca tive retorno do App (aplicativo) sobre esta questão nunca me responderam aí não sei quem seria o responsável pela atitude da desigualdade.” (Comentário de um entregador no site “Motoristas da Elite”, blog sobre aplicativos de transporte, Caderno de anotações 04, 2020).

Para os dois grupos de trabalhadores, o sistema de entregas funciona de forma semelhante. O celular toca avisando que um restaurante parceiro está demandando o serviço de entrega, pois um usuário solicitou um pedido *delivery* no restaurante. O palpite é que quanto mais perto do restaurante, maior a chance da entrega ser sua. Porém, como os trabalhadores aguardam as entregas um ao lado do outro, eles não conseguem explicar porque o toque acontece em um celular em detrimento de outro. O trabalho assume características de um jogo sem regras claras e com vencedores predeterminados (SCHOLZ, 2013; ABILIO, 2020a).

Após o toque, os motociclistas têm por volta de 10 minutos para comparecerem até o restaurante, que geralmente está na localidade que esses se encontram. Caso não compareçam, a entrega é cancelada, o trabalhador pode ser bloqueado do aplicativo por algumas horas, e o pedido entra no celular de outro entregador que deve realizar o processo citado anteriormente. Os trabalhadores têm a opção de desviar o pedido, como é chamado o processo de rejeitar a entrega, passando-a a outro entregador.

Quando os produtos são colocados no que chamam de *bag*, uma bolsa de isopor fornecida em eventos dos aplicativos nas cidades, o entregador tem um tempo estabelecido para chegar até a casa do usuário que solicitou o pedido do restaurante, tempo que irá variar a depender da distância entre o endereço do restaurante e o endereço da entrega. Essa distância também é utilizada para calcular o valor que será entregue pela empresa, ao trabalhador.

O aplicativo que disponibiliza da melhor taxa, paga 0,80 centavos por quilometro rodado (sic). Os entregadores mais antigos reclamam da redução das taxas, já que essas já foram maiores no passado, e atribuem a diminuição a questão de que tempos antes os aplicativos tinham menos mão de obra disponível. O pagamento da soma das entregas cai diretamente em uma conta corrente disponibilizada pelo trabalhador e pode ser feito após uma semana ou quinze dias de trabalho, a depender do acordo com o OL que intermedia a praça.

Em caso de dúvidas ou reclamações o único meio de entrar em contato com as empresas é através do ícone “suporte”, no qual os trabalhadores descrevem o motivo do contato e aguardam a resposta de alguém que não tem rosto ou nome. Algo frequentemente citado nos discursos dos trabalhadores é que as normas ou regras dos aplicativos não são suficientemente esclarecidas. O bloqueio do aplicativo (tempo determinado em que é negado o serviço ao trabalhador) pode vir por diferentes motivos: demora para chegar ao restaurante, ou desvio de pedidos por exemplo. Na maioria das vezes os trabalhadores não sabem explicar o motivo dos bloqueios. No geral, quando é possível entrar em contato com o suporte para reportar acidente, roubo ou solicitar a explicação do motivo do bloqueio, a resposta pode demorar.

Nas propagandas e nos itens de cadastro dos aplicativos, ou *App's* como chamam os entregadores, as empresas colocam que eles são trabalhadores autônomos, algo exposto como vantagem. Os entregadores não possuem contrato de trabalho, garantias monetárias fixas, instrumentos de trabalho fornecidos pelo aplicativo, direitos trabalhistas ou proteção social. Essas questões são aceitas a partir do momento que os trabalhadores concordam com os termos de uso dos aplicativos. Sem concordar com os termos de uso é impossível prosseguir o cadastro no aplicativo.

Após explicado o trabalho, é necessário que se descreva as questões do trabalho real, ou seja, os acontecimentos e estratégias adotadas nos períodos de trabalho para que os trabalhadores deem conta de realizar suas tarefas da melhor forma. Questões da prática do trabalho, essenciais para o funcionamento das entregas e adequadas à realidade dos trabalhadores, são desconsideradas pelas empresas embora sejam feitas com naturalidade pelos trabalhadores.

A falta de responsabilidade das empresas com os trabalhadores é um dos fatores que contribuem para o desinteresse dessas, nas questões reais do trabalho. Percebe-se que enquanto o trabalho “se mantém funcionando” as empresas não acreditam ser necessário saber de detalhes sobre o trabalho real. O trabalho nos aplicativos tanto permite quanto aposta nas estratégias utilizadas pelos trabalhadores, sejam elas onerosas ou de risco.

A utilização de alguns materiais, estratégias e tecnologias desenvolvidas pelos trabalhadores, ainda que não consideradas, previstas ou financiadas pelas empresas, vem sendo primordial para a execução do trabalho. Identifiquei como prática comum, por exemplo, a cobertura dos *smartphones* com papel do tipo filme de PVC. Em dias chuvosos, essa técnica era primordial para que o celular não molhasse e quebrasse, mas ainda assim permanecesse com a tela sensível ao toque, permitindo que os trabalhadores aceitassem e entregassem pedidos na chuva.

Figura 18: Estratégia de proteção aos smartphones utilizada em dias chuvosos



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2020.

Alguns deles contam que ao indicar no suporte do aplicativo que o local é perigoso, ou ao desviar o pedido, os entregadores dificilmente recebem mais entregas até o final do dia. Assim, algumas estratégias são utilizadas como: reportar para o aplicativo que o pneu da moto furou, ou que existem outros problemas técnicos que impedem a entrega.

“O que eu tenho medo é de fazer entrega nesses bairros mais perigosos, mas se eu rejeitar a corrida é difícil demais receber outras corridas do *app* no mesmo dia. O *app* é muito fechado, fica difícil reclamar porque o suporte manda só umas mensagens prontas... se a gente abrir um chamado vem umas mensagens que são mais automáticas...” (Valter, Caderno de anotações 04, 2020).

A questão da proteção no trânsito não era uma preocupação dos trabalhadores. Em todo o tempo que estive no campo, apenas um entregador, que só apareceu no local um dia, estava utilizando equipamentos de proteção não obrigatórios como jaqueta, luvas, joelheiras e cotoveleiras. Esse trabalhador tinha 32 anos. Todavia, era constante entre eles as conversas sobre a necessidade de equipar a moto para as entregas. Comprar uma câmara de ar reserva para as motos era visto como essencial. Os entregadores também socializam ferramentas para as motos, de maneira a auxiliar problemas técnicos uns dos outros.

Os jovens também relataram que sofrem com a intervenção policial. Ao estarem parados em locais públicos mais visíveis, os policiais costumam pedir a habilitação e o documento da moto como forma de demonstrar poder e fiscalizar os entregadores. Assim, a maioria deles prefere permanecer em locais como o que a pesquisa foi executada, um local discreto e que não está próximo a passagem de transeuntes.

“Às vezes a gente tá assim com a moto encostada esperando e se for perto de uma calçada aí eles vêm e pedem a habilitação.” (Valter, Caderno de anotações 04, 2020).

Figura 19: Exemplo de local onde são paradas as motos para evitar as abordagens



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2020.

Foram comuns os relatos sobre o cadastro ilegal nos aplicativos. Trabalhadores menores de idade utilizam habilitação de outras pessoas para aderirem ao trabalho nas plataformas. Também foram relatadas infrações cometidas no trânsito como: andar por meio das faixas de ônibus, andar com as motos sobre as calçadas, rodar acima da velocidade permitida da via, não

utilizar equipamentos de proteção e realizar o uso de substâncias psicoativas durante o período de trabalho.

O hiato que existe entre o que são as competências, capacidades e realidades de trabalho dos entregadores, e o que as empresas demandam como tarefa, faz com que os trabalhadores elaborem suas próprias hipóteses e técnicas, que muitas vezes podem implicar em gasto de dinheiro, penalidades legais e risco de vida. O tempo exorbitantemente rápido com que realizam as entregas ou chegam aos restaurantes para que não precisem pedir tempo extra ao aplicativo (evitando o bloqueio) é um exemplo do quanto esse hiato entre o prescrito e o real pode ser arriscado.

Trabalhar como entregador para essas plataformas é sempre viver no limite da incerteza e não saber se o trabalho está ou não correspondendo às expectativas da empresa. As chefias, além de serem invisíveis, não colocam todas as cartas na mesa. Na verdade, suponho que é exatamente apostando no pouco esclarecimento, na flexibilidade das regras na relação de informalidade, que essas empresas continuam existindo e se reproduzindo. Os trabalhadores arcam com todas as despesas que incluem seguros, alimentação, manutenção de suas motos e aparelhos eletrônicos enquanto as empresas que administram os aplicativos se apropriam do mais valor gerado, sem nenhuma regulação social desse trabalho (ANTUNES, 2020).

Na incerteza dos próximos aluguéis ou refeições, os trabalhadores continuam fazendo e refazendo hipóteses acerca das remunerações, entregas, retaliações, bloqueios e desligamentos. É também diante dessa incerteza e da necessidade de suprir com as expectativas invisíveis das empresas, que os jovens se submetem à riscos diários e trabalham muitas vezes apenas em prol da manutenção desse trabalho.

“Enquanto o conjunto amplo, compósito e heterogêneo da força de trabalho global nas plataformas digitais e nos aplicativos se torna responsável por suas despesas de seguridade, gastos de manutenção de veículos e demais instrumentos de produção (que os capitais, em um vilipêndio ideológico desmedurado, definem como despesas dos proprietários dos meios de produção), a plataforma digital se apropria do mais valor gerado pelos trabalhos, burlando sistematicamente as formas de regulamentação do trabalho existentes.” (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020, p. 65).

IV. c) Relações de trabalho

Em momentos em que descreviam as situações perigosas e desagradáveis do trabalho, identifiquei que os jovens manifestavam sentimentos negativos com relação à função, expressando, dessa forma, suas insatisfações e principalmente seus medos. Esses sentimentos eram sobretudo pautados na relação com os aplicativos, já mencionada como não esclarecedora

e distanciada; nas relações com os usuários do aplicativo; com os restaurantes; com os motoristas de carros no trânsito; e com os perigos relacionados à vivência de assaltos durante às entregas.

Algumas dessas relações podem ser típicas da execução de vários tipos de trabalho. Porém, como os trabalhadores se relacionam ao mesmo tempo com os aplicativos, motoristas, “clientes” e não estão legalmente vinculados a nenhum deles, respondendo sempre pelo seu próprio fracasso ou sucesso, os desenhos dessas relações são extremamente borrados. Levando em consideração que na cadeia hierárquica é o entregador que está “na ponta de baixo” (por vários motivos, inclusive devido à suas características sociais e econômicas), são eles que vivenciam as retaliações advindas de todos os lados.

“O que eu fico mais nervoso é com os restaurantes, que demoram pra dar o pedido. Mas a empresa não diz isso ao cliente né? Aí a gente chega lá na casa do cliente que recebe, e a culpa cai na gente sempre. E as vezes eles não colocam lá no aplicativo que a culpa foi do restaurante porque o restaurante diz que não foi né? Aí vai acreditar em quem? Cai na gente mesmo,” (Felipe, Caderno de anotações 04, 2020).

Os jovens relataram que existem poucas alternativas para lidar com conflitos, alegando que, de qualquer forma, a tendência é que sejam mal avaliados por clientes em muitas situações onde o problema não foi relacionado à entrega. Aos entregadores resta a elaboração de estratégias que os auxiliem a lidar com a própria frustração e a angústia de não ter a quem recorrer. Embora as estratégias sejam pouco construtivas no sentido de transformação da realidade, elas surgem para responder uma necessidade dos próprios trabalhadores de sentirem que não estão totalmente passivos aos constrangimentos e agressões verbais que vivenciam no trabalho.

“Também se eu subo e não tem câmera no lugar e acontece alguma coisa que pode ferir a minha segurança ou a do cliente, como uma discussão por exemplo, e aí? O restaurante demora e o cliente quer discutir com o motoboy que não tem nada a ver. O cliente liga no restaurante quando tá demorando e o restaurante diz o que? Saiu! Mas na verdade não saiu. Ai como no aplicativo vai saber quem demorou? Não sabe. O cliente vai avaliar mal a gente.” (Carlos, Caderno de anotações 04, 2020).

“O que mais me dá raiva é quando o cliente pede pra subir. Perco tempo e dinheiro. Poderia chegar uma entrega, mas eu to lá, subindo e descendo pra entregar pacote. Eu não ligo se pedirem por favor não, mas se for grosso eu não subo. É bom quando o cliente reclama lá de cima e a gente pega logo o refrigerante e fica sacudindo né, boy? Quando o cliente chega lá em cima, explode tudo.” (Carlos, Caderno de anotações 04, 2020).

Os entregadores também sempre verbalizavam que lidar diariamente e a todo momento com o trânsito da cidade, era algo que frequentemente os irritavam. Algumas vezes eles culpabilizavam os motoristas, com o discurso de que alguns, propositalmente, tinham atitudes que buscavam amedrontar ou machucar os *motoboys* no trânsito. Porém, outras vezes os trabalhadores também contavam que o estresse do trânsito era em grande parte culpa deles, que devido à rapidez das entregas, não conseguem mais dirigir as motos com a velocidade permitida da via ou sem infringir normas de trânsito. Os conflitos, nesse sentido, se davam com os motoristas e com policiais

“Todo o estresse que eu tenho é com o trânsito. Os motoristas não querem saber de respeitar moto não. Eles já ficam sem paciência quando é moto. Motorista já não gosta de motoqueira. E também porque a gente só anda correndo. Eu mesmo não sei andar de outro jeito não, já ando sempre correndo porque to acostumado já.” (Daniel, Caderno de anotações 04, 2020).

Outra questão que vem sendo encarada como um grande problema é a da violência das ruas, especialmente dos assaltos. O medo dos assaltos era algo frequentemente mencionado nos encontros. A comunicação dos entregadores com os aplicativos para reportarem que se sentem inseguros, vem sendo considerada um dilema, por parte dos entregadores.

É devido ao medo de receberem menos chamadas dos aplicativos caso reportem frequentemente situações de risco ou neguem as entregas, que os trabalhadores criam outras alternativas que tanto viabilizam a segurança quanto, de acordo com as hipóteses dos entregadores, mantém a boa política com os aplicativos. Uma “dica” que recebi dos trabalhadores de rua é que é desvantajoso comprar celular de alto custo para realizar trabalhos como os deles.

“A gente fica angustiada é mais com medo de assalto né. Eu mesmo, disse no aplicativo que o pneu furou, pra não perder minha moto na favela. O medo que a gente tem é dos assaltos, nesses bairros mais perigosos mesmo.” (Diálogo entre Felipe e Daniel, Caderno de anotações 04, 2020).

“O que incomoda mais é o medo mesmo de ser assaltado né, que é um risco. Fui assaltado, dois homens de moto e armados levaram meu celular que eu só tinha pago a primeira parcela. Agora eu não compro mais celular bom, só simples. Agora tô com esse aqui que é simples, porque é fogo né?” (Felipe, Caderno de anotações 04, 2020).

Realizei uma busca em alguns portais de notícias que comumente divulgam matérias sobre os entregadores, e percebi que existem alguns relatos já, desde 2019, de entregadores muito preocupados com a questão dos assaltos. “Entreguei a encomenda e, quando estava indo embora, os ladrões colocaram a arma na minha cabeça. Pensei que iam me matar e entreguei a moto.

Na hora, você perde tudo, perde força e perde coragem. Estou em pânico, sinto medo de andar na rua”, disse um dos trabalhadores de Ribeirão Preto/SP em uma notícia sobre o assunto (REDAÇÃO G1, 2019).

O aumento da violência nas cidades brasileiras, sobretudo nas capitais e grandes metrópoles, a dificuldade de continuar realizando o trabalho caso os entregadores tenham suas motos e celulares roubados, somado aos conflitos que esses relatam tanto com os restaurantes quanto com os clientes, demonstram a urgência de repensar a existência do que se configura vínculo de trabalho entre os aplicativos e os trabalhadores. No momento em que esses conflitos se dão por meio e devido à execução do trabalho real, a falta de responsabilidade legal das empresas é no mínimo contraditória, equivocada, oportunista e cruel.

IV. d) Educação

A necessidade de resolver as questões financeiras, complementar a renda familiar, pagar suas próprias contas e fazer “andar a vida” (sic), quando somadas à falta de tempo e disposição para estudar para processos seletivos de entrada no ensino superior ou até mesmo para concursos públicos que exigem o ensino médio completo, segundo os trabalhadores participantes, são determinantes importantes da inserção deles em atividades de trabalho, seja a de entregador ou não.

Nos encontros, a questão da educação formal e particularmente do ensino superior, era sempre motivo de curiosidade e também de piadas depreciativas entre os jovens. Era comum, por exemplo, que eles me perguntassem sobre o meu processo educacional, quais os cursos eu tinha feito para ser professora universitária e a quantidade de anos que estudei. Quando respondia, era normal que reagissem com “Vixi!” ou “Caramba!”.

Ainda sobre as curiosidades que os trabalhadores expressavam sobre o meu tempo de estudo, um deles se aproxima e pergunta:

“Quantos anos de faculdade são?” Mais ou menos 10 anos, respondo. “10 anos?” Perguntou, Daniel, impressionado. “Ela quer vencer na vida, não é você não. Por isso que você não tem o ensino médio.”, disse Carlos, o que coloco como um exemplo das piadas depreciativas sobre o assunto (Diálogos com os entregadores, Cadernos de anotações 04, 2020).

Também era comum que dois deles, especialmente Antônio, sempre se lamentassem da falta de tempo para trabalhar e estudar simultaneamente, já que as contas fixas não permitem que estudem em detrimento de trabalhar.

“Tu entrou (no curso) com quantos anos?” Me perguntou Antônio. Respondi 18 anos. “Foda, eu queria estudar, mas tem que pagar as contas...” (Diálogos com entregadores, Cadernos de anotações 04, 2020).

Em trajetórias de vida precoces, precárias e desestruturantes, segundo Guerreiro e Abrantes (2005), há um grande impeditivo para trabalhar com aquilo que escolheu. Nessas trajetórias há muito mais a urgência de inserção em qualquer atividade que proporcione os meios de sobrevivência no capitalismo.

“Eu as vezes trabalho com o meu pai, de pedreiro, desde os meus 14 anos. Tô tentando estudar pra concurso mas morar só é ruim porque você quer estudar mas só pensa nas contas.”, mencionou um outro trabalhador. (Diálogos com entregadores, Cadernos de anotações 04, 2020).

As conversas também eram sobre os editais de concurso para ensino médio, aos quais alguns deles demonstravam interesse de fazer. “Vai ter concurso né *boy*?”, ele disse. “Vai, tem um monte de edital de vaga, eu vi, mas a pessoa não tem tempo pra estudar”, respondeu o outro jovem. “Pois é, vou pagar pra errar tudo?”. Ainda sobre a questão das curiosidades dos trabalhadores voltadas ao funcionamento do ensino superior, um deles se aproxima e pergunta:

“É o dia todo assim, escrevendo? ”, respondo que na maioria das vezes sim. “É... não tenho paciência mais não.” (Diálogos entre entregadores, Cadernos de anotações 04, 2020)

Percebe-se, nos discursos dos jovens, que existe certa valorização da educação formal, sobretudo do ensino superior. Tal valorização pode estar pautada tanto no fato de que essa poderia possibilitar inserções mais dignas e lucrativas no mercado de trabalho. Porém, também está muito vinculada ao que Bourdieu nomeia de “relevância especial” em uma sociedade que valoriza um capital cultural muito específico.

O conceito de capital cultural de Bourdieu, vincula a ideia de cultura à um tipo de capital, é “uma analogia ao poder e ao aspecto utilitário relacionado à posse de determinadas informações, aos gostos e atividades culturais.” (SILVA, 1995, p. 24). Considerando que os jovens almejam a continuidade dos estudos formais e a entrada em empregos por meio de concurso público, compreende-se que a educação formal vem sendo visualizada por esses jovens como mecanismo de valorização e de mudança social.

A classe operária, mesmo que não se dedique e não disponha de meios para isso, percebe algo de especial em ter um diploma. Os jovens não têm muitas expectativas de conseguirem

tempo para estudar e trabalhar, mas ainda assim, admiram àqueles que o fazem, independentemente das diferenças entre as suas condições e trajetórias de vida.

Muito da valorização do ensino formal tradicional, está atrelado a existência de uma cultura burguesa, que valoriza o “credenciamento”, estando as demais classes, fadadas a copiarem esse modelo na esperança de um dia alcançarem uma realidade melhor, algo que nem sempre acontece, pois, embora nas diretrizes do ensino formal, no Brasil, esteja colocada a importância de proporcionar uma formação crítica e cidadã para a inserção no mercado de trabalho, há de se considerar que não se tem a garantia de que um diploma necessariamente irá proporcionar emprego formal, digno, ou valorizado. O próprio mercado de trabalho valoriza um capital cultural específico, que continua sendo o capital cultural da classe burguesa.

“[...] uns procurando manter sua situação privilegiada outros desejando acesso às mesmas oportunidades. Desta dinâmica resultam a expansão do ensino e a crescente necessidade de credenciais educacionais. Entretanto, novas credenciais estão sendo exigidas para o exercício das mesmas funções, sendo que no preenchimento de cargos valoriza-se, veladamente, a proximidade com a cultura de elite mais do que a competência.” (SILVA, 1995, p. 29)

Desta maneira, mesmo que na prática os diplomas não garantam a certeza da inserção no mercado de trabalho ou de empregos dignos e bem remunerados, eles aproximam, mesmo que temporariamente, as classes desfavorecidas de alguns símbolos que a classe burguesa valoriza, e que, devido a isso, fornecem maior *status*, prestígio social. Esse prestígio é crucial para diminuir as experiências de exclusão e o atrelamento do jovem trabalhador informal e periférico, aos estereótipos de preguiçosos, criminosos ou perigosos, algo comum em sociedades que funcionam ancoradas no modo de produção capitalista e que estão sempre (re)inventando meios para criar um grande abismo entre classes.

Está, desta forma, explicado, porque existe a valorização do jovem estudante em detrimento do jovem trabalhador. Ainda que o jovem do ensino superior esteja vinculado à criminalidade, por exemplo, a sociedade pode “deixar passar” essa questão, porque esse está mais próximo da cultura e dos papéis construídos e estabelecidos como da classe burguesa.

As piadas depreciativas dos jovens trabalhadores com eles mesmos, que muitas vezes os colocam na situação de incapazes, demonstram a naturalidade com que vem sendo tratada a falta de acesso desses jovens, ao ensino superior, ou até mesmo a descrença desses de que algum dia esse acesso será possível. A falta de tempo e de disposição para se dedicarem aos processos de entrada, é encarada por eles como uma realidade que dificilmente será transformada, uma vez que as contas a serem pagas não deixaram de existir.

Mundialmente o ensino superior foi delineado para a inserção e a perpetuação de uma classe burguesa que deseja se aprofundar em conhecimentos destinados aos que se chama de intelectuais. Mesmo com a adesão das Universidades brasileiras às políticas de ações afirmativas, o Mapa do Ensino Superior divulgado em 2020, demonstra que o mesmo modelo vem sendo perpetuado.

“O modelo de universidade desenhado pelo Conselho Federal de Educação fundamentou-se em uma concepção elitista, isto é, de formar apenas os quadros de alto nível que o desenvolvimento do país necessitaria. Na visão do Conselho, a reivindicação da expansão do ensino superior pela classe média reproduziria as Faculdades Profissionais da época, o que seria um equívoco, pois estas não atenderiam à missão da Universidade de transmitir a cultura no seu mais alto nível.” (ROTHEN, 2010, p. 120).

Atualmente, o ensino médio profissionalizante e o ensino técnico, que há décadas eram vistos como modelos que não transmitem “cultura no seu mais alto nível”, são colocados por uma elite como vantajosos, atrativos e adequados aos jovens trabalhadores, por serem: uma educação mais curta, rápida, e focada na especialização para o mercado de trabalho. O maior problema é que esses modelos, desde suas concepções estão focados na perpetuação da classe operária e na criação de mão de obra, não na formação crítica que proporcionaria o entendimento da raiz dessa exclusão.

A propaganda desse tipo de ensino dissemina a ideia de que sua rapidez e especialização para o mercado de trabalho é algo que os jovens devem almejar e que proporciona rápidos retornos financeiros. Porém, as características daqueles que se inserem no ensino técnico profissional, nos faz perceber para quem essa propaganda vem sendo destinada, e porque ela existe e é propagada.

Essas propagandas também fazem parte do rol de tentativas de evitar a entrada e o interesse de classes desfavorecidas pelo ensino superior tradicional, fazendo crescer o abismo cultural entre as classes, colocando cada uma em seu lugar e trabalhando na naturalização dessa relação. As curiosidades dos jovens com relação à minha formação, a ideia de que o “o meu esforço” foi maior do que o deles, a naturalidade com que diziam que essa era uma realidade distante e a falta de crítica à essa questão, diz muito do sucesso da construção de um ensino superior tradicional para a elite, e da aceitação dessa construção.

Percebo que a inserção e permanência no ensino superior, para os jovens trabalhadores participantes, é parte de um capital cultural que embora almejado, já não é mais apresentado em seus discursos como algo próximo da realidade. Ainda, talvez a única crítica desses trabalhadores sobre essa questão, seja a eles próprios, que parecem se arrependem de “não terem

tentado o suficiente”. Parece que a eles resta aceitar essa diferença, investir financeiramente na manutenção do trabalho, pensar em cursos profissionalizantes para aumentar a renda (como o mencionado MOPP) e em maneiras menos sofridas de quitar as contas fixas.

IV. e) Lazer

A quadra de Manaíra, sempre presente nos meus encontros com os jovens por estar localizada logo atrás do banco em que vivenciamos nossas conversas, foi um disparador para que eu pudesse pensar a questão do lazer de trabalhadores que não têm dia ou horário certo de descanso. Foi por meio de um comentário de Carlos acerca do uso que os jovens faziam da quadra, que me ative para pensar o lazer desses jovens trabalhadores. “E a bola, nunca mais a gente jogou, né?”, ele disse para os outros.

Perguntei então, para Carlos, se eles costumavam utilizar a quadra e como funcionava o futebol. Carlos mencionou que esses momentos costumavam acontecer em dias com poucas entregas, e que os jovens continuavam com o aplicativo ligado, e os entregadores que iam sendo solicitados para as entregas, iam saindo e sendo substituídos por outros.

“A gente jogava, mas agora a gente parou, foi ficando pouca gente.” (Carlos, Cadernos de anotações 04, 2020).

Era comum ouvir que os entregadores realizavam essas atividades com os aplicativos ligados, ou seja, simultaneamente ao tempo que destinavam ao trabalho. Isso acontecia principalmente com os OL, que são obrigados a permanecerem com o aplicativo ligado em determinados horários.

No período do carnaval, por exemplo, um dos entregadores admitiu estar nos blocos e festas de rua com o aplicativo ligado, interrompendo o momento festivo quando tocavam os pedidos no celular. O mesmo trabalhador disse que se relacionava com outros grupos de entregadores e que, corriqueiramente, frequentava alguns bares em períodos com baixo número de entregas. “Era o jeito de ir lá na festa, mas não deixar de ganhar né... já tirava pelo menos o (dinheiro) da festa”, me explicou ele.

Enquanto alguns entregadores realizam o serviço após consumir bebida alcoólica como forma de fazer acontecer as idas às festas, mas não parar de trabalhar, outros, há muito tempo não frequentavam festa alguma e julgavam arriscada a prática de beber e dirigir a moto.

“Esse *boy* é doido de dirigir bêbado assim...” disse um deles. “Faz tempo que eu não vou pra nenhuma festa, viu? Vixe, nem sei mais...”, me contou outro trabalhador.

“Nem eu *boy*, faz tempo demais que eu nem me lembro.” (Diálogos entre entregadores, Cadernos de anotações 04, 2020).

Algo também comumente conversado entre os trabalhadores era sobre a relação com suas companheiras, esposas ou namoradas, e o pouco tempo destinado a elas devido a maior parte do trabalho se concentrar, inclusive, nos períodos noturnos e nos finais de semana e feriados, quando as pessoas solicitam o serviço de entrega de comida em casa. Com o tempo de lazer prejudicado, era comum ouvir que as companheiras reclamavam da ausência dos entregadores. “Se chegar tarde em casa, principalmente assim, final de semana, a mulher reclama mesmo... fica chateada, mas é um trabalho que a gente fica muito de noite no final de semana né, as vezes é dor de cabeça mesmo.” (Felipe, Caderno de anotações 04, 2020).

Uma das soluções encontradas por alguns dos trabalhadores, era paquerar e namorar também durante o período que estavam esperando as entregas. Consegui observar que a parte de trás da praça, onde era localizada a mini arquibancada de concreto, era utilizada para os encontros com companheiras as quais os entregadores ainda estavam conhecendo. Outra prática comum era, caso o telefone tocasse para a entrega e o entregador estivesse no momento de interação com a companheira, levar junto a namorada para realizar o serviço, retornando para o namoro após a entrega ser finalizada, e até o início da próxima.

Assim, a partir de uma perspectiva materialista, o que os jovens uberizados disseram vivenciar, não é de fato lazer. O lazer como tempo do não trabalho, como ócio, como momento da preguiça ou liberdade de se fazer o que deseja (MARCELLINO, 2020), é ceifado no momento em que o sujeito está disponível para exercer atividades de trabalho intermitentes e incertas por cerca de 12h por dia ou mais, incluindo os finais de semana. O fato de realizar outras atividades que não necessariamente estejam vinculadas à entrega – ainda que sejam ligadas aos desejos dos jovens – não faz com que as atividades sejam de fato lazer, pois a preocupação, o compromisso e a atenção às chamadas dos aplicativos, está presente na maior parte do dia dos entregadores.

Os entregadores registrados na plataforma no tipo Operador Logístico (OL), apesar de usufruírem de vantagens (como aprovação mais rápida do cadastro, algumas vezes blusa, *bag* e maquininha de cartão) vivenciam um horário de trabalho mais rigoroso, já que o entregador, obrigatoriamente, deve estar disponível para o aplicativo nos turnos da manhã, tarde e noite, com direito a uma folga semanal que pode ser segunda, terça ou quarta-feira.

Sendo assim, com as folgas em dias considerados atípicos, dias em que geralmente não ocorrem as mencionadas festas e comemorações, resta aos trabalhadores adaptarem suas outras atividades, incluindo as de lazer, à realidade do trabalho. Todavia, quando usufruir dessas outras

atividades, inclui o uso de substâncias que podem alterar o estado físico e mental do trabalhador, existem dois tipos de risco iminente: um deles se refere à segurança a vida do trabalhador e dos transeuntes, e outro se refere às questões legais, porque dirigir sob o uso de álcool pode acarretar em um bloqueio permanente do aplicativo e o trabalhador também pode responder por crime, receber uma multa e ter a motocicleta apreendida, caso sejam descobertos por órgãos de controle de tráfego.

Com a necessidade cada vez maior de se inserirem no mercado de trabalho e diante das poucas oportunidades de exercerem trabalhos regulamentados e bem remunerados, aos jovens resta a adaptação do seu lazer à realidade de trabalho. A captação da mão de obra desses jovens por parte desses aplicativos, é também a captação de uma experiência de juventude.

Experiências de juventude mais orientadas para o lazer e bem-estar não são possíveis de serem vivenciadas quando realizados esse tipo de trabalho. Desse modo, é possível reafirmar que toda a concepção e elaboração dessa forma de trabalho atrai uma juventude orientada para a sobrevivência. Percebe-se o empenho dos órgãos competentes na busca pela comprovação do vínculo empregatício seria um importante passo para a construção de possibilidades reais de lazer os trabalhadores. Embora a formalidade não acarrete necessariamente em maior tempo livre para os trabalhadores (principalmente porque o trabalho formal pode também ser precário e a gestão desse tempo é particular e vinculada às realidades de vida de cada trabalhador), os contratos formais implicam em jornadas de trabalho relativamente mais demarcadas.

Seria fundamental (re)pensar os dias e horários disponibilizados por meio dos aplicativos para as folgas, estabelecendo que sejam mais democráticos, adequados aos dias que as sociedades ocidentais acreditam serem mais propícios a execução do lazer e do descanso, considerando que um espaço para essas atividades é essencial ao bem-estar, segurança e à vida em comunidade. É necessário incluir o tempo de lazer desses jovens em tempos considerados típicos para que seja possível que esses usufruam do mesmo horário de lazer de suas namoradas, familiares ou amigos, por exemplo, não significa desconsiderar a realidade e a cultura dessa juventude periférica e do que ela considera lazer. Cabe salientar que essa não é apenas a realidade dos entregadoras, mas dos trabalhadores do mundo contemporâneo e do modo de produção capitalista

Pensar novos espaços, tempos e oportunidades de lazer para esses jovens, inclui compreender a cultura juvenil em questão, e as formas de lazer que os permeia. De nada adiantaria criar programas, projetos e políticas públicas que oportunizassem um formato de lazer distante da realidade e da cultura juvenil que se pretende oportunizar essas atividades.

É necessário então pensar em políticas cosmopolitas de incentivo e possibilidade de lazer que sejam flexíveis ao ponto de incluírem os movimentos “de-baixo-para-cima” (SANTOS, 2005), o jovem trabalhador informal, suas características pessoais, socioeconômicas e de trabalho. Seria necessário, portanto, além da importante missão de pressionar legalmente os aplicativos ao reconhecimento do vínculo, a democratização e flexibilização dos dias de descanso, para construir políticas de lazer para a juventude trabalhadora.

SEÇÃO V: “NÃO QUISERAM OLHAR PRA MINHA CARA!”

A pesquisa já se encontrava avançada em termos de desenvolvimento e produção de dados, quando se constatou a existência de uma pandemia global de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 (coronavírus) e em curso até os dias de hoje. Detectada pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan (China), o quadro clínico da Covid-19 varia de infecções completamente assintomáticas a quadros respiratórios graves que podem acarretar óbito. No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi oficialmente notificado em 21 de fevereiro de 2020 (GORBALENYA et al., 2020).

Esta seção de análise dos resultados inicia com a frase de um dos entregadores, que contou sobre como estavam sendo realizadas as entregas no período da pandemia. Ao chegar na residência onde o pedido havia sido solicitado, os usuários do aplicativo pediram - com as portas de casa fechadas - que o motoboy colocasse a comida no chão e fosse embora.

Na China e no Brasil, os primeiros sujeitos que confirmadamente foram a óbito devido às complicações da Covid-19, contaminaram-se no exercício de suas atividades laborais. Em Wuhan, foram primeiramente contaminados os trabalhadores do mercado de frutos do mar da cidade. No Brasil, uma das primeiras vítimas foi uma empregada doméstica que exercia sua atividade em um bairro nobre. É importante dizer que a trabalhadora foi contaminada depois que entrou em contato com os donos da residência em que exercia o trabalho, recém-chegados da Itália (GOUMENOU et al., 2020; LEMOS, 2020; COMITÊ CIENTÍFICO DE COMBATE AO CORONAVÍRUS DO CONSÓRCIO NORDESTE, 2020).

É interessante destacar que a pandemia não é a geradora de um abismo hierárquico e desigual que existe entre os donos do capital e a classe trabalhadora, e sim um elemento que está evidenciando essas e outras questões como o aprofundamento da precarização do trabalho e os problemas da desregulamentação. Contudo, no momento em que um vírus letal passa a se espalhar rapidamente, sendo necessário o isolamento social, foi exposta também a importância da classe trabalhadora para toda a sociedade.

Assim, um dos grandes desafios dos donos do capital no período pandêmico foi o de elaborar discursos que justificassem a necessidade de que o trabalhador continuasse trabalhando mesmo diante da pandemia e do risco iminente de contaminação e óbito. Como de costume, uma dessas justificativas responsabilizava o próprio trabalhador e era pautada em suas fragilidades: “Como o trabalhador irá sustentar sua família sendo impedido de trabalhar? Liberem os trabalhadores para trabalhar!”. Em diferentes momentos da pandemia, empresários de diversos setores e regiões do Brasil solicitaram calorosamente aos governantes nas redes sociais e em manifestações do tipo “carreata” que liberassem o retorno de seus funcionários ao trabalho.

O modo de produção capitalista é incapaz de funcionar sem contradições. Neste momento, o capitalismo e o estado mínimo mais do que nunca se mostraram incapazes de “assegurar as condições de vida digna para maior parte da população mundial” (DOURADO, 2020, p. 9). A necessidade de responsabilização do estado pela manutenção da vida dos trabalhadores, e o estabelecimento de uma renda mínima, foram colocados em evidência e defendidos mais uma vez por movimentos organizados a favor da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que aumentaram as possibilidades de reflexão, e da tomada de consciência sobre a importância da classe trabalhadora e da renda mínima, o capitalismo rapidamente incorporou a problemática da pandemia. Várias empresas triplicaram seus lucros durante esse momento, principalmente aquelas que utilizam as TICs para o gerenciamento, controle e entrega de produtos ou serviços.

Com o distanciamento, as pessoas sentiram cada vez mais necessidade de consumir à distância. Seria então a pandemia uma ótima oportunidade para que o capital pudesse repensar possibilidades e realizar experimentos quase que laboratoriais no sentido de encaminhar as condições de trabalho para níveis subterrâneos? Diante das possibilidades de consumir utilizando as TIC, e do aumento do desemprego durante a pandemia, o processo de uberização e a consequente precarização da vida e de todo e qualquer trabalho passaram a ser, cada vez mais, uma realidade.

O trabalho dos entregadores de aplicativo durante este período foi intensificado devido à impossibilidade de sair de casa. Em oposição a isso, não foram redobrados os cuidados ou proteção a esses trabalhadores. O processo de precarização da vida, durante a pandemia, ficou ainda mais explícito. A saúde mental e física dos trabalhadores estavam mais do que nunca negligenciadas em prol do lucro máximo e da necessidade de continuar produzindo independente de qualquer adversidade. O lazer e as relações sociais são cada vez mais

comprometidos devido à quantidade de trabalho a se fazer e ao risco iminente de contaminação dos trabalhadores e daqueles que compõem sua rede de relações.

Entretanto, a intensificação desse trabalho provocou a reflexão em muitos dos entregadores uberizados. Entendendo seus serviços como essenciais em tempos de distanciamento social, percebendo a falta de reconhecimento e de responsabilidade das empresas com suas vidas, assim como a rápida precarização de suas condições salariais e de trabalho, durante a pandemia foi iniciada a elaboração de uma estratégia de confronto à essa lógica. Ocorre então a maior greve de entregadores de aplicativo que o Brasil já vivenciou, o “breque dos app’s”.

V. a) O trabalho do entregador de aplicativo durante a pandemia

Semanas antes da confirmação dos primeiros casos em João Pessoa, o assunto “coronavírus” começou a permear os encontros em profundidade de maneira significativa. Conversávamos sobre os mitos e verdades acerca do vírus, sua disseminação na China e na Itália, os cuidados necessários e sobre o trabalho de entregador de comida inserido nesse contexto.

Os entregadores nitidamente não estavam se prevenindo do vírus, e verbalizavam não temerem a doença e estarem incrédulos sobre seu potencial letal. Durante os encontros, dediquei momentos à disseminação de informações sobre como se prevenir do vírus e ressaltai, sobretudo, que os hospitais se encontravam lotados e que isso prejudicava o atendimento à outras demandas de saúde (como as consequências de possíveis acidentes de trânsito).

“O cara criado em todo canto, em poça de lama e tudo, vai ter medo de uma doencinha dessas? Não morri até agora, depois de ‘altas doideiras’, vou morrer agora?”. “A pior doença é a fome, mas ele (governante) não vê não, por que rico não morre de fome” (Diálogos entre Daniel e Felipe, Cadernos de anotações 04, 2020).

Sobre a relação dos jovens com as empresas dos aplicativos, os entregadores indicaram que ainda era possível realizar o pagamento no momento da entrega. Um dos participantes acreditava ser necessário retirar essa opção para maior segurança dos entregadores. Neste momento, os entregadores acabaram por mostrar alguma preocupação com o vírus e com a maneira com que as entregas estavam sendo realizadas.

“Eles recomendam que a gente só entregue os pedidos sem ter contato com os clientes, mas ainda pode pagar na entrega. Da no mesmo de ter contato. O app deveria tirar essa opção. Se eles tirarem, eles perdem venda, né? E eles não perdem nem no par ou

ímpar, quem dirá venda. Eles não vão perder nunca, mas o bom era tirar né? Seria melhor.” (Felipe, Cadernos de anotações 04, 2020).

Quando perguntados sobre os cuidados e as medidas de segurança promovidas pelas empresas dos aplicativos, os entregadores relataram que o que existia, até aquele momento, era uma série de mensagens e informações dadas através dos aplicativos sobre a importância e a maneira correta de higienizar as mãos, utilizar máscaras e manter o distanciamento social sempre que possível.

Posteriormente, após decretação da quarentena na cidade, foi necessário redimensionar o processo etnográfico. Neste momento, o contato com os trabalhadores continuou por meio de interação via grupo do *whatsapp* e via conversas privadas com alguns dos trabalhadores. De casa, não apenas vivenciei a angústia de ler diariamente as notícias sobre a disseminação do vírus e sua capacidade letal, mas também a de perceber que o desemprego, a informalidade e o modelo flexível seguiam firmes articulados e se perpetuando cada vez mais rápido durante este período.

Os entregadores me informavam sobre o aumento da demanda de trabalho no período do isolamento social, e o aumento também do número de entregadores nas ruas. Este aumento significativo gerou competitividade e fez com que as empresas reduzissem cada vez mais o valor pago pelo serviço (TONELO, 2020), ou seja, o aumento da demanda de trabalho não repercutiu positivamente nos valores recebidos. Dessa forma, reafirmo que os problemas enfrentados por trabalhadores uberizados na pandemia não são novos, porém:

“(...) o ano de 2020, com o advento da pandemia da covid-19, poderá ser certamente analisado como aquele que tornou ainda mais evidente o processo de precarização social do trabalho, expondo com maior nitidez as fragilidades às quais a classe trabalhadora vem sendo há muito sujeitada.” (SIQUEIRA et al., 2020).

A pandemia também deu visibilidade à perversidade do modo de produção capitalista e reforçou argumentos jurídicos a favor da regulamentação do trabalho nos aplicativos. Com o aumento da demanda por serviços de delivery as empresas que administram os aplicativos foram obrigadas a orientar seus trabalhadores quanto às medidas de segurança e lhes ofertar algum suporte em termos de equipamentos de proteção individual.

“Em 4 de abril de 2020, uma ação cível pública (ACP) foi movida pelo Ministério Público do Trabalho contra a iFood, com vistas a garantir aos seus trabalhadores medidas preventivas à contaminação pelo Sars-Cov-2. A decisão em primeira instância deferiu as solicitações apresentadas, que obrigavam a empresa a, dentre outras ações: 1) garantir ampla orientação aos trabalhadores e clientes, visando prevenir a transmissão da covid-19; 2) fornecer insumos e estruturas de apoio à

higienização dos trabalhadores e seus veículos; 3) garantir assistência financeira aos trabalhadores que fizessem parte do grupo de risco da doença ou que residissem com alguém desse grupo; 4) garantir assistência médica e financeira aos trabalhadores que viessem a contrair a doença. (...) Todavia, em segunda instância, foi concedida liminar para suspensão dos efeitos da decisão da ACP, argumentando-se ser exíguo o prazo para efetivação das ações e elevada a multa diária prevista em caso de descumprimento destas. Adicionalmente, assumiu-se que a iFood não se enquadraria na definição de empregador contida no art. 2º da CLT e que os entregadores seriam usuários da plataforma on-line livremente inscritos.” (SIQUEIRA, et al., p. 93).

Percebe-se, então, que apenas são fornecidos equipamentos de proteção, ou cuidados de qualquer ordem, quando existe alguma coerção às empresas. Quando perguntados sobre o fornecimento de equipamentos de proteção, os entregadores me informaram que:

“Deu sim, máscaras e uma garrafinha de álcool. Eles vieram e chamava de 5 em 5 entregadores para ir retirar em algum local. Chamava pelo app mesmo. E nós quando chegava lá ainda ganhava uma taxa, como se fosse uma entrega. No papel que deram eu acredito que ensinam direitinho como usar.” (Marcos, Cadernos de anotações 04, 2020).

Todavia, uma pesquisa realizada em junho pelo Observatório de Precarização do Trabalho e da Reestruturação produtiva, do qual faço parte como voluntária, desde julho de 2020, apontou que em meio à pandemia os entregadores foram mais uma vez abandonados pelas empresas sem máscaras, álcool em gel e outros equipamentos imprescindíveis à prevenção contra o vírus. A pesquisa indica que mais de um terço dos trabalhadores entrevistados tiveram proximidade com quem contraiu a Covid-19 (TONELO, 2020).

A pandemia também recoloca os problemas que vivenciam àqueles que utilizam do espaço das ruas para realizarem atividades de trabalho. Os entregadores relataram que foram proibidos de permanecerem em alguns locais públicos.

“A gente não pode nem ficar na praça mais. O policial não deixa ficar lá. Disseram que é a nova ordem, parece.” (Marcos, Cadernos de anotações 05, 2020).

Os policiais que proibiam os jovens de usufruírem dos bancos das praças ou das calçadas, agiam com o argumento de que estavam sendo obrigados a fazer cumprir o decreto municipal que descreve sobre a necessidade de isolamento social e a impossibilidade de que qualquer pessoa permaneça em espaços públicos devido à disseminação do vírus. Ao mesmo tempo em que cresce a demanda por um trabalho uberizado e desregulamentado, não existe preocupação nenhuma das empresas com os meios de realização desse.

É interessante destacar que existe uma diferença importante em termos de regulação policial no que se refere à Quadra de Manaíra, em João Pessoa, e em outras praças da capital,

sobretudo as de bairros periféricos. A intensa presença policial no local onde os entregadores participantes esperam suas entregas - um bairro nobre e próximo ao calçadão que é um local turístico - explica muito do controle e da preocupação do município com a “organização” desses espaços e do controle durante a pandemia.

O controle da passagem dos transeuntes e do comportamento dos trabalhadores de rua em áreas de classe média pode ser bem maior e mais opressor do que em outros locais de forma geral, não apenas durante a pandemia. Todavia, é exatamente nesses locais que estão localizados restaurantes que são os mais requisitados da cidade, e, dessa forma, é permanecendo nessas redondezas que os entregadores conseguem um maior número de entregas.

As tensões entre realidades periféricas e realidades de classes mais favorecidas financeiramente são controladas pela polícia. Eu percebia que esse controle se dava por meio de tentativas de tornar “menos visíveis” os grupos de trabalhadores, uma vez que durante os encontros a presença policial era frequente e os entregadores tinham uma tendência de cada vez mais se localizarem no fundo da praça. No período pandêmico as estratégias para higienizar os locais públicos sem oferecer nenhuma alternativa aos trabalhadores ficou ainda mais nítida. Enquanto os trabalhadores eram proibidos de ficarem nas praças durante a pandemia, crescia a demanda pelo trabalho de entregas via aplicativo, um trabalho onde as empresas que o oferecem não apresentam outra alternativa aos trabalhadores: é necessário estar nas ruas.

Durante o processo etnográfico realizado à distância, Daniel, um dos entregadores que verbalizavam completa incredulidade acerca da existência e do potencial do vírus, me informou que contraiu Covid-19 durante as entregas, e destacou a impossibilidade de parar de trabalhar nesse período. O entregador também coloca as dificuldades de seguir os cuidados de saúde recomendados pela rede de saúde pública exatamente por causa de sua condição de trabalho.

“Eu tive muita dor de barriga, febre alta e falta de ar. O médico me deu 14 dias, mas não dá pra parar não. Como é que para? Continuei fazendo tudo, senão como é que faz? Eles não dão apoio. Minha mulher também está muito mal em casa.” (Daniel, Cadernos de anotações 05, 2020).

As empresas que administram as plataformas mais uma vez apostam e se beneficiam da capacidade do trabalhador de elaborar estratégias para continuarem trabalhando em prol da sua sobrevivência e de seus dependentes.

V. b) Construção de confrontos: “breque dos apps”.

O crescente desemprego e a alta demanda por serviços de delivery durante a pandemia, fizeram com que um amplo número de pessoas percebesse o trabalho de entregador nos aplicativos como sendo uma oportunidade de complementar a renda nesse momento e de sobreviver. Diante disso, as empresas de plataforma propositalmente criam exércitos de reserva disponíveis para competir entre si. Com esse estoque, as empresas conseguem diminuir os salários e intensificar o trabalho sem que haja qualquer contestação por parte dos trabalhadores, que obviamente têm medo de serem desligados ou bloqueados (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020).

O fomento à competitividade entre os trabalhadores faz parte da estratégia das empresas para diminuir o poder de barganha dos trabalhadores e sua capacidade de mobilização coletiva. Além disso, o status de “autônomo” dado aos trabalhadores, busca individualizar o trabalho e impedir às resistências coletivas e confrontos à essa lógica. Mantendo o trabalho na desregulamentação é possível restringir direitos trabalhistas e “desligar” o entregador mais facilmente.

“Evitar ser visto como empregador é uma das principais estratégias do capital para gerenciar o trabalho contemporâneo. Para os trabalhadores, é mais difícil construir identidades e se engajar em ações coletivas” (FILGUEIRAS, CAVALCANTE, 2020, p. 176).

De outro modo a intensificação do trabalho na pandemia aflorou a necessidade de comunicação entre os entregadores e suscitou a reflexão de que eles vinham sendo trabalhadores essenciais durante este período. A partir disso, grupos de trabalhadores começaram a pensar em um movimento de paralisação das atividades no sentido de pressionar as empresas por melhores condições salariais e de trabalho. Algo que parecia embrionário se tornou a maior mobilização de entregadores uberizados do Brasil.

Denominado “breque dos app”, o movimento nacional dos entregadores por aplicativos que aconteceu em diversos locais do Brasil, no dia 1 de julho de 2020, tinha como principais demandas o aumento do valor dos fretes realizados e o aumento do preço mínimo por entrega (TONELO, 2020). O Observatório da Precarização do Trabalho e da Reestruturação Produtiva realizou uma pesquisa com 253 trabalhadores por aplicativos, que estiveram nas mobilizações. A pesquisa foi realizada de forma presencial em nove estados do país com concentração em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. Sobre o

perfil dos trabalhadores que estiveram presentes nas mobilizações, a pesquisa apontou que 96% eram homens, 84% tinha até 34 anos e 67% eram negros (HELENA, 2020).

Acerca dos dados sobre os entregadores, suas faixas salariais, condições de vida e jornadas de trabalho, a pesquisa do Observatório se assemelha com os dados dos entregadores participantes dos encontros em profundidade, explicitados na Parte IV. A expressiva quantidade de jovens exercendo essas atividades, demonstra mais uma vez a necessidade de que os órgãos e instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas para a juventude, compreendam os dados de trabalho dessa população e atuem no sentido de proporcionar trajetórias de vida mais dignas e futuros mais prósperos. Além disso, é compreendendo que a maioria dos trabalhadores uberizados são jovens, que se pode fornecer um cuidado integral que considerem as idiosincrasias dessa população nos diversos dispositivos da seguridade social.

A alta inserção da juventude nessas atividades e a forte presença desses jovens nas mobilizações do dia 1 de julho demonstram, sobretudo, o potencial da juventude e a importância da disseminação de informações que possibilitem a crítica ao modelo flexível e ao processo de uberização. Reitero assim, a necessidade de que as práticas profissionais voltadas aos trabalhadores priorizem sim o atendimento às suas diversas demandas, mas que considerem o potencial da juventude para engajar-se em mobilizações coletivas.

Figura 20: Pautas do "breque dos apps" divulgados por participantes do movimento em redes sociais



Fonte: Reproduzido de Google, 2020.

O processo de conscientização dos trabalhadores acerca de sua própria condição de trabalho e o reconhecimento desses como classe trabalhadora e como empregados (não autônomos ou empreendedores) vem sendo um dos pontos mais importantes, de acordo com Galo, um dos líderes do movimento dos entregadores no estado de São Paulo:

“No dia da greve não tinha empreendedor, tinha trabalhador querendo lutar por seus direitos. Trabalhador não tem dinheiro pra fazer lobby, trabalhador precisa de força pra fazer greve. A gente deveria estar lutando pra conseguir algo melhor do que a carteira de trabalho e estamos lutando para recuperar a carteira.” (Galo, Cadernos de Campo 05, 2020).

Figura 21: Foto realizada no dia do "Breque dos apps" e divulgada por participantes do movimento em redes sociais



Fonte: Reproduzido de Google, 2020.

Apesar da visibilidade que o movimento dos entregadores trouxe, identifiquei diferenças municipais e regionais com relação à mobilização. Considerando as informações que os entregadores participantes me forneceram sobre essa mobilização, em muitos municípios brasileiros, incluindo capitais, a articulação foi inexistente. No Nordeste, os principais atos ocorreram em Salvador e Recife, primeira e terceira maiores metrópoles da região, respectivamente, segundo o IBGE. Na Paraíba, mobilizações significativas não aconteceram. Alguns dos motivos citados pelos entregadores para justificar a não adesão ao movimento e a inexistência de um ato na capital da Paraíba incluem: medo de bloqueios e retaliações dos aplicativos; descrença com relação às possíveis melhoras em algum nível, descrença no potencial de mobilização dos entregadores paraibanos devido a experiências de mobilizações anteriores que os entregadores julgam como sendo fracassadas.

CAPÍTULO 7 - O CUIDADO AO TRABALHADOR INFORMAL: SOBRE DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E CAMINHOS POSSÍVEIS

Como já explicitado, a realização do que aqui se chama de trabalhos informais ou desregulamentados, o que inclui o trabalho em plataformas digitais, acarretam consequências nos diferentes âmbitos da vida dos trabalhadores e implica na precarização da vida, algo que demanda por cuidado/atenção integral aos trabalhadores. Estes trabalhos são resultado da disseminação do modelo flexível de produção, da revolução tecnológica, e da racionalidade/políticas neoliberais.

É importante explicar que os caminhos aqui descritos para indicar estratégias relevantes para o cuidado dos trabalhadores informais, servem não apenas para refletir sobre o cuidado dos jovens entregadores, os quais foram sujeitos desta pesquisa. Além disso, é necessário considerar a uberização do trabalho como um processo maior do que o trabalho através de aplicativos, uma vez que se constitui em mais uma das ferramentas utilizadas para burlar a legislação do trabalho. Assim, os caminhos traçados a partir dos resultados deste estudo, servem como base para pensar o cuidado aos trabalhadores que enfrentam a desregulamentação de modo geral, uma realidade cada vez mais incidente e próxima no contexto de países em desenvolvimento governados por lideranças neoliberais.

Porém, há de se considerar que os jovens trabalhadores informais e os jovens entregadores de aplicativos, têm sim especificidades importantes. Em se tratando de juventude - grupo muito propenso a sofrer com a ausência de direitos e com a falta de oportunidades no mercado de trabalho - as análises e discussões aqui apresentadas mostram que para essa população o trabalho nas plataformas digitais vem sendo uma alternativa para sobreviver, solucionar a pobreza e o desemprego, ou escapar de outros tipos de trabalho informais que são ainda menos valorizados socialmente e menos remunerados, a exemplo de alguns citados na SEÇÃO III dos resultados.

A juventude, sendo uma fase de transição para a vida adulta, é um importante momento para pensar a inserção no mercado de trabalho e as perspectivas de futuro dos sujeitos. Devido a isso, é imprescindível que os órgãos e dispositivos competentes se atentem às atividades de trabalho dessa população. Desta forma, pensar no cuidado destinado aos trabalhadores informais jovens é, necessariamente, pensar nos dispositivos de apoio à juventude que vêm dedicando atenção (ou que devido às suas atribuições deveriam estar atentos) aos direitos dos

jovens, preocupando-se com sua inserção e permanência no trabalho, assim como com as repercussões do trabalho (ou da falta dele) em suas vidas.

Em tempo, pontuo a necessidade da compreensão do trabalho real e do protagonismo do trabalhador em qualquer estratégia de cuidado. É apenas no contato com as diferentes realidades, a partir da observação dessas realidades e da escuta às histórias e demandas desses trabalhadores, que seria possível traçar uma estratégia de cuidado em rede.

A partir do exposto, identifico que é preciso: **descrever possibilidades de aproximação entre trabalhadores informais, de forma geral, e os profissionais responsáveis pelo seu cuidado nos diversos setores**, com o objetivo de delinear estratégias de cuidado multi e intersetoriais voltadas a esses trabalhadores (ponto VI. a); **realizar uma discussão específica sobre o cuidado de trabalhadores jovens informais e uberizados**, o que inclui refletir sobre os processos de inserção e permanência dessa população no mundo do trabalho (ponto VI. b); e **discutir acerca da necessidade de intervenções em Terapia Ocupacional e trabalho que sejam ao mesmo tempo técnicas, políticas, articuladoras e críticas** (ponto VI. c), de maneira a demonstrar a importância de realizar atuações considerando o trabalhador como um sujeito histórico, e apresentar a necessidade de ampliação das práticas profissionais no que venho denominando de campo de atuação.

7.1 PRIMEIROS PASSOS: ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO NECESSÁRIAS PARA PENSAR O CUIDADO DE TRABALHADORES INFORMALIZADOS

Para realizar as aproximações entre profissionais e trabalhadores, será necessário articular os diversos dispositivos que considero aqui como sendo voltados ao cuidado dos trabalhadores, e também os referentes à organização da sociedade civil. Estas articulações recolocam como central um desafio historicamente mencionado por aqueles que atuam no campo do trabalho: a realização da intersetorialidade¹⁹.

Levando em consideração a importância do trabalho real e do protagonismo dos trabalhadores, cito algumas ações que podem ser realizadas para iniciar a construção de atuações voltadas ao cuidado dos trabalhadores informais, e que podem ser executadas por diversas profissões: a) identificação dos locais que ocorrem esse trabalho (do âmbito privado

¹⁹ A intersetorialidade não deve ser compreendida aqui como um mero experimento na gestão pública, mas como algo necessário que deve ser elaborado estrategicamente e implementado. Uma das principais questões relacionadas ao exercício da intersetorialidade, é que na maioria das vezes essa não faz parte das práticas de governos neoliberalistas, já que estes têm a política de sempre redirecionar o poder do Estado a favor do modelo econômico capitalista (AKERMAN et al., 2014).

ao espaço público); b) identificação de tipos de trabalho informal e suas especificidades; c) identificação de diferentes perfis (sexual, etário, socioeconômico, racial, cultural...) das populações envolvidas nessas atividades; d) identificação de possíveis demandas de cuidado junto aos trabalhadores; g) identificação de setores, instituições, dispositivos, grupos e coletivos envolvidos em acolher as demandas dessa população; d) compreensão das trajetórias de vida dos trabalhadores buscando entender possíveis motivos de inserção e permanência em atividades informais; g) identificação, junto aos trabalhadores, de possíveis perspectivas de futuro, desejos e vontades.

Entendo, todavia, que se aproximar do trabalho informal é aproximar-se também de ambientes físicos diversos, que podem ser centros comerciais fechados, espaços públicos – como as ruas da cidade – ou até mesmo casas/salas de trabalhadores que se autodenominam autônomos, liberais ou empreendedores. A dificuldade em operacionalizar abordagens de aproximação a esses trabalhadores está pautada principalmente no fato de que o trabalho informal pode não ser vinculado a instituições, nem à setores específicos.

Assim, é necessário refletir sobre o papel dos sistemas de saúde, educação, assistência social e previdência, nesse processo. Pontuo aqui o papel dos serviços de baixa complexidade dos setores da saúde e da assistência social no mapeamento desses trabalhadores. Ademais cito o importante papel das Instituições de Ensino Superior (IES), que realizam atividades de extensão e pesquisa.

O desenvolvimento de extensões universitárias que tenham o trabalho desregulamentado e o trabalhador como parte central dos objetivos das suas atividades, são importantes ferramentas para ajudar na problematização dessa questão junto aos diversos setores, realizar contatos iniciais, mapeamentos e estabelecimento de vínculos entre os estudantes, profissionais e trabalhadores. Sobre as pesquisas, estudos etnográficos podem proporcionar o contato do pesquisador/profissional com o trabalhador de forma mais aprofundada à medida que é uma estratégia de observação do trabalho real, das rotinas, cotidianos e da vida dos participantes.

7.2 REFLEXÕES SOBRE AS PECULIARIDADES DOS TRABALHADORES INFORMAIS: O CUIDADO DE JOVENS TRABALHADORES INFORMAIS

Por meio dos resultados foi possível perceber o importante papel da juventude trabalhadora no processo de mobilização coletiva. A juventude é aqui compreendida como grupo estratégico ao processo de luta pela regulamentação do trabalho e por melhores condições

de vida, uma vez que por trás das inserções em trabalhos precários, existe um desejo por um futuro melhor.

Apondo a importância das políticas sociais voltadas à inserção e à manutenção da juventude em atividades de trabalho regulamentadas e dignas, e a importância de sistematizar o conhecimento produzido sobre este tema (a exemplo de pesquisas e relatórios) que subsidie essa perspectiva e auxilie a pressionar, junto aos órgãos implementadores dessas políticas, o investimento direcionado à essa elaboração e implementação. Assim, é necessário que os órgãos competentes e os profissionais envolvidos invistam em ações com foco na transformação social e no acesso aos direitos e não na perpetuação das desigualdades e nas ações consideradas paliativas, como anteriormente mencionado. É primordial que exista:

“(…) investimentos massivos na área de educação em prol do acúmulo de “capital humano” pelos jovens; (...) adoção do corte geracional nos vários campos da atuação pública – saúde, qualificação profissional, uso do tempo livre etc. – e o incentivo à participação política juvenil, com recurso à noção de protagonismo jovem.” (AQUINO, 2009, p. 26).

Neste sentido, aponto a necessidade de elaboração de leis e programas que tenham o objetivo de garantir o acesso ao trabalho de jovens, no sentido de fazer cumprir a responsabilidade social das empresas; e do fortalecimento, aprimoramento e fiscalização de programas já existentes, como o Programa Jovem Aprendiz. No âmbito da Política Nacional de Juventude (PNJ) os programas voltados ao trabalho são escassos (SILVA; SILVA, 2011).

Além disso, programas que preveem algum tipo de capacitação profissional, fornecidos geralmente através do Sistema “S” ou por instituições de ensino, devem ser acompanhados por agentes implementadores das políticas sociais de juventude, de forma a analisarem os cursos que vêm sendo oferecidos e as possibilidades reais de inserção no mercado de trabalho levando em consideração a necessidade de inserção e manutenção em atividades dignas, minimamente voltadas aos desejos dos jovens, regulamentadas e adequadamente remuneradas. Alguns programas nacionais de juventude no âmbito da educação e da Política Nacional da Juventude podem ser mencionados: PROEJA, PROUNI, Projovem Campo, Projovem Urbano e Pronaf Jovem, Projeto Rondon, Programa Escola Aberta, Segundo Tempo, Juventude e Meio Ambiente, SPE e PSE (SILVA; SILVA, 2011). É fundamental que pesquisas sejam desenvolvidas com os jovens participantes destes programas para que eles avaliem os mesmos e indiquem possibilidades de mudança

Os profissionais que se voltam ao cuidado de trabalhadores, a sociedade civil e os representantes do controle social devem realizar práticas e mobilizações no sentido de ampliar e monitorar esses programas. A existência de programas de inserção no trabalho ou de capacitações profissionais ou ampliação da escolaridade, não garantem o fornecimento de ações pautadas na diminuição das desigualdades e ampliação das oportunidades. Nos encontros com os jovens, ficou clara a insatisfação com programas de acesso ao trabalho e com as atividades de trabalho nas quais foram inseridos.

“Um dos principais desafios para a implementação de uma política pública asseguradora de direitos sociais para a juventude é obter a mobilização permanente da sociedade civil, conjugada à vontade e à decisão política para ampliar, aperfeiçoar, avaliar e monitorar, além de realizar o controle social democrático das atuais iniciativas.” (SILVA; SILVA, 2011, p. 670).

A dissolução do Ministério do Trabalho no atual governo federal, foi também um acontecimento que se apresenta como negativo no que concerne ao processo de implementação de ações no âmbito do trabalho, uma vez que comumente este Ministério realizava parcerias com os diversos dispositivos no sentido de divulgar, dar suporte e potencializar as ações desenvolvidas.

A partir da compreensão da juventude como público potente para a promoção e articulação de mudanças sociais, as práticas profissionais de cuidado devem, além de estar articuladas às políticas sociais voltadas à juventude, trabalho, emprego e educação, incentivar a articulação coletiva e propiciarem acesso à informação no sentido de fazer valer os direitos desse grupo.

Ao descrever estratégias necessárias no processo de cuidado aos jovens trabalhadores, sobretudo aos informais, é possível notar que o cuidado aos trabalhadores desregulamentados, de forma geral, deve ser realizado a partir da compreensão de que os diversos grupos populacionais têm características, particularidades, órgãos de suporte e políticas sociais específicas que devem ser acionadas e fortalecidas, no sentido de proporcionar uma atenção que considere as individualidades dos trabalhadores, mas que também compreenda suas características coletivas ou intergrupos.

7.3 TERAPIA OCUPACIONAL NO CAMPO DO TRABALHO: POR UMA ATUAÇÃO CRÍTICA

No mundo e no Brasil, novas questões podem estar colocadas para a atuação das profissões que se dedicam a pensar a resolutividade de impactos negativos do trabalho - ou a ausência dele - para o trabalhador. No atual momento histórico e político brasileiro, pode ser simplista ou insuficiente recorrer às mesmas intervenções profissionais de outros tempos, uma vez que diante das mudanças nas leis trabalhistas, do desmonte da previdência social e da falta de investimento financeiro no SUS, são diminuídos os trabalhos formais, os programas educacionais e previdenciários voltados à inserção, permanência e retorno ao trabalho, assim como o acesso à saúde integral.

No campo do trabalho, é importante que o processo de intervenção dos terapeutas ocupacionais contemple a compreensão de alguns elementos como: a) o processo e a organização de determinada atividade de trabalho; b) o funcionamento do modo de produção e das suas implicações para a vida do trabalhador; c) o trabalho como foco e o trabalhador como protagonista do processo; d) a interdisciplinaridade e a intersetorialidade. Ainda, é interessante que as intervenções profissionais sejam ao mesmo tempo técnicas, políticas e críticas, com um forte papel articulador devido à intersetorialidade própria do campo do trabalho.

Ao atuar no campo do trabalho, o terapeuta ocupacional deve considerar o trabalho como foco e o trabalhador como central, entretanto, as práticas podem ser executadas nos mais diversos dispositivos e setores que estes sujeitos geralmente acessam. Colocar a questão da intersetorialidade sempre em evidência, tem o objetivo de fazer pensar a situação dos trabalhadores informais, que enfrentam dificuldades de acesso a uma rede de cuidado que de fato os percebam e identifiquem como trabalhadores.

A **Figura 22** a seguir exemplifica as possibilidades de atuação profissional no campo do trabalho, considerando os trabalhadores desregulamentados. Na imagem nota-se os locais em que as atuações podem ocorrer, e a seta em azul, acima dos locais das atuações, representa a importância da intersetorialidade das práticas. A grande seta que liga os locais de atuação aos elementos “apoio ao trabalho” e “coletivos de trabalhadores” representa a necessidade de articulação entre os locais de atuação, os órgãos de apoio ao trabalho e os coletivos de trabalhadores, articulação necessária na realização de práticas que buscam a transformação das realidades dos trabalhadores. Percebe-se que a previdência social, no caso dos trabalhadores desregulamentados, aparece não como um dos locais de atuação, mas como apoio à elaboração e implementação de programas ou projetos voltados a esse público. O elemento “outros dispositivos que envolvem as particularidades do trabalhador jovem” serve para apontar que

algumas características dos grupos de trabalhadores (jovens, idosos, mulheres, negros, transexuais...) também determinarão a articulação que os profissionais irão facilitar.

Figura 22: Locais de atuação e as articulações necessárias nas práticas com foco no trabalhador desregulamentado

As intervenções em Terapia Ocupacional no campo do trabalho podem relacionar-se aos processos de inserção no trabalho; permanência no trabalho; ao acesso/informação/compreensão sobre direitos; e à construção de projetos de vida e de trajetórias de vida que sejam mais dignas, justas e voltadas aos desejos dos próprios sujeitos.

Atuações técnicas, políticas e articuladoras com foco no trabalho



As práticas podem ter um enfoque individual ou coletivo, sendo a estratégia de grupos bastante utilizada neste último caso. Assim, as entrevistas, técnicas, avaliações e reavaliações entrelaçam-se às articulações realizadas em prol da construção de projetos de vida, “[...] escuta, ao acolhimento, ao encontro dialógico, à articulação social e em rede” (GALHEIGO, 2020, p. 14).

Durante toda a pesquisa, coloquei que o trabalho informal foge da lógica da intervenção via previdência social e enfrenta as dificuldades de notificação, mapeamento e intervenção nos dispositivos do SUS. Com isso, quero dizer não da incapacidade dessas estratégias, mas da insuficiência delas e dos seus desafios, que são diversos: o subfinanciamento dos dispositivos de atenção básica, a baixa quantidade de trabalhadores nas equipes de referência, a falta de

estrutura, e a dificuldade de especialização devido à complexidade das tarefas e à carga de trabalho.

É compreendendo os velhos desafios e vivenciando os novos, colocados pela sociedade contemporânea, que percebo a necessidade de ampliação das práticas e da realização de uma prática crítica. É considerando essa reflexão, que exponho que a prática em Terapia Ocupacional e trabalho deve extrapolar a área de Saúde do Trabalhador e as intervenções no INSS. Entretanto, é importante que a profissão continue realizando esforços no sentido de intervir em ambos os contextos:

“Faz-se urgente que a Saúde do Trabalhador resgate as formas de coletivizar o pensamento sobre o trabalho junto aos trabalhadores. É preciso que estejamos atentos às mobilizações dos trabalhadores uberizados, especialmente neste tempo em que o distanciamento social se impõe. Torna-se crucial que os estudiosos do trabalho contribuam com a compreensão desta temática, identificando e registrando os impactos psicossociais dessas novas modalidades e as possibilidades de resistência e de organização coletiva das massas de trabalhadores uberizados.” (Uchôa-de-Oliveira, 2020).

As análises realizadas nessa pesquisa fazem refletir que as intervenções em Terapia Ocupacional e trabalho no Brasil - um país que é marcado pelo desemprego, desigualdade social e que está sob a liderança de um governo neoliberal e de extrema direita - devem considerar que grande parte dos sujeitos e coletivos que se beneficiam das ações profissionais estão marcados por “processos de exploração, discriminação, dominação e naturalização, com base em diferenças sociais, étnicas, geracionais, de gênero e de orientação sexual” (GALHEIGO, 2020, p. 14). Quando se compreende os cotidianos e fazeres desses sujeitos, assim como as repercussões do trabalho em suas vidas e as suas necessidades nos mais diversos dispositivos onde a profissão atua, é necessário ficar atento ao fato de que muitos sujeitos têm suas decisões limitadas pelo atual modelo de produção, modelo esse que trabalha arduamente para que a população continue dependente do trabalho precário e reaja à essa situação sem se utilizar de estratégias de confronto à essa realidade.

Por fim, embora essa pesquisa não se proponha a tratar necessariamente das questões voltadas ao ensino em Terapia Ocupacional, é necessário apontar que o desenvolvimento de práticas críticas no campo do trabalho depende em grande parte de uma formação graduada que seja igualmente crítica. Cabe ressaltar que as intervenções baseadas em teorias críticas, em geral, estão articuladas às políticas sociais em todas as áreas, e é importante lembrar que, no atual momento, vivenciamos a deterioração/subfinanciamento das redes de atenção, incluindo a disponível para o trabalhador e que foi construída décadas atrás. Nos cabe questionar quais espaços de cuidado existirão nas próximas décadas e em qual deles estaremos atuando.

Os terapeutas ocupacionais não estão isentos da falta de espaços de atuação oriundos de políticas sociais, da precarização do trabalho ou da informalidade em um contexto político e econômico neoliberal que tem como principal bordão “mais trabalho e menos direito”. As necessidades objetivas que nós trabalhadores temos (como a de continuar trabalhando) e os desejos profissionais subjetivos dos terapeutas ocupacionais no sentido de construção de suas carreiras, fazem refletir sobre a existência de intervenções que são realizadas dentro de grandes empresas ou de outros espaços com fins lucrativos e que funcionam levando em consideração, prioritariamente, a produção de mais valor.

Assim, é possível realizar uma prática crítica nesses espaços? Esse é um questionamento importante de se fazer e é a partir dele que devemos refletir sobre a necessidade da existência de componentes curriculares teóricos e práticos que tratem especificamente do campo do trabalho e que contenham em suas ementas possibilidades teóricas que realizem críticas ao atual modelo econômico e que favoreçam que o terapeuta ocupacional trabalhador dos diversos espaços consiga, diante das adversidades, desenvolver ações considerando os problemas do modo de produção capitalista, da racionalidade neoliberal e da necessidade de elaboração de confrontos à essa lógica. É importante, ainda, que os diversos referenciais utilizados no campo do trabalho - incluindo as possibilidades críticas que aqui mencionei - estejam presentes em componentes curriculares que se aprofundam nos fundamentos teóricos e metodológicos da Terapia Ocupacional. É compreendendo a conjuntura atual, acreditando em novas construções e em possibilidades contemporâneas que sigo refletindo sobre o ensino e a pesquisa em Terapia Ocupacional e trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo demonstram que os jovens que vivenciam trajetórias de vida precárias, e que estão inseridos no trabalho desregulamentado, informal, ou no processo de uberização do trabalho são, sobretudo, negros, com baixa escolaridade, nordestinos e moradores de bairros periféricos. Assim, os motivos da inserção em trabalhos deste tipo estão em grande parte vinculados à necessidade de sobrevivência dos jovens e de suas famílias. Todavia, essa inserção também é permeada pelo desejo desses jovens por dias melhores e por futuros mais prósperos, elemento considerado interessante e potente na elaboração de confrontos coletivos à lógica da organização produtiva atual.

Apesar dos inúmeros tipos de atividades de trabalho informais nas quais os jovens vêm se inserindo para obter algum tipo de sustento, o trabalho através das plataformas digitais vem atraindo esse grupo populacional de forma substancial. Foi perceptível que, ao compreender o perfil do jovem brasileiro e a conjuntura do país, as empresas que administram as plataformas digitais apostam na necessidade de sobrevivência desses jovens e oferecem atividades desregulamentadas e, conseqüentemente, precarizadas, ainda que nitidamente se possa constatar vínculo de trabalho (um vínculo propositalmente mascarado de autonomia e permeado por um discurso econômico liberal).

A inserção em trabalhos desregulamentados e uberizados acarretam o que se denominou aqui como precarização da vida: uma gama de impactos negativos nos mais diversos âmbitos da vida dos jovens como saúde, lazer, educação e relações sociais. Muitos jovens permanecem em atividades como essas porque o trabalho nas plataformas digitais, devido à sua intensidade e precariedade, acaba por ser um limitador da construção de um futuro melhor.

Foi constatado que a falta de suporte das empresas para que os trabalhadores adquiram os seus meios de trabalho, por exemplo, faz com que muitos se endividem com financiamentos de motos, acessórios, gasolina, celular e internet, ficando reféns dessa atividade e sendo obrigados a assumirem os riscos da desregulamentação por tempo indeterminado. Outra questão interessante acerca da permanência nessas atividades, é que os jovens vêm percebendo o trabalho nas plataformas como mais lucrativo e satisfatório do que as oportunidades de trabalho anteriores, que se configuram em atividades de trabalho também desregulamentadas e extremamente precárias. É a escolha pelo ruim ou o menos pior.

É compreendendo as particularidades dos trabalhadores informais (incluindo as questões geracionais) e as repercussões do trabalho desregulamentado nos mais diversos

âmbitos da vida dos trabalhadores, que descrevi como importante que as práticas profissionais voltadas ao cuidado/atenção integral dos trabalhadores, sejam realizadas de forma interdisciplinar, intersetorial e de maneira crítica, compreendendo o trabalhador como sujeito histórico. Assim, foi apontado como importante que as intervenções profissionais junto aos trabalhadores proporcionem o atendimento às diversas demandas dos sujeitos, mas que também entendam e acreditem no potencial transformador da juventude, de mobilização coletiva e de tomada de consciência desses trabalhadores sobre o lugar que a sociedade os coloca para que possam desenvolver forças de resistência e transformação desta condição e lugar social.

Levando em consideração essa perspectiva de cuidado, é importante que estejam intimamente articulados: rede de saúde do trabalhador (Renast); os dispositivos de educação, assistência social, os órgãos responsáveis por questões de trabalho e os representantes do controle social. Sobre essas redes e suas articulações, foram destacados alguns desafios como a falta de financiamento de forma geral, desde a fundação dessas redes e dispositivos, assim como o pouco interesse das lideranças políticas em seu funcionamento, questões que vem compondo o processo de retração dos direitos no e ao trabalho e que são típicos do funcionamento dos governos neoliberais e de extrema direita.

No campo do trabalho a Terapia Ocupacional se origina e se fortalece nas atuações em Saúde do Trabalhador (antes e depois do surgimento do SUS) e no Programa de Reabilitação Profissional (antes e depois do surgimento do INSS), mas até os dias atuais as práticas nesse campo vêm se transformando. Como dito anteriormente, ainda que seja delegado ao SUS à responsabilidade do cuidado integral inclusive para os trabalhadores desregulamentados, alguns estudos apontam que a Rede Nacional de Saúde Integral ao Trabalhador, sozinha, não vem sendo suficientemente efetiva no atendimento às necessidades desses trabalhadores por diversos motivos, inclusive falta de financiamento e recursos humanos. Acerca das atuações na Previdência Social, têm-se o problema do atendimento à demanda apenas daqueles trabalhadores denominados pela rede como “segurados”. Os resultados da pesquisa apontam que é fundamental pensar na elaboração de um cuidado em Terapia Ocupacional que fuja da norma “trabalho formal-intervenções de saúde” ou “trabalho formal-reabilitação profissional”.

A atual conjuntura enseja o fortalecimento das práticas terapêuticas ocupacionais tradicionalmente estabelecidas e descritas na literatura científica, mas também o desenvolvimento de práticas outras, que buscam complementar esse cuidado/atenção integral ao trabalhador e que se denomino aqui como práticas articuladoras e críticas. Nesse sentido, é

recolocado o desafio da interdisciplinaridade e da intersetorialidade já tão discutido no âmbito da Saúde do Trabalhador e no campo do trabalho, de forma geral.

Considerando essa perspectiva de cuidado, as práticas terapêuticas ocupacionais realizadas no campo do trabalho devem considerar as demandas reais dos trabalhadores nos mais diversos dispositivos e redes já citados, os quais são destinados ao seu processo de cuidado. Todavia, os resultados demonstram que é importante que as práticas ocorram na saúde, educação, assistência social e em outras redes direcionadas ao entendimento do elemento trabalho, e que assumam um caráter político e crítico à medida que durante sua execução se deve considerar as problemáticas do modo de produção capitalista e acreditar no potencial dos trabalhadores para a transformação social e para a mobilização coletiva em prol de melhores condições de trabalho e de vida.

Desta forma, as práticas devem disseminar informação no âmbito do trabalho e auxiliar no processo de conscientização e participação social dos trabalhadores inseridos no modo de produção capitalista, no sentido de favorecer a construção da identidade, e o exercício da sociabilidade desses sujeitos. Os retrocessos na legislação trabalhista continuam a ocorrer, e não possuem prazo para serem finalizados. Desse modo, é urgente que os terapeutas ocupacionais do campo do trabalho e os demais profissionais voltados a esse cuidado, junto aos trabalhadores, se posicionem politicamente contra os desmontes na legislação e nas redes de atenção, no sentido de exercerem a participação cidadã e reivindicarem vidas e trabalhos mais dignos.

Como agenda de pesquisa, indico que sejam desenvolvidos estudos que busquem compreender, a partir da opinião e da experiência dos Terapeutas Ocupacionais, como esses profissionais percebem ou vivenciam o cuidado ao trabalhador desregulamentado nos diversos pontos das redes envolvidas nesse processo. Ainda, é interessante que, em outros estudos sobre o tema, os pesquisadores se dediquem a entender como, na prática, os representantes dos setores, dispositivos e grupos envolvidos no cuidado/atenção integral ao trabalhador expostos aqui na da **Figura 22**, vem se disponibilizando para articular esse cuidado, incluindo o que esses percebem como potências e dificuldades nesse processo.

Aponto a necessidade de que os terapeutas ocupacionais se dediquem aos estudos sobre a formação graduada e os componentes curriculares que contemplam o campo do trabalho, assim como as perspectivas teóricas utilizadas nesses componentes. Por fim, é importante que os pesquisadores do campo do trabalho continuem desenvolvendo estudos com os trabalhadores, sobretudo as pesquisas que expõem suas realidades, cotidianos, experiências e

vozes. Estudos como esses auxiliam no processo de desmistificação do discurso do trabalho autônomo e liberal, que nada mais é do que “outra roupagem” para o trabalho não regulamentado, mas que vem servindo como justificativa para o desmonte da legislação trabalhista e das redes de atenção e cuidado ao trabalhado

REFERÊNCIAS

1. ABILIO, L. C. Uberização: A era do nanoempreendedor de si? *In: 43º Encontro da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, MG. Anais do 43o. encontro da ANPOCS – Portal Das Ciências Sociais Brasileiras*. Caxambu: ANPOCS, 2019a. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st42/11873-uberizacao-do-trabalho-a-era-do-nanoempreendedor-de-si?path=43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st42>> Acesso em: 15 jan. 2020.
2. ABILIO, L. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, Mai. 2020.
3. ABILIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 13, p. 1-11, Out. 2019b.
4. ABILIO, L. C. Uberização do trabalho: A subsunção real da viração. **Blog da Boitempo**. [s. l.], 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>> Acesso em: 12 fev. 2020.
5. AGÊNCIA IBGE. Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019). **Agência IBGE**, [s. l.], 14 fev. 2020. Sessão Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>> Acesso em: 04 maio 2020
6. AGÊNCIA IBGE. Um quarto da população vive com menos de R\$ 387 por mês. **Agência IBGE**, [s. l.], 15 dez. 2017. Sessão Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18825-um-quarto-da-populacao-vive-com-menos-de-r-387-por-mes>> Acesso em 20 maio 2020.
7. AGÊNCIA SENADO. Senado Federal. Sistema S. **Agência Senado** [s. l.], 2020. Sessão Glossário Legislativo Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>> Acesso em 05 jul. 2020.
8. ALEXANDRE, D. S.; SILVA, E. E. G.; SILVA, R. C.; LINS, M. A. A CRIMINALIZAÇÃO DO TRABALHADOR BRASILEIRO NEGRO NO CENÁRIO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL. **Ciências humanas e sociais**, Maceió, v. 3, n.1, p. 29-46, Nov. 2015.
9. ALONSO, C. M. C.; RODRIGUES, D. S.; NOGUEIRA, L. F. Z.; SOUZA, M. B. C. A.; OLIVEIRA, P. V. B.; BARROSO, B. I. L. Notas sobre as práticas da Terapia Ocupacional no Campo do Trabalho voltadas ao enfrentamento do coronavírus - COVID-19. Notas sobre as práticas da Terapia Ocupacional no Campo do Trabalho voltadas ao enfrentamento da COVID-19. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 704-717, 2020.
10. ANDRADE, C. R. Metáforas do Trabalho Sobre Duas Rodas: As Relações de Trabalho Construídas Pelo Olhar do Motoboy. *In: XXXIII Encontro da ANPAD - EnANPAD, São*

Paulo, SP. **Anais da ANPAD**. São Paulo: ANPAD, 2009. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/EOR2711.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

11. ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
12. ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, Argentina, Jun. 2020.
13. ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
14. AQUINO, L. M. C. (2009). A JUVENTUDE COMO FOCO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. *In*: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Org.). **JUVENTUDES E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**. Brasília: Instituto de Economia Aplicada, p. 26-39, 2009.
15. ARNETT, J. New Horizons in Emerging and Young Adulthood. *In*: BOOTH, A.; CROUTER, N. (ed.). **Early Adulthood in a Family Context**. New York: Springer, 2012, p. 231-244.
16. BARBIANI, R. Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 200-211, Abr/Jun, 2016.
17. BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (2011). Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. *In*: BENDASSOLLI, P.F.; SOBOLL, L. A. P. (org.). **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, p. 3-21, 2011.
18. BITTENCOURT, R. G.; RAUBER, A. O.; GALLON, S.; PAULI, J. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ECONOMIA GIG E O IMPACTO NA UBERIZAÇÃO DO TRABALHO. *In*: IV Congresso Internacional de Gestão Estratégica e Controladoria de Organizações – IV CIGECO. **Anais do IV CIGECO**. São Paulo: EDIURI, 2019.
19. BONAMINO, A.; ALVES, F.; FRANCO, C.; CAZELLI, S. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 45, p. 487-594, Set./Dez. 2010.
20. BONNET, F.; VANEK, J.; CHEN, M. **Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Brief**. Manchester: WIEGO, 2019.
21. BOURDIEU, P. **Capital cultural, escuela y espacio social**. 2 ed. Tradução Isabel Jiménez. México: Siglo veintiuno editores, 1998
22. BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. 6. ed. Organização Sergio Miceli. Tradução Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli, Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2007.
23. BUSCAROLLI, B; CARNEIRO, A. T.; SANTOS, E. Artistas de rua: trabalhadores ou pedintes? **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 879-898, Set./Dez. 2016.

24. BRASIL. Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, n. 225, p. 49, 22 nov. 2018. Acessado em 02 maio de 2020.
25. BRASIL. Decreto-Lei nº 3048/1999, de 06 de maio de 1999. Regulamenta a Previdência Social brasileira e define as atribuições da Reabilitação Profissional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p50, 06 maio 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em 09 maio 2020
26. BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 150, p. 1, 06 ago. 2013.
27. BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, ano 134, p. 1, 14 jul. 2017.
28. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: p. 18055, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l8080.htm#art16xix> Acesso em 02 maio 2020.
29. BRASIL. Lei nº 870 de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios: [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1 - extra, ed. 116-A, p. 4, 18 jun. 2019.
30. BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 1, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm> Acesso em: 02 maio 2020.
31. BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano. **PROJOVEM URBANO** [s. l.], 2008. Sessão EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA). Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/ps-educacao-jovens-e-adultos/ps-projovem-urbano>> Acesso em: 20 maio 2020
32. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. **Diário Oficial União**: Brasília, DF, seção 1, p. 46-51, 24 ago. 2012. Disponível em: <<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/portaria-1823-23-agosto-2012-politica-nacional-saude-trabalhador-trabalhadora-pnsth>> Acesso em: 13 jun. 2019.

33. BRASIL. Portaria nº 2.728, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p.78, 09 dez. 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html> Acesso em: 9 maio 2020
34. BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. ID Jovem. **ID Jovem 2.0** [s. l.], 2020. Sessão Gerar ID Jovem. Disponível em: <<https://idjovem.juventude.gov.br/emitir-id-jovem>> Acesso em 05 jul. 2020.
35. BULGACOV, Y. L. M.; CUNHA, S. K.; CAMARGO, D.; MEZA, M. L.; BULGACOV, S. Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, Mai./Jun. 2011.
36. CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, Campinas, v 14, p.153-174, Jun. 2000.
37. CAMBRIDGE. Cambridge Dictionary. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/>> Acesso em: 10 abr. 2020
38. CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
39. CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. JOVENS EM SITUAÇÃO DE POBREZA, VULNERABILIDADES SOCIAIS E VIOLÊNCIAS. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 143-176, Jul 2002.
40. CERQUEIRA, E. S. Considerações acerca do conceito de informalidade. **Revista Produção Acadêmica**, Palmas, v. 3, n. 1, p. 123-133, Ago. 2017.
41. CHIMAMANDA Ngozi Adichie Ted Global 2009 [Oxford: s. n.], 2009. 1 vídeo (18 min. e 28 segs.). Publicado Ted Ideas worth spreading. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br> Acesso em: 01 jul. 2020.
42. COFFITO. Resolução nº 459, de 20 de novembro de 2015. Dispõe sobre as competências do terapeuta ocupacional na Saúde do Trabalhador, atuando em programas de estratégias inclusivas, de prevenção, proteção e recuperação da saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 128-129, 9 dezembro 2018. Disponível em: <<https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3220>> Acesso em: 05 jan 2019.
43. COLL, L.; SCARPINETTI, A.; GARCIA, R. Aumento da miséria extrema, informalidade e desigualdade marcam os dois anos da Reforma Trabalhista. **Jornal da Unicamp (edição web)**, Campinas, 11 nov. 2019. Sessão Notícias. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/11/aumento-da-miseria-extrema-informalidade-e-desigualdade-marcam-os-dois-anos>> Acesso em: 02 maio 2020.
44. COMITÊ CIENTÍFICO DE COMBATE AO CORONAVÍRUS DO CONSÓRCIO NORDESTE. O C4NE. [s. l.] 2020. Disponível em: <<https://www.comitecientificone.com.br>> Acesso em: 24 out. 2020.

45. CUNHA, A. M. Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho, **Revista Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 77-85, Jan. 2009.
46. DALAPOLA, K. Em busca de trocados, pessoas sobrevivem no fechar do semáforo. Portal R7, São Paulo, 09 fev. 2019, publicado em “Notícias”. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/em-busca-de-trocados-pessoas-sobrevivem-no-fechar-do-semaforo-09022019>> Acesso em 21 julho 2020.
47. DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. ampl., São Paulo: Cortez, 1997.
48. DHAL, M. Labor Stand: Face of Precarious Migrant Construction Workers in India. **J. Constr. Eng. Manage.**, [s. l.], v. 146, n. 6, p. 04020048-1-04020048-9, 2020.
49. DIAS, E. C.; HOEFEL, M. G. O desafio de implementar as ações de saúde do trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 817-828, p. 2005.
50. DIAS, J. C.; ARAÚJO, G. S. (2018) O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: Uma leitura a partir da Pnad Contínua (2016). Disponível em: <[https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O Trabalho Infantil no Brasil - uma leitura a partir da Pnad Cont%C3%ADnua 2016.pdf](https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O%20Trabalho%20Infantil%20no%20Brasil%20-%20uma%20leitura%20a%20partir%20da%20Pnad%20Cont%C3%ADnua%202016.pdf)> Acesso em: 20 out. 2020.
51. DURÃES, B. O trabalho de rua no Brasil: o perfil da informalidade de rua em Salvador. *In*: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 233-257.
52. FAÇANHA, J. M. S. SEMÁFOROS: PARADA OBRIGATÓRIA! um “lugar praticado” por personagens e histórias. *In*: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 2007, Maranhão, MA. **Anais da Jornada**. Maranhão: UFMA, 2007. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/411517fcc8e2fcfce5faJOS%C3%89%20MARCILIO%20DE%20SOUSA%20FA%C3%87ANHA.pdf>> Acesso em 21 jul. 2020.
53. FAGIANI, C. C.; PREVITALI, F. S. O jovem trabalhador no Brasil e a formação para o trabalho precário. *In*: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV** - trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 345-361.
54. FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. PLATAFORMAS DIGITAIS, UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E REGULAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. (2020). *In*: ANTUNES, R (Org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, p. 59-78, 2020.
55. FILGUEIRAS, V.; CAVALCANTE, S. (2020). UM NOVO ADEUS À CLASSE TRABALHADORA? *In*: ANTUNES, R (Org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, p. 158-178, 2020.

56. FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009
57. FRANCISCO, B. R. **Terapia ocupacional**. Campinas: Papyrus, 1988.
58. FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revis. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, Jul./Dez. 2010.
59. FRANÇA, Robson Luiz. O Discurso e a Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico. *In*: SCOCUGLIA, A. **O Controle do Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital**. Curitiba: CRV Editora, 2011.
60. FRIGOTTO, G. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 1999.
61. FUNDO BRASIL de Direitos Humanos. Trabalhadores informais: direitos violados e recrudescimento de violência. **Fundo Brasil**, [s. l.], 30 abr. 2009. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/trabalhadores-informais-direitos-violados-e-recrudescimento-de-violencia/> Acesso em: 20 jun. 2019.
62. GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 28, n. 1, p. 5-25, Mar. 2020.
63. GALHEIGO, S. M.; BRAGA, C. P.; ARTHUR, M. A.; MATSUO, C. M. Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 26, n. 4, p. 723-738, Dez. 2018
64. GALHEIGO, Sandra Maria. Perspectiva crítica y compleja de terapia ocupacional: actividad, cotidiano, diversidad, justicia social y compromiso ético-político. **TOG (A Coruña)**, Galicia, v. 9, n. 5, p. 176-325, Jan. 2012
65. GEMMA, S. F. B.; FUENTES-ROJAS, M.; SOARES, M. J. B. Agentes de limpeza terceirizados: entre o ressentimento e o reconhecimento. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 42, n. e4, p. 1-10, Jun. 2016.
66. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
67. GIONGO, C. R.; SOBROSA, J. K. M. G. M. R. Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário, **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 29, n. e147648, p. 3-11, Jan. 2017.
68. GOLD, R. L. Roles in sociological field observation. **Social Forces**, Oxford, v. 36, n. 3, p. 217-223, Mar. 1958.
69. GOLDBERG, D. T. Sites of race: conversations with Susan Searls Giroux. **Polity Press**, Cambridge, 15, p. 1-3, 2014.

70. GONÇALVES, H. S.; GARCIA, J. Juventude e sistema de direitos no Brasil. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 3, Set. 2007
71. GOMEZ, M. C., VASCONCELLOS, L. C. F., MACHADO, J. M. H. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1963-1970, 2018.
72. GORBALENYA, A. E.; BAKER, S. C.; BARIC, R. S.; GROOT, R. J.; DROSTEN, C.; GULYAEVA, A. A.; HAAGMANS, B. L.; LAUBER, C.; LEONTOVICH, A. M.; NEUMAN, B. W.; PENZAR, D.; PERLMAN, S.; POON, L. L. M.; SAMBORSKIY, D.; SIDOROV, I. A.; SOLA, I.; ZIEBUHR, J. Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus: The species and its viruses – a statement of the Coronavirus Study Group. **BioRxiv In press**, Cold Spring Harbor, p. 1-15, 2020.
73. GOUMENOU, M.; SARIGIANNIS, D.; TSATSAKIS, A.; ANESTI, O.; DOCEA, A; O.; PETRAKIS, D.; CALIN, D. COVID-19 in Northern Italy: an integrative overview of factors possibly influencing the sharp increase of the outbreak. **Molecular Medicine Reports**, UK, v. 22, n. 1, p. 20-32, 2020.
74. GRAZIA, G. R. De trabalhador a pedinte. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 1 p. 75-85 Jan./Jun. 2007.
75. GUERREIRO, M. D.; ABRANTES, P. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **RBCS**, São Paulo, v. 20, n. 58, jun. 2005.
76. HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad: SOBRAL, A. U.; GONÇALVES, M. S. São Paulo: Loyola, 1992.
77. HELENA, D. Quem são os entregadores de Apps que estiveram na paralisação do 1J? Esquerda Diário. [s. l.], 08 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Quem-sao-os-entregadores-de-Apps-que-estiveram-na-paralisacao-do-1J>> Acesso em: 28 out. 2020.
78. HEWISON, K.; KALLEBERG, A. L. Precarious work and flexibilization in South and Southeast Asia. **American Behavioral Scientist**, [s. l.], v. 57, n. 4, p. 395-402, Nov. 2012.
79. IBGE. **Censo demográfico 2010**. 1. ed. Rio de Janeiro, 2011. 270 p.
80. IBGE. **IBGE Cidades: Paraíba/João Pessoa**. 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>> Acesso em: 02 maio de 2020.
81. IBGE. **IBGE Cidades: Sergipe/Aracaju**. 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>> Acesso em: 02 maio de 2020
82. IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Síntese de indicadores 2015**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 105 p.
83. IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 149 p.

84. INEP. Ministério da Educação. Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília: INEP, 2000.
Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3#:~:text=As%20desigualdades%20regionais,-Tendo%20o%20Brasil&text=Assim%2C%20o%20Nordeste%20brasileiro%20tem,50%25%20do%20total%20do%20Pa%C3%ADs>> Acesso em: 01 out 2020.
85. INSS. **Manual Técnico de Procedimentos da Área de Reabilitação Profissional**. 1. vol. Brasília: DIRSAT, 2018.
86. KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **RBCS**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 21-30, Fev. 2009.
87. KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva Consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.
88. LANCMAN, S. Construção de novas práticas em terapia ocupacional, saúde e trabalho. In: Selma, L. (Org.) **Saúde, trabalho e terapia ocupacional**, São Paulo: Roca, 2004.
89. LANCMAN, S.; GHIRARDI, M. I. G. Pensando novas práticas em terapia ocupacional, saúde e trabalho. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 44-50, Ago. 2002.
90. LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I.; UCHIDA, S.; TUACEK, T. A. O trabalho na rua e a exposição à violência no trabalho: um estudo com agentes de trânsito, **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 79-92, Jan./Abr. 2007.
91. LANCMAN, S.; UCHIDA, Trabalho e subjetividade: o olhar da Psicodinâmica do Trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 6, p. 79-90, 2003.
92. LARANJEIRA, D. H. P.; TEIXEIRA, M. F.; BOURDON, S. JUVENTUDE, TRABALHO, EDUCAÇÃO: os jovens são o futuro do Brasil? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 95-105, Jan./Abr. 2007.
93. LECCARDI, C. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, nov. 2005.
94. LEMOS, V. Ministério Público do Trabalho analisa morte de doméstica no RJ após patroa ter coronavírus. **BBC Brasil**. [São Paulo] 20 mar. 2020. Disponível em:
<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil51982465>> Acesso em: 10 out 2020.
95. LIMA, J. C. A nova informalidade. In: IVO, A. B. L. (coord.); KRAYCHETE, E.; BORGES, A.; MERCURI, C.; VITALE, D.; SENES, S. **Dicionário temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013, p. 330-336.

96. LIMA, J. C.; BRIDI, M. A. TRABALHO DIGITAL E EMPREGO: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 325-241, Mai/Ago 2019.
97. LIMA, J. C., JUNIOR, A. M. Mobilidades diferenciadas e ilegalidades institucionalizadas: Tendências e contradições do trabalho na contemporaneidade. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 30, n.1, p. 31-51, Abr. 2018.
98. LIMA, J. C., SOARES, M. J. B. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, v. 37, n. 3, p. 163-180, Jul./Dez. 2002.
99. LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. *In*: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 45-54.
100. LOPES, R. E., MALFITANO, A. P. S., SILVA, C. R., BORBA P. L. O. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. **Cad. Ter. Ocup. da UFSCar**, v. 22, p. 591-602, 2014.
101. LUSSI, I. A. O., MATSUKURA, T. S., HAHN, M. S. Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. **O mundo da saúde**, v. 34, n. 2, p. 284-290, 2010.
102. MAGNANI, J. G. C. DE PERTO E DE DENTRO: notas para uma etnografia urbana. **RBCS**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, Jun. 2002.
103. MAGNANI, J. G. C. QUANDO O CAMPO É A CIDADE: FAZENDO ANTROPOLOGIA NA METRÓPOLE. *In*: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (org.) **Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 1-30.
104. MALTA, D. C.; MERHY, E. E. O percurso da linha do cuidado sob a perspectiva das doenças crônicas não transmissíveis. **Interface**, Botucatu, v. 14, n. 34, p. 593-605, Jul/Set 2010.
105. MARCELLINO, N. C. Contribuições de Autores Clássicos Modernos e Contemporâneos para os estudos do lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 1-42, Dez/2010.
106. MARCELINO, P.; CAVALCANTE, S. POR UMA DEFINIÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO. **Cad. CRH**, v.25, n.65, p.331-346, Maio/Ago. 2012.
107. MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 450-467, Jul/Set. 2012
108. MATIAS, FRANCISCHINI, Desafios da Etnografia com Jovens em Situação de Rua: A Entrada em Campo, **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 23, n. 2 p. 243-252, 2010
109. MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
110. MELHORAMENTOS. Michaelis: A maior e mais completa linha de dicionários do Brasil. Disponível em: <<http://editoramelhoramentos.com.br/v2/michaelis/>> Acesso em 10 abr. 2020

111. MICHAELIS. **Michaelis dicionário escolar língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2016.
112. MISSE, M. O Rio como um bazar: A conversão da ilegalidade em mercadorias políticas. *In*: MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 211-228.
113. MÓNICO, L. S.; ALFERES, V. R.; CASTRO, P. A.; PARREIRA, P. M. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, [s. l.], v. 3, p. 724-733 Jul. 2017.
114. NEDER, V. (2019). Emprego informal recorde derruba produtividade da economia brasileira. **Exame**, [s.l.], 16 nov. 2019, publicado em “Economia”. Disponível em: <<https://exame.com/economia/emprego-informal-recorde-derruba-produtividade-da-economia-brasileira/>> Acesso em: 02 maio 2020.
115. NERI, F. 'Mochileiros' latinos monopolizam malabarismo em sinais de Brasília Uruguaios, argentinos, chilenos e equatorianos ganham até R\$ 50 por hora. GDF diz que artistas de rua não têm autorização de trabalho na cidade. Portal G1, Distrito Federal, 24 jun. 2012, publicado em “Notícias (Distrito Federal)”. Disponível em: < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/06/mochileiros-latinos-monopolizam-malabarismo-em-sinais-de-brasilia.html>> Acesso em 22 jul. 2020.
116. NEVES, M. C. R.; GONÇALVES, M. F.; LIMA, J. E. Empregabilidade dos jovens no Nordeste: fatores de influência. **CONTEXTUS: Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v.13, n. 2, p. 61-81, jun. 2015a.
117. NEVES, M. C. R.; GONÇALVES, M. F.; LIMA, J. E. Mundos distintos e realidades semelhantes: empregabilidade dos jovens no Nordeste e Sudeste brasileiros. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 32, n.2, p. 335-356, Mai/Ago. 2015b.
118. NILSEN, A; GUERREIRO, M. D.; BRANNEN, J. Most choices involve money: different pathways to adulthood. *In*: BRANNEN, J; LEWIS, S.; NILSEN, A.; SMITHSON, J. (org.). **Young europeans, work and family**, Londres: Routledge, 2002, p. 162-182.
119. NITAHARA, A. (2019). Informalidade no mercado de trabalho é recorde, aponta IBGE. **Agência Brasil**, 31 out. 2019. Sessão Economia. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/informalidade-no-mercado-de-trabalho-e-recorde-aponta-ibge>> Acesso em 02 maio 2020.
120. NORONHA, E. G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **RBCS**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-179, Out. 2003.
121. NUNES, P. A. (2016). Limpadores de Para-Brisa Causam Medo em Motoristas de Manaus. **A Crítica [versão digital]**, [s.l.], 08 nov. 2016, publicado em “Insegurança nas Ruas”. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/limpadores-de-para-brisas-geram-medo-em-motoristas-da-cidade>> Acesso em 21 julho 2020.
122. O'BRIEN, R. T. “Unemployment and disposable workers in Philadelphia: just how far have the bastards gone?”. **Ethnos**, Aarhus, v. 71, n. 2, p. 165-190, Ago. 2006.

- 123.OIT. **Decent work and the informal economy**. Genebra, OIT, 2002.
- 124.OIT. **Economic security for a better world**. Geneva: Socio-Economic Security Programme – International Labour Office, 2004. 478 p.
- 125.OIT. **Juventude e informalidade**: a formalização da juventude informal. Experiências inovadoras no Brasil. Lima: OIT, 2015a. 64 p.
- 126.OIT. **Juventude e trabalho informal no Brasil**: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: OIT, 2015b. 68 p.
- 127.OIT. OIT Brasília. Trabalho Infantil. Brasília: OIT, 2016. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/lang-pt/index.htm#:~:text=A%20maioria%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ocupada,agr%C3%ADcol%C3%A1ria%20exceto%20a%20regi%C3%A3o%20Norte>> Acesso em: 03 out. 2020.
- 128.OLIVEIRA, E. 35% dos brasileiros com mais de 14 anos não completaram o ensino fundamental, aponta IBGE. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 16 maio 2019. Sessão Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/16/35percent-dos-brasileiros-com-mais-de-14-anos-nao-completaram-o-ensino-fundamental-aponta-ibge.ghtml>> Acesso em 02 maio de 2020.
- 129.PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 15, n. 105-106, p. 139-165, Jan. 1990.
- 130.PAIVA, K. C. M.; DUTRA, M. R. S.; BARROS, V. R. F. Estresse ocupacional e *burnout* de jovens trabalhadores. In: XXXVII Encontro da ANPAD, 2013, Rio de Janeiro, RJ. **Anais da ANPAD**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/68/2013_EnANPAD_GPR63.pdf> Acesso em: 10 de jul. 2019.
- 131.PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-24, Jan./Jun., 2013.
- 132.PEDUZZI, P. Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca. Estudo mostra o perfil do estudante universitário brasileiro. **Agência Brasil**, Distrito Federal, 21 mai. 2020. Publicado por “Sessão Educação”. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca#:~:text=O%20estudante%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de,de%20at%C3%A9%20dois%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos.>> Acesso em 22 jul. 2020.
- 133.PEREIRA, C. Moto é o veículo que mais mata no trânsito e o que mais gera indenizações. In: Observatório Nacional de Segurança Viária e Organização Mundial da Saúde. [São Paulo]. 15 jun. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2018/06/moto-e-o-veiculo-que-mais-mata-no-transito-e-o-que-mais-gera-indenizacoes.shtml>

134. PINTO, J. M. **As correntes metodológicas em terapia ocupacional no Estado de São Paulo (1970 - 1985)**. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1990.
135. PIRES, E. G. B. **APLICATIVOS DE TRANSPORTE E O CONTROLE POR ALGORITMOS: repensando o pressuposto da subordinação jurídica**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
136. POCHMANN, M. **O mercado de trabalho reproduz a desigualdade**. São Paulo: Casa Amarela, ago. 2009. Entrevista concedida à revista Caros Amigos.
137. RAITZ, T. R.; PETTERS, L. C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p.408-416, Dez. 2008.
138. REDAÇÃO ANMT. Transtornos mentais estão entre as maiores causas de afastamento do trabalho. **Associação Nacional de Medicina do Trabalho**, São Paulo, 22 abr. 2019. Sessão Saúde no Trabalho. Disponível em: <https://www.anamt.org.br/portal/2019/04/22/transtornos-mentais-estao-entre-as-maiores-causas-de-afastamento-do-trabalho/> Acesso em: 02 maio 2020.
139. REDAÇÃO PORTAL CORREIO. PB tem 59,2% da população ocupada em trabalhos informais. **Portal Correio Paraíba**, João Pessoa, 19 nov. 2019. Sessão Notícias. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/pb-tem-592-da-populacao-ocupada-em-trabalhos-informais/> Acesso em: 02 maio 2020
140. REDAÇÃO G1. Monitor da Violência: metodologia. **Portal G1**, [s. l.], 26 fev. 2018. Sessão Monitor da Violência. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/monitor-da-violencia-metodologia.ghtml> Acesso em: 01 jul. 2020.
141. REDAÇÃO G1. MPF pede ao governo que informe dados sobre violência policial excluídos de balanço. **Portal G1**, Brasília, 13 jun. 2020. Sessão Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/13/mpf-pede-ao-governo-que-informe-dados-sobre-violencia-policial-excluidos-de-balanco.ghtml> Acesso em: 20 jun. 2020.
142. REDE BRASIL ATUAL. Não existe empreendedorismo, mas gestão da sobrevivência', diz pesquisadora. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 2019. Sessão Trabalho. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/> Acesso em 20 maio 2020.
143. RIBEIRO, H. P. (coord.) **De que adoecem e morrem os trabalhadores na era dos monopólios 1980-2014**. 1. ed. São Paulo: CENPRAS, 2014.
144. RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 475-506, Set./Dez. 2009.
145. ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Illuminuras**, Porto Alegre, Capa, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003.
146. RODRIGUES, D. S.; NOGUEIRA, L. F. Z.; SOUZA, M. B. C. A. Terapia Ocupacional no campo do trabalho: a saúde e a sociedade contemporânea como questões necessárias na

- compreensão do trabalhador. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, Rio de Janeiro, v. 4., n. 4, p. 568-579, 2020.
147. RODRIGUES, D. S.; TAKAHASHI, M.; PEREIRA, E. L.; BARBOSA, L. Reflexões contemporâneas sobre trabalho, sociedade e os processos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 4, p. 669-670, 2017.
148. ROTHEN, J. C. A universidade de elite ou para todos? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 37, p. 109-122, Dez. 2012.
149. SALES, R. Brasil gera três vezes mais vagas informais que formais, mostram dados do IBGE. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 28 set. 2019. Sessão Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/28/brasil-gera-tres-vezes-mais-vagas-informais-que-formais-mostram-dados-do-ibge.ghtml>> Acesso em: 02 abr. 2020.
150. SANTOS, B. S. As tensões da modernidade. **Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ**, Rio de Janeiro, Edição Especial, p. 1-13, 2005.
151. SANTOS, F. F. S. Trabalho, adoecimento e cotidiano em tempos de modelo flexível: o caso dos metalúrgicos de Campinas e região. In: ANTUNES, R. (Org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 205-221.
152. SÁVIO CAVALCANTE professor da Unicamp professor da Unicamp, reflete sobre vínculo empregatício nos apps. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (14:34 min.). Publicado pelo canal Esquerda Diário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=644&v=IZ4u65ehC6I&feature=emb_title> Acesso em: 5 jul. 2020.
153. SEBRAE. Quem é o Sebrae? **Quem somos: Conheça Sebrae** [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos> Acesso em: 10 jun. 2020.
154. SCHOLZ, T (Org.). **Digital labor: The internet as playground and factory**. Londres: Routledge, 2013.
155. SCHWARCZ, L. M. Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 64, n. 1, Jan. 2012.
156. SILVA, F. N. M.; VENDRÚSCULO-FANGEL, L. M.; RODRIGUES, D. S. A Terapia Ocupacional e a saúde do trabalhador: panorama de produção bibliográfica. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 2, p. 351-361, Jan. 2016.
157. SILVA, G. O. V. CAPITAL CULTURAL, CLASSE EGÊNERO EM BOURDIEU. INFORMARE. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Paraná, v. 1, n. 2, p. 24-36, Jul./Dez. 1995.
158. SILVA, R. B. DE PASSAGEM: O TRABALHO PRECÁRIO DOS MOTOBOYS NO TRÂNSITO DE SÃO PAULO, **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, v. 2, n. 47 (Número Especial EGAL), p. 1-21, Jul./Dez. 2011.

- 159.SILVA, R. S.; SILVA, V. R. POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: trajetória e desafios. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, Set./Dez. 2011.
- 160.SILVA, T. S.; DIAS, E. D.; PESSOA, V. M.; FERNANDES, L. M. M.; GOMES, E. M. Saúde do trabalhador na Atenção Primária: percepções e práticas de equipes de Saúde da Família. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 18; n. 49, p. 1-16, Mar. 2014.
- 161.SILVEIRA, D. Em 1 ano, aumenta em quase 2 milhões número de brasileiros em situação de pobreza, diz IBGE. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 5 dez. 2018. Sessão Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/05/em-1-ano-aumenta-em-quase-2-milhoes-numero-de-brasileiros-em-situacao-de-pobreza-diz-ibge.ghtml>> Acesso 20 maio 2020.
- 162.SILVEIRA, D. GERBELLI, L. G. Brasil tem 5,2 milhões de crianças na extrema pobreza e 18,2 milhões na pobreza. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 09 dez. 2018. Sessão Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/09/brasil-tem-52-milhoes-de-criancas-na-extrema-pobreza-e-182-milhoes-na-pobreza.ghtml>> Acesso em: 20 maio 2020
- 163.SILVEIRA, D., ALVARENGA, D. Trabalho informal avança para 41,3% da população ocupada e atinge nível recorde, diz IBGE. **Portal G1**, Rio de Janeiro, 30 ago. 2019. Sessão Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/trabalho-informal-avanca-para-413percent-da-populacao-ocupada-e-atinge-nivel-recorde-diz-ibge.ghtml>> Acesso em: 2 abr. 2020.
- 164.SOARES, F. Conheça sete pedintes que fazem da mendicância um emprego. **Veja**, São Paulo/SP, 18 set. 2009, publicado em “Cidades (São Paulo)”. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/conheca-sete-pedintes-que-fazem-da-mendicancia-um-emprego/>> Acesso em: 22 jul. 2020
- 165.SOLANO, E. O Brasil não tem pobres, apenas empreendedores que precisam de tempo. **Carta Capital**, [s. l.], 20 out. 2019. Sessão Opinião. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-brasil-nao-tem-pobres-apenas-empresarios-que-precisam-de-tempo/>> Acesso em: 02 maio 2020.
- 166.SOUSA, E. J. S.; MEINBERG, M. O. A “uberização” e o aprofundamento da flexibilização do trabalho. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 159, p. 107-125, Jul/Out 2020.
- 167.SOUZA, C. Z. V. G. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. **Última Década**, Santiago, v. 12, n. 20, p. 47-69, Jun. 2004.
- 168.SOUZA, M. B. C. A.; HELAL, D. H.; PAIVA, K. C. M. Burnout e jovens trabalhadores. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 25, n. 4, p. 751-763, Mar. 2017.
- 169.SOUZA, M. B. C. A.; LUSSI, I. A. O. JUVENTUDE, TRABALHO INFORMAL E SAÚDE MENTAL. **Revista de Ciências Sociais: Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 51, 2019, p. 126-144, Maio 2019.

- 170.SOUZA, M. B. C. A.; SANTOS, V. F.; RODRIGUES, D. S. Trabalho digno para quem? Sobre a formalização do trabalho precário no Brasil. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, Rio de Janeiro, v. 4., n. 4, p. 580-586, 2020.
- 171.STEFANICK, L.; BEST-BERTIWSTLE, R.; RACE, L. S. Retaining Volunteers in the Age of Precarious Work. **Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 124-146, Out. 2018.
- 172.TAKEITI, B. A. **Juventudes, subjetivação e violências: inventando modos de existência no contemporâneo**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014
- 173.TAKEITI, B. A.; VINCENTIM, M. C. G. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. esp., p. 256-262, Set. 2019.
- 174.TARTUCE, G. L. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- 175.TOKMAN, V. E. An exploration into the nature of informal-formal sector relationships. **World Development**, v. 6, n. 9/10, Set./Out., 1978.
- 176.TONELO, I. A paralisação do entregador: o destino da uberização em disputa. *In*: Esquerda Diário. [s. l.], 05 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/A-paralisacao-do-entregador-o-destino-da-uberizacao-em-disputa>> Acesso em: 28 out. 2020.
- 177.TRIBUNAL de rua. Intérprete: Marcelo Falcão. Compositor: Marcelo Yuka. *In*: LADO B Lado A. Intérprete: Marcelo Falcão. Rio de Janeiro: Warner Music, 1999. faixa 1 (4 min. e 20 segs.).
- 178.UCHÔA-DE-OLIVEIRA, F. M. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Rev Bras Saude Ocup**, São Paulo, v. 45, e22, p. 1-8, Jul. 2020.
- 179.VARGAS, F. B. TRABALHO, EMPREGO, PRECARIIDADE: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, p. 313-331, Maio/Ago. 2016.
- 180.VASCONCELLOS, E. A. **Políticas de Transporte no Brasil**: a construção da mobilidade excludente. Barueri: Manole; 2013.
- 181.VASCONCELOS, A.; FARIA, J. H. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 453-464, dez. 2008.
- 182.VENDEDOR ambulante [S. I.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2 min. e 42 segs.). Publicado via Youtube, pelo canal KmaisOficial. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lj0V2fpXRxU>> Acesso em: 27 jun. 2020.

183. WATANABE, M.; NICOLAU, S. M. A. Terapia Ocupacional na interface da saúde e do trabalho. *In*: DE CARLO, M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (org). **Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Plexus, 2001, p. 155-171.
184. WHO. World Health Organization. Global status report on road safety: time for action. Genebra: World Health Organization; 2009.
185. WOODCOCK, J. O PANÓPTICO ALGORÍTMICO DA DELIVERY: MENSURAÇÃO, PRECARIIDADE E A ILUSÃO DO CONTROLE. (2020). *In*: ANTUNES, R (Org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, p. 23-45, 2020.

ANEXOS

ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP (04 PÁGINAS DE DOCUMENTO ELETRÔNICO)

Página 01/04 do parecer do CEP

	UFSCAR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: Trabalho Informal, saúde mental e juventude no Brasil: contribuições para pensar um campo sobre trabalho, sociedade e terapia ocupacional		
Pesquisador: Marina Batista Chaves Azevedo de Souza		
Área Temática:		
Versão: 1		
CAAE: 06620619.3.0000.5504		
Instituição Proponente: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde		
Patrocinador Principal: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 3.259.597		
Apresentação do Projeto:		
O projeto Trabalho Informal, saúde mental e juventude no Brasil: contribuições para pensar um campo sobre trabalho, sociedade e terapia ocupacional envolverá 33 participantes, o que justifica a necessidade de análise, considerando os preceitos das resoluções 466/12, 510/2016 e 441/2011 do Conselho Nacional de Saúde.		
Objetivo da Pesquisa:		
O estudo tem por objetivo principal compreender a inserção e a permanência de jovens em trabalhos informais e investigar as condições sociais e de saúde mental implicadas na realização desses trabalhos. Para tanto busca identificar as trajetórias e os motivos que levam os jovens a adentrarem e a permanecerem no mercado de trabalho e em atividades informais; investigar como acontece o trabalho de jovens vendedores ambulantes e investigar as condições sociais e de saúde mental relacionadas à essa situação de trabalho.		
Avaliação dos Riscos e Benefícios:		
Os pesquisadores descrevem detalhadamente que se trata-se de uma pesquisa etnográfica que utilizará como técnica de coleta de dados a observação participante, envolvendo a imersão no campo, entrevista, questionário e registros de campo. A coleta se desenvolverá em João Pessoa/PB e envolverá jovens que trabalham como vendedores de rua ou vendedores ambulantes nos arredores de centros comerciais populares. Os questionários buscam evidenciar o perfil		
Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235		
Bairro: JARDIM GIANABARA		CEP: 13.565-905
UF: SP	Município: SAO CARLOS	
Telefone: (16)3351-0683	E-mail: cep@ufscar.br	

Fonte: Reproduzido de Plataforma Brasil (Conselho Nacional de Saúde)



Continuação do Parecer: 3.259-597

socioeconômico da população estudada, peculiaridades dos sujeitos e caracterizar o trabalho. As entrevistas serão gravadas e transcritas na íntegra. A coleta ocorrerá no local de trabalho dos participantes.

Considerando a metodologia proposta, a pesquisadora identifica que os riscos estejam relacionados à dimensão, psíquica, moral, social, ou cultural dos participantes, decorrente de perguntas que possam gerar constrangimento, estresse ou desconforto. São identificadas as formas de minimizar os desconfortos produzidos e possíveis encaminhamentos se necessário.

Não há benefícios diretos para a população, porém são identificados os benefícios secundários da pesquisa relacionados às políticas públicas e produção de conhecimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisadora apresentou o questionário da coleta de dados e roteiro de entrevista. Descreve aspectos éticos envolvidos na coleta e tratamento dos dados.

Como se trata de uma observação em espaços de trabalho informal, não há necessidade de carta de autorização.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1- Apresentou folha de rosto assinada pela diretora do Centro ao qual o projeto está vinculado.
- 2- Apresentou TCLE com as informações necessárias para que o participante compreenda as fases da coleta de dados e sua forma de participação.
- 3- Apresentou projeto na Plataforma, instrumentos de coleta de dados, cronograma e tabela de custos.

Recomendações:

1) A pesquisadora informa que se trata de uma pesquisa etnográfica e caracteriza, no projeto disponibilizado para análise, todas as formas de observação participante. No projeto Plataforma Brasil (PB) descreve a entrevista e questionário para coleta de dados. Assim, sugere-se, caso seja realizado um período de observação dos sujeitos, a solicitação de autorização de análise dos dados coletados na observação participante com alteração do TCLE. Caso utilize-se de registros fotográficos, será necessária a alteração do TCLE. O mesmo poderá ser realizado através de emenda do projeto, onde serão incluídos esses instrumentos na metodologia e troca do TCLE. Tais orientações resguardam pesquisadores e CEP com relação aos dados utilizados.

2) Como o TCLE é um documento longo, sugere-se que ele seja lido junto com o sujeito do estudo

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-0683 E-mail: cepumanos@ufscar.br

Página 02 de 04

Fonte: Reproduzido de Plataforma Brasil (Conselho Nacional de Saúde)



Continuação do Parecer: 3.256.597

para garantir a compreensão sobre a forma de participação.

3) Considerando a possível vulnerabilidade desses sujeitos, decorrentes das fragilidades do trabalho informal, sugere-se que a pesquisadora possa instrumentalizá-los com devolutivas (possíveis) sobre o estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Foram disponibilizados dados na PB suficientes para análise ética do estudo, juntamente com TCLE adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1289444.pdf	31/01/2019 16:04:58		Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	31/01/2019 15:56:14	Marina Batista Chaves Azevedo de Souza	Acelto
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	31/01/2019 15:54:57	Marina Batista Chaves Azevedo de Souza	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_detalhado.docx	31/01/2019 15:54:31	Marina Batista Chaves Azevedo de Souza	Acelto
Outros	Questionario_identificacao.pdf	31/01/2019 15:53:50	Marina Batista Chaves Azevedo de Souza	Acelto
Outros	Roteiro_de_entrevista.pdf	31/01/2019 15:52:45	Marina Batista Chaves Azevedo de Souza	Acelto
Orçamento	Orcamento.pdf	31/01/2019 15:50:35	Marina Batista Chaves Azevedo de Souza	Acelto
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	31/01/2019 15:42:56	Marina Batista Chaves Azevedo de Souza	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE.pdf	31/01/2019 15:42:37	Marina Batista Chaves Azevedo de Souza	Acelto

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
 UF: SP Município: SAO CARLOS
 Telefone: (16)3351-0883 E-mail: cepumanos@ufscar.br

Fonte: Reproduzido de Plataforma Brasil (Conselho Nacional de Saúde)

Página 04/04 do parecer do CEP



Continuação do Parecer: 3.259.597

Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	31/01/2019 15:42:37	Souza	Aceito
---------------------------	----------	------------------------	-------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SÃO CARLOS, 11 de Abril de 2019

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SÃO CARLOS
Telefone: (18)3351-0883 E-mail: cephumanos@ufscar.br

Fonte: Reproduzido de Plataforma Brasil (Conselho Nacional de Saúde)

Termo de consentimento livre e esclarecido - Trabalho informal, saúde mental e juventude no Brasil: contribuições para pensar um campo sobre trabalho, sociedade e terapia ocupacional.

Eu, Marina Batista Chaves Azevedo de Souza, estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o(a) convido a participar da pesquisa **“Trabalho informal, saúde mental e juventude no Brasil: contribuições para pensar um campo sobre trabalho, sociedade e terapia ocupacional”** orientada pela Prof.^a Dr.^a Isabela Aparecida de Oliveira Lussi. Essa pesquisa é parte da Tese de Doutorado em Terapia Ocupacional na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

O estudo tem o objetivo de compreender a inserção e a permanência de jovens em trabalhos informais e investigar as condições sociais e de saúde mental implicadas na realização desses trabalhos. O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) para participar dessa pesquisa por ser jovem (maior de 18 anos e menor de 29) e trabalhar informalmente em regiões comerciais de João Pessoa - Paraíba como vendedor de rua. Os menores de 18 anos e maiores de 29 anos de idade não poderão participar dessa pesquisa.

Sua participação nesta pesquisa consistirá, após o seu consentimento, em responder a um questionário de identificação que irá conter dados pessoais (sexo, idade, renda, escolaridade...) e sobre o seu trabalho (tempo de trabalho, tipo do trabalho...). Depois disso você pode ser solicitado a responder entrevistas que serão gravadas com a sua autorização e conterão tópicos sobre diversos aspectos do trabalho que você executa atualmente. É garantido o anonimato de sua identidade tanto nos questionários, quanto nas entrevistas.

As entrevistas serão individuais e realizadas no próprio local de trabalho ou em outro local, se o preferir. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar alguns riscos como o estresse e desconforto ao responder algumas perguntas. Caso você se sinta constrangido ou desconfortável, terá garantida pausas nas entrevistas ou a liberdade de não responder as perguntas, podendo interromper a entrevista a qualquer momento e desistir da participação. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Ao participar desta pesquisa, o (a) senhor (a) contribuirá com suas opiniões e reflexões sobre como os jovens vem se inserindo no mercado de trabalho, quais as oportunidades de inserção nesse mercado de trabalho, como é realizado o seu trabalho (incluindo as potencias e dificuldades enfrentadas por você), bem como como esse trabalho pode influenciar nas suas condições de vida e bem estar. Sua participação acarretará em benefícios já que você poderá contribuir para a proposição de políticas públicas voltadas a inserção e permanência de jovens no mercado de trabalho, e auxiliar a pensar em estratégias que promovam bem-estar para os jovens que estão vivenciando a mesma situação de trabalho que a sua, podendo contribuir para melhorar o trabalho e a vida de jovens trabalhadores como você.

Sua participação é voluntaria e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo. Esclareço que todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações

realizadas durante a entrevista serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha idêntica ao que foi expressado pelo participante. A pesquisa não inclui custo algum para o participante das entrevistas. Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento. Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (83)99824-4477, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Pesquisador Responsável: Marina Batista Chaves Azevedo de Souza

Endereço para contato: **Departamento de Terapia Ocupacional UFSCar**.

Rodovia Washington Luis, km 235 – São Carlos – Sp – BR – CEP 13565-905

Email: **secdto@ufscar.br**

Contato telefônico: (16) 3351 8342

e-mail: secdto@ufscar.br

Local e data:

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Nome do Participante

Assinatura do Participante



Impressão dactiloscópica

APÊNDICES

APÊNDICE I – Questionário rápido adaptado de identificação pessoal

Nome -

Idade -

Local que mora (cidade e bairro) -

Raça - () branco () negro () pardo () indígena

Gênero - () masculino () feminino

Estado civil - () solteiro () casado () divorciado () viúvo

Filhos - () sim () não

Renda em reais por mês -

Escolaridade (até onde você estudou?) -

Escolaridade do pai -

Escolaridade da mãe -

Apps (ou empresa) que trabalha -

Tempo que trabalha nessa função -

Horas de trabalho por dia -

Tem outro trabalho? - () sim / **Qual?** _____ () não tem

Já trabalhou antes? - () sim / **Com o que?** _____ () não trabalhei